

**Nº03 - Reunião Ordinária da  
Câmara Municipal de Chaves  
Realizada no dia 3 de fevereiro  
de 2017. -----**

Aos três dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezassete, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, e com as presenças dos Vereadores, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sra. Dra. Paula Cristina Barros Teixeira Santos, Sr. João Carlos Alves Neves, Sr. Dr. Francisco António Chaves de Melo, Sr. Dr. Paulo Francisco Teixeira Alves, Sr. Eng. João Adérito Moura Moutinho, e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de Departamento de Coordenação Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas e quinze minutos e iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de trinta e um de janeiro de dois mil e dezassete. -----

**PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

**I - INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQ. ANTÓNIO CÂNDIDO MONTEIRO CABELEIRA. -----**

Iniciada a reunião, usou da palavra, o Presidente da Câmara, Senhor Arq. António Cabeleira, dando conhecimento, ao Executivo Municipal, da seguinte documentação relacionada com a atividade municipal, a saber: -----

- Modificações ao Orçamento da Despesa - Modificação n.º 02. -----
- Modificações ao Orçamento da Receita - Modificação n.º 02. -----
- Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos - Modificação n.º 02. -----
- Ofício da Empresa Municipal "Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA", n.º 2017/220, - Eleição dos Órgãos Sociais da EHATB, EIM, SA/entrega de declarações e comunicações previstas na Lei 4/83, de 2 de abril, 64/93, de 26 de agosto, DL 71/2007 de 27 de março e Lei 50/2012 de 31 de agosto, nas suas redações atualizadas; -
- Ofício da Empresa Municipal "Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA", n.º 2017/332, - Relatório de Execução do 3 Trimestre de 2016; -----
- XII Feira do Fumeiro - 2017 - Nota Informativa da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, datada do dia 02 de fevereiro último, com a discriminação do programa da Feira "Sabores de Chaves".

**II - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA, ENG. JOÃO ADÉRITO MOURA MOUTINHO. -----**

Usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, para apresentar uma sugestão, consubstanciada na colocação, em determinados troços da Ciclovia Chaves - Vila Verde da Raia, de alguns equipamentos desportivos, destinados ao exercício físico, pelos seus utentes. -----

Tal solução não seria muito dispendiosa, permitindo, aos utilizadores, a realização de exercícios de manutenção física, para além da corrida.

-----  
 Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --  
 A Divisão de Obras Públicas já está a elaborar o procedimento tendente à aquisição de tais equipamentos desportivos e sua ulterior colocação, junto à margem esquerda do Rio Tâmega. -----

## I ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

### 1. ATAS:

1.1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 20 de janeiro de 2017. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida ata. -----

### 2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

2.1. PROJETO DE REGULAMENTO DO CARTÃO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA; - BASE LEGAL - ALÍNEAS U) E V), DO N.º 1, DO ARTIGO 33º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E ULTERIORES ALTERAÇÕES; - ARTIGOS 99º E SEQUINTE DO CPA. PROPOSTA Nº. 04/GAPV/2017. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

#### **I - Justificação** -----

1. Considerando que a Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 71º estabelece, expressamente, que "os cidadãos portadores de deficiência física ou mental gozam plenamente dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição, com ressalva do exercício ou do cumprimento daqueles para os quais se encontrem capacitados" e que "o Estado obriga-se a realizar uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência e de apoio às suas famílias, a desenvolver uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles e a assumir o encargo da efetiva realização dos seus direitos, sem prejuízo dos direitos e deveres dos pais ou tutores"; -----

2. Considerando, nesta justa medida, que é função do poder local traçar diretrizes de forma a facilitar a participação das pessoas com deficiência nas políticas inclusivas e projetos do Município; -----

3. Considerando a existência de mecanismos de exclusão social que inibem as pessoas portadoras com deficiência, por múltiplas razões e em muitas circunstâncias da sua vida, de exercer plenamente a sua cidadania; -----

4. Considerando as diretrizes emitidas pela Organização das Nações Unidas, Organização Mundial de Saúde, Organização Internacional do Trabalho, União Europeia e a própria legislação nacional que destacam a necessidade de medidas adicionais que favoreçam a inclusão social das pessoas com deficiência em áreas como o emprego, trabalho e formação, consumo, segurança social, saúde, habitação e urbanismo,

transportes, educação e ensino, cultura e ciência, sistema fiscal, desporto e tempos livres; -----

5. Considerando, neste contexto, a necessidade de adotar uma política global, integrada e transversal, em coerência com a Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência; -----

6. Considerando a crescente intervenção dos Municípios, no âmbito das políticas de ação social, com vista, por um lado, a facilitar aos cidadãos portadores de deficiência, e consciente de que esta franja de população se apresenta mais desprotegida; -----

7. Considerando, neste contexto, o interesse do Município em promover, proteger e garantir o gozo pleno e igual de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por parte de todas as pessoas com deficiência e de promover o respeito pela dignidade; -----

8. Considerando que a alínea u), do n.º 1, do artigo 33º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, prevê que a Câmara Municipal tem competências para apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças; -----

9. Considerando que, de acordo com o disposto na alínea v), do n.º 1, da retrocitada disposição legal, a Câmara Municipal pode participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal; -----

10. Considerando, por outro lado, que o presente Regulamento visa atribuir benefícios a pessoas portadoras de deficiência, residentes no concelho de Chaves, tendo em vista o desafio que constitui a inclusão social das pessoas portadoras de deficiência que, a concretizar-se, enriquecerá o desenvolvimento humano. -----

11. Considerando que, nesta justa medida, os custos/benefícios não são, na presente data, passíveis de quantificação, atendendo à sua natureza imaterial e de difícil mensuração, uma vez que as medidas propostas são de natureza social; -----

12. Considerando, sobre esta matéria, que o artigo 16º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de janeiro, na redação dada pelo artigo 257º, da Lei n.º 42/2016, de 28/12, dispõe que a assembleia municipal pode, por proposta da câmara municipal, através de deliberação fundamentada que inclui a estimativa da respetiva despesa fiscal, conceder isenções totais ou parciais, objetivas ou subjetivas, relativamente aos impostos e outros tributos próprios, os quais devem ter em vista a tutela de interesses públicos relevantes e a sua formulação ser genérica e obedecer ao princípio da igualdade; -----

13. Considerando, neste contexto, que, caso seja aprovado o regulamento em apreciação, deverá a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar, de forma genérica, o limite das respetivas despesas inerentes à implementação das medidas consagradas no presente Regulamento, pelo que o impacto financeiro associado ao regulamento, em causa, sempre ficará balizado pela deliberação que vier a ser tomada pelo órgão deliberativo; -----

14. Considerando, por último, que é competência do órgão executivo municipal elaborar e submeter à aprovação da assembleia municipal os projetos de regulamentos externos do município, bem como aprovar regulamentos internos, conforme previsto na alínea k), do n.º 1, do artigo 33º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações. -----

**II - Da proposta**

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima evidenciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário que adote deliberação no sentido de: -----

a) Adote deliberação consubstanciada na determinação do início do procedimento tendente à aprovação do Regulamento de Cartão Municipal da Pessoa com Deficiência, de acordo com o Projeto em anexo à presente Proposta, o qual aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais; -----

b) Para efeitos do disposto no nº1, do art. 98º do CPA, dever-se-á promover à publicitação de tal deliberação, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação dos respetivos contributos, de acordo com o disposto no nº1, do art. 98º do CPA; -----

c) O Projeto de Regulamento, nos termos e para os efeitos do disposto no nº 1, do art. 100º do CPA, deverá ser submetido a audiência dos interessados que, como tal, se venham a constituir no procedimento ou que sejam, desde logo, identificáveis, como é o caso da Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes<sup>1</sup>, a Associação de Deficientes das Forças Armadas e a Associação Flôr do Tâmega para apoio a deficientes, por um período de 30 dias úteis; -----

---

<sup>1</sup> A Confederação Nacional dos Organismos dos Deficientes representa, entre outras, as seguintes entidades: -----

ACPDA - Associação do Cidadão Portador de Deficiência e Amigos -----  
 ACSM - Associação Comunitária de Saúde Mental -----  
 ADMT - Associação Deficientes Motores Transmontanos -----  
 ADRNP - Associação de Doentes Renais Norte de Portugal -----  
 AIRC - Associação de Insuficientes Respiratórios Crónicos -----  
 AJOV - Associação Jovem Valor -----  
 AMAR - Associação Movimento Apoiar e Reabilitar -----  
 ANDST - Associação Nacional Deficientes Sinistrados do Trabalho ----  
 ANEM - Associação Nacional de Esclerose Múltipla -----  
 APADP - Associação de Pais e Amigos de Deficientes Profundos -----  
 APD - Associação Portuguesa de Deficientes -----  
 APEC - Associação Promotora do Ensino dos Cegos -----  
 APH - Associação Portuguesa de Hemofilia e de outras Coagulopatias Congénitas -----  
 APIR - Associação Portuguesa Insuficientes Renais -----  
 APLV - Associação Portuguesa de Limitados da Voz -----  
 APMG/DN - Associação Portuguesa de Miastenia Gravis e Doenças Neuromusculares -----  
 APN - Associação Portuguesa Doentes Neuromusculares -----  
 APOIAR - Associação de Apoio aos Ex-Combatentes Vitimas de Stress de Guerra -----  
 APP - Associação Portuguesa de Paramiloidose -----  
 ARP - Associação de Retinopatia de Portugal -----  
 ASBIHP - Associação "Spina Bifida e Hidrocefalia" de Portugal -----  
 Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral -----  
 Federação Portuguesa de Autismo -----  
 LOP - Liga de Ostomizados de Portugal -----  
 NOVAMENTE - Associação de Apoio aos Traumatizados Crânio-Encefálicos e Suas Famílias -----  
 OUVIR - Associação Portuguesa de Portadores de Próteses e Implantes Auditivos -----

d) Seguidamente, deverão as eventuais sugestões colhidas durante a fase de audiência dos interessados do Projeto, ser devidamente ponderadas pela Câmara Municipal, em vista à aprovação definitiva do Projeto de Regulamento em apreciação; -----

e) Sequencialmente, alcançado tal desiderato referido na alínea anterior, deverá a Proposta de Regulamento ser agendada para uma próxima sessão da Assembleia Municipal para ulterior sancionamento do aludido órgão deliberativo da Autarquia, no cumprimento do disposto na alínea g), do n.º 1, do art. 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

f) Por último, que se proceda à publicação do referido Regulamento do Cartão Municipal da Pessoa com Deficiência, no Diário da República, no respetivo Boletim Municipal, na Internet, (no sítio institucional do município), Jornal Local e através de Edital afixado nos lugares de estilo, verificando-se, como é óbvio, a sua aprovação nos termos anteriormente sugeridos, tudo isto, de acordo com as disposições combinadas previstas no artigo 56º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, e no art. 139º do Código do Procedimento administrativo. -----

Chaves, 19 de janeiro de 2017 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(Arq. António Cabeleira) -----

**Em anexo:** O Projeto de Regulamento do Cartão Municipal da Pessoa com Deficiência. -----

## **PROJETO DE REGULAMENTO DO CARTÃO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

### **Preâmbulo** -----

A Câmara Municipal de Chaves, no sentido de facilitar aos cidadãos portadores de deficiência, e consciente de que esta franja de população se apresenta mais desprotegida, independentemente da sua condição económica e cultural, entende que há necessidade de criar mecanismos de forma consciente, de modo a facilitar o poder de cidadania às pessoas portadoras de deficiência. -----

Neste sentido, e sendo uma prioridade, a área da deficiência, é intenção do Município, traçar diretrizes de forma a facilitar a participação das pessoas com deficiência nas políticas inclusivas e projetos do Município. -----

Desta forma, o CARTÃO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, vem colmatar uma necessidade há muito sentida de forma a dignificar a melhoria da qualidade de vida a estes cidadãos, permitindo, obter descontos em produtos e serviços da autarquia e eventualmente de algumas empresas ou instituições dos vários setores de atividade do Concelho de Chaves.- A Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 71º estabelece o seguinte: -----

1. Os cidadãos portadores de deficiência física ou mental gozam plenamente dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição, com ressalva do exercício ou do cumprimento daqueles para os quais se encontrem incapacitados. -----

2. O Estado obriga-se a realizar uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência e de apoio às suas famílias, a desenvolver uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles e a assumir o encargo da efetiva realização dos seus direitos, sem prejuízo dos direitos e deveres dos pais ou tutores. -----

O presente Regulamento visa atribuir benefícios a pessoas portadoras de deficiência, residentes no concelho de Chaves, de acordo com o

preceituado no art.º 99º do Código do Procedimento Administrativo, os quais se encontram elencados no presente Regulamento, tendo em vista o desafio que constitui a inclusão social das pessoas portadoras de deficiência que, a concretizar-se, enriquecerá o desenvolvimento humano. -----

Os custos inerentes ao presente Regulamento devem estar previstos no Plano e Orçamento deste Município. -----

Assim, os custos/benefícios tornam-se inquantificáveis pela sua natureza imaterial e de difícil mensuração, uma vez que as medidas propostas são de natureza social. -----

Neste contexto, sendo reconhecido o mérito do projeto de regulamento em apreciação, deverá a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar, de forma genérica, o limite das respetivas despesas inerentes à implementação das medidas consagradas no presente Regulamento. A concessão do conjunto de isenções e/ou benefícios decorrentes da aplicação do regulamento, sendo, por esta via, dimensionado, pelo órgão deliberativo, o impacto financeiro, de tais medidas, quer para o orçamento municipal, quer para o plano de saneamento, em vigor. ---

O artigo 16º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de janeiro, na redação dada pelo artigo 257º, da Lei n.º 42/2016, de 28/12, dispõe que a assembleia municipal pode, por proposta da câmara municipal, através de deliberação fundamentada que inclui a estimativa da respetiva despesa fiscal, conceder isenções totais ou parciais, objetivas ou subjetivas, relativamente aos impostos e outros tributos próprios, os quais devem ter em vista a tutela de interesses públicos relevantes e a sua formulação ser genérica e obedecer ao princípio da igualdade, não podendo ser concedidos por mais de cinco anos, sendo possível a sua renovação por uma vez com igual limite temporal. -----

Por força do disposto no n.º 9, da retrocitada disposição legal, o reconhecimento das isenções supra referidas, é da competência da câmara municipal, no estrito cumprimento dos pressupostos fixados da assembleia municipal. -----

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 241º, da Constituição da República Portuguesa, e nas disposições combinadas previstas, respetivamente, na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, e nas alíneas k), u) e v) do n.º 1, do artigo 33º, todos do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, é aprovado o Regulamento do Cartão Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência, nos termos da deliberação tomada pela Assembleia Municipal em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017, sob proposta da Câmara Municipal, sendo certo que o projeto de regulamento foi submetido a audiência dos interessados, pelo prazo de 30 dias úteis, nos termos, e para os efeitos previstos, no artigo 100.º do Código do Procedimento Administrativo. -----

#### **Regulamento do Cartão Municipal da Pessoa com Deficiência -----**

##### **Artigo 1.º -----**

##### **Âmbito -----**

O presente regulamento visa estabelecer as condições de acesso ao Cartão Municipal da Pessoa com Deficiência, bem como o âmbito da sua aplicação. -----

##### **Artigo 2.º -----**

##### **Objetivo -----**

O Cartão Municipal da Pessoa com Deficiência, pretende promover iniciativas que contribuam para a dignificação e melhoria da qualidade de vida ativa dos cidadãos portadores de deficiência, na construção de uma cidade inclusiva. -----

##### **Artigo 3.º -----**

##### **Aplicação e beneficiários -----**

1. O Cartão Municipal da Pessoa com Deficiência aplica-se a todos os cidadãos portadores de deficiência, bem como às famílias que tenham a seu cargo dependentes deficientes. -----

2. São beneficiários os residentes no Município de Chaves, desde que preencham os requisitos constantes no presente regulamento. -----

#### **Artigo 4.º** -----

##### **Conceito de Pessoa com Deficiência** -----

Para efeitos do presente Regulamento, consideram-se pessoas com deficiência as que se encontram em qualquer uma das circunstâncias e situações descritas no artigo 2º, da Lei n.º 38/2004, de 18/08, assim sendo "Considera-se pessoa com deficiência aquela que, por motivo de perda ou anomalia, congénita ou adquirida, de funções ou estruturas de corpo, incluindo as funções psicológicas, apresente dificuldades específicas suscetíveis de, em conjugação com os fatores do meio, lhe limitar ou dificultar a atividade e a participação em condições de igualdade com as demais pessoas". -----

#### **Artigo 5.º** -----

##### **Condições gerais de atribuição** -----

São condições gerais de atribuição do incentivo, cumulativamente: ---

a) Todas as pessoas residentes no concelho de Chaves, com um grau de incapacidade igual ou superior a 60%. -----

b) As crianças e/ou jovens com deficiência, que compõem o agregado familiar, residam efetivamente com o/a requerente ou requerentes e estejam registadas como naturais do concelho de Chaves, sem prejuízo do previsto na alínea seguinte; -----

c) Que o/a requerente ou requerentes do direito às medidas de apoio residam no Município de Chaves, no mínimo há (1) um ano contínuo;

d) Que o/a requerente ou requerentes do direito às medidas de apoio não possuam quaisquer dívidas para com o Município, a Segurança Social e a Autoridade Tributária (dívidas fiscais). -----

#### **Artigo 6.º** -----

##### **Legitimidade** -----

1. Sem prejuízo do disposto no n.º 3, têm legitimidade para requerer o cartão previsto no presente Regulamento: -----

a) A pessoa portadora de deficiência, bem como os progenitores que tenham a seu cargo dependentes portadores de deficiência; -----

b) Em conjunto, ambos os progenitores, caso sejam casados ou vivam em união de facto, nos termos da lei; -----

c) O/a progenitor/a que, comprovadamente, tiver a guarda das crianças e/ou jovens portadores de deficiência. -----

2. A legitimidade prevista no número anterior é estendida ao adotante, o tutor, a pessoa a quem for deferida a confiança judicial ou administrativa do menor portador de deficiência, bem como o cônjuge ou a pessoa em união de facto com qualquer daqueles, desde que viva em comunhão de mesa e habitação com o menor. -----

3. Tem direito ao cartão previsto no presente Regulamento, a pessoa portadora de deficiência cujo agregado familiar tenha um rendimento mensal per capita igual ou inferior a 1,2 vezes o salário mínimo nacional. -----

4. Para efeitos do disposto no número anterior, integram o agregado familiar do requerente, as seguintes pessoas que com ele vivam em economia comum: -----

a) Cônjuge ou pessoa em união de facto há mais de 2 anos -----

b) Parentes e afins maiores, em linha reta e em linha colateral, até ao 3.º grau; -----

c) Parentes e afins menores em linha reta e em linha colateral ---

d) Adotantes, tutores e pessoas a quem o requerente esteja confiado por decisão judicial ou administrativa de entidades ou serviços legalmente competentes para o efeito -----

e) Adotados e tutelados pelo requerente ou qualquer dos elementos do agregado familiar e crianças e jovens confiados por decisão judicial ou administrativa de entidades ou serviços legalmente competentes para o efeito ao requerente ou a qualquer dos elementos do agregado familiar. -----

5. Consideram-se em economia comum as pessoas que vivam em comunhão de mesa e habitação e tenham estabelecido entre si uma vivência comum de entreaajuda e partilha de recursos. -----

#### **Artigo 7.º** -----

##### **Processo de candidatura** -----

1. Os requerentes deverão apresentar a sua candidatura através de requerimento próprio, devidamente preenchido e assinado, a apresentar na Divisão de Recursos Humanos e Ação Social, do Município de Chaves, acompanhado com os seguintes documentos: -----

a) Atestado da Junta de Freguesia da residência do/a requerente ou requerentes, comprovando o cumprimento dos requisitos das alíneas b) e c) do art.º 5º; -----

b) Atestado Médico de Incapacidade Multiusos com a indicação do grau de incapacidade, emitido pela entidade de Saúde Pública competente --

c) Uma Fotografia. -----

2. No momento da entrega do requerimento, deverão ser apresentados, pelo requerente, os seguintes documentos, para efeitos de conferência e verificação: -----

a) Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão do requerente e, sendo o caso, do menor portador de deficiência; -----

b) Documento de identificação fiscal do requerente e, sendo o caso, do menor portador de deficiência, caso tal informação não conste dos documentos previstos na alínea anterior. -----

3. A reprodução dos documentos referidos no número anterior carece, sempre, de autorização expressa do respetivo titular ou representante legal. -----

4. Caso a deficiência do beneficiário o impeça de, por si, solicitar a atribuição do cartão, o mesmo poderá ser feito pelo seu representante legal, desde que devidamente comprovado, através dos seguintes documentos: -----

a) Sentença do Tribunal, se for o caso; -----

b) Atestado da Junta de Freguesia onde reside; -----

c) Relatório médico da deficiência; -----

5. A Câmara Municipal de Chaves poderá solicitar outros documentos e informações que se mostrem estritamente necessários para a concessão do apoio. -----

#### **Artigo 8.º** -----

##### **Análise da candidatura** -----

1. O Município de Chaves, através da Divisão de Recursos Humanos e Ação Social, procederá à análise dos requerimentos. -----

2. Compete ao Presidente da Câmara Municipal, a aprovação das candidaturas e atribuição do Cartão Municipal da Pessoa com Deficiência. -----

3. Só haverá lugar aos apoios constantes no presente regulamento, após atribuição do Cartão Municipal da Pessoa com Deficiência. -----

#### **Artigo 9.º** -----

##### **Decisão e prazo de reclamações** -----

1. Sem prejuízo do cumprimento do princípio da Audiência Prévia previsto no Código do Procedimento Administrativo, o requerente ou



requerentes serão informados, por escrito, da decisão que vier a recair sobre a candidatura, sendo, em caso de indeferimento, esclarecidos os fundamentos da não atribuição. -----

2. Caso a proposta de decisão seja de indeferimento, o/a requerente ou requerentes podem reclamar no prazo de quinze dias úteis, após receção do ofício de decisão. -----

3. As reclamações deverão ser dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal de Chaves. -----

4. A reavaliação do processo e resultado da reclamação será comunicado ao requerente no prazo de dez dias úteis. -----

**Artigo 10.º** -----

**Benefícios** -----

1. O Cartão Municipal de Pessoa com Deficiência atribui a todos os seus titulares portadores de deficiência, residentes no concelho de Chaves, nos termos do art.º 5º, do retrocitado regulamento, os seguintes benefícios: -----

a) Redução entre 60%, nas entradas para os espetáculos culturais, desportivos, recreativos e outros organizados pelo Município de Chaves; -----

b) Redução entre 60%, nas entradas em museus municipais; -----

c) Redução entre 60%, nas entradas nas piscinas municipais (coberta e descoberta); -----

d) Redução entre 60%, no preço praticado nos campos de férias e outras atividades organizadas pelo Município; -----

e) As crianças titulares do Cartão Municipal da pessoa com deficiência, que frequentem o ensino pré-escolar e o 1º ciclo de escolaridade públicos, terão direito a uma redução de 30% do valor a pagar pela alimentação, tratando-se de segundos filhos com frequência escolar, não sendo este benefício cumulável com outros existentes para os mesmos fins; -----

f) Comparticipação anual de 30%, na aquisição de livros escolares adotados e obrigatórios, condicionada à aprovação/transição de ano obrigatória. -----

g) Redução em 50% no fornecimento de fotocópias pelo serviço da Biblioteca Municipal, desde que as mesmas se destinem a fins didáticos e culturais; -----

h) Atribuição de um passe mensal gratuito para a pessoa portadora de deficiência, bem como aquelas que fazem parte agregado familiar nos TUC- Transportes Urbanos de Chaves; -----

i) Beneficiação do regime de tarifas especiais de consumo de água estabelecido, pela CMC, para a pessoa portadora de deficiência, bem como aquelas que fazem parte do agregado familiar, nos termos e de acordo com as condições previstas, sobre a matéria, no respetivo tarifário, em vigor no Concelho de Chaves; -----

j) Aos titulares do cartão será ainda concedida isenção do pagamento da taxa devida pelo estacionamento em zona de estacionamento de duração limitada e onerosa, prevista no artigo 50º, do Regulamento Geral das Zonas de Estacionamento de duração limitada e das zonas de acesso automóvel condicionado, em vigor no Concelho de Chaves; -----

k) Para usufruir do benefício constante da alínea anterior, devem os titulares do cartão apresentar, para além dos documentos previstos no artigo 7º, deste Regulamento, o Dístico de Identificação de Deficiente Motor, emitido pela Direção-Geral de Viação; -----

l) Para efeitos do disposto nas alíneas j) e k), o portador do cartão deve, aquando do pedido, identificar todos os veículos que possui, apresentando, para o efeito, o respetivo título de propriedade; -----

2. O Município de Chaves, tendo em vista o alargamento dos benefícios previstos no presente artigo, poderá estabelecer quaisquer acordos com entidades públicas ou privadas, de acordo com a lei; -----

3. Será dada publicidade adequada a quaisquer novos benefícios que acresçam aos previstos no presente regulamento. -----

#### **Artigo 11.º** -----

##### **Validade do Cartão** -----

1. O cartão será válido por dois anos e renovar-se-á a requerimento do interessado até 30 dias antes do término de validade do mesmo. ---

2. A renovação será feita mediante pedido verbal, podendo ser exigida a apresentação dos documentos previstos no artigo 7º, se houver alterações aos elementos apresentados aquando do seu preenchimento inicial. -----

3. O cartão caduca no termo do prazo de validade, se não for requerida a sua renovação, nos termos previstos no número anterior. -----

#### **Artigo 12.º** -----

##### **Articulação com outros Regulamentos** -----

No caso de já estarem previstos outros benefícios para as pessoas portadoras de deficiência em regulamentos próprios dos equipamentos culturais e desportivos municipais ou no âmbito de atribuição de bolsas de estudos para o ensino superior e outras atividades organizadas pelo Município de Chaves, esses benefícios, caso sejam superiores, prevalecem sobre aqueles que se encontram estipulados no art.º 10º do presente Regulamento. -----

#### **Artigo 13.º** -----

##### **Modelo de Cartão** -----

1. O cartão é obtido gratuitamente na Divisão de Recursos Humanos e Ação Social do Município de Chaves. -----

2. Só poderá ser titular do Cartão Municipal da Pessoa com Deficiência quem o requeira, nos termos do artigo 3.º, do presente Regulamento, obtenha o respetivo deferimento pelo Presidente da Câmara Municipal de Chaves. -----

3. O cartão é de modelo próprio contendo os nomes dos beneficiários, o nº de ordem e a data de validade, devendo ser requerido em anexo próprio. -----

#### **Artigo 14.º** -----

##### **Obrigações dos Titulares** -----

Constituem obrigações dos beneficiários dos apoios: -----

- a) Informar previamente o Município da mudança de residência; -----
- b) Devolver o cartão aos serviços competentes do Município, sempre que perca o direito ao mesmo; -----
- c) Fazer prova de residência sempre que seja solicitado pelos serviços do Município. -----

#### **Artigo 15.º** -----

##### **Cessações do Direito à Utilização do Cartão** -----

Constituem causas de cessação imediata dos apoios: -----

- a) A transferência de residência para fora da área do Município; --
- b) A utilização do cartão por terceiros; -----
- c) A fraude ou incumprimento do presente regulamento; -----
- d) O não cumprimento das normas de utilização dos Equipamentos Municipais. -----

#### **Artigo 16.º** -----

##### **Falsas declarações** -----

A prestação de falsas declarações por parte do requerente inibe-o, do acesso ao Cartão Municipal da Pessoa com Deficiência, de forma permanente, para além de outras consequências previstas na Lei. -----

#### **Artigo 17.º** -----

**Dúvidas e omissões**

As dúvidas ou omissões serão resolvidas através de deliberação da Câmara Municipal de Chaves.

**Artigo 18.º****Entrada em vigor**

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo começado por manifestar a sua concordância quanto a esta diferenciação, relativamente às pessoas portadoras de deficiência.

Contudo, as políticas públicas municipais continuam a negligenciar o adequado tratamento dos cidadãos com dificuldade de mobilidade. De facto, as pessoas que apresentam este tipo de dificuldades não podem circular, convenientemente e com segurança, na cidade de Chaves. A inadequação de acessos públicos e, bem assim, a inadequação dos próprios passeios públicos, entre outras, são situações que deverão merecer a devida resposta, por parte da Autarquia. Impõe-se, por isso, a elaboração de um Plano de Mobilidade para o Concelho de Chaves, tratando, de forma sistemática, preventiva e digna, todos os cidadãos que apresentam dificuldades de mobilidade.

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - As barreiras físicas e/ou arquitetónicas que prejudicam a circulação dos cidadãos com dificuldade de mobilidade, foram desenvolvidas há muitos anos.

2 - A Autarquia vem concebendo e concretizando diversas medidas de eliminação de tais barreiras físicas, nomeadamente, no que concerne ao acesso a edifícios públicos, dando e/ou melhorando as condições de mobilidade aos cidadãos portadores de deficiência.

De seguida, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, tendo tecido os seguintes comentários:

1 - A sua intervenção deve ser perspectivada em duas dimensões: --

- A primeira correlacionada com um pedido de esclarecimentos, sobre o clausulado do regulamento, muito concretamente, no que concerne aos efetivos efeitos dos requisitos, de verificação cumulativa, previstos no artigo 5º.

- A segunda, traduzida numa sugestão, à redação do regulamento, no sentido do seu artigo 10º passar a consagrar um aumento da participação anual, na aquisição de livros escolares, de 30% para 50%.

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma.

Ausentou-se da sala, o Vice-presidente da Câmara, Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, não tendo participado na análise, discussão e votação do assunto abaixo mencionado.

## 2.2. INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE CHAVES NA ASSEMBLEIA - GERAL DA EHATB, EIM, SA.". PROPOSTA Nº14/GAP/17. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

### I - Da Exposição de Motivos-----

No A sociedade "Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA" foi constituída em 30 de Julho de 1989, pelas Câmaras Municipais de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar, com o objetivo de desenvolver atividades que tivessem por fim o aproveitamento de recursos naturais na Região do Alto Tâmega.-----

Através do ofício com a referência 2017/295, de 18 de janeiro, com registo de entrada nos Serviços de Expediente Geral desta Câmara Municipal nº594/17, em anexo, a EHATB, veio solicitar a indicação de um representante do Município de Chaves para integrar a Assembleia Geral, de acordo com o disposto no nº2, do artigo 26º da Lei 50/2012. Considerando que à luz do disposto no Regime Jurídico das Autarquias Locais, compete à Câmara Municipal designar o representante do município na Assembleia Geral das empresas locais.-----

### II - Da Proposta em Sentido Estrito-----

Pelas razões acima evidenciadas e para efeitos do estipulado na alínea oo), do nº1 do Artigo 33º, Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, tomo a liberdade de propor ao executivo camarário, que adote deliberação no sentido de:-----

a) Que seja designado o Vice-Presidente da Câmara, Arqº Carlos Augusto Castanheira Penas, como representante deste Município na Assembleia Geral da EHATB, EIM, S,A;-----

b) Em caso afirmativo, deverá o teor integral da presente deliberação ser levada ao conhecimento da empresa em causa, expedindo-se, para o efeito, a competente notificação, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.-----

Chaves, 25 de janeiro de 2017-----

O Presidente da Câmara Municipal-----

Arqº António Cabeleira)-----

A votação da proposta, em apreciação, decorreu, por escrutínio secreto, nos termos do disposto no artigo 31º do Código do Procedimento Administrativo e n.º 3, do artigo 55º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro. -----

### Apuramento da Votação: -----

Votos a Favor - 4 -----

Voto em Branco - 1 -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

Regista-se a entrada na sala, do Vice-presidente da Câmara, Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, retomando a sua participação na presente reunião. -----

### 2.3. GEMINAÇÃO ENTRE AS CIDADES DE CHAVES E ANGOULÊME (FRANÇA). PROPOSTA Nº18/GAP/17. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

#### I - INTRODUÇÃO-----

A Europa das regiões, à qual pertencermos tem contribuído de forma decisiva para o desenvolvimento e reforço da interação entre os seus países membros, reforço este através de laços de amizade, cooperação e geminação, estendidos às cidades, vilas e freguesias.-----

Um dos principais fundadores do Conselho dos Municípios Europeus, Jean Bareth, conceptualizou da seguinte forma o conceito de geminação: *"uma geminação é o encontro de dois municípios que pretendem proclamar que se associam para agir numa perspetiva europeia, para confrontar os seus problemas e para desenvolver entre eles laços de amizade cada vez mais estreitos."*-----

A cidade de Chaves está geminada com as cidades de Nampula (Moçambique), Bafatá (Guiné Bissau), Talence (França) e Differdange (Luxemburgo). Mais recentemente, estabeleceu laços de amizade e cooperação com a cidade francesa de Neuilly-sur-Seine, onde reside uma significativa franja populacional emigrante procedente da região flaviense.-----

Neste processo de aproximação institucional, a geminação da cidade de Chaves com cidades de outras latitudes, especialmente europeias, tem-se revelado um fator de grande importância no reforço das relações bilaterais, na aproximação das respetivas populações, através do intercâmbio de conhecimentos, verificando-se muitos pontos de convergência, daí resultando a realização de ações de cooperação nos domínios cultural, económico, educativo, social, desportivo e gestão autárquica, entre outros.-----

Mercê do constante relacionamento com outras cidades, o Município de Chaves, está em fase de concretizar mais uma geminação, desta vez com a cidade francesa de Angoulême, fruto de vários contatos institucionais, daí resultando pontos convergentes em vários domínios comuns aos dois municípios. Esta aproximação tem sido reforçada pelos laços de amizade entre as duas cidades através de visitas a ambos os territórios por comitivas de um e outro município, como aconteceu nos dias 20 e 21 de outubro de 2016 com uma visita a Chaves de uma delegação de Angoulême, chefiada pelo Presidente da Câmara, senhor Xavier Bonnefont e, posteriormente, a visita àquela cidade francesa por parte de uma delegação flaviense, nos dias 25, 26 e 27 de novembro de 2016, chefiada pelo vereador do turismo, senhor João Neves.-----

Angoulême é uma cidade com cerca de 50.000 habitantes, de origem romana, cercada de muralhas, localizada num planalto com vista para o rio Charente. É caracterizada pela sua riqueza cultural e pela realização de vários festivais de arte, destacando-se o Festival Internacional de banda desenhada. (ver mais em: [www.angouleme.fr](http://www.angouleme.fr)).---

Considerando que há interesse mútuo de cooperação entre ambos os Municípios, em homenagem às fortes relações históricas entre Portugal e França, reforçadas a partir da segunda metade do século XX com a forte leva emigratória de concidadãos transmontanos e muito particularmente flavienses;-----

Considerando que os dois autarcas veem na geminação uma oportunidade para aprofundar ainda mais a cooperação existente.-----

Considerando, que nos termos do disposto na alínea m), do nº 2, do artigo 23º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, são atribuições do Município a promoção do desenvolvimento.-----

#### II - PROPOSTA-----

Face ao exposto e para que o processo de geminação se efetive, sob o ponto de vista formal, torna-se necessário providenciar os seguintes procedimentos administrativos, a saber:-----

a) Aprovação em sede de reunião de Câmara, da presente proposta e do documento que a acompanha, denominado "Carta Compromisso com vista à Geminação entre as cidades de Chaves e Angoulême", cuja minuta se anexa;-----

b) Que seja legitimado o Presidente da Câmara, em representação do Município de Chaves, a outorgar a mencionada Carta de compromisso e posterior Geminação;-----

c) Caso mereça concordância e aprovação no mencionado órgão autárquico, o mesmo assunto deverá ser agendado para a próxima reunião de Assembleia Municipal, para que esta possa sancionar a respetiva Geminação entre Chaves e Angoulême, ao abrigo do disposto na alínea t), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro.-----

Chaves, 30 de janeiro de 2017-----

O Presidente da Câmara Municipal,-----

(Arq. António Cabeleira)-----

## **GEMINAÇÃO ENTRE AS CIDADES DE CHAVES E ANGOULÊME -----**

### **CARTA COMPROMISSO -----**

#### **INTRODUÇÃO -----**

A geminação entre cidades constitui um fator de grande importância na aproximação de povos, no cruzamento de culturas e no intercâmbio de conhecimentos, especialmente quando se verificam pontos de convergência e seja possível a realização de ações de cooperação nos domínios; cultural, económico, educativo, social, desportivo, turístico e outros que se revelem como essenciais para o estreitar de laços de amizade.-----

As cidades de Chaves e Angoulême situadas em espaço geográfico privilegiado, assumem-se historicamente como pólos, simultaneamente centralizadores e distribuidores de diversos destinos. Ao longo da história, ambas as localidades se têm assumido como palcos de passagem, e fixação de povos e civilizações, com reflexos nos seus estatutos. De facto, de forma marcada, as antigas "Iculisma" e a "Aquae Flaviae" são detentoras de forma comum, de duas épocas com presença marcante: a Civilização Romana e a Idade Média. Porém, no desfilar da história, outros episódios similares, marcaram presença em solo de ambas as localidades.-----

#### **I -----**

#### **OBJECTIVOS -----**

Os contactos institucionais entre as autoridades municipais das duas cidades mencionadas neste documento, resultaram num entendimento recíproco da necessidade de intercâmbio e cooperação em vários domínios, motivada por valores, uns de ordem geral e outros mais apoiados em circunstâncias identitárias.-----

#### **I.1-Gerais-----**

a) Aumento da consciência dos cidadãos relativamente à União Europeia, que contribua para reforçar o empenhamento na integração e que levem a sentir que fazemos todos parte da Europa. -----

b) Permitir uma participação dos cidadãos num diálogo sobre a construção e o futuro da União Europeia.-----

c) Criação de novas ligações e redes entre os municípios.-----

#### **I.2-Particulares-----**

- a) Ambas as cidades, são banhadas por rios que unem as margens, o Charente em Angoulême, o Tâmega em Chaves, constituem elo de ligação e não de separação;-----
- b) Há um fio condutor e identificador, com reflexos na história das duas cidades, com pendor comum assente na romanização e Idade Média.-
- c) Adjacência de férteis veigas;-----
- d) A oferta turística e monumental através dos respetivos centros históricos e de outros importantes recursos;-----
- e) Riqueza Arqueológica e Arquitetura de referência, nos edifícios religiosos e públicos;-----
- f) Angoulême é a capital de uma região que acolheu e acolhe uma forte comunidade portuguesa da qual fazem parte flavienses.-----

II -----

FINALIDADES -----

O acordo de geminação entre as cidades de Chaves e Angoulême, a celebrar, tem como finalidades:-----

a) Desenvolver e fomentar políticas destinadas à juventude, através de intercâmbios escolares e de outras ações que se venham a revelar necessárias para o aprofundamento e estreitamento do relacionamento entre as respetivas populações;-----

b) Permuta e partilha de ações, sócio-culturais e desportivas, destinadas a todas as faixas etárias e camadas sociais dos dois municípios;-----

c) Intercâmbio ao nível do turismo, gestão autárquica e da formação profissional;-----

d) Promoção da cooperação e intercâmbio entre associações de cidadãos dos dois municípios;-----

e) Cooperação em outros domínios que, no futuro se venham a revelar essenciais.-----

III -----

PLANIFICAÇÃO -----

Todas as ações serão objeto de futura planificação conjunta.-----

IV -----

DURAÇÃO -----

O presente acordo de cooperação será consubstanciado na carta de geminação que terá duração indeterminada.-----

V -----

DISPOSIÇÕES FINAIS -----

O presente acordo preliminar de geminação, produzirá os seus efeitos após aprovação em sede de reunião da Câmara Municipal de Chaves, bem como o seu sancionamento pela respetiva Assembleia Municipal, sendo autenticado com o selo branco e a assinatura pelas partes interessadas.

Chaves ----de -----de 2017-----

**O Presidente da Câmara Municipal de Chaves**-----

(António Cabeleira)-----

**Le Maire d'Angoulême**-----

(Xavier Bonnefont)-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

### 3. PROPOSTAS DA INICIATIVA DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

### 4. FREGUESIAS

## II

## DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

## III

## DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

## ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

**1. COMPARTICIPAÇÃO DE PASSE 4\_18 DOS ALUNOS CARENCIADOS QUE FREQUENTAM A ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA - ANO LETIVO 2016/2017 INFORMAÇÃO Nº9/SE Nº5/2017. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----  
Através da Informação nº 126/SE Nº42/2016, de 08 de agosto, presente na reunião de Câmara de 19 de agosto de 2016, foram aprovadas as "Normas de acesso ao apoio financeiro para os alunos que frequentam a escolaridade obrigatória e que, no âmbito do passe 4\_18, utilizam os Transportes Urbanos de Chaves (linha 1 e 2), para o ano letivo 2016/2017 e que passo novamente a expor: -----

A) Normas de acesso ao apoio financeiro para os alunos que no âmbito do passe 4\_18 utilizam os Transportes Urbanos de Chaves (linha 1 e 2)  
1- Comparticipação a 100% (do valor 9,60€) - Alunos com o escalão A;  
- Comparticipação a 50% (do valor 18,00€) - Alunos com o escalão B ou escalão social + (alunos com rendimentos reduzidos); -----

- Não atribuição de comparticipação - Alunos sem escalão. -----  
2- Este apoio destina-se a todos os alunos que frequentam a Escolaridade obrigatória e que não se encontram abrangidos pelo transporte escolar previsto no Decreto - Lei nº 299/84, de 05 de setembro. -----

3- Os interessados deverão adquirir os passes nos escritórios da Auto Viação do Tâmega, Lda, e preencher a ficha de pedido de comparticipação no Centro Cultural - setor de transportes escolares - devendo acompanhar o referido pedido com a apresentação do passe 4\_18 adquirido; -----

4- O reembolso das referidas comparticipações será efetuado no final de cada período, dezembro, abril e junho, mediante a apresentação dos respetivos comprovativos de despesa nos serviços de contabilidade do Município; -----

5- Será garantida a presença de um ou dois vigilantes (de acordo com o número de crianças que frequentam o Centro Escolar e que venham a utilizar esta modalidade) na Linha 1 dos Transportes Urbanos de Chaves (Abobeleira II - Centro de F. Profissional / Centro F. Profissional - Abobeleira II), no horário das 8h.30, partida para o Centro Escolar, e no horário das 17h.30, saída do Centro Escolar, sendo o encargo com os respetivos passes dos vigilantes, a suportar pelo Município de Chaves. -----

Em consonância com o exposto e de acordo com a deliberação de Câmara de 19 de agosto de 2016, após a receção e avaliação dos pedidos de comparticipação, para o presente ano letivo, procede-se à elaboração de proposta, a submeter ao executivo camarário, com os valores deste encargo e em cumprimento do LCPA, ser atribuída a rubrica orçamental e o respetivo compromisso. -----

Considerando que no âmbito do passe 4\_18, dos alunos que frequentam a escolaridade obrigatória, deram entrada, no Município de Chaves, mais



dois pedidos de comparticipação financeira, de acordo com a seguinte tabela: -----

Nome EE	NIF	Nome Aluno	Escalão
Emília Maria Jesus Batista Dias	132865041	Bianca Dias Gomes	A
Isabel Branco	219382662	Marco Alexandre Branco Pinheiro	B

Assim e de acordo com a tabela em anexo, o valor total previsto com este encargo, para o ano letivo 2016/2017, é de 140,40€\*, devendo os referidos encarregados de educação fazer prova, junto da contabilidade, dos pagamentos efetuados em cada período. -----

Caso esta proposta mereça concordância, salvo melhor opinião, tomo a liberdade de sugerir a seguinte metodologia: -----

a) Encaminhamento da presente informação à Divisão de Gestão Financeira para atribuição da rubrica orçamental, bem, como, do respetivo compromisso, em cumprimento com o LCPA; -----

b) O seu encaminhamento, após confirmação do acima descrito, à próxima reunião de Câmara para deliberação. -----

À consideração superior.-----

Chaves, 27 de janeiro de 2017 -----

A Técnica Superior -----

Dra. Lídia Pinto -----

Em anexo: Mapa com o valor do respetivo encargo. -----

\*O encargo assumido pelo Município, até à presente data e referente ao Passe 4\_18, ano letivo 2016/2017, passa a ser de 4.801,60€ -----

**DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2017.01.27. -----**

Visto. Concorde. À Consideração do Senhor Diretor de Departamento.---

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.01.30 -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017.01.30. -----**

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## **2. COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DOS PASSES ESCOLARES DOS ALUNOS CARENCIADOS QUE FREQUENTAM O ENSINO SECUNDÁRIO - ANO LETIVO 2016/2017 INFORMAÇÃO/DDSC Nº11/SE Nº06/2017. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Através da Informação nº 125/SE Nº41/2016, de 08 de agosto de 2016, presente na reunião de Câmara de 19 de agosto de 2016, foram aprovadas as normas de comparticipação, com vista à sua implementação no ano letivo 2016/2017, dos passes escolares dos alunos carenciados do ensino secundário, e que passo novamente a expor: -----

"- A comparticipação a 100% dos passes dos alunos provenientes da Escola Professor Nuno Rodrigues e do Patronato de Vilar de Nantes;--  
- A comparticipação no valor de 100%, 50% e 25% dos passes dos alunos que frequentam o Ensino Secundário e que apresentam dificuldades económicas; -----

Na avaliação dos pedidos de comparticipação, deverão ser considerados:  
1)O Escalão atribuído pelo S.A.S.E. ( Serviço de Ação Social Escolar);  
- Comparticipação a 100% - Situações de grave carência indicadas pelas direções dos Agrupamentos de Escolas, Juntas de Freguesia ou pelo próprio, com verificação e confirmação por parte do setor de educação;  
- Comparticipação a 50% - Alunos com o escalão A; -----  
- Comparticipação a 25% - Alunos com o escalão B;" -----

Em consonância com o exposto e de acordo com a deliberação de Câmara de 19 de agosto de 2016, após a receção e avaliação dos pedidos de comparticipação, para o presente ano letivo, procede-se à elaboração de proposta, a submeter ao executivo camarário, com os valores deste encargo e em cumprimento do LCPA, ser atribuída a rubrica orçamental e o respetivo compromisso. -----

Considerando que no âmbito dos pedidos de comparticipação financeira dos passes escolares dos alunos que frequentam o Ensino Secundário e que apresentam dificuldades económicas, deram entrada no Município de Chaves mais 11 pedidos de comparticipação, distribuídos de acordo com as seguintes tabelas: -----

ESCOLA SECUNDÁRIA DR. ANTONIO GRANJO -----

Passes comparticipado a 50%- Escalão A -----

Nome do aluno:	Localidade
Bruno Rafael Medeiros Martins	Redial
Diana da Conceição A.S. Ferreira	Curalha
Diego Fusi Gomes	Redial

Passes comparticipado a 25%- Escalão B -----

Nome do aluno:	Localidade
Cristiana Correia Ferreira	Tresmundes
Daniela Correia Ferreira	Tresmundes

ESCOLA SECUNDÁRIA DR. JÚLIO MARTINS -----

Passes comparticipado a 50% - Escalão A -----

Nome do aluno:	Localidade
Filipa Correia	Cela
Mónica Rafaela Costa Sousa	Vidago

Passes comparticipado a 25% - Escalão B -----

Nome do aluno:	Localidade
Rute Maria da Silva Santos	São Vicente da Raia

ESCOLA SECUNDÁRIA FERNÃO DE MAGALHÃES -----

Passes comparticipado a 50%- Escalão A -----

Nome do aluno:	Localidade
Lídia Baltazar Martins	Casas Novas

Passes comparticipado a 25% - Escalão B -----

Nome do aluno:	Localidade
Carlos Alberto Sá de Sousa	Vidago

Passes s/ comparticipação -----

<b>Nome do aluno:</b>	<b>Localidade</b>
Daniel Magalhães Teixeira	Anelhe

Considerando que o aluno Daniel Magalhães Teixeira\* (Escalão A), frequenta a Escola Secundária Fernão de Magalhães o Curso Profissional de Turismo, sendo o encargo com o seu transporte escolar assumido pela referida escola, no âmbito do Programa POPH, pelo que o seu pedido de participação ficou sem efeito. -----

Considerando que o valor previsto, com este encargo, para o 1º e 2º período, do ano letivo 2016/2017, é de 897,48€; -----

Considerando que o valor estimado, com este encargo, para o 3º período é no valor 310.66€, tendo em conta o número de dias do 3º período (45 dias x 2 viagens) e os preços dos bilhetes em vigor. O valor das participações referentes ao 3º período é descontado, diretamente, quando da aquisição do passe, pelos retrocitados alunos e debitado, posteriormente ao Município, pela Empresa Auto Viação do Tâmega, através do Ajuste Direto nº27/SC/2016. -----

Assim, em anexo, segue o mapa com os valores referentes às participações atribuídas aos alunos, para o respetivo reembolso, devendo os referidos encarregados de educação fazer prova, junto da contabilidade, dos pagamentos efetuados. -----

Caso esta proposta mereça concordância, salvo melhor opinião, tomo a liberdade de sugerir a seguinte metodologia: -----

a) Encaminhamento da presente informação à Divisão de Gestão Financeira para atribuição da rubrica orçamental, bem, como, do respetivo compromisso, em cumprimento com o LCPA; -----

b) O seu encaminhamento, após confirmação do acima descrito, à próxima reunião de Câmara para deliberação. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 30 de janeiro de 2017 -----

A Técnica Superior -----

Dra. Lídia Pinto -----

Em anexo: Mapa dos alunos com o valor dos respetivos reembolsos ----

\*O encargo assumido pelo Município, até à presente data e referente às participações com os passes escolares dos alunos carenciados do ensino secundário é no valor de 7.881.25€ -----

**DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2017.01.30.** -----

Visto. Concorde. À Consideração do Senhor Diretor de Departamento.---

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.01.30** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017.01.30.** -----

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### **3. PROTOCOLO - MUNICÍPIO DE CHAVES E ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS FLAVIENSES. PROPOSTA Nº 4/DRHAS/2017.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**I - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS:** -----

Considerando que, o transporte aéreo constitui o meio de deslocação mais seguro do mundo e que a maioria dos acidentes de aviação ocorrem nas fases de aproximação à pista e descolagem, torna-se pertinente analisar e avaliar potenciais situações de risco, como forma de adotar medidas de prevenção e proteção de pessoas e bens, no sentido de minimizar ou eliminar as consequências que os mesmos podem acarretar para os cidadãos. -----

Considerando que, os acidentes são eventos inesperados nos quais a falta de planeamento, organização ou treino aliados à escalada de acontecimentos e à perda de controlo, dificulta a resposta imediata e imprescindível para o impedimento da evolução das dimensões do sinistro. -----

Considerando que, o Plano de Emergência é um documento que define normas, regras e procedimentos, destinados a minimizar as consequências de uma situação de emergência, os seus eventuais efeitos, tentando assim restabelecer o mais rápido possível a normalidade. -----

Considerando que, o Plano de Emergência do Aeródromo é um conjunto de ações pré-planeadas, compatíveis com a operação das aeronaves e atividades do aeródromo, com o objetivo de assegurar a sua coordenação em situações de emergência que ocorram no aeródromo ou sua vizinhança.-

Considerando que, para a execução do Plano de Emergência do Aeródromo e para a sua certificação, é necessário a existência de um Serviço de Brigadas de Aeródromo que tenham como objetivo garantir na primeira intervenção, a criação e manutenção de condições de sobrevivência e fuga; -----

Considerando que, o Serviço de Brigadas de Aeródromo entra em execução quando aterriza e descola uma aeronave de emergência médica; -----

Considerando que, o Município não tem meios próprios que lhe permitam por si só, o exigido Serviço de Brigadas de Aeródromo; -----

Considerando que, os Bombeiros Voluntários Flavienses têm os meios técnicos e pessoal qualificado que permite assegurar os serviços; ---

Considerando que, para dar cumprimento aos requisitos legais exigidos pela ANAC, o Município de Chaves pretende celebrar protocolo com os Bombeiros Voluntários Flavienses; -----

Considerando que, o clausurado no referido protocolo mereceu o acolhimento da Associação Humanitária Bombeiros Voluntários Flavienses. -----

## **II - Do DESPACHO EM SENTIDO ESTRITO -----**

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito expressas na aludida Proposta, tomo a liberdade de sugerir que seja aprovada, pelo Executivo Camarário, o Protocolo a estabelecer entre o Município de Chaves e a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários Flavienses.

À Consideração Superior -----

Chaves, 27 de janeiro de 2017 -----

Técnica Superior -----

Natália Cruz -----

Anexo: Protocolo -----

## **PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO PARA A CONSTITUIÇÃO DO SERVIÇO DE BRIGADAS DE APOIO AO AERÓDROMO MUNICIPAL DE CHAVES (GARANTIA FORMAL DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS) -----**

Considerando que: -----

Em função das características das aeronaves que operam no Aeródromo Municipal de Chaves, e conforme o disposto nas normas da ICAO (International Civil Aviation Organization), se torna necessário a existência de um Serviço de Brigadas de Apoio que tenham como objetivo

garantir na primeira intervenção, a criação e manutenção de condições de sobrevivência e fuga;-----

Para o cumprimento daquele Serviço de Brigadas de Apoio são necessários os respectivos Meios de Socorro; -----

O Município não tem meios próprios que lhe permitam assegurar por si só, o exigido Serviço de Brigada de Apoio; -----

Que os Bombeiros Voluntários Flavienses têm os meios técnicos e pessoal qualificado que permite assegurar os Serviços. -----

Entre: -----

**Município de Chaves**, pessoa coletiva número 501 205 551, com sede no Largo de Camões, em Chaves, representado por António Cândido Monteiro Cabeleira, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Chaves.-

E -----

**A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários Flavienses**, pessoa coletiva número 501 506 764, com sede no Campo da Fonte, em Chaves, representada pelo Presidente da Direção, Nuno André Monteiro Coelho Chaves, e com poderes para o presente ato, designado por segundo outorgante.-----

É celebrado o presente protocolo que se rege pelos seguintes termos e artigos: -----

CAPITULO I -----

GENERALIDADES -----

**Artigo 1.º** -----

**Entidade Responsável pelo Serviço de Brigadas de Apoio** -----

**A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários Flavienses** é a entidade responsável pelo Serviço de Brigadas de Apoio e pela disponibilização dos respectivos Meios de Socorro necessários ao cumprimento do Serviço de Brigadas de Apoio, adiante especificados. -

**Artigo 2.º** -----

**Local da Prestação do Serviço de Brigadas de Apoio** -----

2.1 -O Serviço de Brigadas de Apoio é desempenhado no perímetro interior do Aeródromo Municipal e área adjacente. -----

2.2 -Entende-se por "área adjacente" a área compreendida até 1 km do início e 1 km do fim de pista, podendo esta distância ser estendida, sempre que a tipologia da área permita a progressão dos meios de salvamento e luta contra incêndios do aeródromo, para fora do perímetro da infra-estrutura. -----

**Artigo 3.º** -----

**Horário da Prestação do Serviço de Brigadas de Apoio** -----

3.1 -Os Meios de Socorro afetos ao Serviço de Brigadas de Apoio, estão presentes no Aeródromo 30 minutos antes da aterragem e 30 minutos após a descolagem, do helicóptero de emergência médica (INEM);-----

3.2 -Aquando da realização de operações noturnas serão igualmente garantidos os meios de socorro. -----

**Artigo 4.º** -----

**Objetivo do Serviço de Brigadas de Apoio** -----

O Serviço de Brigadas de Apoio tem como objetivo garantir na primeira intervenção, a criação e manutenção de condições de sobrevivência e fuga, assim como garantir o cumprimento da regulamentação aplicável ao setor.-----

CAPITULO II -----

NIVEL DE PROTEÇÃO -----

**Artigo 5.º** -----

**Categoria de Salvamento e Luta Contra-Incêndios do Aeródromo Municipal de Chaves** -----

De acordo com o requisito mais exigente, das aeronaves que operam no Aeródromo, e conforme tabela seguinte, o serviço de Brigadas de Apoio

deverá garantir a Categoria 2 de Salvamento e Luta Contra Incêndios para apoio aos voos de emergência médica (INEM).-----

Classe do Aeródromo	Categoria de salvamento e luta contra incêndios	Comprimento Total da Aeronaves	Largura Máxima da Fuselagem
II	1	9 a 12 m exclusive	2 m

### CAPITULO III -----

#### Artigo 6.º -----

##### AGENTE EXTINTOR -----

6.1-O Serviço de Brigadas de Apoio garante os seguintes tipos de agente extintor: -----

-Agente principal (Espuma de nível B ICA0);-----

-Agente complementar (Pó Químico seco compatível com a espuma em uso).-

Qualquer agente extintor em utilização deve corresponder às especificações da Organização Internacional de Normalização (ISO) e ser detentor dos certificados regulamentares. -----

6.2 -O Serviço de Brigadas de Apoio deve garantir os seguintes requisitos mínimos de agente extintor:-----

Classe do Aeródromo	Categoria de salvamento e luta contra incêndios	Espuma de Eficácia de Nível B		Pó Químico Seco	
		Água (litros)	Descarga (litros/M in)	Quantida de (KG)	Descarga (Kg/S)
II	1	720	550	-----	-----

6.3 -O Serviço de Brigadas de Apoio deve manter atualizada, em documento próprio, uma compilação dos quantitativos de agente extintor em uso e reserva. -----

6.4 -O depósito de emulsor da viatura, adiante descrita e em utilização, pelo Serviço de Brigadas de Apoio, cumpre as seguintes características:-----

Características	Cumprimento dos Requisitos
Agulheta de baixa e alta expansão 50mm	Cumpre
Alcance da bomba acoplada ao carro (24 m)	Cumpre
Apropriado para a aeronave mais comprida	Cumpre
Depósito único de emulsor	Cumpre
Depósito de emulsor com capacidade para utilização de dois depósitos de água	Cumpre
Produção de espuma por pré-misturador acoplado à bomba	Cumpre
Taxa de descarga de espuma mínima 500l/min	Cumpre
Mangueira semi-rígida (carretel)	Cumpre
2 Unidades com 20 metros cada (viaturas sem monitor/canhão)	Cumpre

-Débito e pressão da bomba de extinção (agulheta) -500 I/min-----

-Débito da(s) linha(s) -450 I/min (cada linha)-----

-Velocidade máxima da viatura -120 Km/h-----

-Tempo de aceleração 0/80 km/h -45 segundos-----

-Capacidade do depósito de água -1500 I -----

-Capacidade do depósito de emulsor- 100 l-----

### CAPITULO IV -----

#### EQUIPAMENTOS -----

#### Artigo 7.º -----

##### Descrição dos Equipamentos -----

O Serviço de Brigadas de Apoio garante no âmbito dos Meios de Socorro, a existência de um conjunto mínimo de equipamentos de apoio prioritário à intervenção, conforme consta no quadro seguinte: -----

Equipamentos	Categoria de salvamento e Luta Contra Incêndio
	2
Alavanca metálica com aproximadamente 95 cm	1
Alicate de corte com aproximadamente 18 cm	1
Chave francesa	1
Conjunto de chaves de fendas e estrela de tamanhos diversos	1
Escada extensível	1
Facas corta cintos	2
Kit de primeiros socorros	1
Maca	1
Lanternas de mão	2
Machado de salvamento pequeno	1
Manta ignífuga	1
Marreta com aproximadamente 1,8 kg	1
Resguardo impermeável	1
Tesoura cortar chapa	1
Serrote de ferro com 6 folhas de corte, de reserva	1
Tesoura corta ferro com aproximadamente 61 cm	1
Cabo com 15 m	1

**Artigo 8.º** -----

**Localização e Transporte dos Equipamentos** -----

8.1 -Os equipamentos de apoio à intervenção, descritos no quadro anterior são transportados na viatura de combate a incêndios, adiante descrita no capítulo X. -----

8.2 -O Serviço de Brigadas de Apoio deve assegurar, em documento próprio, um plano de manutenção de todos os equipamentos afetos, para cumprimento das cartas de trabalho do fabricante. -----

**Artigo 9.º** -----

**Verificação e Manutenção dos Equipamentos** -----

9.1 -O Serviço de Brigadas de Apoio é responsável pela verificação e manutenção dos equipamentos afetos ao mesmo. -----

9.2 -A verificação é realizada em ciclos temporais adequados à frequência da atividade operacional, nomeadamente, verificação realizada semanalmente, sempre que ao longo de uma semana não ocorra atividade operacional. -----

9.3 -A verificação deverá cumprir os seguintes requisitos: -----

- Executada através de "checklist";-----

- Registada;-----

- O registo arquivado.-----

9.4- Os equipamentos que venham a ser necessários para assegurar o Serviço de Brigada de Aeródromo são adquiridos pelo 1.º Outorgante.--

**CAPITULO V** -----

**TEMPO DE RESPOSTA** -----

**Artigo 10.º** -----

**Descrição** -----

10.1 - O tempo de resposta é o tempo que decorre entre o momento em que é dado o alerta no Serviço de Brigadas de Apoio e o momento em que a primeira viatura de intervenção está, no local da ocorrência, em

posição de projetar no mínimo 50% do débito especificado no n.º 6.4 do artigo 6. -----

10.2 -O Serviço de Brigadas de Apoio garante que o tempo de resposta dos Meios de Socorro:-----

- É igual ou inferior a três minutos para qualquer ponto da pista em uso;-----

- É igual ou inferior a quatro minutos para qualquer ponto da área operacional.-----

**Artigo 11.º** -----

**Contagem do Tempo (para efeito de teste)** -----

11.1- O Tempo de Resposta deve ser calculado garantindo os seguintes procedimentos: -----

- O pessoal enverga as peças de Equipamento de Proteção Individual com que habitualmente faz prevenção; -----

- Ao motorista da viatura é aplicável o regime de exceção relativamente à utilização dos equipamentos de proteção individual, uma vez que, enquanto conduz, está isento da utilização de equipamento respiratório e luvas; -----

- A localização dos operacionais é aquela em que habitualmente se encontram quando estão em prevenção; -----

- As viaturas estão estacionadas onde habitualmente se encontram quando estão em prevenção. -----

11.2 -Contagem no tempo:-----

- Inicia-se no momento em que é dado o alerta;-----

- É cumprida quando, simultaneamente, estiverem reunidos os seguintes requisitos de utilização:-----

- O número de viaturas presentes no local do acidente permitir a aplicação de 50% da taxa de descarga, correspondente à Categoria de Salvamento e Luta Contra Incêndios do aeródromo no momento;-----

- Os elementos envolvidos no teste estiverem devidamente equipados com o Equipamento de Proteção Individual e Equipamento de Proteção Respiratória, adiante discriminados;-----

- A viatura estiver a projetar espuma (para efeitos de teste é feita a projeção de água) pelo monitor principal ou pelas linhas, em função das características técnicas da viatura em utilização. -----

**CAPITULO VI** -----

**EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL** -----

**Artigo 12.º** -----

**Equipamento de Proteção Individual** -----

12.1 -O Serviço de Brigadas de Apoio garante aos operacionais os seguintes equipamentos de Proteção Individual:-----

- Capacete com viseira e proteção de nuca, com capacidade para utilização com Equipamento de Proteção Respiratória; -----

- Cogula;-----

- Casaco de proteção ao fogo;-----

- Luvas, resistentes ao calor, à penetração por líquidos e à ação mecânica de objetos pontiagudos / cortantes. -----

12.2 -O equipamento de Proteção Individual deve cumprir, para além das especificações técnicas de referência da ICAO, simultaneamente, os seguintes requisitos de utilização:-----

- Ser de distribuição individual;-----

- Ser de utilização obrigatória. -----

12.3 -Sempre que um Equipamento de Proteção Individual não reúna condições de plena operacionalidade, o Serviço de Brigadas de Apoio, deve promover a sua substituição, para que seja garantida a segurança individual do operador.-----



12.4 -O Serviço de Brigadas de Apoio deve assegurar, em documento próprio, um cadastro individual, onde devem ser registadas as características técnicas, assim como todos os factos relevantes sobre a manutenção e operacionalidade dos equipamentos de proteção individual.-----

## **CAPITULO VII -----**

### **EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA -----**

#### **Artigo 13.º -----**

##### **Equipamento de Proteção Respiratória -----**

13.1 -O Serviço de Brigadas de Apoio, garante aos operacionais, para proteção respiratória, a peça facial com elemento filtrante para gases e partículas, resultantes de combustão de hidrocarbonetos líquidos e materiais compósitos, com autonomia mínima de 15 minutos. Compete ao Serviço de Brigadas de Apoio assegurar a limpeza/desinfecção das peças faciais e a validade do filtro. -----

13.2 -Sempre que um Equipamento de Proteção Respiratória não reúna condições de plena operacionalidade, o Serviço de Brigadas de Apoio, deve promover a sua substituição, para que seja garantida a segurança individual do operador. -----

13.3 -O Serviço de Brigadas de Apoio deve assegurar, em documento próprio, um cadastro individual, onde devem ser registadas as características técnicas, assim como todos os factos relevantes sobre a manutenção e operacionalidade dos equipamentos de proteção respiratória. -----

## **CAPITULO VIII -----**

### **ACESSOS DE EMERGÊNCIA -----**

#### **Artigo 14.º -----**

##### **Localização/Implantação -----**

14.1 -Faz parte integrante do anexo 4 do Plano de Emergência do Aeródromo, uma planta de implantação dos caminhos e portões de emergência, cujo documento é disponibilizado ao Serviço de Brigadas de Apoio. -----

14.2 -O Serviço de Brigadas de Apoio deve assegurar, a definição formal de rotas preferenciais que cubram as áreas adjacentes sobrevoadas pelas aeronaves que utilizam a infraestrutura, com especial atenção aos: -----

- Corredores de aproximação; -----

- Corredores de descolagem. -----

14.3 -Entende-se por "áreas adjacentes sobrevoadas" aquelas que se encontram situadas até 1 Km do início da pista nos corredores de aproximação/descolagem. -----

14.4 -Os percursos das Rotas Preferenciais devem ser atualizados cumprindo os seguintes requisitos:-----

- São atualizados em ciclos temporais nunca inferiores a 12 meses; --

- A atualização é executada através de uma "checklist" adequada;-----

- A atualização é registada;-----

- O registo é arquivado. -----

14.5 -As condições de circulação das Rotas Preferenciais devem ser verificadas cumprindo os seguintes requisitos: -----

- São verificadas em ciclos temporais nunca inferiores a 6 meses;----

- A verificação é executada através de uma "checklist" adequada;-----

- A verificação é registada; -----

- O registo é arquivado. -----

## **CAPITULO IX -----**

### **SISTEMA DE COMUNICAÇÕES E ALERTA -----**

#### **Artigo 15.º -----**

15.1 -O Sistema de Alarme/Comunicações e Alerta do Aeródromo encontra-se definido no Plano de Emergência da Infraestrutura, cujo documento é disponibilizado ao Serviço de Brigadas de Apoio, conforme referido adiante. -----

15.2 -Faz parte integrante do anexo 2 e 3 do Plano de Emergência, Mapas de Quadricula da área da Infraestrutura. -----

15.3 -O Serviço de Brigadas de Apoio garante o seguinte: -----

- A viatura afeta à atividade está equipada com meios de comunicação rádio; -----

- As equipas de operacionais estão equipadas com meios de comunicação rádio; -----

- A existência de meios de comunicação rádio de recurso. -----

15.4 -O Serviço de Brigadas de Apoio garante a verificação dos meios de alerta, cumprindo os seguintes requisitos: -----

- Verificação realizada semanalmente, sempre que ao longo de uma semana não ocorra atividade operacional;-----

- A verificação é executada através de uma "checklist" adequada; ----

- A verificação é registada; -----

- O registo é arquivado. -----

15.5 -O Serviço de Brigadas de Apoio garante a verificação dos equipamentos de comunicação rádio, cumprindo os seguintes requisitos:

- A verificação pode ser realizada semanalmente sempre que ao longo de uma semana não ocorra atividade operacional;-----

- A verificação é executada através de uma "checklist" adequada; ----

- A verificação é registada; -----

- O registo é arquivado. -----

## **CAPITULO X -----**

### **VIATURA -----**

#### **Artigo 16.º -----**

16.1 -O Serviço de Brigadas de Apoio garante no Aeródromo a permanência de uma viatura, 30 minutos antes da aterragem e 30 minutos após a descolagem;-----

16.2 -O Serviço de Brigadas de Apoio deve manter atualizada, em documento próprio, uma compilação das características técnicas da viatura do serviço e respetivas capacidades de agente extintor. ----

16.3 -O Serviço de Brigadas de Apoio garante a implementação de um plano de manutenção dos sistemas auto, bem como dos sistemas de extinção instalados, de acordo com as normas do fabricante. -----

16.4 -O Serviço de Brigadas de Apoio garante a verificação dos sistemas auto e dos sistemas de extinção, das viaturas, cumprindo os seguintes requisitos:-----

- A verificação pode ser realizada semanalmente sempre que ao longo de uma semana não ocorra atividade operacional;-----

- A verificação é executada através de uma "checklist" adequada;----

- A verificação é registada; -----

- O registo é arquivado. -----

16.5 -O Serviço de Brigadas de Apoio garante que, a viatura em utilização, dispõe de um cadastro individual, onde regista todos os factos relevantes, sobre a sua manutenção e operacionalidade, devendo os mesmos estarem disponíveis para consulta pelas entidades competentes. -----

16.6 -Sempre que uma viatura apresente alguma anomalia nos sistemas auto que afete a sua plena operacionalidade, o Serviço de Brigadas de Apoio, garante a sua substituição se tal for necessário, para que sejam cumpridos os meios mínimos necessários à manutenção da Categoria de Salvamento e Luta Contra Incêndios do aeródromo. -----

16.7 -Entende-se por "plena operacionalidade dos sistemas auto" a situação em que os diferentes sistemas podem ser utilizados com o objetivo com que foram fabricados, sem qualquer tipo de restrição de utilização operacional ou de segurança.-----

## **CAPITULO XI -----**

### **PESSOAL -----**

#### **Artigo 17º -----**

#### **Requisitos Profissionais para o exercício da Função de Serviço de Brigadas de Apoio -----**

17.1 -O Serviço de Brigadas de Apoio garante que as respetivas funções são desempenhadas por Bombeiros Voluntários, com formação específica no Módulo de Segurança Operacional em Aeródromos -Nível I, homologada pela ANAC, I.P. -----

17.2 - O desempenho de funções no Serviço de Brigadas de Apoio, caracteriza-se pela necessidade de ser garantida uma proficiência operacional, que permita o melhor desempenho em situações de risco agravado e de stress elevado, considerando-se que a garantia da proficiência individual resulta da Condição Operacional, que assenta na avaliação de três fatores básicos: a Condição Clínica, a Condição Física e a Condição Técnica. -----

17.3 -O Serviço de Brigadas de Apoio garante a Condição Clínica de todo o pessoal afeto, devendo para isso cumprir com os requisitos mínimos que seguidamente se enunciam:-----

- Anualmente, o operacional deve ser presente a uma consulta no âmbito da medicina do trabalho;-----

- Esta consulta avaliará entre outros fatores, a condição clínica do operacional e a sua capacidade para cumprir um programa de desenvolvimento e manutenção da condição física e executar o respetivo controlo;-----

- O resultado da avaliação deve ser registado no processo individual do operacional, através de documento próprio, emitido pela entidade responsável pela avaliação da condição clínica. -----

17.4 -Entende-se por "Entidade responsável pela avaliação da Condição Clínica", a entidade legalmente habilitada para a realização deste tipo de atividade. -----

17.5 -O Serviço de Brigadas de Apoio garante a Condição Técnica de todo o pessoal afeto, devendo para isso cumprir com os requisitos mínimos que seguidamente se enunciam:-----

- Todos os operacionais devem ser permanentemente submetidos a um programa de formação e treino aprovado pelo Diretor do Aeródromo;---

- O programa de formação e treino deve incluir provas de avaliação;--

- A avaliação, com periodicidade anual, deve ser realizada através de avaliação contínua e de prestação de provas teóricas / práticas;-----

- O resultado da avaliação deve ser registado no processo individual do operacional, através de documento próprio, emitido pela entidade responsável pela avaliação da Condição Técnica.-----

17.6 -Entende-se por "Entidade responsável pela avaliação da Condição Técnica", a entidade reconhecida pela ANAC, como sendo competente para a realização deste tipo de atividade.-----

17.7 -O Serviço de Brigadas de Apoio garante a Condição Física de todo o pessoal afeto, devendo para isso cumprir com os requisitos mínimos que seguidamente se enunciam:-----

- Todos os operacionais devem estar permanentemente submetidos a um programa de desenvolvimento e manutenção da Condição Física, definido por entidade habilitada para o efeito, que também deve ser responsável pela sua avaliação anual;-----

- O resultado da avaliação deve ser registado no processo individual do operacional, através de documento próprio, emitido pela entidade responsável pela avaliação da Condição Física. -----

17.8 -Entende-se por "Entidade responsável pela avaliação da Condição Física", a entidade legalmente habilitada para a realização deste tipo de atividade. -----

17.9 -O referencial para aferição da Condição Física, encontra-se definido no regulamento da ANAC, no âmbito do serviço de Brigadas de Apoio.-----

17.10 -Apenas é permitido o desempenho de funções a operacionais cuja Condição Operacional (Condição Clínica, Física e Técnica) esteja globalmente avaliada como Apta.-----

17.11 -O Serviço de Brigadas de Apoio garante a existência de um Processo Individual onde deve ser registado todos os factos que lhe são profissionalmente relevantes, nomeadamente entre outros:-----

- Os cursos frequentados, a respetiva avaliação e validade;-----

- As qualificações detidas, a respetiva avaliação e validade;-----

- Os cursos de Formação Contínua de Atualização e a respetiva avaliação;-----

- O resultado anual da avaliação da Condição Operacional.-----

17.12 -O Serviço de Brigadas de Apoio garante que os Processos Individuais estão disponíveis no aeródromo, para serem consultados pelas entidades competentes.-----

## **CAPITULO XII -----**

### **FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E TREINO -----**

#### **Artigo 18.º -----**

18.1 -Para manter a proficiência dos operacionais, o Serviço de Brigadas de Apoio, garante a implementação de um Programa de Formação, Qualificação e Treino, cujo âmbito abranja para além das matérias previstas no Referencial de Formação do Operador de Brigadas de Apoio, aquelas que forem determinadas localmente como necessárias para contemplar as especificidades locais.-----

18.2 -O Programa de Formação, Qualificação e Treino é elaborado anualmente, vigorando entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro.-----

18.3 -O Programa de Formação, Qualificação e Treino deve estar formalmente estruturado como um Capítulo no Manual de Procedimentos do Serviço de Brigadas de Apoio e obedece aos seguintes requisitos mínimos:-----

- Cumpre um planeamento de aplicação formalmente definido;-----

- Contempla sessões de avaliação;-----

- Contempla sessões de recuperação;-----

- Dispõe de literatura técnica de apoio para todas as matérias abordadas;-----

- Direciona-se a todos os níveis funcionais; -----

- Garante o registo individual das sessões frequentadas;-----

- Garante o mínimo de 30 horas anuais de formação, qualificação e treino individual. -----

18.4 -O Programa de Formação, Qualificação e Treino deve contemplar a qualificação e a manutenção das qualificações de todos os operacionais, através das seguintes ações de formação:-----

- Primeiros Socorros -Nível 1\*;-----

- Segurança Operacional em Aeródromos -Nível 1\*;-----

- Salvamento e Luta Contra Incêndios -Nível 1\*; -----

- Condução das viaturas em utilização; -----

- Utilização e manutenção do EPI; -----

- Operação das viaturas em utilização; -----

- Operação dos equipamentos em utilização; -----

- Condução em aeródromos; -----
- Plano de Emergência.-----

As qualificações assinaladas com "\*" dispõem de referenciais de formação homologadas pela ANAC. -----

18.5 -O Programa de Formação, Qualificação e Treino deve contemplar o treino regular em diferentes cenários e que abranjam as seguintes áreas de atuação:-----

- Comando e coordenação de equipas;-----
- Fatores humanos; -----
- Utilização e manutenção do EPI; -----
- Operação das viaturas em utilização; -----
- Operação dos equipamentos em utilização; -----
- Operação perante as aeronaves que habitualmente operam a infra-estrutura aeronáutica;-----
- Operacionalização do Plano de Emergência;-----
- Operação perante fogo real com combustíveis líquidos sob pressão;--
- Condução em aeródromos.-----

18.6- O Município deve assegurar a formação aos Bombeiros Voluntários Flavienses que, se considere imprescindível, para assegurar o Serviço de Brigadas de Aeródromo.-----

### **CAPITULO XIII** -----

#### **Artigo 19.º** -----

##### **PLANO DE EMERGÊNCIA** -----

A Aeródromo dispõe de um Plano de Emergência e conforme referido no ANEXO 7 desse documento, o presente protocolo faz parte integrante do mesmo.-----

#### **Artigo 20.º** -----

##### **Âmbito de Aplicação** -----

20.1 -Perante acidentes com aeronaves na área adjacente do aeródromo, os Meios de Socorro atuam como se a emergência fosse dentro da infraestrutura. -----

20.2 -Perante acidentes com aeronaves, para além da área adjacente, os Meios de Socorro atuam em conformidade com o definido no Plano de Emergência. -----

#### **Artigo 21º** -----

##### **Simulacros** -----

Bienalmente deve ser executado um exercício de segurança operacional à escala total, com a presença de todas as entidades intervenientes no Plano de Emergência, nomeadamente do Serviço de Brigadas de Apoio. -----

#### **Artigo 22.º** -----

##### **Atualização do presente documento** -----

O presente documento será atualizado perante eventual necessidade de alteração dos pressupostos que lhe deram origem. -----

#### **Artigo 23.º** -----

##### **Validade do presente documento** -----

O presente documento é válido por um ano, sendo renovável, automaticamente, se nenhuma das partes o denunciar, com aviso prévio de 60 dias. -----

Assim o outorgam: -----

Chaves:\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ -----

Feito em duas vias, ficando cada parte outorgante com uma delas em seu poder. -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA**  
**DE 2017.01.30**-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.  
**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.01.30** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017.01.30.** -----

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

#### **4. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº01/SHSDPC/N.º03/2017-----**

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 1. -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2017.01.09-----**

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado-----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.01.23** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017.01.23.** -----

Visto. Concordo. À reunião de Câmara para deliberação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

#### **5. PROGRAMA DE APOIO À RENDA - APRECIACÃO DO PEDIDO DE PRORROGAÇÃO PROCESSO 03/2016. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº05/SHSDPC/N.º05/2017-----**

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 2. -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.01.23** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017.01.23.** -----

Visto. Concordo. À reunião de Câmara para deliberação. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, tendo registado o facto da autarquia ser proprietária de casas destinadas à habitação social. -----

Algumas destas situações poderiam ser resolvidas com a atribuição dessas casas, mediante a celebração de contrato de arrendamento, de cariz social. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**6. ARRENDATÁRIOS EM PROCESSO DE NOTIFICAÇÃO JUDICIAL AVULSA (AÇÕES DE DESPEJO). ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA. INFORMAÇÃO / PROPOSTA Nº10/SHSDPC/ N.º08/2017-----**

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 3. -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2017.01.23-----**

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado-----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.01.26 -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017.01.26. -----**

Visto. Concordo. À reunião de Câmara para deliberação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**7. ALIENAÇÃO DO PATRIMÓNIO HABITACIONAL DO MUNICÍPIO DE CHAVES. BAIRRO CASAS DOS MONTES: BL 3, 2.º DT.º. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº12/SHSDPC/ N.10/2017-----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**1.ENQUADRAMENTO-----**

Reporta-se à década de 80 a construção, na cidade de Chaves, de dois grandes aglomerados habitacionais de índole social, vulgarmente designados por Bairro Social de Casas dos Montes e Bairro Social da Zona dos Fortes, ambos, à data, propriedade do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE).-----

Refira-se que a estratégia do referido IGAPHE sempre esteve direcionada para a eliminação, através da construção de fogos a custos controlados, das frágeis condições habitacionais com características de barracas, construções abarracadas ou muito degradadas, no seio da implementação de uma estratégia nacional de eliminação de barracas e que mais tarde viria a dar lugar ao Programa Especial de Realojamento (PER).-----

Os fogos edificadas no Concelho de Chaves foram, na sua maioria, atribuídos por concurso público, outros por reserva, para situações de expropriações decorrentes da realização de obras de interesse público, outros, ainda, como casas de função, para funcionários do Hospital de Chaves, PSP, CTT e Polícia Judiciária.-----

Desde o ano de 1986 que os requerentes em apreço residem no bloco 3, 2.º Dt.º do bairro social de Casas dos Montes, num fogo constituído

por três assoalhadas. Do referido processo de realojamento faziam parte os próprios, e uma descendente.-----

Através de requerimento, anexo à presente informação, com data de registo de 8 de setembro de 2016, Marcelino Ferreira D'Almeida e esposa Maria da Natividade Ferreira Almeida vêm manifestar o interesse pela compra da habitação da qual são legítimos arrendatários.-----

Importa acrescentar que tal procedimento é justificado pela posse, a favor do município de Chaves, das habitações arrendadas. Recorde-se que em 10 de dezembro de 2004, o Instituto Nacional de Habitação e o Município de Chaves acordaram, através de Auto de Cessão, a transferência do património, direitos e obrigações, daquele Instituto para o Município de Chaves. Foram transferidas 88 habitações do bairro de Casas-dos-Montes e 103 do bairro da Zona dos Fortes.-----

Após transferência dos direitos e obrigações para o Município de Chaves é elaborada proposta de alienação do património habitacional, referente aos bairros sociais de Casas dos Montes e Zona dos Fortes, presente em sede de reunião do órgão executivo municipal, em 13 de setembro de 2007 e posteriormente sancionada em reunião ordinária da Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2008.-----

Após a alienação de alguns ativos imobiliários, ao longo deste período, surge a necessidade de se proceder à atualização do valor patrimonial sempre que o arrendatário manifeste a intenção de compra, de modo a repercutir, em cada momento, o valor real do bem objeto de alienação.-

Neste contexto, através da informação/proposta n.º 128/SHSDPC de 09 de setembro de 2016, foi solicitada a intervenção da Comissão de Avaliação do Património Municipal, de modo a determinar o valor do apartamento de três assoalhadas, objeto de manifesto interesse de compra por parte dos arrendatários.-----

A referida Comissão viria a avaliar o valor do fogo de habitação social em 29.370,00€ (vinte e nove mil trezentos e setenta euros).-----

Procedeu-se, então, à comunicação junto dos interessados/arrendatários do resultado da nova avaliação do fogo de habitação social, com inclusão da dedução de 20% sobre o valor apurado, de acordo com a tabela aprovada pela Portaria n.º 1063/90, de 19 de outubro.-----

No dia 19 de janeiro do corrente ano, ambos os cônjuges comunicaram, presencialmente, o interesse pela compra da referida habitação.-----

**2.FUNDAMENTAÇÃO-----**

Assim,-----

Considerando que, o património habitacional municipal tem sido, casuisticamente, objeto de alienação através de venda ao arrendatário ou cônjuge e, a requerimento destes, aos seus parentes ou afins que com ele coabitam há mais de um ano;-----

Considerando que, os arrendatários do bloco 3, 2.º Dt.º, expressaram, através de requerimento anexo à presente informação, o propósito de aquisição, por compra, do supracitado fogo de habitação social;-----

Considerando que, após atualização do valor do património objeto de alienação, os arrendatários renovaram o interesse pela compra do mesmo;-----

Considerando que, da consulta efetuada ao sistema informático de registo e cobrança de rendas das habitações sociais do Município, não consta, à data da elaboração da presente informação, qualquer valor de renda em dívida;-----

Considerando que, das oito frações autónomas existentes no referido bloco 3, já foram alienadas, através de venda direta aos respetivos arrendatários, três fogos de habitação social;-----

Considerando que, o cumprimento das metas estabelecidas no orçamento municipal exige uma monitorização cuidada, essencialmente projetada



para a redução da despesa e uma rentabilização e valorização dos ativos imobiliários municipais que compense a crescente redução de receita;- Considerando que, a rentabilização e valorização dos ativos imobiliários municipais deverão passar pela alienação daqueles que poderão ser classificados como não estratégicos para a política de realojamento social;-----

Considerando que, ao abrigo do regime financeiro das autarquias locais, consagrado na Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, constituem receitas dos municípios, entre outras, o produto da alienação de bens próprios, móveis ou imóveis;-----

Considerando que, o valor da alienação proposto de 29.370,00€, não carece de autorização prévia por parte da assembleia municipal, sendo matéria da competência material da Câmara Municipal, adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG, de acordo com o observado na alínea g), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

Considerando que, sobre o valor de venda do fogo, determinado pela Comissão de Avaliação do Património Municipal, pode resultar uma dedução, em função do pagamento integral, de acordo com o estipulado no n.º 2, do artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º 288/93, de 20 de agosto;-

Considerando que o valor do fogo localizado no bloco 3, 2.º Dt.º (T3) do bairro de Casas dos Montes é de 23.496,00€ (vinte e três mil quatrocentos e noventa e seis euros), com a dedução de 20% conforme proposta de venda da habitação remetida à arrendatária, cujo documento se anexa à presente proposta.-----

### 3.DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO-----

Pelo exposto, não obsta a este setor de habitação social e desenvolvimento de projetos comunitários qualquer argumento de facto e de direito que indiciem para o indeferimento da pretensão dos arrendatários quanto à matéria requerida (aquisição do fogo de habitação social), pelo que, tomo a liberdade de submeter à apreciação superior a adoção da seguinte estratégia procedimental;-----

1 - Apreciação pela Chefe da Unidade Flexível de 2.º Grau de Recursos Humanos e Ação Social, Dr.ª Paula Cabugueira, em vista a sancionar, ou não, os fundamentos explanados que versam sobre aprovação do valor determinado pela Comissão de Avaliação do Património Municipal de 29.370,00€ (vinte e nove mil trezentos e setenta euros) e consequente alienação do fogo de habitação social localizado no bloco 3, 2.º Dt.º do bairro de Casas dos Montes, pelo valor de 23.496,00€ (vinte e três mil quatrocentos e noventa e seis euros), refletindo a dedução de 20%, desde que respeite o pagamento integral da importância devida;-----

2 - Caso a presente informação venha a merecer de concordância superior, deverá a mesma ser remetida ao cuidado do Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado, cujo parecer/decisão deverá, sequencialmente, ser remetida para o Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, Arq. António Cabeleira para a emissão da competente decisão;-----

3 - Independentemente do sentido da decisão que vier a ser exarada, dever-se-á dar conhecimento ao gabinete do Sr. Vereador João Neves;--

4 - Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião do órgão executivo municipal, em vista a produzir a competente deliberação, consubstanciada na aprovação do valor determinado pela Comissão de Avaliação do Património Municipal e consequente alienação do fogo de habitação social de tipologia III, localizado no bloco 3, 2.º Dt.º, do bairro social de Casas dos Montes pelo valor de 23.496,00€ (vinte e três mil quatrocentos e noventa e seis euros);-----

5 - Tal decisão é materializada na competência própria da Câmara

Municipal em adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG, de acordo com o observado na alínea g), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

6 - Se notifique, os requerentes, da decisão que vier a ser proferida, de acordo com o artigo 112.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro.-----

7 - Após notificação dos arrendatários, deverá o presente assunto ser remetido ao gabinete do Diretor de Departamento de Coordenação Geral para a concretização dos adequados procedimentos notariais.-----

À consideração Superior.-----

O Técnico Superior-----

(Aureliano Moraes)-----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2017.01.24.** -----

Visto. Concorde. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado-----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.01.26** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017.01.26.** -----

À reunião de Câmara. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo tecido os seguintes comentários: -----

1 - Em relação à venda de andares e/ou frações aos arrendatários dos bairros sociais, tal realidade constitui, à partida, uma boa notícia, significando que as famílias carenciadas criaram condições económicas para a sua aquisição. -----

2 - Contudo, a Autarquia deve acautelar todas as finalidades associadas à afetação de habitações sociais, nomeadamente, para dar resposta a situações urgentes (violência doméstica) e, bem assim, no que diz respeito a alterações sociais imprevistas de agregados familiares carenciados. -----

3 - Desde que a Autarquia tenha condições, através do seu parque habitacional social, para dar resposta a situações de emergência social, não vê qualquer inconveniente na adoção desta estratégia de alienação. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - Na situação, individual e concreta, em apreciação, a alienação do imóvel, ao respetivo arrendatário, acaba por não comprometer a estratégia de atuação apontada, sobre a matéria, pelo Vereador do Partido Socialista, Dr. Francisco de Melo. -----

2 - De facto, o imóvel objeto de alienação não se encontra devoluto, sendo o seu adquirente, o próprio arrendatário, de acordo com o quadro legal em vigor, sobre a matéria. -----

3 - A Autarquia vem desenvolvendo, nesta área de intervenção, uma política que acolhe as preocupações evidenciadas, pelo referido Vereador. -----

4 - Assim, no Bairro Social dos Aregos, são declinadas quaisquer propostas de alienação das frações, mesmo a favor dos seus

arrendatários, em vista à criação de uma bolsa de habitações sociais que possa dar resposta a situações de emergência social. -----

5 - Concluído o ciclo de vida do arrendamento as casas devolutas são recuperadas e destinadas a dar resposta às carências habitacionais, nomeadamente a situações de emergência social. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**8. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. MARGARIDA JESUS XAVIER INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº11/SHSDPC/ N.º09/2017 -----**

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 4. -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.01.30 -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017.01.30. -----**

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**9. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. ARTUR MADUREIRA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº13/SHSDPC/ N.º11/2017 -----**

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 5. -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2017.01.25-----**

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado-----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.01.30 -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2017.01.30. -----**

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**IV**

**PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:**

**1. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A ENTIDADES DE CARÁTER CULTURAL - BANDAS MUSICAIS. PROPOSTA Nº 15/GAP/17. -----**

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**I - Da Exposição de Motivos-----**

1 - Considerando que existem, sedeadas no nosso concelho, diversas entidades que, desenvolvem atividades no âmbito da promoção e divulgação da música, em especial da música tradicional portuguesa;--

2 - Considerando que tais atividades constituem um contributo e uma mais-valia para o enriquecimento cultural dos munícipes;-----

3 - Considerando que é sua finalidade última a promoção recreativa e cultural de tradições seculares no Município; -----

4 - Considerando que é parte integrante de um desenvolvimento que se quer sustentado o reforço de animação social e cultural da população concelhia; -----

5 - Considerando que as ações propostas pelas diversas entidades musicais existentes no nosso concelho são potenciadoras de uma dinâmica social mobilizadora e, em simultâneo, geradoras de fortes laços de ligação entre as diversas freguesias do concelho;-----

6 - Considerando que, pelo carácter filantrópico de que se revestem as entidades em causa, não tem por si só, meios capazes de concretizarem as atividades que se propõem desenvolver de uma forma eficaz e catalisadora do esforço humano nelas despendidas;-----

7 - Considerando que esta é também uma forma de descentralizar competências atribuindo maior protagonismo e envolvendo de forma mais vinculada a comunidade civil;-----

8 - Considerando que os apoios a conceder às entidades, Casa de Cultura Popular de Outeiro Seco e Associação Cultural e Recreativa de Torre de Ervededo, incluídas no quadro sinóptico em anexo à presente proposta e que dela faz parte integrante para os devidos efeitos legais, servirão para atingir os seguintes objetivos, respetivamente:-----

a) Divulgar a tradição musical do nosso Concelho;-----

b) Aquisição de autocarro.-----

9 - Considerando que o apoio à entidade em referência se enquadra no Regulamento de apoio a Iniciativas Regulares ou Pontuais, de Natureza Educativa, Desportiva, Recreativa, Cultural, Social e Outras, aprovado pelo Executivo Municipal em reunião de 26 de março de 2015 e sancionado pelo órgão Deliberativo Municipal em sessão ocorrida no dia 29 de abril de 2015.-----

10 - Considerando, por último, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u), do número 1, do artigo 33º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente no apoio a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa, ou outra.-----

**II - Da Proposta em Sentido Estrito-----**

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, submeto à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta:-----

a) Apoiar financeiramente as entidades constantes do aludido quadro sinóptico em anexo, os montantes também aí consignados com vista a permitir que as mesmas possam desenvolver, em prol de comunidade as ações e iniciativas a que se propõem;-----

b) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do executivo camarário dever-se-á promover a devida publicação de tal liberalidade e para o fim em vista em jornal local e em boletim

municipal, tudo isto no estrito cumprimento da Lei nº 64/2013, de 27 de Agosto;-----

c) Dar conhecimento do teor da decisão administrativa tomada às referidas entidades peticionárias;-----

d) Se essa decisão for favorável, remeter a presente proposta ao Departamento de Administração Geral para ulterior operacionalização;

e) A presente proposta tem cobertura orçamental através das seguintes rubrica: 04.07.01.01 e 08.07.01.99;-----

f) Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexa-se à presente informação documento contabilístico da Divisão Financeira. -----

Chaves, 30 de janeiro de 2017-----

O Presidente da Câmara Municipal,-----

(Arq. António Cabeleira)-----

**Quadro Sinótico**  
**Anexo à proposta n.º15/GAP/2017**

<b>Entidades</b>	<b>Apoio Financeiro</b>	<b>Classificação Económica</b>
Banda Musical de Torre de Ervededo	10.000,00	08.07.01.99
Banda Musical de Outeiro Seco	6.000,00	04.07.01.01

-----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

**V**  
**PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:**

**1- PLANEAMENTO**

**2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO**

**3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO**

**3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA. -----**

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 6. ---

-----  
**A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----**  
-----

### **3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR RESPONSÁVEL, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ARQ. CASTANHEIRA PENAS. -----**

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 7. ---  
-----

**A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----**  
-----

### **3.3. CERTIDÃO REABILITAÇÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DE IMI E IRS AO ABRIGO DO ARTº 71 DO EBF. - REQUERENTE: JOÃO CARLOS TEIXEIRA BRUNO - LOCALIZAÇÃO: RUA DIREITA Nº 110 / RUA BISPO IDÁCIO - SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº221/12 - REQUERIMENTO Nº 293/16 - INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 15/DSCH/17 - TÉCNICO: PAULO JORGE RODRIGUES BRANCO, ENG. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

#### **1. INTRODUÇÃO -----**

João Carlos Teixeira Bruno, na qualidade de proprietário, solicita sob requerimento n.º 293/16, referente ao processo n.º 221/12, emissão de certidão para isenção de IMI e certidão para dedução de despesas de construção em sede de IRS e tributação à taxa de 5% em sede de IRS dos rendimentos prediais, no âmbito do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF). -----

#### **1.1. LOCALIZAÇÃO -----**

O prédio está inscrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o nº1947/20090422, na matriz predial com o artigo urbano n.º 6783 e situa-se na Rua Direita nº110, freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves. -----

#### **1.2. ANTECEDENTES -----**

**1.2.1.** Após o respetivo processo de licenciamento para reconstrução do imóvel destinado a habitação, comércio e serviços, a 29 de abril de 2013 foi emitido o alvará de obras de reconstrução nº69/13, com prazo de validade até 29 de abril de 2014, prorrogada por 6 meses até 2 de dezembro de 2014. -----

**1.2.2.** A 12 de março de 2015 foi emitida novo alvará de construção/reconstrução/alteração nº39/15, com validade até 11 de setembro de 2015. -----

**1.2.3.** Em 25 de janeiro de 2016 é emitido o alvará de autorização de utilização nº 05/16. -----

#### **2. ENQUADRAMENTO DO PEDIDO -----**

##### **2.1. ENQUADRAMENTO NO REGIME JURÍDICO -----**

O município numa estratégia de promover a reabilitação urbana para o centro histórico de Chaves, por deliberação do órgão executivo camarário em reunião ordinária realizada no dia 21 de Janeiro de 2013, aprovou a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU), devidamente sancionada pelo órgão deliberativo municipal, em sua sessão ordinária realizada no dia 27 de Fevereiro de 2013, na qual foi aprovada por unanimidade e posteriormente publicada em Diário da República, 2.ª série, n.º 67, de 5 de Abril de 2013. -----

A 21 de agosto de 2015, por deliberação do órgão executivo camarário tomada em reunião ordinária, devidamente sancionada pelo órgão deliberativo municipal, em sua sessão ordinária realizada no dia 29 de setembro de 2015, foi aprovada por unanimidade a alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de

Chaves e posteriormente publicada em Diário da República, 2.ª série, n.º 40, de 26 de Fevereiro de 2016. -----

#### **2.1.1. ENQUADRAMENTO FACE À COLECTA EM SEDE DE IRS -----**

Os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação inseridos na ARU, são dedutíveis em sede de IRS, até ao limite de 500,00€, 30% dos encargos suportados pelo proprietário relacionados com a reabilitação de imóveis localizados em ARU e recuperados nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, ao abrigo do ponto 4.º, do artigo 71.º do EBF. -----

Os encargos previstos com a reabilitação de imóveis localizados em ARU devem ser devidamente comprovados e dependem de certificação prévia por parte do órgão de gestão da área de reabilitação ou da comissão arbitral municipal, de acordo com os nº17 e 23 do artigo 71.º do EBF.-

#### **2.1.2. ENQUADRAMENTO FACE AO IMI -----**

Os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação inseridos na ARU, são passíveis de isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) por um período de cinco anos, a contar do ano inclusive, da conclusão da reabilitação, podendo ser renovada por um período adicional de cinco anos, ao abrigo do nº7 do artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF). -----

#### **2.1.3. ENQUADRAMENTO RELATIVO À TAXA DE 5% SOBRE OS RENDIMENTOS PREDIAIS AUFERIDOS -----**

Os rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes em território português são tributados à taxa de 5%, quando decorrentes de imóveis situados em área de reabilitação urbana, recuperados nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, acordo com a alínea a) do nº 6 do artigo 71 do EBF. -----

### **3. CONSIDERAÇÕES DO PARECER -----**

**3.1.** Os benefícios fiscais atribuídos no âmbito do artigo 71º do EBF, são aplicáveis a imóveis que tenham iniciado as ações de reabilitação após 1 de janeiro de 2008 e as concluíam até 31 de dezembro de 2020, de acordo com o descrito no nº 21 do art.º 71 do EBF. -----

**3.2.** Conforme se pôde verificar pelo relatório fotográfico constante no processo de licenciamento, o edifício apresentava-se em mau estado de conservação, derivado ao mau estado das caixilharias exteriores, despreendimento do reboco da fachada e mau estado de conservação da cobertura que propicia infiltrações para o interior do imóvel, degradando os paredes e pavimentos interiores, todos eles em madeira e tabique em ripas de madeira e gesso. -----

**3.3.** Da reabilitação, foi demolido todo o interior do edifício, mantendo-se apenas as paredes exteriores em alvenaria de granito, funcionando estas como de conservação de excelente para as várias frações do prédio, conforme consta das fichas de avaliação, anexas ao processo. -----

**3.6.** Tendo em consideração o descrito nos pontos 3.2 e 3.5, o estado de conservação cumpre o disposto na alínea a) do nº22 do artigo 71º do EBF - "Ações de reabilitação' as intervenções destinadas a conferir adequadas características de desempenho e de segurança funcional, estrutural e construtiva a um ou vários edifícios, ou às construções funcionalmente adjacentes incorporadas no seu logradouro, bem como às suas frações, ou a conceder-lhe novas aptidões funcionais, com vista a permitir novos usos ou o mesmo uso com padrões de desempenho mais elevados, das quais resulte um estado de conservação do imóvel, pelo menos, dois níveis acima do atribuído antes da intervenção". -----

**3.7.** Estando o prédio urbano dentro da delimitação da área de reabilitação urbana e cumprindo o disposto no ponto 3.1 e 3.6, fica enquadrado no regime específico que permite usufruir da isenção de

IMI, dedução de despesas em sede de IRS e tributação dos rendimentos prediais à taxa de 5%. -----

**3.8.** No que respeita ao IMI, considerando a taxa de 0.35%, a isenção por um período de 5 anos, resulta numa redução de receita para o município, sendo neste caso e de acordo com a avaliação constante na caderneta predial de: -----

paredes resistentes, servindo de suporte às lajes aligeiradas dos pisos e estrutura do telhado. -----

**3.4.** No âmbito do n.º 24 do artigo 71.º do EBF, o município certifica o estado de conservação do imóvel antes e após as obras compreendidas na ação de reabilitação, de acordo com a escala constante no n.º 3 do artigo 6.º da Portaria n.º1192-B/2006 de 3 de Novembro, que define a ficha de avaliação na qual constam os elementos relevantes do locado para a determinação do estado de conservação. -----

**3.5.** No passado dia 11/03/2016 foi feita a vistoria final a certificar o estado de conservação do imóvel, tendo sido considerado um estado

Imóvel	Uso da unidade	Data Avaliação	VPT	IMI (1 ano)	IMI (5 anos)
R/C - Fração A	Comércio	22/02/2015	41 680.00€	<b>145.88€</b>	<b>729.40€</b>
1.º Andar - Fração B	Serviços	22/05/2015	16 320.00€	<b>57.12€</b>	<b>285.60€</b>
1.º Andar - Fração C	Serviços	22/02/2015	15 210.00€	<b>53.24€</b>	<b>266.20€</b>
2.º Andar - Fração D	Habitação	22/02/2015	26 400.00€	<b>92.40€</b>	<b>462.00€</b>
3.º Andar - Fração E	Habitação	22/02/2015	17 910.00€	<b>62.69€</b>	<b>313.45€</b>

<b>Total</b>	<b>411.33€</b>	<b>2 056.65€</b>
--------------	----------------	------------------

**3.9.** Assim, o município perderá receita anual no valor de 411.33 € e de 2 056.65 € durante os 5 anos da isenção de IMI, referentes ao imóvel objeto de apreciação. -----

#### **4. PROPOSTA DE DECISÃO** -----

**4.1.** Face ao exposto proponho a emissão da certidão para efeitos de IRS, dando cumprimento ao disposto no n.º4 e n.º 6 do artigo 71 do EBF e emissão da certidão para efeitos de isenção de IMI, por um período de cinco anos, de acordo com o n.º7 do artigo 71.º do EBF. -----

**4.2.** A presente informação deverá ser presente a reunião da câmara, no sentido do órgão executivo municipal deliberar sobre a proposta de decisão. -----

**4.3.** Após aprovação em reunião de câmara, o pedido de isenção de IMI deverá posteriormente ser submetido para deliberação, à assembleia municipal, de acordo com o n.º 20 do artigo 71º do EBF. -----

**DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE SALVAGUARDA DO CENTRO HISTÓRICO, ARQ. ANTÓNIO MALHEIRO, DE 20/01/2017.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.01.24** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017-01-30.** -----

À reunião de Câmara. -----



**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

-----  
**Regista-se a entrada da Vereadora do Partido Socialista, Senhora Dra. Paula Cristina Barros Teixeira Santos, iniciando a sua participação na reunião quando eram 10:00 horas.** -----  
 -----

**3.4. OBRAS DE AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E ANEXOS, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 817/16 - ADÉRITO DE JESUS COSTA - RUA DOS GAFOS N.º 3, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 23.01.2017.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**1 - INTRODUÇÃO**-----

1.1- Através do requerimento n.º 68/17, referente ao processo n.º 817/16, o Sr.º Rogério Rodrigues Pereira na qualidade de procurador do Sr.º Adérito de Jesus Costa, apresenta elementos, relativos a um pedido de aprovação de projeto de alterações de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, na legalização das obras de ampliação<sup>2</sup> de uma habitação unifamiliar e da ampliação/construção<sup>3</sup> de anexos (lic.ª inicial n.º 41/76, 611/77 e 568/84), situada na rua dos Gafos, n.º 3 - Casas dos Montes, freguesia de Santa Maria Maior no concelho de Chaves.-----

1.2- De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial atualizada, o prédio urbano tem a área total 1 170,00 m<sup>2</sup>, está inscrito na matriz com o n.º 2409 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 2016/20090504, da freguesia de Santa Maria Maior-----

**2 - ANTECEDENTES**-----

O imóvel possui os seguintes antecedentes:-----

2.1- Licença n.º 41/76, para construção de uma habitação unifamiliar de r/chão e andar com a área de 238,94 m<sup>2</sup>";-----

2.2- Licença n.º 611/77, para construção de um muro de vedação;-----

2.3- Licença n.º 568/84, para construção de um armazém com 27,00 m<sup>2</sup>;-----

**3 - SANEAMENTO E APRECIACÃO LIMINAR**-----

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente:-----

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos; -----

- Extrato da planta de ordenamento, do plano Diretor Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;-----

- Memória descritiva e justificativa;-----

---

<sup>2</sup> «Obras de ampliação» as obras de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação, da cerca ou do volume de uma edificação existente;-----

<sup>3</sup> «Obras de construção» as obras de criação de novas edificações;----

-Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, coordenador de projeto e dos projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;-  
 - Comprovativo de inscrição dos técnicos em associação pública de carater profissional;-----  
 - Declaração de compatibilidade entre papel e formato digital;-----  
 - Ficha de elementos estatísticos;-----  
 - Fotografias;-----  
 - Ficha de Medição;-----  
 - Levantamento topográfico à escala 1:500;-----  
 - Declaração do topógrafo;-----  
 - Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1: 200;-----  
 - Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos;-----  
 - Alçados à escala de 1:100;-----  
 - Corte transversal e longitudinal à escala de 1:100;-----  
 - CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----  
 - Desenho de alterações;-----  
 - Projeto de estabilidade;-----  
 - Projeto de abastecimento de água e drenagem de águas residuais;----  
 - Projeto de águas pluviais;-----  
 - Termo de responsabilidade do projeto de arranjos exteriores;-----  
 - Ficha de Segurança Contra Incêndio;-----  
 - Comprovativo de energia elétrica;-----

#### **4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----**

##### **4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----**

4.1.1- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), por reportar à legalização das obras de ampliação e construção de uma habitação unifamiliar e anexos.-----

##### **4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----**

4.2.1- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 47 A, o terreno está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados.-----

##### **4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----**

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

#### **5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----**

5.1- O requerente pretende a legalização da ampliação de uma habitação unifamiliar de cave, r/chão e andar, com a área bruta de construção de 282,00 m<sup>2</sup>. Pretende ainda legalizar a ampliação de um anexo de apoio com a área de 53,95 m<sup>2</sup> e outro de 16,40 m<sup>2</sup>.-----

5.2- O processo está instruído de acordo com o n.º 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, ou seja, com os projetos de estabilidade, águas pluviais, abastecimento de água e águas residuais, ficha de segurança contra incêndio. No que diz respeito à luz é apresentada fatura.-----

5.3- Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2016-01-12, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º 91", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

5.4- Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de não haver necessidade de se realizarem obras de correção e/ou adaptação na

habitação unifamiliar e anexos, objeto de pedido de legalização das obras de ampliação e construção, respetivamente.-----

5.5- A habitação unifamiliar e anexo que se pretende legalizar as obras de ampliação, são uma preexistência, pelo facto de estarem devidamente licenciados, em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 5<sup>4</sup> do Regulamento do Plano Diretor Municipal.-----

5.6- O imóvel principal destina-se a habitação unifamiliar, possui 3 pisos (cave, r/chão e andar). O imóvel secundário destina-se a arrumos e são servidos por arruamento público;-----

5.7-A edificação principal e anexos existentes e a legalizar, têm uma área bruta de construção de 352,35 m<sup>2</sup>, o que implica um índice de utilização (Iu) de 0,30 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup>, que resultam da aplicação da seguinte fórmula: área bruta de construção/área do terreno = 352,35 m<sup>2</sup>/1 170,00 m<sup>2</sup> = 0,30 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup>.-----

5.8- A operação urbanística, que se pretende legalizar, integra-se com naturalidade na envolvente, possui as condições mínimas de habitabilidade, sendo certo, que se trata de uma construção dos anos 70, que mantém as características da década em que foi construída. Não põe em causa a criação de rede viária estruturante, nem comporta sobrecarga excessiva nos sistemas e redes, pelo facto de se manter a tipologia existente na envolvente.-----

## **6 - RESPONSABILIDADE-----**

6.1-O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto, do autor dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados;-----

## **7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS Á PRETENSÃO-----**

7.1-De acordo com o n.º 3, do artigo 25.º, do Regulamento n.º 314/2010, a taxa de infraestruturas urbanísticas a aplicar atinge o montante de 93,32 euros.-----

7.2-As taxas administrativas, previstas no artigo 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 166,10 euros.-----

7.3-O valor total das taxas a liquidar é assim de 259,42 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado nos quadros I (taxas de infraestruturas urbanísticas) e II (taxas administrativas), do anexo I.-----

## **8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----**

8.1-Considerando que o edifício principal e anexos de apoio, se situam em local, onde predominam esta tipologia de construções, encontra-se em razoável estado de conservação, não desvirtuando a envolvente em que se insere.-----

---

<sup>4</sup> Artigo 5º - Preexistências-----

1 - Para efeitos do presente Regulamento consideram-se preexistências as actividades, explorações, instalações, edificações, equipamentos ou quaisquer atos que, executados ou em curso à data de entrada em vigor do Plano Diretor Municipal, cumpram nesse momento qualquer das seguintes condições:-----

a) Não carecerem de qualquer licença, aprovação ou autorização, nos termos da lei;-----

b) Estarem licenciados, aprovados ou autorizados pela entidade competente, nos casos em que a lei a tal obriga, e desde que as respetivas licenças, aprovações ou autorizações não tenham caducado ou sido revogadas ou apreendidas.-----

8.2- Considerando que a construção respeita os afastamentos existentes na envolvente imediata, os alinhamentos á via pública com a qual confronta e o índice de utilização do solo, ao propor um índice de 0,30 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup>.-----

8.3- Considerando que as obras a legalizar respeitam os artigos 18.º e 19.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves.-----

8.4 - Considerando que a edificação é servida por arruamento público, pavimentado a betuminoso, possui ligação á rede pública de água e esgotos.-----

8.5- Considerando que o imóvel mantém o uso preexistente, para habitação unifamiliar, que se enquadra no disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 7 do Plano Diretor Municipal, onde dispõe que, os espaços de classe 1 possuem já ou estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista;-----

8.6 Considerando que da vistoria realizada, resultou, não haver necessidade de obras de correção e/ou adaptação, o título a emitir será o Alvará de autorização de utilização, conforme previsto no n.º3 do artigo 73.º-C do RMUE.-----

8.7- Considerando, que a operação urbanística em análise, consubstancia, a isenção do cumprimento das regras relativas às acessibilidades, aos requisitos térmicos, ou seja, a dispensa de cumprimento de normas técnicas de construção, pelo facto de se tratar de um edifício construído antes destas exigências (1976). Neste contexto, mesmo que o edifício tivesse sido ampliado legalmente, sempre existiria sem estas exigências.-----

#### **9 - PROPOSTA DE DECISÃO**-----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no artigo 102-A.º do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel;-----

c) Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de ampliação da habitação unifamiliar e da ampliação/construção de anexos, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar;-----

À consideração superior-----

#### **ANEXO I**-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N° 314/2010-----

Áreas (m<sup>2</sup>) - aumento de área de 86,41 m<sup>2</sup>-----

#### **QUADRO I**-----

**- Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)**-----

QUADRO II				
		s/n	C/m²	Custo (C)
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem			
	- Semipenetração betuminosa	0	0,24	0,00
	- Betão betuminoso	1	0,14	0,14
	- Granito (calçada a cubos)	0	0,20	0,00
	- Granito (calçada à portuguesa)	0	0,06	0,00
	- Betão	0	0,20	0,00
REDE DE ÁGUA		1	0,24	0,24
REDE DE ESGOTOS		1	0,34	0,34
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		1	0,36	0,36
		C - custo das obras existentes na via pública 1,08		
		A - área bruta da obra a realizar (ampliação) 86,41 m²		
Ampliações de moradias unifamiliares existentes, desde que a área bruta de construção seja superior a 20 m²				
- n.º 3 do artigo 25.º				
T = C x A		T = 93,32 €		

**- Cálculo das taxas administrativas-----**

(art.º 66 da subsecção IV)-----

Descrição		Taxa	Valor
<b>Capítulo II</b>	<b>EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO</b>		
Secção IV EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV			
IV EMISSÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação		
n.º 17	Emissão de aditamento ao alvará		37,65 €
n.º 2	Para habitação unifamiliar por fogo		
a)	Até 250 m2	1	73,60€ 73,60 €
b)	De 251 m2 a 500 m2	0	84,10€ 0,00 €
c)	Superior a 500 m2	0	94,65€ 0,00 €
n.º 11	Anexo referente a edifício acresce ao valor por m <sup>2</sup>	43,35	1,00 € 43,35 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês	1	11,50€ 11,50 €
<b>TOTAL</b>			<b>166,10 €</b>

**TOTAL A LIQUIDAR.....**Σ 93,32 € + 166,10 € = 259,42 €

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 30.01.2017:-----**

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar

uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização do imóvel em causa.-----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.01.30** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017-01-30.** -----

À reunião de Câmara. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo sugerido, no futuro, o reforço da instrução dos processos de legalização, com a respetiva planta de localização, conferindo maior transparência à instrução dos processos e facilitando a sua consulta e compreensão, por parte dos próprios cidadãos interessados. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### **3.5. DESTAQUE DE PARCELA DE TERRENO, PEDIDO DE CERTIDÃO - PROCESSO N.º 423/16 - BARTOLOMEU DIAS ALVES - LUGAR DE CASINHAS, FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª VITÓRIA ALMEIDA DATADA DE 19.01.2016.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

#### **1. INTRODUÇÃO**-----

1.1 Face ao teor da informação interna n.º 0644/SCOU/2016, datada de 29/06/2016 que apontou para a decisão de indeferimento da pretensão<sup>(5)</sup>, o Dr. David salgado Areias, na qualidade de procurador forense do Sr. Bartolomeu Dias Alves, através do requerimento n.º1763/16, de 23/09/2016, apresenta uma exposição, com vista a alterar o sentido de decisão, referente ao pedido de emissão de Certidão de Destaque<sup>(6)</sup> para o prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º141 natureza rústica, da freguesia de Santa Maria Maior, descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o nº4193/20110615, com a área total de 4195m<sup>2</sup>, situado em Casinhas, composto de terreno de cultivo, o qual confronta de norte, de sul e de poente com caminho público e de nascente com particular, previsto no processo n.º423/16. -----

1.2 Requereu, através do requerimento n.º 0014/17, datado de 04/012017, a junção da Certidão de Teor emitida pelo Serviço de.

<sup>5</sup> com despacho superior datado de 01/08/2016 e deliberada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada em 05/08/2016 e de consequente notificação com a referência 791/DGOT/2016, de 29/08/2016-

<sup>6</sup> Figura de destaque, que é a divisão física de uma única parcela de terreno de um prédio mãe. Os destaques estão isentos de licenciamento. Porém, para serem registados é necessária a emissão, por parte da Câmara, de uma certidão comprovativa da verificação dos requisitos do destaque. -----

Finanças de Chaves, referente ao prédio rústico inscrito na matriz predial da freguesia de Outeiro Seco sob o artigo n.º135ARV, sobre o qual se projeta o loteamento autorizada pelo alvará de loteamento n.º2/2000, emitido em 03/03/2000.-----

## **2. ANTECEDENTES**-----

2.1 Por consulta em arquivo municipal verifica-se que o prédio objeto de destaque confronta a poente com o loteamento de alvará n.º1/1981, cujos titulares José Dias Moreira e Joaquim Moreira e a sul com o alvará n.º2/2000, em nome de José de Jesus Areias, o qual incide sobre um prédio rústico, situado no Lugar de Quintela, freguesia de Outeiro Seco, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo n.º135, da freguesia de Outeiro Seco, descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o n.º01863/141195, com a área total de 11.468m<sup>2</sup>, composto de terra de cultivo e pinhal, o qual confronta de norte, com caminho de consortes, sendo a área de cedência ao domínio público: área sobrance situada a norte (parque urbano) 3253,00m<sup>2</sup>.-----

2.2 Para o prédio objeto de análise detetou-se o processo antecedente n.º 193/15, relativo a um pedido de emissão de Certidão de Destaque, artigo 141, cuja titular é o Sr. Bartolomeu Dias Alves, ora requerente, tendo a Câmara, em reunião realizada em 08/05/2015, deliberado, por unanimidade, e de acordo com a informação técnica, indeferir a emissão de certidão de destaque visto que o destaque não reunia os requisitos legais. -----

## **3. IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO**-----

De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial de Chaves apresentada, o prédio urbano composto de terreno de cultivo, situado em Casinhas, com uma área total de 4195,00 m<sup>2</sup>, da freguesia de Outeiro Seco e descrito sob o n.º 4193/20110615, inscrito na matriz da referida freguesia sob o artigo n.º141 natureza rústica, confronta de norte com caminho público, de nascente com particular, de sul com caminho público e de poente com caminho público. Mais se informa o prédio rústico sobre o qual incide o presente pedido foi justificado com base na *usucapião*.-----



Localização do prédio, conforme se ilustra, na sobreposição do levantamento georreferenciado, apresentado pelo requerente, sobre ortofotomapa com voo de 2012 (folha n.º34-3B).

## **4. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO**-----

O presente processo respeita ao destaque de uma parcela de prédio, localizada em casinhas, freguesia de Outeiro Seco. À análise do pedido aplica-se: o disposto no n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, com as respetivas alterações, Regime jurídico da urbanização e da edificação - RJUE, o Regulamento do Plano Diretor Municipal - PDM e o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Município de Chaves.-----

### **4.1 - Nas disposições do Plano Director Municipal**-----

Por observação das plantas apresentadas, designadamente "Planta de consulta", escala 1:10.000, com a delimitação do prédio e o desenho n.º0.1, denominada "Planta da área a sujeitar a mediadas preventivas - Planta das áreas urbanas diferenciadas", à escala 1:10000, bem como,



por sobreposição do levantamento em formato digital sobre a planta de ordenamento do Plano Diretor Municipal, folha n.º34A, constata-se ambas as parcelas, "parcela a destacar" e na "parcela mãe", estão fisicamente inscritas espaços da classe 1 - urbanos e urbanizáveis na categoria 1.1 - cidade de Chaves.-----



Segundo a planta de condicionantes, folha n.º34A, do PDM de Chaves, o prédio, objeto de análise não está abrangido por quaisquer condicionante e/ou servidão ou restrição de utilidade pública,-----



#### 4.2 - Nas Medidas Preventivas-----

Por sobreposição do levantamento georreferenciado, apresentado pela requerente e a Planta geral das áreas urbanas diferenciadas, com a delimitação das áreas sujeitas a Medidas preventivas, por motivo de revisão do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicadas em Diário da República, 2ª Série, N.º 107, de 04/06/2014, através do Aviso n.º 6779/2014 do Município de Chaves, constata-se que sobre o prédio objeto de análise foram estabelecidas Medidas Preventivas.-----



O estabelecimento de Medidas Preventivas nos espaços pertencentes às Categorias mencionadas determinou a suspensão de disposições regulamentares do PDM durante o seu prazo de vigência, as quais são



especificamente referenciadas no artigo 6º do Anexo I - Texto das Medidas Preventivas.-----

Nesta sequência, foram aprovadas em reunião da Câmara Municipal realizada, em 04/07/2014, as "Regras de apoio à gestão urbanística das áreas abrangidas por medidas preventivas estabelecidas por motivo de revisão do Plano Diretor Municipal de Chaves", consubstanciadas na Proposta 01/DOTDU-MP/06-2014 que integrou o ANEXO 1 da Informação/Proposta Nº 154/DOTDU/2014, de 25/06/2014, tendo em vista complementar o âmbito material das Medidas Preventivas com algumas regras que permitissem a gestão urbanística das áreas urbanas de Chaves e de Vidago, contextualizadas com os objetivos de revisão do PDM de Chaves e com os princípios orientadores das opções fundamentais da futura proposta deste plano estabelecidos no nº 4, do artigo 1º do Texto das Medidas Preventivas.-----

De acordo com o nº 1 (Delimitação de zonas urbanas diferenciadas) da Proposta 01/DOTDU-MP/06-2014, o prédio objeto da pretensão localiza-se em áreas designadas por B - Espaços Urbanos de Expansão/Colmatação.

#### **5. ANÁLISE DA PRETENSÃO E PROPOSTA DE DECISÃO FUNDAMENTADA-----**

5.1 Para a emissão de certidão comprovativa da verificação dos requisitos do destaque de uma parcela situada em perímetro urbano é condição indispensável, que as duas parcelas resultantes do destaque confrontem com arruamentos públicos, , e na área correspondente ao prédio originário, não seja efetuado mais do que um destaque no prazo de 10 anos contados da data do destaque anterior, de acordo com o plasmado nos números 4, 6 e 8 deste artigo, assim como, sejam respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as constantes de planos municipais, intermunicipais ou especiais de ordenamento do território, de serviços ou restrições de utilidade pública, etc. -----

5.2. No âmbito da audiência prévia o requerente apresentou uma exposição na qual refere:-----

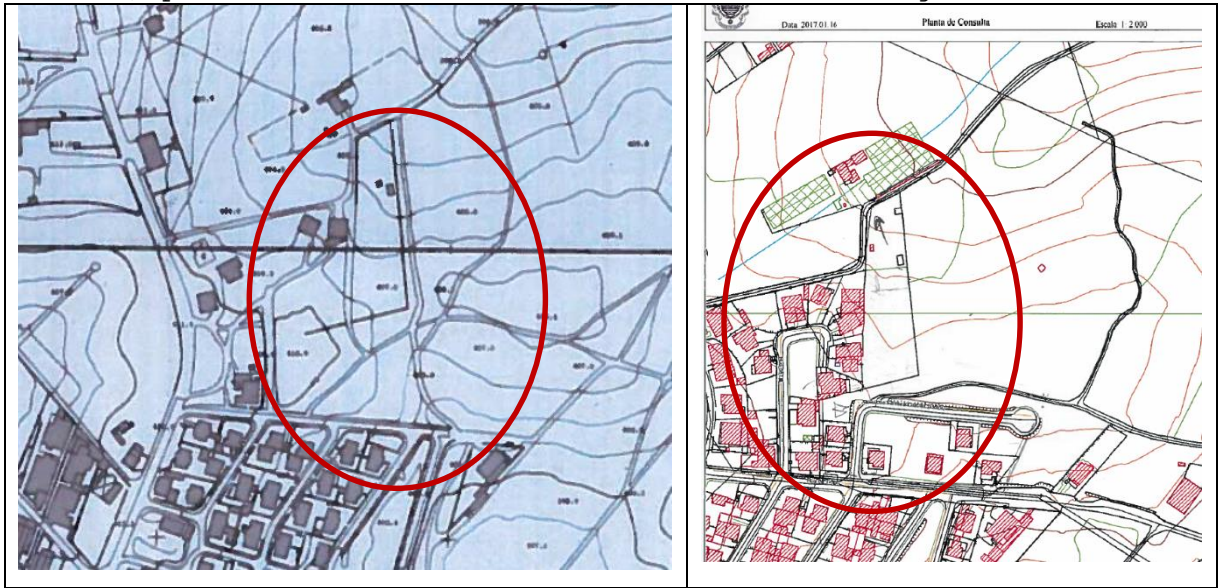
5.2.1 No seu 3.º parágrafo, que "é falso que a parcela a destacar não tenha confrontação com caminho público". -----

Mais se informa que por observação, do extrato do ortofotomapa, do ano de 1985, verifica-se, nitidamente a sul do prédio, objeto de análise, um caminho, contudo o mesmo não confina diretamente com o referido prédio, de acordo com a figura anexa:-----



Por observação dos extratos da planta cartográfica, do ano de 1985, e da planta cartográfica do ano de 1993, á escala 1:2000, verifica-se que o prédio objeto de análise, na orientação a sul, não a confina diretamente com caminho. Mais se refere verifica-se, contudo, a existência de um caminho vicinal, representado pelas suas bermas e

codificado como "caminho22", de acordo com o catálogo de objetos da cartografia, estando o referido prédio intervalado do referido caminho, por uma área de terreno, de acordo com a figura anexa:-----



5.2.2 No seu 4.º paragrafo, que a "situação é facilmente averiguável com recursos às inscrições prediais do prédio em causa e dos prédios confinantes, assim como através de uma simples visita ao local.----- Neste seguimento há a referir, pese embora na CCRP, descrever o prédio como tendo como confrontação a sul caminho público, contudo, por leitura da caderneta predial, artigo 141, do ano de 1957, cuja titular é a Sra. Maria Dias, mãe do sr. Bartolomeu Dias Alves, ora requerente, refere que o prédio confina a sul com caminho de consortes,-----

1957 Artigo 141 Sr. Bartolomeu

(Artigo 158.º do Código)

Nome dos titulares do direito ao rendimento (1)

Maria Dias Santa

Designação ou denominação, composição, aplicações e confrontações do prédio (3)	Construções e fins a que se destinam (4)
Terra lenticular com 1 pintureiro	
N Caminho Público	
E Rua da Costa 146	
S Caminho de Consortes	
W "	

Por leitura da CCRP e da caderneta predial, artigo 135, do ano de 1957, do prédio sobre o qual se projeta o loteamento autorizado pelo alvará 2/2000, "prédio confinante", verifica-se que na orientação norte o mesmo confina com caminho de consortes, tal como se pode também aferir por análise da Certidão de Teor, emitida pelo serviço de Finanças de Chaves em 04/01/2017 e apresentada pelo Sr. Bartolomeu Dias Alves, sob requerimento n. º14/17, de 04/01/2017,-----

(Art.º 188.º do Código) Nome dos titulares do direito ao rendimento (1) <i>Leandro Lúcio</i> <i>João de Jesus Areias</i>		artigo m.º <b>135</b> Lote/o Residência (ou sedes) (2) <i>Santa Cruz</i> <i>Av. do Tamar</i>	<b>AT</b> autoridade tributária e aduaneira <b>CERTIDÃO DE TEOR</b> <b>PRÉDIO RÚSTICO</b> Modelo A SERVIÇO DE FINANÇAS 2365 - CHAVES
Designação ou denominação, composição, aplicações e confrontações do prédio (3) <i>Terra centeeira e pinhal em criação</i>		Construção e fins a que se destinam (4) Confrontações Norte: <i>Caminho de Consortes</i> Nascente: <i>JOSE ALBERTO MORAIS DA COSTA POENTE</i> Sul: <i>Caminho Público</i> Poente: <i>JOSE ROSÁRIO REIS</i>	<b>IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO</b> DISTRITO: 17 - VILA REAL CONCELHO: 09 - CHAVES FREGUESIA: 21 - OUTEIRO SECO SECÇÃO: ARTIGO MATRICIAL Nº: 135 ARV: <i>Lote/o</i> NOME/LOCALIZAÇÃO PRÉDIO QUINTELA <b>CONFRONTAÇÕES DO PRÉDIO</b> Norte: CAMINHO DE CONSORTES Sul: CAMINHO PÚBLICO Nascente: JOSE ALBERTO MORAIS DA COSTA Poente: JOSE ROSÁRIO REIS <b>ELEMENTOS DO PRÉDIO</b> Propriedade Nome e morada dos titulares (5) Ano de inscrição na matriz: 1957 Valor Patrimonial Inicial: €24,86 Valor Patrimonial Actual: €36,99 Determinado no ano: 1989 Área Total (ha): 1,146800 Descrição: TERRA CENTEEIRA E PINHAL EM CRIAÇÃO <b>TITULARES</b> Identificação fiscal: 702884243 Nome: JOSE DE JESUS AREIAS - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE Morada: AV 5 DE OUTUBRO - RESIDENCIAL S NEUTEL N 106, CHAVES, 5400-017 CHAVES Tipo de titular: Propriedade plena Parte: 1/1 Documento: OUTRO Entidade: DESCONHECIDO Impresso no Serviço de Finanças de CHAVES em 2017-01-04

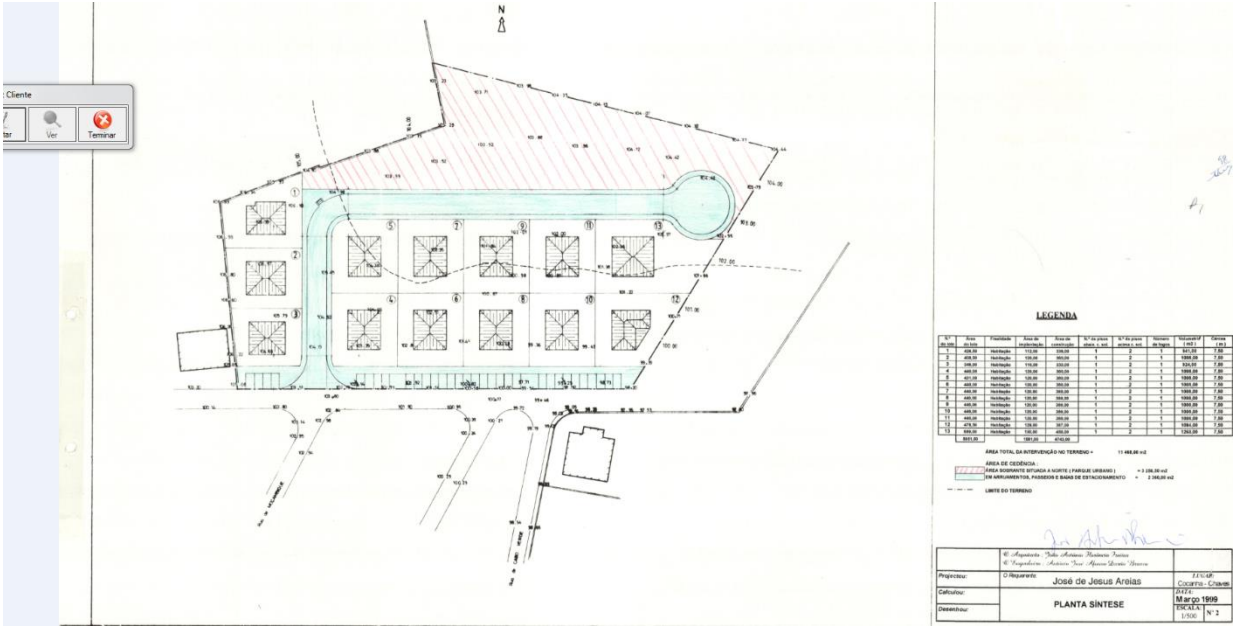
5.2.3 Mais se refere após visita ao local, por uma equipa técnica deste município, em 29/09/2016, não foi possível aferir a existência de caminho público, imediatamente a sul do prédio objeto de destaque, tal como se pode observar da imagem de 2016/2017, disponibilizada pelo Google earth,-----



5.3 No seu paragrafo 5.º refere que "a intenção de indeferimento apanha totalmente de surpresa o requerente". Mais se informa que existe um processo antecedente n.º 193/15, relativo a um pedido de emissão de Certidão de Destaque, artigo 141, cuja titular é o Sr. Bartolomeu Dias Alves, ora requerente, tendo a Câmara, em reunião realizada em 08/05/2015, deliberado, por unanimidade, e de acordo com a informação técnica, indeferir a emissão de certidão de destaque visto que o destaque não reunia os requisitos legais.-----

5.4 No seu parágrafo 11.º, no respeitante à área de cedência (parque urbano), refere "não tem qualquer correspondência com a realidade, como só pode resultar de uma leitura errada da documentação", neste seguimento, em abono da verdade, em anexo planta síntese do loteamento com alvará n.º 2/00,-----



[illegible]

alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/14, de 9 de setembro. Caso o sentido da decisão venha a ser este e porque foi já efetuada audiência do interessado pode tomar-se decisão final.-----  
À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 30.01.2017:-----**

Visto. Concorde. Atentas as razões de facto e de direito enunciadas na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao indeferimento do pedido de certidão de destaque em causa, por não se encontrar cumprida a condição expressa no n.º 4, do artigo 6º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua actual redacção.-----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.01.30 -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017-01-30. -----**

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.6. COMPROPRIEDADE DE TERRENO, PEDIDO DE CERTIDÃO - PROCESSO N.º 18/17 - MARIA ROSA FERNANDES RODRIGUES MACHADO - LUGAR DE FELGUEIRA, FREGUESIA DE VILELA DO TÂMEGA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª MARIA DA LUZ MONTEIRO DATADA DE 19.01.2017 -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**I- ENQUADRAMENTO-----**

1.1 Através de requerimento registado nesta unidade orgânica com o n.º 57/17, em 11 de janeiro de 2017, vem a requerente Sr.ª Maria Rosa Fernandes Rodrigues Machado, na qualidade de cabeça de casal da herança de Maria Fernandes, solicitar ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 54º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 70/2015, de 16 de julho, a emissão de parecer favorável à constituição em regime de compropriedade, a seu favor e de José Fernandes Rodrigues, Daniel Fernandes Rodrigues e Carolina Fernandes Rodrigues Chaves na proporção de  $\frac{1}{4}$ , do prédio inscrito na matriz predial da freguesia de Vilela do Tâmega, sob o artigo n.º 1888, destinando-se o mesmo a permanecer inteiro e indiviso fisicamente, embora em regime de compropriedade. -----

**II- INSTRUÇÃO DO PEDIDO-----**

2.1 O pedido está instruído com os seguintes documentos:-----

a) Cópia da Caderneta Predial Rústica do prédio em análise; -----  
d) Planta de localização com demarcação do prédio; -----  
c) Cópia do documento comprovativo de participação de transmissões gratuitas (Modelo 1). -----

**III - FUNDAMENTOS DA PROPOSTA-----**

**3.1 Na especificidade do pedido-----**

3.1.1 O pedido em análise visa a obtenção de parecer favorável à constituição de regime de compropriedade, na proporção de  $\frac{1}{4}$ , a favor

de Maria Rosa Fernandes Rodrigues Machado, José Fernandes Rodrigues, Daniel Fernandes Rodrigues e Carolina Fernandes Rodrigues Chaves, do prédio rústico sito em Felgueira, freguesia de Vilela do Tâmega, concelho de Chaves, inscrito na matriz sob o artigo nº 1888.-----

### **3.2 No enquadramento na lei**-----

3.2.1 De acordo com o disposto no nº 1 do Artigo 54º da Lei nº 91/95, de 2 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 70/15, de 16 de julho, sob a epígrafe Medidas preventivas "A celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da Câmara Municipal do local da situação dos prédios".-----

3.2.2 Ainda, de acordo com o nº 2 do mesmo artigo, "O parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o ato ou negócio visa ou dele resulta parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana."-----

### **IV- PROPOSTA**-----

4.1 Considerando que o pedido tem como objetivo a constituição em regime de compropriedade, na proporção de  $\frac{1}{4}$ , a favor de Maria Rosa Fernandes Rodrigues Machado, José Fernandes Rodrigues, Daniel Fernandes Rodrigues e Carolina Fernandes Rodrigues Chaves, do prédio rústico sito em Felgueira, freguesia de Vilela do Tâmega, concelho de Chaves, inscrito na matriz sob o artigo nº 1888;-----

4.2. Considerando que o pedido enquadra-se no disposto no nº1 e nº2 do Artigo 54 da Lei nº 91/95, de 2 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 70/15, de 16 de julho;-----

Face ao exposto, propõe-se superiormente que o pedido formulado pela requerente seja atendido favoravelmente. -----

Caso a presente proposta venha a merecer acolhimento superior, mais se propõe que seja adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

(i) Encaminhar a presente informação à próxima reunião da Câmara Municipal para a competente deliberação, conforme determina o nº1 do Artigo 54º da Lei nº 91/95, de 2 de setembro.-----

(ii) Após deliberação, e se a mesma for no sentido do deferimento do pedido, deverá o presente processo ser encaminhado para o Gabinete de Notariado e Expropriações para emissão da competente certidão.-----

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 30.01.2017:**-----

Visto. Atentas as razões de facto e de direito enunciadas na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal adoptar uma deliberação conducente à emissão de parecer favorável à constituição do regime de compropriedade requerida.-----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.01.30** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017-01-30.** -----

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.7. LICENÇA DE LOTEAMENTO TITULADO PELO ALVARÁ N.º 2/2004, PEDIDO DE ALTERAÇÃO – PROCESSO N.º 7/01 – MARIA INÊS MORAIS PEREIRA CARVALHO – QUINTA DAS MIMOSAS, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.ª DORA VIDEIRA DATADA DE 30.01.2017. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**1. INTRODUÇÃO-----**

A requerente acima referida na qualidade de proprietária da fração "A" do lote 14, solicitou, pedido de alteração à licença do loteamento titulado pelo Alvará n.º 2/2004, sito na Quinta das Mimosas, referente ao processo n.º 7/01, freguesia de Santa Maria Maior em Chaves, com incidência nas especificações do lote n.º 14;-----

**2. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----**

**2.1. No regime jurídico-----**

De acordo com o disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei 555/99 de 16/12 alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 136/2014 de 09/09, o pedido da interessada, enquadra-se numa alteração à licença da operação de loteamento titulada pelo alvará 2/2004, emitido em 05 de maio de 2004, em nome de João Francisco Martins e Francisco Lourenço Estevinho;----

**2.2. No Plano Diretor Municipal-----**

**2.2.1.** Segundo as Plantas de Ordenamento n.º 47A Plano Diretor Municipal de Chaves, o prédio insere-se na categoria de espaço da classe 1 (Espaços urbanos e urbanizáveis), na área delimitada para efeitos do estabelecimento das Medidas Preventivas, publicadas no Diário da Republica, 2ª Série- n.º 107 – 4 de junho de 2014, através do Aviso n.º 6779/2014, por motivo da revisão do Plano Diretor Municipal de Chaves -----

**2.2.2.** Segundo as Plantas de Condicionantes sobre o terreno não impendem servidões ou restrições de utilidade pública;-----

**3. ANTECEDENTES-----**

A operação de loteamento em análise, titulada pelo Alvará 2/2004, foi alvo de duas alterações:-----

– 1ª Alteração ao Alvará inicial, titulada pelo 1º Aditamento, em 16 de junho de 2008;-----

– 2ª Alteração ao Alvará inicial, titulada pelo 2º Aditamento, em 27 de outubro de 2011;-----

**4. ANÁLISE DA PRETENSÃO-----**

**4.1.** Com o presente pedido, a requerente pretende levar a efeito o **3.º aditamento**, às especificações do loteamento com alvará n.º 2/2004, o qual se projeta na fração "A" do lote 14 e introduzir o uso de "Serviços" na fração "A" do lote 14, e da qual é proprietária, mantendo inalterados todos os restantes parâmetros urbanísticos;-----

**Alterações resultantes do presente pedido - lote n.º14-----**

• Alteração do uso da fração "A", passando também a prever serviços, para além do atual uso comercial-----

**4.2.** De acordo com o estipulado no n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 136/2014 de 09/09, "a alteração à licença da operação de loteamento, não pode ser aprovada se ocorrer oposição escrita da maioria dos proprietários dos lotes constantes do alvará, devendo, para o efeito, o gestor de procedimento proceder à sua notificação para pronúncia no prazo de 10 dias". -----

**4.3.** Na sequência da informação técnica produzida em 28/11/2016, foram consultados todos os proprietários dos lotes, através de Edital, conforme o previsto no n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 136/2014 de 09/09, em articulação com o n.º 2 do artigo 11.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, uma vez que as moradas constantes nas respetivas certidões da Conservatória do Registo predial não indicavam com precisão o endereço dos proprietários;-----

**4.4.** Decorrido o prazo estabelecido para os proprietários de todos os lotes se pronunciarem sobre o presente pedido de alteração às especificações do alvará de loteamento n.º 2/2004, não ocorreu qualquer tipo de oposição escrita por parte dos mesmos;-----

**4.5.** O pedido encontra-se corretamente instruído nos termos da Portaria 113/2015 de 22 de abril;-----

## **5. Análise dos parâmetros urbanísticos-----**

**5.1.** A proposta agora apresentada, que consubstancia o 3º pedido de alterações à licença da operação de loteamento 2/2004, com incidência nas especificações do lote designado pelo n.º14 cumpre a edificabilidade estabelecida para o mesmo uma vez que a área de construção se mantém inalterada;-----

**5.2.** Considerando que as alterações objeto de aditamento, não alteram nenhum dos parâmetros urbanísticos consagrados no artigo 21.º do Regulamento do PDM, e que levaram às anteriores aprovações e aditamentos, no que diz respeito a Áreas de cedência ao Município, nomeadamente:-----

- Área total do terreno-----

- Área bruta de construção-----

**5.3.** Assim, não haverá lugar a qualquer área de cedência ou compensação por áreas não cedidas;-----

## **6. Considerações do Parecer-----**

**6.1.** Considerando que, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 27º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 alterado e republicado pela Lei n.º 136/2014 de 09/09, não ocorreu oposição escrita por parte de nenhum proprietário no prazo de 10 dias, após o gestor de procedimento ter procedido à sua notificação, conforme o descrito no n.º 2 do artigo 11.º do Regulamento Municipal de urbanização e edificação;-----

**6.2.** Considerando que são respeitados todos os parâmetros urbanísticos pelo que não há nada a opor à aprovação da alteração da operação de loteamento em análise;-----

## **7. Proposta de decisão-----**

**7.1.** Face ao descrito, sou a propor que seja adotada a deliberação no sentido de **deferir o 3º pedido de alterações à licença**, solicitado nos termos do artigo 27º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/14 de 09/09;-----

**7.2.** Neste contexto, de acordo com o disposto no nº 1, do artigo 76º, do DL nº 555/99 de 16/12, e ulteriores alterações, o requerente dispõe do prazo de um ano para requerer formalmente a emissão do 3.º aditamento ao Alvará de Loteamento n.º 2/2004, sob pena de caducidade desta deliberação, conforme previsto no n.º 2 do artigo 71.º do citado diploma legal, devendo para o efeito instruir o seu pedido com os elementos mencionados no n.º 1, do artigo 2.º, da Portaria n.º 216-E/2008 de 03/03, designadamente:-----

- Planta de síntese da operação de loteamento em base transparente (5 exemplares)-----

- Descrição pormenorizada dos lotes com indicação dos artigos matriciais de proveniência;-----



- Atualização das certidões da conservatória do registo predial anteriormente entregues, no caso de estas não se encontrarem válidas. Mais se informa que pela emissão do aditamento ao alvará deverão ser liquidadas as correspondentes taxas previstas pelo artigo 117.º, do Decreto-Lei n.º 136/14 de 09/09/2014, as quais se encontram estabelecidas no Regulamento Municipal de liquidação e cobrança de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas;-----

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 30.01.2017:-----**

Visto. Atentos os fundamentos da facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de alteração da licença de operação de loteamento titulada pelo alvará n.º 2/2004.---

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.01.30 -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017-01-30. -----**

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### **3.8. OCUPAÇÃO DE ESPAÇO DE DOMÍNIO PÚBLICO PARA PASSAGEM DE CABOS EM INFRAESTRUTURAS EXISTENTES - PROCESSO N.º 828/16 - NOS COMUNICAÇÕES S.A. - RUA DIREITA, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 26.01.2017. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

#### **1-INTRODUÇÃO-----**

Através do requerimento registado no Departamento de Coordenação Geral com o n.º 2310/16, em 21-12-2016, a interessada solicita licença de ocupação de espaço público para a passagem de cabos em infraestruturas pré-existentes<sup>7</sup> e para a qual foi solicitada a devida autorização à entidade responsável, na rua abaixo indicada, situada na freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves:-----

-Rua Direita - 100 ml;-----

#### **2-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----**

##### **2.1-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----**

O pedido da interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 3º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

<sup>7</sup> O sublinhado é nosso.-----

<sup>8</sup> **Artigo 3º - Licença Municipal-----**

1-A realização de obras e trabalhos no subsolo do domínio público municipal do concelho de Chaves carece de licença municipal, com exceção do disposto no artigo 13º do presente regulamento e dos casos de isenção expressamente previstos.-----

## **2.2-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE)-----**

A passagem de cabos em infraestruturas pré-existentes de Telecomunicações, está sujeita a licença administrativa nos termos do disposto na alínea i) do nº 2 do artigo 4º<sup>9</sup>, do RJUE corrigindo-se o pedido nos termos do disposto no nº 2 do artigo 108º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7/1.-----

## **2.3-No regime aplicável à construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, aprovado pelo Decreto-Lei nº 123/2009, de 21/5.-----**

As obras de infraestruturas, pretendidas pela interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no artigo 13º<sup>10</sup> do Decreto-Lei nº 123/2009, de 21/5, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 258/2009, de 25/9, devendo as empresas de comunicações dar cumprimento aos artigos 8º<sup>11</sup> e 9º do mesmo diploma legal.-----

## **3-INSTRUÇÃO DO PEDIDO-----**

O pedido encontra-se instruído com os seguintes elementos:-----

2-A instalação e funcionamento das infraestruturas das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas estão sujeitos ao procedimento estabelecido nos artigos 35º e 36º, do RJUE, com as devidas adaptações.-----

### **<sup>9</sup> Artigo 4º - Licença, comunicação prévia e autorização de utilização**

2-Estão sujeitas a licença administrativa:-----

i) As demais operações urbanísticas que não estejam sujeitas a comunicação prévia ou isentas de controlo prévio, nos termos do presente diploma.-----

### **<sup>10</sup> Artigo 13º Direito de acesso a infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas-----**

1-As entidades referidas no artigo 2º estão obrigadas a assegurar às empresas de comunicações electrónicas o acesso às infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas que detenham ou cuja gestão lhes incumbe.-----

2-O acesso referido no nº anterior deve ser assegurado em condições de igualdade, transparência e não discriminação, mediante condições remuneratórias orientadas para os custos, nos termos do artigo 19º.--

3-Os procedimentos para a obtenção do direito de acesso devem ser céleres, transparentes e adequadamente publicitados, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 20 dias após a efectiva receção do pedido de acesso, nos termos do nº 2 do artigo 20º.-----

4-Pela utilização de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas que pertencem ao domínio público ou privativo das autarquias locais é devida a taxa a que se refere o artigo 106º da Lei das Comunicações Eletrónicas, aprovada pela Lei nº 5/2004, de 10/2, não sendo, neste caso, cobrada qualquer outra taxa, encargo, preço ou remuneração.-----

5-Aos casos referidos no nº anterior não é aplicável o disposto no artigo 19º do Decreto-Lei nº 123/2009, de 21/5, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 258/2009, de 25/9.-----

### **<sup>11</sup> Artigo 8º - Obrigações das empresas de comunicação electrónicas perante os municípios-----**

Quando efectuem obras no domínio público municipal, as empresas de comunicações electrónicas ficam obrigadas:-----

a) À reposição de pavimentos, espaços verdes e de utilização colectiva, quando existentes;-----

b) À reparação das infraestruturas que sejam danificadas em consequência da intervenção.-----

3.1-Declaração a que se refere o Anexo III do Regulamento nº 732/2015, o qual procedeu à revisão do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação ( Diário da República, 2ª Série - Nº 207 - 22 de Outubro de 2015).-----

3.2-Memória Descritiva;-----

3.3-Termos de responsabilidade do autor do projecto, coordenador e direcção técnica da obra, do Engº electrotécnico, José Filipe Abreu da Costa, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, acompanhados pelo elemento a que se refere o nº 3 do artigo 10º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação e fotocópia do cartão de cidadão; -----

3.4-Plano de Trabalhos;-----

3.5-Quadro Resumo de Intervenções;-----

3.6-Planta de Localização;-----

3.7-Estimativa orçamental;-----

3.8-Apólice de seguro de seguro nº 11055666, referente ao ramo de acidentes de trabalho que a sociedade anónima MMCI MULTIMEDIA, S.A possui na Companhia de Seguros VICTORIA - Seguros, S.A;-----

3.9-Apólice de seguro de seguro nº 11055494, referente ao ramo de responsabilidade civil, que a sociedade anónima MMCI MULTIMEDIA, S.A possui na Companhia de Seguros VICTORIA - Seguros, S.A;-----

3.10-Comprovativo do registo do alvará de construção Nº 64501, emitido pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, em nome da firma MMCI MULTIMEDIA, S.A;-----

3.11-Plano de Segurança e Saúde;-----

3.12-Declaração de Análise da Adequabilidade do plano de Segurança e Saúde;-----

3.13-CD-----

PARECERES INTERNOS-----

No processo constam os seguintes pareceres internos, os quais se reproduzem na presente informação técnica para todos os efeitos legais, devendo os mesmos serem dado a conhecer à interessada:-----

-Parecer favorável da Srº Engª Maria Madalena S. Durão Branco, a exercer funções na Divisão de Obras Públicas, emitido em 11-01-2017, no qual se propõe a prestação de caução no valor de 636 € (incluindo o IVA);-----

-Parecer favorável do Srº Engº eletrotécnico Nuno Bento a exercer funções nesta unidade orgânica, emitido em 16-01-2017.-----

**4-PARECER**-----

4.1-Pretende a requerente intervir em espaço de domínio público, para a passagem de cabos em infraestruturas pré-existent de Telecomunicações, no arruamento acima mencionado.-----

4.2-De acordo com o parecer da Divisão de Obras Públicas, datado de 11-01-2017, o valor da caução é de € 636 ( seiscentos e trinta e seis euros), com IVA incluído.-----

4.3-Pese embora o prazo previsto para a realização dos trabalhos seja de 1 dia, propõe-se a emissão da licença de ocupação de espaço de domínio público para 30 dias.-----

4.4-O pedido de ocupação de espaço de domínio público é passível de ser atendido favoravelmente, mediante as seguintes condições de licenciamento:-----

-Prazo para conclusão das obras - 30 dias;-----

-Comunicação da realização dos trabalhos, 5 dias previamente ao início dos mesmos.-----

-Prestação de caução no valor de € 636 (seiscentos e trinta e seis euros), com IVA incluído.-----

-A instalação de caixas nas fachadas dos edifícios, só é permitida após a prévia autorização dos proprietários dos mesmos.-----

4.5-Dever-se-à dar a conhecer à DOP e ao Srº Engº electrotécnico Nuno Bento a data do início dos trabalhos, para fiscalização dos mesmos.--

#### **5-PROPOSTAS-----**

5.1-Face ao acima exposto, propõe-se de acordo com o disposto no artigo 5º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de licenciamento para ocupação do espaço de domínio público para instalação do serviço de televisão, internet e telefone nas infraestruturas existentes no arruamento supra referido, nas condições mencionadas no item 4.4 da presente informação técnica.-----

4.2-Após o pagamento das taxas devidas e a prestação de caução, mediante garantia bancária ou seguro caução, propõe-se que seja emitido o alvará, no prazo de 30 dias, nos termos do nº 2 do artigo 7º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, devendo a interessada nesse dia indicar por escrito a data do início dos trabalhos.-----

4.3-Caso sobre a presente informação recaia deliberação favorável do Executivo, propõem-se os seguintes procedimentos:-----

4.3.1- Envio de um exemplar do processo nº 828/16, à Divisão de Obras Públicas (DOP) e outro exemplar ao Srº Engº Nuno Bento a exercer funções no Sector de Estudos, Acompanhamento e Análise de Projectos (SEAAP), desta unidade orgânica, para fiscalização dos referidos trabalhos, acompanhados da fotocópia da presente informação técnica;-

4.3.2-Envio da fotocópia do requerimento nº 2310/16, acompanhado da Planta de Localização, constante no processo a folha nº 111 e da presente informação, à Divisão de Recursos Operacionais (DRO) e à Divisão do Centro Histórico( DCH), para conhecimento.-----

4.4-Após a emissão<sup>12</sup> do título, o Sector de Apoio Administrativo desta divisão deverá dar a conhecer às unidades orgânicas acima referidas, DOP, DRO, DCH e ao Srº Engº Nuno Bento a exercer funções no SEAAP, desta unidade orgânica tal ocorrência para efeito de fiscalização e conhecimento-----

4.5-Dar a conhecer à requerente a presente informação técnica, acompanhada com o parecer interno supra referido.-----

#### **CÁLCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO DE TAXAS-----**

O pedido apresentado tem enquadramento legal da Subsecção I, da Secção III do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

#### **Dados Gerais:-----**

-Extensão da rede de Telecomunicações - **100 ml**-----

-Período da licença - **30 dias**-----

-Tipo de obra - Instalação da Rede de Distribuição de Televisão por Cabo, Internet e Telefone.-----

#### **Cálculo:-----**

-Pela apreciação do pedido de ocupação de espaço público (Art.17º).....52,50 €-----

-Emissão de licença (Artigo 18º) .....10,50 €

-Por cada período de 30 dias (alínea a) do artigo 21º).....3,10 €-----

#### **<sup>12</sup> Artigo 80º - Início dos trabalhos-----**

1-A execução das obras e trabalhos sujeitos a licença nos termos do presente diploma só pode iniciar-se depois de emitido o respectivo alvará, com exceção das situações referidas no artigo seguinte e salvo disposto no artigo 113º-----

-Pela ocupação do solo ou subsolo, com tubos, condutas e cabos condutores por metro linear e por ano ( n° 8 do artigo 20°)--100,00 €  
TOTAL A PAGAR..... 166,10 €

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 30.01.2017:-----**

Visto. Atentas as razões de facto e de direito elencadas na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido em causa.-----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.01.30 -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017-01-30. -----**

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção do Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.9. MURO DE VEDAÇÃO DE ABERTURA DE PORTÃO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 476/16 - LUIS MANUEL PIRES FERNANDES - LUGAR DE CAMPelado, FREGUESIA DE STA. CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 27.01.2017. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**1-INTRODUÇÃO-----**

Através do requerimento registado no Departamento de Planeamento e de Desenvolvimento com o n° 1224/16 em 29-06-2016, o Srº Luís Manuel Pires Fernandes, na qualidade de proprietário do prédio rústico situado no lugar do Campelado, freguesia de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge solicita a legalização de muro de vedação do referido prédio rústico. -----

**2-ANTECEDENTES-----**

Em anexo ao presente processo registado com o n° 476/16, encontra-se o processo n° 70/FISC/2016.-----

**3-INSTRUÇÃO DO PEDIDO-----**

O pedido de legalização do muro de vedação que delimita a Sul o prédio rústico supra referido, e que prevê a abertura de portão para o caminho público existente, encontra-se instruído de acordo com o disposto no n° 6 do artigo 21° do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

-Certidão da Conservatória do Registo Predial do prédio rústico inscrito na matriz predial da freguesia de Outeiro seco sob o artigo 2429° e descrito na CRPC com o n° 4436/20160314.-----

-Calendarização dos trabalhos, por 30 dias.-----

-Declaração a que se refere o Anexo III do regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

-Memória descritiva e justificativa.-----

-Termos de responsabilidade do Engº Civil, António José Afonso Durão Branco, na qualidade de coordenador e autor do projectos de arquitectura e de estabilidade acompanhado do elemento a que se refere

o n.º 3 do artigo 10.º do RJUE e do seguro de responsabilidade civil, cuja apólice possui o n.º 0084 07119310, emitida pela AXA Portugal, Companhia de Seguros, S.A.-----

-Estimativa orçamental.-----  
 -Planta de localização.-----  
 -Ortofotomapa.-----  
 -Levantamento Fotográfico do muro existente que confronta a sul com o caminho público.-----  
 -Planta de Ordenamento do PDM.-----  
 -Planta da Área a sujeitar a Medidas Preventivas -----  
 -Levantamento Topográfico.-----  
 -Plantas, Alçados e Corte.-----  
 -Planta de Alterações.-----  
 -Planta de Fundações.-----  
 -Pormenores de Betão Armado.-----

#### **4-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----**

##### **4.1-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE)-----**

O pedido apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/9, adiante designado RJUE.-----

##### **4.2-Nas Disposições do Plano Diretor Municipal-----**

O prédio rústico, inscrito na matriz predial da freguesia de Outeiro Sêco sob o artigo 2429.º e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o n.º 4435, tem a área de 3800 m2.-----

De acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, o prédio rústico esta inserido no espaço da classe 1 (Espaços Urbanos e Urbanizáveis), na Categoria 1.1 (Cidade de Chaves).-----

Consultadas as plantas de condicionantes do PDM, conclui-se que sobre o terreno, objecto de intervenção, não impende qualquer servidão e/ou restrição de utilidade pública.-----

Nos termos das Medidas Preventivas, estabelecidas por motivo da revisão do Plano Diretor Municipal de chaves e publicadas em Diário da República, 2ª Série, n.º 107, de 4 de junho de 2014, através do Aviso n.º 6779/2014, o prédio situa-se num espaço urbano de expansão/colmatação.-----

#### **5- CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----**

De acordo com o projecto de arquitectura apresentado constata-se que:

**5.1-O** prédio rústico inscrito na matriz predial da freguesia de Outeiro seco sob o artigo 2429.º e descrito na CRPC com o n.º 4436/20160314, na extensão confrontante a Sul com arruamento encontrava-se delimitado por um muro existente, conforme registo fotográfico constante no processo a folhas n.º 8.-----

**5.2-**Recentemente o requerente levou a efeito a construção de outro muro, pelo interior do muro existente, sem controle prévio da administração, prevendo a abertura de um portão de acesso ao terreno (com a largura de 3 ml) a partir do arruamento situado a Sul.-----

**5.3-**Segundo a referida memória, o proprietário pretende legalizar o muro, na extensão de 23,13 ml, com a altura de 1,80 m.-----

**5.4-O** muro de vedação foi executado em blocos de betão, com fundação em betão ciclópico.-----

**5.5-O** acesso ao terreno a partir da via pública deve ser feito através de uma rampa a construir no interior da propriedade do interessado **(condição de licenciamento)**.-----

**5.6-**Poderá o interessado optar pela colocação de um portão de correr, para melhor manuseamento do mesmo e melhor acesso ao terreno, em alternativa ao portão de duas folhas representado no projecto, pelo

facto de o terreno se situar a uma cota superior da cota do arruamento que lhe dá acesso. -----

5.7-De acordo com o disposto no nº 6 do artigo 73º -C do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, foi realizada uma vistoria ao muro em 24-11-2016, da qual resultou o Auto de Vistoria Nº 85, o qual se reproduz na presente informação técnica para todos os efeitos legais.-----

5.8-Da vistoria realizada concluiu-se haver necessidade de se realizarem obras de construção no muro, tendo já sido elaborado o projecto de especialidade correspondente.-----

5.9-O pedido encontra-se instruído de acordo com o disposto no nº 15 e nº 16 da Portaria nº 113/2015, de 22/4-----

5-10-A legalização do muro, cuja construção já foi iniciada será titulada por alvará de licença especial de legalização.-----

#### **6-RESPONSABILIDADE-----**

6.1-O pedido encontra-se instruído com os termos de responsabilidade subscritos pelo autor do projecto de arquitectura, de coordenador de estabilidade, Srª Engº António José Afonso Durão Branco, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares em vigor, acompanhados do elemento a que se refere o nº 3 do artigo 10º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.-----

6.2-O projecto de especialidade da autoria do mesmo técnico superior, encontra-se acompanhado do elemento a que se refere o nº 3 do artigo 10º do RJUE, bem como do respectivo termo de responsabilidade.-----

#### **7-TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO -----**

A taxa administrativa prevista na Tabela anexa ao Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de € 192,23 (cento e noventa e dois euros e vinte e três cêntimos), conforme discriminado no Quadro I que se anexa à presente informação técnica.-----

#### **8-CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----**

8.1-Considerando que, o projecto de arquitectura apresentado sob o requerimento nº 1224/16, se encontra elaborado de acordo com as normas mencionadas no artigo 13º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, retratando a materialização das obras de construção do muro, iniciado sem qualquer controle prévio;-----

8.2-Considerando que, o pedido se encontra instruído com os elementos mencionados no nº 15 e nº 16, do Anexo I da Portaria nº 113/2015, de 22/4;-----

#### **9-PROPOSTAS DE DECISÃO-----**

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

9.1-Agendamento deste assunto para a próxima reunião de câmara, propondo-se ao Executivo que seja praticada decisão consubstanciada na intenção de deferir o pedido de legalização do muro, cujo projecto de arquitectura e especialidades foram apresentado sob o requerimento nº 1224/16, nos termos do disposto no artigo 102º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9/9. e no artigo 73º - C do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

9.2-Caso a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização supra referido, o qual será titulado por alvará de licença especial de legalização, propõe-se que o requerente seja informado/notificado, de acordo com o previsto no nº 1 do artigo 76º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, na sua versão final, que dispõe do prazo de 30

dias (a contar da data comunicação da deliberação favorável, que recair sobre a presente informação), para vir a esta Autarquia solicitar a emissão do alvará de licença especial de legalização do muro, com a apresentação dos elementos a seguir mencionados:-----

a) Apólice de seguro de construção, quando legalmente exigível;-----

b) Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei nº 100/97, de 13/9;-----

c) Termo de responsabilidade assinado pelo responsável pela direcção técnica;-----

d) Declaração de titularidade de certificado de classificação de industrial de construção civil ou título de registo na actividade, a verificar no acto de entrega do alvará com a exibição do original do mesmo;-----

e) Livro de obra, com menção do termo de abertura;-----

f) Plano de segurança e saúde.-----

À Consideração Superior-----

**ANEXO-----****CÁLCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO Nº 314/2010-----****Extensão do muro - 23,13 m -----****Altura do muro - 1,80 m -----****-Cálculo da taxa devida pela emissão do alvará especial de legalização****QUADRO I**

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
<b>Capítulo I</b>	<b>EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO</b>			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção I	APRECIACÃO DE OPERAÇÕES DE CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO			
Artigo 35º	Por cada pedido de alteração ao projecto inicial	1	42,00 €	42,00 €
SubsecçãoIV	EMISSÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
Nº 1	Emissão de alvará de licença (taxa geral)	1	63,10 €	63,10 €
Nº 10	Muros de suporte ou de vedação, por metro linear	23,13	1,00 €	23,13 €
nº 16	Prazo de execução da obra, por cada mês	1	11,50 €	11,50 €
Artigo 76º	Outras Vistorias			
nº 6	Pela realização de outras vistorias não especialmente previstas			52,50 €
	<b>TOTAL</b>			<b>192,23 €</b>

**TOTAL A LIQUIDAR .....Σ= 192,23 €**

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 30.01.2017:-----**

Visto. Atentas as razões de facto e de direito enunciadas na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de legalização da operação urbanística em causa (muro de vedação).-----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.01.30 -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017-01-30. -----**

À reunião de Câmara. -----



Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo tecido, sobre a matéria, em apreciação, os seguintes comentários: -----

1 - Tem-se assistido, recorrentemente, à admissão, por parte da Autarquia, da construção de muros de vedação, de grande impacto urbanístico, tornando as ruas, particularmente, na zona periférica da cidade, entaipadas e descaracterizando a própria imagem urbana do Concelho. -----

2 - Tal situação resulta do facto da Autarquia negligenciar a sua imagem urbana, admitindo as propostas urbanísticas dos cidadãos, os quais se fecham dentro de "Muralhas" destinadas à construção das suas edificações. -----

3 - As políticas públicas do concelho deveriam privilegiar a valorização dos espaços verdes e das zonas públicas de convívio. ----

4 - Por outro lado, a construção de muros de vedação, de significativo impacto urbanístico, ao contrário do que se pensa, tornam mais inseguras as próprias habitações e/ou as residências dos cidadãos. --

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção do Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### **3.10. AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE ANEXO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 403/16 - JOSÉ MANUEL GONÇALVES PEIXEIRO - RUA MARIA DA NATIVIDADE DELGADO N.º 32, FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª VICTÓRIA ALMEIDA DATADA DE 30.01.2017. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

#### **1. INTRODUÇÃO-----**

1.1 A coberto do requerimento nº1738/16, datado de 21/09/2016, o requerente supra identificado, solicita a junção de elementos ao processo nº403/16, para cumprimento do enunciado na nossa informação técnica datada de 27/06/2016, da qual tomou conhecimento através do ofício N. Ref.ª 730, de 09/08/2016, na análise dos mesmos a pretensão consubstancia dois pedidos distintos, os quais estão ligados entre si, nomeadamente: -----

- **Legalização de obras de ampliação<sup>(13)</sup>**, consubstanciadas numa garagem e num anexo, 1.º anexo, adossado ao lado esquerdo do limite de *tardoz* do lote, já concluídas/realizadas e levadas a efeito sem controlo prévio, num edifício, legalmente existente, licenciado ao abrigo da Licença inicial n.º226, passada em 08/04/1985, destinado a habitação unifamiliar e composto de dois pisos, cujo titular é o Sr. José Manuel Gonçalves Peixeiro, ora requerente, com vista á reposição da legalidade administrativa de uma operação urbanística sujeita a licença/objeto de comunicação prévia;-----

- **Licenciamento de obras de ampliação a construir/realizar** de um alpendre adossado á edificação principal e de um 2º anexo, adossado ao *lado direito* do limite de *tardoz* do lote, sito Rua D.ª Maria da

---

<sup>13</sup> Artigo 2.º **Definições**-----

e) «Obras de ampliação», as obras de que resulte o aumento da área de implantação, da área total de construção, da altura da fachada ou do volume de uma edificação existente;-----

Natividade Delgado, lote n.º 59, n.º 32, da União das freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, do concelho de Chaves.-----

1.2 Pese embora as operações urbanísticas de edificação, objeto de análise, se localize em área abrangida por operação de loteamento, a que se refere o alvará n.º n.º 5/1981 e ulteriores alterações, emitido em nome de Maria de Fátima Moraes Gomes Augusto, contudo da análise do referido loteamento, verifica-se que o mesmo foi emitido ao abrigo do Decreto - Lei n.º 289/73 e que apenas prescrevia a divisão cadastral dos lotes, manchas de implantação e cedências para domínio público municipal para obras de urbanização, pelo que o requerente opta pelo regime de licença, nos termos do n.º 6 do artigo 4.º do RJUE .-----

## 2. IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO-----

De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial de Chaves apresentada, o prédio rústico composto de lote de terreno para construção urbana, situa-se em Quintela, com uma área total de 620,00 m², da freguesia de Santa Cruz/Trindade e descrito sob o n.º 532/20090303, inscrito na matriz da referida freguesia sob o artigo n.º 529 natureza rústica, confronta de poente com arruamento, de norte com o lote n.º 58, de nascente com o lote n.º 55 e de sul com o lote n.º 60. -----



Localização do prédio rústico, tendo por base o levantamento topográfico, georreferenciado, apresentada pelo requerente, sobre cartograma - Regulamento 30/10/2013, das medidas preventivas e ortofotomapa com voo de 2012 (folha nº47-1B).



## 3. ANTECEDENTES -----

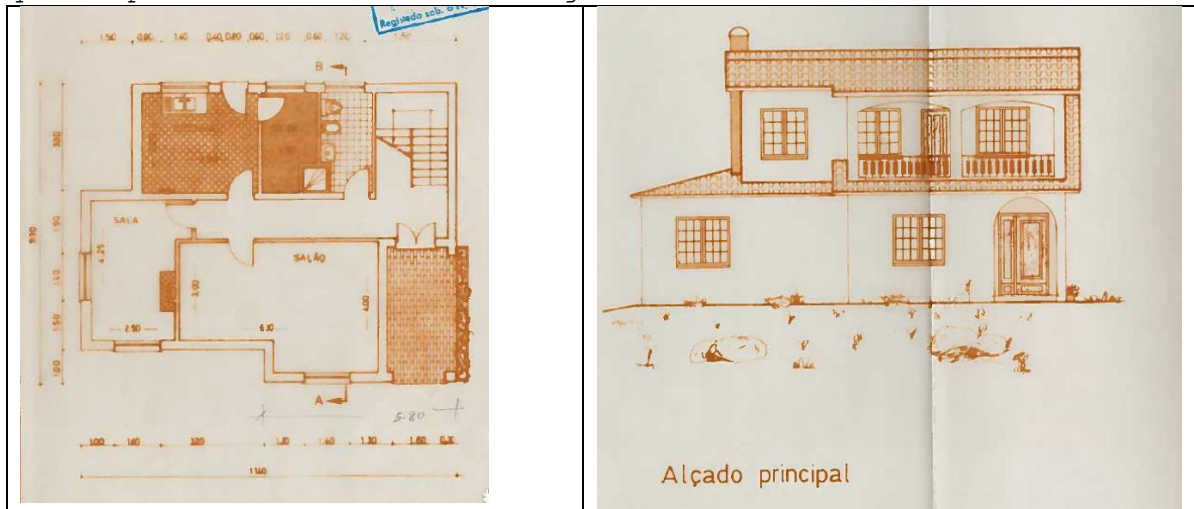
Como antecedentes ao pedido de "licenciamento" apresentado, regista-se em Arquivo Municipal:-----

3.1 Alvará de loteamento n.º 7/78, passado a Maria de Fátima Moraes Gomes Augusto, em 02/01/1978, para constituição de 87 lotes e com parcela a ceder à Câmara Municipal, (possuindo o lote 59 uma área de 590m2);-----

3.2 Alvará de loteamento n.º 7/79, passado a Maria de Fátima Moraes Gomes Augusto.-----

3.3 Alvará de Loteamento n.º 5/81, de 01/07/1981, autorizado a Maria de Fátima Moraes Gomes Augusto para constituição de oitenta e sete lotes de terreno (87);-----

3.4 Licença n.º 226, passada em 08/04/1985, constante do processo de obras n.º 139, de 1985, em nome do Sr. José Manuel Gonçalves Peixeiro, ora requerente, para construção de uma moradia unifamiliar de R/C e andar, com a área de 173,92m<sup>2</sup> (r/c 93.54m<sup>2</sup>, 1º andar 80,38m<sup>2</sup>). Mais se informa, consta do processo, um projecto de alterações, "a referida alteração está relacionada com a garagem. O requerente decidiu não a construir, pelo que o edifício ficará com as dimensões e configuração que se poderão ver nos desenhos juntos";-----



3.5 Licença de utilização n.º 18, de 25/02/1987, do lote 59, para habitação, constante do processo n.º 95 de 1986, cujo titular é o Sr. José Manuel Gonçalves Peixeiro, ora requerente;-----

3.6 Alvará de loteamento 5/2000, emitido em 04/04/2000, que vem alterar as condições de licenciamento da operação de loteamento com alvará n.º 5/81, emitido em nome de Maria de Fátima Moraes Gomes Augusto, mediante a extinção do lote n.º 92, o qual passará a ter uma nova configuração e uma nova área 719,00m<sup>2</sup> (aumento de área sofrida por conta da extinção do lote n.º 92, com exceção da área a integrar no domínio público para a execução de arruamento);-----

3.7 Aditamento ao Alvará de loteamento 5/81, (1º aditamento, aprovadas em 26/10/1984), o qual foi aumentado com mais lotes 88 a 92;-----

3.8 Aditamento ao Alvará de loteamento 5/81, 1/7/81 (2º aditamento, aprovadas em 14/11/2006), as alterações das especificações do alvará de loteamento foram requeridas por Flávio Batista Rodrigues, na qualidade de proprietário do lote n.º 61, do referido loteamento). Descrição das alterações, previsão de anexos no lote 61, alteração da área total, incluindo do anexo - 346,21m<sup>2</sup>, área de construção do anexo 59,35m<sup>2</sup>, área de implantação lote 216,50m<sup>2</sup> área de lugares de estacionamento privado 4 lugares de estacionamento dentro do lote).-- Todas as restantes especificações constantes do aludido alvará de loteamento não sofrem quaisquer alterações;-----

3.9 Aditamento ao alvará de loteamento 5/81, de 01/07/1981, (3º aditamento, aprovado em 24/10/2010), as alterações resultantes à licença no lote n.º 35, alteração do uso previsto de uma moradia unifamiliar, para comércio e ou serviços e habitação coletiva do 1º e 2º pisos e aumento do n.º de fogos passando de 1 fogo para 4 fogos. Todas as restantes especificações constantes do aludido alvará de loteamento não sofrem quaisquer alterações;-----

3.10 Alteração de loteamento n.º 7/79, passada a Maria de Fátima Moraes Gomes Augusto, autorizando a constituição de 87 lotes de terreno, sendo o lote 59 com 570m<sup>2</sup>, passando o lote a possuir uma área de 620m<sup>2</sup>.  
 3.11 Pedido de dispensa de licenciamento, para construção de anexo, sito Rua D.<sup>a</sup> Maria da Natividade Delgado, lote n.º 59, n.º 32, da União das freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, do concelho de Chaves, o qual acabou por ser formalmente indeferido, tendo como base uma informação produzida pela Divisão de gestão e Ordenamento do Território, em 26/06/2015.-----

#### **4. CONSULTAS A ENTIDADES EXTERNAS-----**

Não houve.-----

#### **5. ANÁLISE DOS ELEMENTOS INSTRUTÓRIOS-----**

5.1 O processo está instruído de acordo com o disposto no n.º 5, do artigo 73.º-C(14), do RMUE e de acordo com o disposto na parte I e no n.º 15 e n.º 16 da parte III, do anexo I da Portaria 113/2015 de 22 de Abril e de acordo com o n.º 4, do artigo 102.º-A, do Regime

#### <sup>14</sup> Artigo 73.º -C **Procedimento de legalização de operações urbanísticas**

5 – O pedido de emissão do alvará de autorização de utilização, no âmbito do processo de legalização deverá ser instruído com os elementos definidos, sobre a matéria, na Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, com as seguintes especificidades:-----

a). Quando não seja possível a apresentação de algum dos projetos de especialidade exigíveis, no âmbito do procedimento de legalização, estes poderão ser substituídos por um dos seguintes documentos:-----

i) Certificados emitidos por entidades credenciadas;-----

ii) Relatórios técnicos acompanhados por termo de responsabilidade onde conste que na operação urbanística de edificação objeto de legalização foram observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as normas técnicas de construção em vigor, e bem assim, todas as normas relacionadas com a segurança saúde públicas da edificação;-----

iii). Sempre que não seja objetivamente possível dar cumprimento às normas legais em vigor, designadamente normas relacionadas com técnicas de construção, deverá o requerente demonstrar e fazer prova que foram cumpridas as normas vigentes à data da construção;-----

iv) A prova dos factos previstos na alínea anterior poderá ser feita mediante registos fotográficos, cartográficos ou outros caracterizadores da edificação objeto de legalização;-----

v) Comprovativo da ligação à rede pública existente, no caso dos projetos de alimentação e distribuição de energia elétrica, projeto de instalação de gás, projeto de redes prediais de água, esgotos e águas pluviais, e projeto de instalações telefónicas e de telecomunicações.-----

b). Quando não haja lugar à realização de obras de ampliação ou alteração, será igualmente dispensada a apresentação dos seguintes documentos:-----

i) Calendarização da execução da obra;-----

ii) Estimativa do custo total da obra;-----

iii) Documento comprovativo da prestação de caução;-----

iv) Apólice de seguro de construção;-----

v) Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho;-----

vi) Títulos habilitantes para o exercício da atividade de construção válidos à data da construção da obra;-----

vii) Livro de obra;-----

viii) Plano de segurança e saúde.-----



Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, com exceção ao projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica.-----

## **6. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----**

### **6.1 Enquadramento do pedido na Legislação vigente-----**

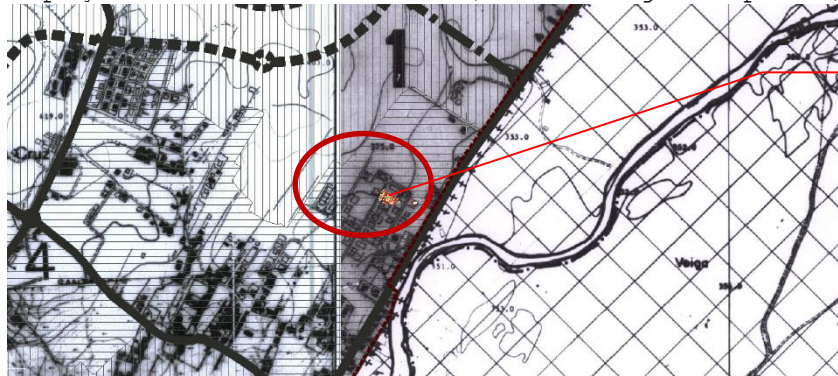
A pretensão<sup>(15)</sup> enquadra-se na alínea c), do n.º4, do artigo 4.º<sup>(16)</sup>, do Decreto Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro, RJUE.-----

Contudo o requerente optou pelo licenciamento, faculdade prevista pelo n.º6 do artigo 4º, do RJUE. Neste enquadramento a referida pretensão enquadra-se no disposto na alínea c), no n.º 2, do artigo 4.º, cumulativamente com o artigo n.º 102.º-A, do Decreto Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, em obras sujeitas a licença administrativa.-----

### **6.2 Enquadramento da proposta nos instrumentos de planeamento Territorial:-----**

Regista-se que o prédio rústico, composto de lote de terreno para construção urbana, possui uma área total de 620,00m², de acordo com Certidão da Conservatória do Registo Predial de Chaves. Da análise prévia do projeto de arquitetura, verifica-se que é proposto ampliar a habitação unifamiliar, legalizar um anexo e construir outro anexo, complementares da edificação principal.-----

Como já referido, a construção insere-se no lote n.º 59, constituído ao abrigo do Alvará de Loteamento n.º Loteamento n.º5/81, de 01/07/1981, encontrando-se também inserido em área para a qual a disciplina urbanista patenteada no Plano Diretor Municipal de Chaves se encontra suspensa e sob Medidas Preventivas. De acordo com o desenho n.º 3, que acompanha as Regras de apoio à gestão urbanística das áreas abrangidas por Medidas Preventivas estabelecidas por motivo de revisão do Plano Diretor Municipal de Chaves, o lote em causa integra-se num espaço urbano consolidado (área designada por A).-----



Localização do prédio urbano, tendo por base o CD georreferenciado e extracto das plantas de ordenamento 34 B, dos planos municipais de ordenamento do território vigentes, à escala 1:10000, com a indicação do local da situação consolidada, apresentados pelo interessado

Segundo a planta de condicionantes n.º 34-B, sobre o lote do requerente sobre o qual recai o pedido de licença para a realização de operação urbanística, não impende qualquer servidão administrativa e/ou restrição de utilidade pública;-----

<sup>15</sup> Obras de ampliação num edifício destinado a habitação unifamiliar, de dois pisos, com Licença inicial n.º226, passada em 08/04/1985, para obras de construção de anexo (legalização) e obras de construção de anexo, complementares à edificação principal-----

<sup>16</sup> Artigo 4.º **Licença, comunicação prévia e autorização de utilização**  
4 - Estão sujeitas a comunicação prévia as seguintes operações urbanísticas:-----

c) As obras de construção, de alteração ou de ampliação em área abrangida por operação de loteamento ou plano de pormenor;-----



### **6.3 Verificação de conformidade com medidas preventivas-----**

O prédio sobre o qual recai o pedido de licença para a realização de operação urbanística está inserida em área onde estão em vigor, medidas preventivas, no âmbito do processo de revisão do PDM.-----  
De acordo com o nº 1 (Delimitação de zonas urbanas diferenciadas) da Proposta 01/DOTDU-MP/06-2014, o prédio objeto da pretensão localiza-se em áreas designadas por A - Espaços urbanos consolidados.-----  
As operações urbanísticas que incidem nas áreas designadas por A - Espaços urbanos consolidados estão subordinadas às disposições preconizadas no nº 2 do mesmo documento, devendo cumprir as regras e parâmetros de edificabilidade estabelecidos no item 2.1, os quais deverão ser adaptados e devidamente justificados em estudo urbanístico enquadrador que integre, nomeadamente, as componentes arquitetónica, paisagística e infraestrutural, o qual deverá abranger a zona envolvente do prédio.-----

### **6.4 Nos Regulamentos Municipais-----**

O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

## **7. APRECIACÃO TÉCNICA (de acordo com a legislação em vigor)-----**

### **7.1. Quanto às regras de edificabilidade-----**

Pelo facto do alvará de loteamento 5/81 e ulteriores alterações, onde está inserido o lote de terreno objeto da pretensão não definir o índice de utilização do solo, o requerente elaborou o estudo da envolvente imediata.-----

No caso em análise, a pretensão localiza-se na cidade de Chaves e o índice de utilização do solo é de 0.54, inferior a 1,2, índice de utilização máximo admissível e um número de pisos, do conjunto edificado, é 2 (inferior ao número máximo de pisos admissível, ou seja de 6 pisos acima do solo). Pelo exposto, o projeto de arquitetura referente às obras de ampliação, a construir e às obras de ampliação a legalizar, referentes à moradia e tendo por base o tecido urbano na envolvente imediata, está de acordo com os parâmetros de edificabilidade da envolvente. -----

### **7.2 Enquadramento em Loteamento-----**

A pretensão situa-se no lote n.º 59, do processo de loteamento titulado pelo alvará n.º 5/1981 e ulteriores alterações, emitido em nome de Maria de Fátima Morais Gomes Augusto. O alvará de loteamento apenas prescrevia a divisão cadastral dos lotes e respetivas áreas. Contudo os aditamentos ao alvará de loteamento atrás referido, designadamente o 2º aditamento, aprovada em 14/11/2006, as alterações preconizadas no mesmo, apenas autoriza a alteração da área total, incluindo a construção do anexo. Neste contexto a pretensão com vista ao licenciamento do 2.º anexo, não cumpre com as disposições urbanísticas do referido loteamento. -----

## **8. FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER-----**

8.1 Em relação ao presente pedido há dois aspetos a focar, ou seja, a possibilidade de as obras de ampliação já concluídas que reportam á garagem e ao 1.º anexo, adossado ao lado esquerdo do limite de tardoz do lote, poderem vir a ser legalizadas e o eventual licenciamento das obras de ampliação a realizar, consubstanciadas no alpendre, adossado na edificação principal e do 2º anexo.-----

8.2 No que concerne ao primeiro aspeto, constata-se que as edificações, consubstanciadas na garagem e no 1º anexo, nos termos em que se encontram representadas no projeto apresentado, não consubstanciam violação dos parâmetros urbanísticos estabelecidos para o local pelo alvará de loteamento e posteriores aditamentos, bem como pelas Medidas Preventivas, por motivo de revisão do PDM de Chaves. Assim sendo, podemos afirmar a possibilidade de as mesmas virem a ser regularizadas por esta autarquia.-----

8.3 Já no que se refere ao segundo aspeto, a resposta é distinta. Com efeito o alvará de loteamento n.º 5/1981 e posteriores alterações, designadamente o 2º aditamento, aprovada em 14/11/2006, as alterações das especificações do alvará de loteamento preconizadas no mesmo, apenas autoriza a alteração da área total e área de construção do anexo, assim só preveem o licenciamento de um só anexo, cumulativamente com o constado por visita técnica ao local, objeto de parecer, em 10/11/2016 e registadas no auto de vistoria n.º86, produzido no âmbito do preceituado no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, cujo conteúdo aqui se dá por integralmente reproduzido, onde é sugerido a deslocalização da implantação de uma 2.ª edificação secundária, mais concretamente o 2.º anexo, adossado ao lado direito do limite de tardoz do lote do mesmo para outra zona do lote, na continuidade do anexo a legalizar, anexol e/ou a colmatação da empena do anexo localizado no lote confinante. Pelo que o licenciamento do mesmo não poderá ter o parecer favorável desta edilidade, pois não vai de encontro ao preconizado no alvará n.º5/1981 e posteriores alterações, que só permite apenas um anexo, assim como a execução/construção do 2.º anexo desvirtua o logradouro, do interessado e o enquadramento com construções confinantes, designadamente em termos de ganhos solares-----

8.4 Mais se informa que esta Edilidade não tem nada a opor á construção do alpendre, pois o mesmo está na continuidade da edificação principal, há contudo um constrangimento referente á construção do 2.º anexo.---

## **9. ESTRATÉGIA PROCEDIMENTAL-----**

Atento ao exposto, sou a sugerir a seguinte estratégia procedimental:

9.1. Que o requerente seja informado da possibilidade de as construções que levou a efeito em desconformidade com as condições da licença inicial e bem assim, sem a necessária licença, nos termos em que as mesmas se encontram representadas no projeto apresentado, poderem vir a ser regularizadas, mediante a emissão de Alvará de Licença de Utilização, conforme o estatuído no n.º 3, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, RMUE.-----

9.2. Para que o referido Alvará seja emitido, e em resultado da vistoria municipal realizada em 10/11/2016, o requerente deverá diligenciar no sentido de apresentar um projeto de alterações, mais concretamente no sentido de o deslocalizar para uma zona do lote junto ao anexol, de forma dar origem apenas uma unidade complementar da edificação principal, no sentido de não desrespeitar o alvará de loteamento n.º5/1981 e posteriores alterações e bem assim de colmatar a empena do anexo implantado no lote confinante, favorecendo assim o enquadramento do conjunto edificado.-----

9.3. Que seja dado ao requerente um prazo de 30 dias para o interessado diligenciar novo procedimento no sentido de apresentar para o efeito projeto de alterações. -----

9.4. Após licenciamento de tais obras de construção, será emitido um alvará de obras de correção para a realização do alpendre e do anexo, por forma a ultrapassar o ponto n.º 4 do auto de vistoria, datado de 10/11/2016 e após a conclusão das referidas obras, apresentar novo requerimento de autorização de utilização.-----

9.5. Caso o requerente, no prazo acima estabelecido, não venha a processo, o presente procedimento será declarado deserto, conforme o estabelecido no n.º 1, do artigo 132.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

#### **10. PROPOSTA DE DECISÃO-----**

Atendendo às razões de facto e de direito expostas, designadamente no auto de vistoria, datado de 10/11/2016 bem como, o estabelecido nos diplomas aplicáveis, (artigo 102.º-A do RJUE e artigo 73.º-C do RMUE, propõe-se a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

10.1. Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste para uma próxima reunião de Câmara ordinária do aludido órgão administrativo;-----

10.2 Face ao que vem a ser dito atrás, no que concerne ao licenciamento do 2.º anexo, complementar da edificação principal, nomeadamente no ponto 8.3, pois com a realização do mesmo não cumpre com as disposições urbanísticas do referido loteamento, sou a propor que a Câmara Municipal adote um projeto conducente ao indeferimento do pedido de legalização do conjunto edificado patenteado no projeto a que se faz referência.-----

10.3 Porque de facto, sem prejuízo do as obras de ampliação já concluídas que reportam á garagem e ao 1.º anexo, adossado ao lado esquerdo do limite de *tardoz* do lote, serem passíveis de legalização, contudo o 2.º anexo, não tem enquadramento num lote pertencente a um loteamento cujo alvará e posteriores alterações não possibilita mais do que um anexo, pelo que ainda não se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel. -----

10.4 Em coerência com as razões de facto e de direito acima expostas, sou a propor que o presente processo esteja presente na próxima reunião de Câmara, para que o executivo delibere o sentido de indeferir o pedido de legalização, nos termos da alínea a), do n.º 1 do artigo 24º<sup>(17)</sup> do decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, devendo promover-se audiência prévia do interessado, nos termos do artigo 122º<sup>(18)</sup> do

---

<sup>17</sup> Artigo 24.º - **Indeferimento do pedido de licenciamento-----**

1 – O pedido de licenciamento é indeferido quando:-----  
a) Violar plano municipal e intermunicipal de ordenamento do território, plano especial de ordenamento do território, medidas preventivas, área de desenvolvimento urbano prioritário, área de construção prioritária, servidão administrativa, restrição de utilidade pública ou quaisquer outras normas legais e regulamentares aplicáveis;-----

<sup>18</sup> Artigo 122.º - **Notificação para a audiência-----**

1 – Para efeitos do disposto no artigo anterior, o órgão responsável pela direção do procedimento determina, em cada caso, se a audiência



Decreto-Lei nº4/2015, de 7 de janeiro, que aprova o novo Código do procedimento Administrativo, pelo que o requerente deve ser notificado da presente decisão pedido nos termos do artigo 111 e seguintes<sup>(19)</sup> do referido Decreto-Lei.-----

se processa por forma escrita ou oral e manda notificar os interessados para, em prazo não inferior a 10 dias, dizerem o que se lhes oferecer. 2 - A notificação fornece o projeto de decisão e demais elementos necessários para que os interessados possam conhecer todos os aspetos relevantes para a decisão, em matéria de facto e de direito, indicando também as horas e o local onde o processo pode ser consultado.-----

3 - No caso de haver sítio na Internet da entidade em causa onde o processo possa ser consultado, a notificação referida no número anterior deve incluir a indicação do mesmo para efeitos de o processo poder também ser consultado pelos interessados pela via eletrónica.--

<sup>19</sup> Artigo 111.º - Destinatários das notificações-----

1 - As notificações são efetuadas na pessoa do interessado, salvo quando este tenha constituído mandatário no procedimento, caso em que devem ser efetuadas a este. -----

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, devem os interessados ou os mandatários, quando constituídos, comunicar ao responsável pelo procedimento quaisquer alterações dos respetivos domicílios que venham a acorrer na pendência do procedimento-----

Artigo 112.º - Forma das notificações-----

1 - As notificações podem ser efetuadas:-----

a) Por carta registada, dirigida para o domicílio do notificando ou, no caso de este o ter escolhido para o efeito, para outro domicílio por si indicado;-----

b) Por contacto pessoal com o notificando, se esta forma de notificação não prejudicar a celeridade do procedimento ou se for inviável a notificação por outra via;-----

c) Por telefax, telefone, correio eletrónico ou notificação eletrónica automaticamente gerada por sistema incorporado em sítio eletrónico pertencente ao serviço do órgão competente ou ao balcão único eletrónico; -----

d) Por edital, quando seja esta a forma de notificação prescrita por lei ou regulamento ou quando os notificandos forem incertos ou de paradeiro desconhecido;-----

e) Por anúncio, quando os notificandos forem em número superior a 50.

2 - As notificações previstas na alínea c) do número anterior podem ter lugar nos seguintes casos:-----

a) Por iniciativa da Administração, sem necessidade de prévio consentimento, para plataformas informáticas com acesso restrito ou para os endereços de correio eletrónico ou número de telefax ou telefone indicados em qualquer documento apresentado no procedimento administrativo, quando se trate de pessoas coletivas;-----

b) Mediante o consentimento prévio do notificando, nos restantes casos. -----

3 - A notificação prevista na alínea d) do n.º 1 é feita por reprodução e publicação do conteúdo do edital na Internet, no sítio institucional da entidade pública, e ainda:-----

a) No caso de incerteza das pessoas a notificar, por afixação de um edital na entrada do serviço da Administração por onde corre o procedimento administrativo;-----

b) No caso de incerteza do lugar onde se encontram as pessoas a notificar, por afixação de três editais, um, na entrada do serviço da Administração por onde corre o procedimento, outro, na porta da casa

do último domicílio conhecido do notificando no país e, outro, na entrada da sede da respetiva junta de freguesia.-----

4 - O anúncio previsto na alínea e) do n.º 1 é publicado, salvo o disposto em lei especial, no Diário da República ou na publicação oficial da entidade pública, num jornal de circulação nacional ou local, dependendo do âmbito da matéria em causa, e sempre na Internet, no sítio institucional da entidade em causa, com a visibilidade adequada à sua compreensão.-----

5 - Sempre que a notificação seja feita por telefone, a mesma é confirmada nos termos da alínea a) do n.º 1, no dia útil imediato, sem prejuízo de a notificação se considerar feita na data da primeira comunicação.-----

Artigo 113.º - Perfeição das notificações-----

1 - A notificação por carta registada presume-se efetuada no terceiro dia útil posterior ao registo ou no primeiro dia útil seguinte a esse, quando esse dia não seja útil. -----

2 - A presunção prevista no número anterior só pode ser ilidida pelo notificando quando não lhe seja imputável o facto de a notificação ocorrer em data posterior à presumida, devendo para o efeito a Administração ou o tribunal, a requerimento do interessado, solicitar aos correios informação sobre a data efetiva da receção. -----

3 - A notificação por telefax presume-se efetuada na data da emissão, servindo de prova a cópia da remessa com a menção de que a mensagem foi enviada com êxito, bem como da data, hora e número de telefax do recetor. -----

4 - A presunção prevista no número anterior pode ser ilidida por informação do operador sobre o conteúdo e data da emissão. -----

5 - A notificação por meios eletrónicos considera-se efetuada, no caso de correio eletrónico, no momento em que o destinatário aceda ao específico correio enviado para a sua caixa postal eletrónica, e, no caso de outras notificações por via de transmissão eletrónica de dados, no momento em que o destinatário aceda ao específico correio enviado para a sua conta eletrónica aberta junto da plataforma informática disponibilizada pelo sítio eletrónico institucional do órgão competente. -----

6 - Em caso de ausência de acesso à caixa postal eletrónica ou à conta eletrónica aberta junto da plataforma informática disponibilizada pelo sítio eletrónico institucional do órgão competente, a notificação considera-se efetuada no vigésimo quinto dia posterior ao seu envio, salvo quando se comprove que o notificando comunicou a alteração daquela, se demonstre ter sido impossível essa comunicação ou que o serviço de comunicações eletrónicas tenha impedido a correta receção, designadamente através de um sistema de filtragem não imputável ao interessado. -----

7 - Sem prejuízo do disposto no n.º 5 do número anterior, a notificação por telefone considera-se efetuada na data em que ocorreu a comunicação telefónica. -----

Artigo 114.º - Notificação dos atos administrativos-----

1 - Os atos administrativos devem ser notificados aos destinatários, designadamente os que: -----

a) Decidam sobre quaisquer pretensões por eles formuladas;-----

b) Imponham deveres, encargos, ónus, sujeições ou sanções, ou causem prejuízos; -----

c) Criem, extingam, aumentem ou diminuam direitos ou interesses legalmente protegidos, ou afetem as condições do seu exercício.-----

2 - Da notificação do ato administrativo devem constar: -----

À Consideração Superior.-----  
**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 30.01.2017:-----**  
 Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar um projecto de decisão administrativa conducente ao indeferimento do pedido de legalização em causa.-----  
 Neste contexto, dever-se-á, de seguida, notificar o requerente, nos termos e para os efeitos do preceituado nos art.os 121º e 122º, do Código de Procedimento Administrativo, para, querendo, vir a processo num prazo de 10 dias, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido do projecto de decisão acima enunciado.-----  
**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.01.30 -----**  
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----  
**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017-01-30. -----**  
 À reunião de Câmara. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

-----  
 Ausentou-se da sala, o Vice-presidente da Câmara, Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, não tendo participado na análise, discussão e votação do assunto abaixo mencionado. -----  
 -----

**3.11. PEDIDO DE ALTERAÇÃO ÀS ESPECIFICAÇÕES DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 9/84, DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE - PROCESSO N.º 5/09 - JÚLIO CASTANHEIRA BALDAIA E ONDINA CASTANHEIRA BALDAIA - LUGAR DO LOMBO, FREGUESIA DE VILAR DE NANTES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E**

- 
- a) O texto integral do ato administrativo, incluindo a respetiva fundamentação, quando deva existir; -----  
 b) A identificação do procedimento administrativo, incluindo a indicação do autor do ato e a data deste; -----  
 c) A indicação do órgão competente para apreciar a impugnação administrativa do ato e o respetivo prazo, no caso de o ato estar sujeito a impugnação administrativa necessária. -----  
 3 - O texto integral do ato pode ser substituído pela indicação resumida do seu conteúdo e objeto, quando o ato tiver deferido integralmente a pretensão formulada pelo interessado. -----  
 4 - Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2, o reconhecimento jurisdicional da existência de erro ou omissão na indicação do meio de impugnação administrativa a utilizar contra o ato notificado não prejudica a utilização do referido meio no prazo de 30 dias, a contar do trânsito em julgado da decisão jurisdicional. -----  
 5 - Quando não haja prazo fixado na lei, os atos administrativos devem ser notificados no prazo de oito dias.-----

**ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA COORDENADORA TÉCNICA ISABEL PRESA DATADA DE 03.01.2017.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

Através do requerimento com o registo de entrada n.º 3186/09, de 18/11/2009, vieram os interessados, Júlio Castanheira Baldaia e Ondina Castanheira Baldaia, na qualidade de proprietários, apresentar por escrito, alteração ao loteamento com o alvará n.º 9/84, emitido a 27/08/1984, sito no local identificado em epígrafe.-----

Depois de vários procedimentos entendidos como necessários, foi adoptada decisão favorável à alteração às especificações da operação de loteamento atrás referenciado, consubstanciada na diminuição das áreas dos lotes 1 e 2, em benefício da criação do lote 6 e 7 e ainda da criação de uma área de cedência do domínio público municipal, tomada por deliberação camarária em sua Reunião Ordinária do Executivo Municipal, de 16/05/2011.-----

A informação técnica de 09/05/2011, que foi aprovada pelo Órgão Executivo, foi dada a conhecer aos interessados, assim como a respetiva deliberação, através do ofício n.º 819/DGUT/11, que foi expedida via CTT, a 26.05.2011, para o devido cumprimento, ou seja, no prazo de um ano, teriam que apresentar os projetos de execução inerentes às obras de urbanização e procederem ao pagamento do valor de compensação aí calculado.-----

Até à presente data, como os interessados não vieram dar cumprimento a tal tomada de posição, julgo, salvo outra opinião, que deverá o presente assunto ser agendado para uma próxima reunião do executivo municipal, com vista a ser declarada a sua caducidade, nos termos do artigo 71º, do D.L. n.º 555/99 de 16 de dezembro e demais alterações, após audiência dos interessados, de acordo com o n.º 5, do mesmo artigo legal.-----

Caso venha a ser proferida tal decisão, julgo que deverá o processo, depois de notificados os interessados, ser encaminhado para a Divisão de Administração e Fiscalização, no sentido de se verificar se o loteamento em questão sofreu qualquer intervenção sujeita a controlo prévio por parte da Administração e sem a devida autorização para o efeito, devendo, nessa medida, atuarem em conformidade com as leis legais e regulamentares em vigor.-----

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 16.01.2017:**-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito invocados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal adoptar uma deliberação conducente à tomada de projecto de decisão visando a declaração de caducidade da licença de alterações às especificações do alvará de loteamento n.º 9/84. Neste contexto, dever-se-á de seguida notificar os interessados para, querendo, virem a processo, num prazo de 15 dias, nos termos do preceituado no n.º 5, do Decreto-Lei n.º 445/91, de 19 de dezembro, dizerem o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão antes pré-anunciada.-----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.01.17** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2016-01-30** -----

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

-----  
**Regista-se a entrada na sala, do Vice-presidente da Câmara, Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, retomando a sua participação na presente reunião.** -----  
 -----

**3.12. ABERTURA DE MURO PARA COLOCAÇÃO DE PORTÃO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 712/15 - SEBASTIÃO DO ESPÍRITO SANTO - QUINTA DA SAÚDE, LOTE 3, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 30.01.2017.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**1-INTRODUÇÃO**-----

1.1- Através do requerimento n.º 839/16 e 1923/16, referente ao processo n.º 712/15, o Sr.º Sebastião do Espírito Santo, apresenta pedido de licenciamento, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada na legalização das obras de alteração<sup>20</sup> e de construção<sup>21</sup>, de um portão para acesso pedonal, localizado no muro posterior da sua habitação unifamiliar (lic.ª const. n.º 830/81), situada na Quinta da Saúde, lote 3 do loteamento titulado pelo Alvará n.º 4/1977, freguesia de Santa Maria Maior no concelho de Chaves.-----

1.2- O lote de terreno tem a área total de 560.00 m<sup>2</sup>, está inscrito na matriz com o n.º 3728 e descrito na conservatória do Registo Predial sob o n.º 1098/20081007, da freguesia de Santa Maria Maior, é parte integrante do alvará de loteamento 4/1977, emitido em nome de "Secundino Alves Silva".-----

**2 - ANTECEDENTES**-----

2.1- Licença n.º 830/81, para "construção de uma habitação unifamiliar, de cave, r/chão e andar, com a área de 345.09 m<sup>2</sup>";-----

2.2- Licença de construção n.º 97/08, para construção de anexos;-----

2.3- Informação n.º 49/DAF/fisc/2015, no sentido de adotar as diligências necessárias tendentes à regularização da situação;-----

2,4- Despacho n.º 32/GAP/2016, relativo a ordem de demolição/remoção;

2.5- Despacho superior datado de 2016/07/06, no sentido de ser sustida a ordem de demolição, até que seja proferida decisão definitiva sobre o pedido de licenciamento;-----

**3 - SANEAMENTO E APRECIÇÃO LIMINAR**-----

<sup>20</sup> «Obras de alteração» as obras de que resulte a modificação das características físicas de uma edificação existente ou sua fração, designadamente a respetiva estrutura resistente, o número de fogos ou divisões interiores, ou a natureza e cor dos materiais de revestimento exterior, sem aumento da área de pavimento ou de implantação ou da cércea;-----

<sup>21</sup> «Obras de construção» as obras de criação de novas edificações;---

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e no n.º 15, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º 4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente:-----

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos; -----
- Extrato da planta de ordenamento, do plano Diretor Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;-----
- Memória descritiva e justificativa;-----
- Calendarização;-----
- Estimativa orçamental;-----
- Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura e coordenador de projeto, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;-----
- Comprovativos de inscrição dos técnicos em associação pública de caráter profissional;-----
- Plantas à escala de 1:100;-----
- Alçado à escala de 1:100;-----
- Corte e transversal à escala de 1:100;-----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----
- Fotografias;-----
- Desenho de alterações;-----

#### **4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----**

##### **4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----**

4.1.1- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º- do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro, por se tratar de um procedimento de legalização de obras de alteração de uma habitação unifamiliar e da construção de um portão para acesso pedonal no muro posterior da habitação.-----

##### **4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----**

4.2.1- O lote de terreno é parte integrante do alvará de loteamento 4/1977, emitido em nome de "Secundino Alves Silva".-----

4.2.2- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 34 A, o lote de terreno está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável, categoria 1.1 - Cidade de Chaves.-----

4.2.3- A pretensão situa-se em área sujeita a medidas preventivas, estabelecidas por motivo da revisão do PDM de Chaves, publicadas em Diário da República, 2.ª Série, n.º 107, de 4 de Junho de 2014, através do Aviso n.º 6779/2014, prorrogadas através do Aviso n.º 9339/2016 publicado em Diário da República, 2ª série, n.º 143, de 27 de julho de 2016 - em espaço A - espaço urbano consolidado.-----

##### **4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----**

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

#### **5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----**

5.1- O presente pedido diz respeito, à legalização das obras de construção, de um portão para acesso pedonal, localizado no muro posterior da sua habitação unifamiliar licenciada sob o n.º 830/81. Pretende-se ainda a legalização das obras de alteração na habitação unifamiliar, que são ao nível da compartimentação interior e vãos.---

5.2- Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2016-06-16, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º"73",

que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

5.3- Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de não haver necessidade de se realizarem obras de correção e/ou adaptação na habitação unifamiliar e no portão de acesso pedonal objeto de pedido de legalização das obras de alteração e construção respetivamente e desde que seja apresentado projeto que retrate a materialização física da habitação. O requerente apresentou sob requerimento n.º 1923/16, datado de 2016/10/19, projeto de alterações, retratando as modificações na habitação unifamiliar relativamente à licença de construção n.º 830/81.-----

5.4- O imóvel que se pretende legalizar as obras de alteração, é uma preexistência, pelo facto de estar devidamente licenciado, em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 5<sup>22</sup> do Regulamento do Plano Diretor Municipal.-----

5.5- O acesso pedonal a legalizar, é feito no quadrante Norte do terreno do requerente, comunicando com espaço integrado no domínio público, por força do alvará de loteamento n.º 4/1997.-----

#### **6 - RESPONSABILIDADE-----**

6.1- O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura e do coordenador do projeto, cujos teores se mostram adequados.-----

#### **7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----**

7.1- Não há lugar ao cálculo das taxas de infraestruturas, pelo facto de se tratar de uma construção situada em loteamento, e de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 23 do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística.-----

7.2- As taxas administrativas, previstas no art.º 66.º, da subsecção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 49,15 euros.-----

7.3- O valor total das taxas a liquidar é assim de 49,15 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado no quadro I (taxas administrativas) do anexo I.-----

#### **8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----**

8.1-Considerando, que a habitação unifamiliar, se situa em local, onde predominam esta tipologia de construções e que o seu estado atual de conservação, não desvirtua a envolvente em que se insere.-----

8.2- Considerando, que se trata de uma edificação preexistente de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal, sem aumento da área bruta de construção.-

8.3 - Considerando que a edificação é servida por arruamento público, pavimentado a betuminoso, possui ligação á rede pública de água os esgotos.-----

8.4- Considerando que o imóvel mantém o uso preexistente, para habitação unifamiliar, que se enquadra no disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 7 do Plano Diretor Municipal, onde dispõe que, os espaços de classe 1 possuem já ou estão vocacionados para a utilização e

---

<sup>22</sup> Artigo 5º - Preexistências-----

b) Estarem licenciados, aprovados ou autorizados pela entidade competente, nos casos em que a lei a tal obriga, e desde que as respetivas licenças, aprovações ou autorizações não tenham caducado ou sido revogadas ou apreendidas.-----

ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista;-----

8.5- Considerando, que a operação urbanística em análise, consubstancia, a isenção do cumprimento das regras relativas às acessibilidades, aos requisitos térmicos, ou seja, a dispensa de cumprimento de normas técnicas de construção, pelo facto de se tratar de um edifício construído antes destas exigências. Neste contexto, mesmo que o edifício tivesse sido alterado legalmente, sempre existiria sem estas exigências.-----

8.6- Considerando que da vistoria realizada, resultou, não haver necessidade de obras de correção e/ou adaptação, o título a emitir será o Alvará de autorização de utilização, conforme previsto no n.º3 do artigo 73.º-C do RMUE.-----

8.7- Considerando, que se trata de um pedido de legalização das obras de construção e alteração, propõe-se, que o processo seja encaminhado para a Divisão de Administração e Fiscalização, para os fins tidos por convenientes.-----

## **9 - PROPOSTA DE DECISÃO**-----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel;-----

c) Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de alteração da habitação unifamiliar e da construção de acesso pedonal, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar.-----

À consideração superior-----

## **ANEXO I**-----

CÁLCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N.º 314/2010-----

Áreas (m<sup>2</sup>) - sem aumento da área bruta de construção-----

### **- Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)**-----

Não há lugar ao cálculo das taxas de infraestruturas, pelo facto de se tratar de uma construção situada em loteamento.-----

## **QUADRO I**-----

### **- Cálculo das taxas administrativas**-----

(art.º 66 da subsecção IV)-----

	Descrição	Taxa	Valor
<b>Capítulo II</b>	<b>EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO</b>		
<b>Secção IV</b>	<b>EDIFICAÇÕES</b>		
<b>Subsecção IV</b>	<b>EMIÇÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)</b>		
	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de		
Artigo 66.º	edificação		



n.º 17	Emissão de aditamento ao alvará			37,65 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês	1	11,50€	11,50 €
<b>TOTAL</b>				<b>49,15 €</b>

**TOTAL A LIQUIDAR.....** ∑ 49,15 €

**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 30.01.2017:-----**

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização do imóvel em causa.-----

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.01.31 -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017-01-31. -----**

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## VI

### OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

#### 1- URBANIZAÇÃO

##### 1.1. REMODELAÇÃO DO LARGO GENERAL SILVEIRA - AUTO DE MEDIÇÃO N.3/DOP/2017. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição n.º 3/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 61.098,42 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais.----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2016.01.30.-----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 30.01.2017 -----**

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, com o voto contra da Vereadora do Partido Socialista, Senhora Dra. Paula Cristina Barros Teixeira Santos, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €61.098,42, (Sessenta e um mil e noventa e oito euros e quarenta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

De seguida, usou da palavra a Vereadora do Partido Socialista, Senhora Dra. Paula Cristina Barros Teixeira Santos, para apresentar, verbalmente, a seguinte declaração: -----  
 "O seu voto contra funda-se na sua discordância quanto à metodologia adotada, a qual vai determinar a requalificação do Largo das Freiras, não tendo qualquer relação com a aprovação do Auto de Medição, ora, em apreciação." -----  
 -----

**1.2. ADUTORA PARQUE EMPRESARIAL - VILELA SECA E REMODELAÇÃO DE RESERVATORIO DE VILELA SECA - AUTO DE MEDIÇÃO N.1/DOP/2017. -----**

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição n.º 1/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 20.672,62 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais.----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2016.01.30.-----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.  
**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 30.01.2017 -----**

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €20.672,62, (Vinte mil, seiscentos e setenta e dois euros e sessenta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----  
 -----

**1.3. LOTE 1: REQUALIFICAÇÃO DA AV.ª DO ESTÁDIO (PAMUS 1.2 E PAMUS 2.1). -RELATÓRIO FINAL. INFORMAÇÃO Nº 18/DOP/2017. -----**

Foi presente a informação nº 18/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

**I - Enquadramento-----**

A Câmara Municipal de Chaves, abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica, 2ª. Série, nº 229, de 29 de novembro de 2016 concurso público, tendo como objetivo a adjudicação da empreitada designada "Lote 1: Requalificação da Avenida do Estádio (PAMUS 1.2 e PAMUS 2.1)".

**II - Fundamentação-----**

Foi elaborado o relatório preliminar, onde se propôs a adjudicação da empreitada à empresa "Anteros Empreitadas Sociedade de Construção e Obras Públicas S.A.," pelo valor de 544.199,00 € (Quinhentos e quarenta e quatro mil cento e noventa e nove euros).-----

Promoveu-se de imediato à respetiva audiência prévia escrita e nenhum dos concorrentes apresentou qualquer sugestão quanto ao sentido de adjudicação.-----

**III - Da Proposta em Sentido estrito-----**

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de propor a aprovação do relatório final da empreitada "Lote 1: Requalificação da Avenida do Estádio (PAMUS 1.2 e PAMUS 2.1)", e a adjudicação à empresa "Anteros Empreitadas Sociedade de Construção e Obras Públicas S.A.," pelo valor de 544.199,00 € (Quinhentos e quarenta e quatro mil cento e noventa e nove euros), IVA não incluído, com um prazo de execução de 150 dias, remetendo-se o mesmo relatório final à entidade competente para autorizar despesa, no caso, a Câmara Municipal;-----

De salientar que o valor total da proposta (544.199,00 €) tem enquadramento nas despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor nas rubricas:-----

a) PAMUS 1.2 - Requalificação de Corredores Urbanos Existentes: Zona Urbana Central Ação 3/I/2016, no valor de 335.315,40€, sendo que o valor de 2.550,08€ corresponde a Rede de Água;-----

b) PAMUS 2.1 - Requalificação de Corredores Urbanos Existentes: Zona Urbana Nascente Ação 4/I/2016, no valor de 208.883,60€, sendo que o valor de 963,07€ corresponde a Rede de Água.-----

Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo, se remeta o procedimento ao Gabinete de Notariado e Expropriações, com vista à celebração do respetivo contrato com o adjudicatário.-----

À consideração superior.-----

Divisão de Obras Públicas, 24 de janeiro de 2017.-----

A Chefe de Divisão-----

(Eng.ª Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues)-----

Em Anexo: Relatório Final-----

#### **RELATÓRIO FINAL**-----

Aos 24 dias do mês de janeiro 2016, na Divisão de obras Públicas, reuniu o Júri designado para o concurso supramencionado, constituído pelos seguintes membros:-----

- Presidente: Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de Departamento de Coordenação Geral;-----

- 1.º Vogal: Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues, Chefe de Divisão de Obras Públicas;-----

- 2.º Vogal: Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra, Técnica Superior da Divisão de Obras Públicas, -----  
com o fim de tornar definitivo o relatório preliminar - sentido de adjudicação, no sentido de permitir a prática do ato adjudicatório, no âmbito do presente procedimento.-----

No passado dia 16 de janeiro procedeu-se á notificação do projeto de decisão final aos concorrentes, tendo-lhes sido concedidos 5 dias para se pronunciarem sobre o mesmo.-----

Esgotado o prazo para o exercício do direito de participação na tomada de decisão - audiência prévia escrita, nenhum dos concorrentes apresentou qualquer sugestão quanto ao sentido da decisão.-----

Assim, o Júri deliberou por unanimidade, o seguinte:-----

Tornar definitivo, para efeitos de adjudicação, o sentido de adjudicação exposto no relatório preliminar - adjudicação da empreitada "**Lote 1: Requalificação da Avenida do Estádio (PAMUS 1.2 e PAMUS 2.1)**", e a adjudicação à empresa "**Anteros Empreitadas Sociedade de Construção e Obras Públicas S.A.,**" pelo valor de **544.199,00 €** (Quinhentos e quarenta e quatro mil cento e noventa e nove euros), IVA não incluído, com um prazo de execução de **150 dias**, remetendo-se o mesmo - relatório final - à entidade competente para autorizar despesa, no caso, a Câmara Municipal;-----

Nada mais havendo a tratar, elaborou-se o presente relatório, que vai ser assinado pelos membros do júri.-----

**O Júri**-----

O Presidente-----  
(Marcelo Caetano Martins Delgado)-----

Os Vogais-----  
(Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues)-----

(Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra)-----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2016.01.30.**-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 30.01.2017** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

#### **1.4. REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA PRIMÁRIA DE VIDAGO - JARDIM DE INFÂNCIA - APROVAÇÃO DE ERROS E OMISSÕES. INFORMAÇÃO Nº 17/DOP/2017.** -----

Foi presente a informação nº 17/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

##### **I - Enquadramento** -----

O Executivo Camarário em sua reunião ordinária de 9 de dezembro de 2016, deliberou por unanimidade, autorizar a abertura do procedimento identificado em epígrafe com vista à adjudicação da empreitada em causa. -----

Na fase correspondente à apresentação por parte dos interessados no concurso de listas de erros e omissões, as empresas TRIVIAL PLACE LDA., RC3 - RESTAUROS E CONSTRUÇÃO, LDA. e Anteros Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras Publicas S.A., vieram apresentar listas de erros e omissões. -----

Após análise das listas de erros e omissões apresentadas, a equipa projectista pronunciou-se conforme o documento que se anexa, e que aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

Nos termos do exposto no nº 5 do artigo 61º do Código dos Contratos Públicos, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e omissões apresentadas, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas -----

##### **II - Fundamentação** -----

a) Considerando que, depois de analisadas as respectivas listas de erros e omissões, propõe-se a aceitação dos erros e omissões indicados pela projetista, anexando-se a este documento a lista de quantidades com os erros e omissões já integrados nos respectivos capítulos e devidamente assinalados. De salientar que o suprimento de erros e omissões aceite, **não altera o preço base do concurso;** -----

b) Considerando que, nos termos do nº3 e nº4 do artigo 61º do CCP, a apresentação da lista de erros e omissões, apresentada por qualquer interessado, suspende o prazo fixado para apresentação das propostas. Dado que as alterações introduzidas não modificam aspetos fundamentais das peças do procedimento, de acordo com o nº4 do artigo 64º do CCP, as decisões de prorrogação do prazo para apresentação das propostas, cabem ao órgão competente para a decisão de contratar, sendo, para o efeito, prorrogado o prazo fixado para apresentação das propostas por período equivalente ao da suspensão do prazo. -----

##### **III - Da proposta em sentido Lato** -----

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão; -----

b) Aceitação das listas de Erros e Omissões apresentadas pelos interessados; -----

c) Nos termos do nº7 do artigo 61º do Código dos Contratos Públicos, que sejam notificados os interessados, através da plataforma eletrónica do Município de Chaves (www.vortalbiz.pt), do teor da presente decisão; -----

Nesta conformidade, o prazo limite para a entrega das propostas é o seguinte: Dia 24 de fevereiro de 2017. -----

Divisão de Obras Publicas, 30 de janeiro de 2017 -----

A Chefe de Divisão -----

(Eng.ª Amélia Cristina Rodrigues) -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2016.01.31.**-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 31.01.2017** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

**1.5. LOTE 3: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA IRMÃOS RUI E GARCIA LOPES (PAMUS 1.2) - APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO E PROCEDIMENTO CONCURSAL TENDENTE À ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA. INFORMAÇÃO Nº 28/DOP/2017. ---- À ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA.**-----

Foi presente a informação nº 28/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

**I - Enquadramento**-----

Para conhecimento e respetiva aprovação, apresenta-se em anexo o projeto e processo de procedimento para a execução da obra "Lote 3:Requalificação da Avenida Irmãos Rui e Garcia Lopes (PAMUS 1.2)".-- Pretende-se com o presente projeto uma nova intervenção no espaço urbano, promovendo-se um novo desenho viário, onde se destacam os espaços de circulação pedonal, criando-se melhores condições de segurança pedonal, de circulação automóvel, de estacionamento e de acessibilidade.-----

O trânsito irá manter-se nos dois sentidos, introduzindo-se alterações nas ligações com outras ruas.-----

O aceso às ruas transversais, far-se-á sem interrupção da cota de passeio, diferenciando-se na transição de cotas, o revestimento com bloco de betão de encaixe de cor bordeaux.-----

**II - Da Proposta**-----

Face ao descrito propõe-se:-----

**1.** Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dado a especificidade dos trabalhos; -----

**2.** Que seja autorizado pelo Executivo, a abertura de um procedimento por Concurso Público, para a adjudicação da obra, "Lote 3:Requalificação da Avenida Irmãos Rui e Garcia Lopes (PAMUS 1.2";---

**3.** Que o valor base para a presente empreitada seja fixada em 384.900.00 Euros, (Trezentos e oitenta e quatro mil e novecentos euros), acrescido do respetivo valor do IVA;-----

**4.** Que de acordo com o definido na alínea b) do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, seja adotado como procedimento prévio à contratação o Concurso Público, sem publicação no JOUE - Jornal Oficial da União Europeia;-----

**5.** A aprovação das peças do procedimento em anexo, respetivamente:--

- a) Projeto de Execução;-----  
b) Anúncio conforme modelo estipulado no anexo I, da Portaria nº 701 - A/2008;-----  
b) Programa de Procedimento;-----  
c) Caderno de Encargos;-----  
e) Plano de Segurança e Saúde;-----  
f) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.-  
**6.** Que o prazo máximo de execução da obra seja de 150 dias.-----  
**7.** Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, o júri responsável pela condução dos procedimentos, para a formação dos contratos, seja constituído pelos seguintes elementos:-----  
Presidente: Amélia Rodrigues-----  
1º Vogal efetivo: Fernanda Serra -----  
2º Vogal efetivo: José Figueiredo-----  
Suplentes:-----  
1º Vogal suplente: Madalena Branco -----  
2º Vogal suplente: Márcia Santos-----  
**8.** Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 109º do Código dos Contratos Públicos, sejam delegadas ao júri todas as competências, com exceção do disposto no nº2 do artigo 69º do C.C.P;-----  
**9.** Encontrando-se em vigor da Portaria 701-H/2008 de 29 de Julho, foi na elaboração do presente projeto, tida em consideração a sua aplicação conjuntamente com o artigo 43º da CCP.-----  
No entanto, dado tratar-se de uma obra simples, sem complexidade relevante, onde não são aplicados métodos ou técnicas inovadoras, sendo praticamente nulo o grau de imprevisibilidade, é dispensável a revisão de projeto, de acordo com o nº2 do artigo 43º do CCP, entende-se também que determinados elementos de solução da obra a realizar exarados no nº5 do artigo 43ª do referido diploma, são dispensáveis, designadamente:-----  
- Levantamento e análise de campo - Para a execução dos trabalhos previstos, foram elaborados levantamentos e análises de campo;-----  
- Estudo geológico - geotécnico - Foi considerada a informação geológica - geotécnica existente, da área de intervenção considerada no projeto;-----  
- Estudos ambientais, incluindo a declaração de impacto ambiental, nos termos da legislação aplicável - Verifica-se que a obra a levar a efeito se trata de uma reabilitação de um edifício existente, não estando assim sujeita a avaliação de impacto ambiental por não se enquadrar nos projetos abrangidos pelas alíneas a) e b) do n.º 3 e n.º 4 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro, bem como pela Declaração de Retificação n.º 2/2006, de 6 de Janeiro;-----  
- Estudos de impacto social, económico ou cultural neste se incluindo a identificação das medidas de natureza expropriatória a realizar, dos bens e dos direitos a adquirir e dos ónus e servidões a impor - Não aplicável, dada a natureza da obra;-----  
- Resultado dos ensaios laboratoriais ou outros - Tendo em consideração as características da obra a realizar, não foram realizados ensaios laboratoriais ou outros;-----  
- Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, nos termos da legislação aplicável - O PPGRCD faz parte das peças do procedimento, em fascículo anexo.-----  
**10.** O valor base do orçamento dos trabalhos em causa está estimado em 384.900.00 Euros, IVA não incluído, tendo enquadramento nas despesas

emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objetivo 3.8.4. 0102/07030301/0101/2016 I 3.-----

À consideração Superior.-----

Divisão de Obras Públicas, 30 de janeiro de 2017.-----

A Chefe de Divisão-----

(Eng.<sup>a</sup> Amélia Cristina Rodrigues)-----

**Em anexo:**-----

- Projeto de Execução,-----

- Modelo de Anúncio de Concurso Público;-----

- Programa de Procedimento,-----

- Caderno de Encargos,-----

- Plano de Segurança e Saúde;-----

- Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.-

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO**

**DELGADO, DE 2016.01.30.**-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 30.01.2017** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

## 2- SANEAMENTO E SALUBRIDADE

## 3- OBRAS DE CONSERVAÇÃO

### VII EXPROPRIAÇÕES

### VIII DIVISÃO DE AGUAS E RESÍDUOS

#### 1. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES. CONCEIÇÃO DIAS AFONSO. INFORMAÇÃO Nº23/DAR/2017. -----

Foi presente a informação nº23/DAR/2017, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-

##### 1. INTRODUÇÃO:-----

Deu entrada na Divisão de Águas e Resíduos em 11 de janeiro de 2017, um pedido em nome de Conceição Dias Afonso, contribuinte n.º179443526, a solicitar o pagamento em prestações, de uma dívida contraída junto do Município de Chaves, a título de consumos de água, recolha de águas residuais e resíduos sólidos urbanos efetuados e não pagos, numa instalação na rua da Várzea nº21 e nº21 1º Stª Maria Maior 5400-582 Chaves;-----

A 10 de janeiro de 2016, foi dado conhecimento ao requerente, de que o pagamento em prestações está previsto no regulamento municipal dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, tendo-lhe sido solicitada a documentação exigida para a apreciação do pedido;-----

Apresentou a requerente certidão emitida pela direção de finanças de Chaves, certificando a não entrega de declaração de IRS relativa ao ano de 2015, bem como da não obtenção de quaisquer rendimentos nesse ano que obrigassem à sua entrega;-----

Foi também apresentada declaração emitida pelo Instituto de Segurança Social informando não estar a ser concedida qualquer pensão/subsídio/complemento à requerente;-----

## **2. DO DIREITO:-----**

Atendendo ao artigo 166.º do regulamento municipal dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos sólidos, as dívidas referentes à faturação dos serviços de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos, poderão ser pagas em prestações mensais e iguais, mediante requerimento devidamente fundamentado, a dirigir ao Presidente da Câmara;-----

O deferimento da pretensão será decidido por deliberação do executivo municipal, desde que seja demonstrada a impossibilidade do sujeito passivo para efetuar o pagamento em dívida;-----

A situação económica do sujeito passivo é comprovada por declaração anual de rendimentos, bem como por declaração das Finanças de ausência de património e na ausência de rendimentos por declaração do Instituto de Segurança Social ou entidade congénere, da existência de reformas, pensões e outros auxílios económicos;-----

Compulsados os registos existentes no programa informático responsável pela gestão do processo de faturação, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos e que se anexa à presente informação, a dívida atual da requerente, corresponde à data de apresentação do pedido a 297,91€;-----

Da análise da documentação apresentada, conclui-se que a ora peticionária reúne os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em prestações ao abrigo do retrocitado artigo do regulamento municipal;-----

Considerando que o valor da dívida está compreendido entre os 251€ e os 500€, o valor mínimo regulamentado para a prestação mensal é de 50€, pelo que o faseamento do pagamento da dívida, solicitado em 7 prestações, dá cumprimento ao exigido.-----

## **3. PROPOSTAS:-----**

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão consubstanciada na autorização do pagamento faseado do valor da dívida de 297,91€ por parte da peticionária, em 7 prestações mensais;-----

b) Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;-----

c) Sequencialmente, deverá ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal à Divisão de Águas e Resíduos.-----

Chaves, 26 de janeiro de 2017.-----

O Chefe de Divisão-----  
(Engº José António T.F. Carneiro)-----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2016.01.30.-----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.



**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 30.01.2017** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**IX**

**DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS**

**X**

**FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS**

**XI**

**ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA**

**1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS**

**1.1. REVISÃO DO MODELO DE ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CHAVES; - CRIAÇÃO DE 3 UNIDADES FLEXÍVEIS DE 2º GRAU; - EXTINÇÃO DE 2 UNIDADES FLEXÍVEIS DE 3º GRAU; - BASE LEGAL - DECRETO - LEI Nº 305/2009, DE 23 DE OUTUBRO E LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 42/2016, DE 28 DE DEZEMBRO. PROPOSTA Nº. 13/GAPV/2017.** -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**I - Razões de Ordem** -----

1. A Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, diploma legal que aprova o Orçamento do Estado para 2017, introduziu, através do seu artigo 255º, alterações à Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, diploma que adapta o Estatuto do Pessoal Dirigente à Administração Local. -----

2. Entre as alterações introduzidas ao regime previsto na Lei n.º 49/2012, destacamos, desde logo, a revogação dos seus artigos 8º, 9º e 25º. -----

3. Sendo certo que as normas, agora revogadas, estabeleciam as regras e critérios a observar na previsão, e respetivo provimento, de cargos de direção intermédia de 2º e 3º grau, limitando o número máximo dos mesmos em função da população e do número de dormidas turísticas no Município. -----

4. Partindo destas premissas, rapidamente se conclui que, na presente data, a previsão e provimento de cargos de chefia intermédia de 2º e 3º grau, não se encontra limitada, legalmente, e por esta via, quanto ao respetivo número, sem prejuízo do cumprimento das regras de equilíbrio financeiro aplicáveis às autarquias locais. -----

5. Atenda-se, contudo, que relativamente à previsão e provimento de cargos de diretor de departamento municipal, a lei não foi alvo de qualquer alteração legislativa, mantendo-se, pois, as regras e critérios previstos no artigo 7º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

6. Neste contexto, e atendendo à retrocitada disposição legal, o cargo de Diretor de Departamento pode ser provido nas seguintes condições, a saber: -----

a. Nos municípios com população igual ou superior a 40 000, sendo que a cada fração populacional de 40 000 corresponde a faculdade de provimento de um diretor de departamento municipal; -----

b. Nos municípios cuja participação no montante total dos fundos a que se refere o n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, seja igual ou superior a 2 (por mil) podem prover um diretor de departamento municipal, o qual acresce aos providos nos termos previstos no ponto anterior. -----

c. Nos municípios cujo número de dormidas turísticas seja igual ou superior a 400 000 por cada ano civil, e por cada fração igual, pode ser provido um diretor de departamento municipal, a acrescer anteriores, com o limite de quatro. -----

7. Perante a alteração legislativa supra evidenciada, e levando em especial linha de atenção as necessidade associadas ao correto funcionamento dos serviços municipais, cumpre, agora, proceder à alteração da estrutura definida, acompanhando a alteração legislativa consagrada, sobre a matéria, na Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, no sentido de dotar o Município de condições funcionais que possam dar resposta aos desafios que hodiernamente se lhe colocam. -----

## **II - Da análise da situação do Município de Chaves -----**

1. Como se viu, a Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, prevê critérios determinadores do n.º de cargos de diretores de departamento municipal a prover em cada município, podendo dividir-se os mesmos em 3 indicadores, a saber: -----

a) População Residente na área territorial do Município; -----

b) Dormidas Turísticas registadas por ano e no território do Município; -----

c) Valor da participação no montante total dos fundos a que se refere o n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro

2. Relativamente à população residente no Concelho de Chaves, a mesma atingia, em 2011, o n.º de 41243<sup>23</sup>. -----

3. No que concerne às dormidas turísticas no Concelho de Chaves, em 2011, registaram-se 107 275, conforme resultado definitivo dos Censos 2011, levados a efeito pelo Instituto Nacional de Estatística<sup>24</sup>. ----

4. Por último, a participação do Município de Chaves no montante total dos fundos a que se refere o n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro<sup>25</sup>, é superior a 2 (por mil)<sup>26</sup>. -----

<sup>23</sup> Conforme resultado definitivo dos Censos 2011 e constante do documento extraído da página oficial do Instituto Nacional de Estatística, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa à presente proposta. -----

<sup>24</sup> De acordo com os dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, conforme documentos cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexam à presente proposta, registaram-se, no Concelho de Chaves, as seguintes dormidas turísticas: -----

- Ano de 2013: 128 212 dormidas; -----

- Ano de 2014: 124 203 dormidas; -----

- Ano de 2015: 148 041 dormidas. -----

<sup>25</sup> Este diploma foi revogado pela Lei n.º 73/2013, de 3/9. Contudo, tal revogação não veio a ser espelhada na Lei n.º 49/2012. Assim sendo, a remissão para o n.º 1, do artigo 19º, da Lei n.º 2/2007, dever-se-á considerar como feita para o n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 73/2013, em face da correspondência existente entre ambas normas. -----

<sup>26</sup> Conforme dados oficiais constantes do mapa XIX, do Orçamento de Estado para 2017, documento cujo teor aqui se dá por integralmente

5. Partindo destes valores, poder-se-á concluir que o Município de Chaves detém, na presente data, o direito de prover dois Diretores de Departamento Municipal. -----

6. Sendo certo que, na presente data, se encontra provido um Diretor de Departamento Municipal (Departamento de Coordenação Geral). -----

### **III - Da atual estrutura organizacional do Município de Chaves. -----**

1. Na sequência das deliberações tomadas, respetivamente, pela Assembleia Municipal no dia 27/12/12 e pela Câmara Municipal de Chaves no dia 17/12/2012 e, posteriormente, no dia 13/03/2015<sup>27</sup>, a atual estrutura orgânica contempla os seguintes cargos dirigentes: -----

- Um (1) Diretor de Departamento; -----
- Oito (8) Chefes de Divisão Municipal; -----
- Dois (2) dirigentes intermédios de 3º grau. -----

2. Ora, conforme se viu, o Município de Chaves, à luz dos critérios definidos pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na redação atual, pode prover 2 Diretores de Departamento Municipal, não se encontrando limitado a um número máximo relativamente aos dirigentes de 2º e 3º grau. -----

3. Verifica-se, portanto, que ao nível da estrutura nuclear, a alteração legislativa não impõe qualquer revisão da mesma, pelo que o Município poderá manter a que atualmente se encontra em vigor. -----

4. Relativamente aos dirigentes intermédios de 2º e 3º grau, e como se viu, nada impede, na presente data, a diminuição ou aumento do respetivo número. -----

### **IV - DO MODELO ORGANIZACIONAL PERFILHADO -----**

#### **a) Do modelo de estrutura orgânica -----**

1. A estrutura e o funcionamento dos serviços Municipais orientam-se nos termos do Decreto - Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, pelos princípios da unidade e eficácia da ação, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afetação dos recursos públicos, da melhoria qualitativa e quantitativa do serviço prestado e da garantia da participação dos cidadãos, bem como pelos demais princípios constitucionais, aplicáveis à atividade administrativa e acolhidos no Código do Procedimento Administrativo. -----

2. Partindo destas premissas, a organização interna dos serviços Municipais assenta, ao abrigo da alínea a), do n.º 1, do art. 9º, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, no Modelo de Estrutura Hierarquizada<sup>28</sup>, constituída por: -----

- Unidades Nucleares, sob a forma de Departamentos Municipais; -----
- Unidades Flexíveis (Divisões); -----

reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa à presente proposta. -----

<sup>27</sup> Nesta data, a Câmara Municipal aprovou proposta de revisão do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, a qual manteve o número de unidades nucleares, unidades flexíveis e subunidades orgânicas, aprovado pela Assembleia Municipal no dia 27/12/2012. ----

<sup>28</sup> O n.º 1, do artigo 10º, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro e ulteriores alterações, prevê que a estrutura hierarquizada é constituída por unidades orgânicas nucleares e flexíveis. -----

Por sua vez, o n.º 1, do artigo 12º, do retrocitado diploma legal, determina que a estrutura matricial é adotada sempre que as áreas operativas dos serviços se possam desenvolver essencialmente por projetos, devendo agrupar-se por núcleos de competências ou de produto bem identificados, visando assegurar a constituição de equipas multidisciplinares com base na mobilidade funcional. -----

- Subunidades Orgânicas, dirigidas por Coordenadores Técnicos. -----

**b) Da estrutura nuclear e respectivas unidades orgânicas nucleares**

Considerando que a presente proposta de alteração incide, apenas, sobre unidades flexíveis, a estrutura nuclear manter-se-á, em tudo, inalterada. -----

**c) Do número máximo de unidades orgânicas flexíveis e subunidades orgânicas** -----

1. Por força do disposto nas alíneas c) e d), do art. 6º, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, compete à Assembleia Municipal, sobre proposta da Câmara Municipal, definir o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, bem como o número máximo de subunidades orgânicas. -----

2. Sendo certo que, uma vez definido o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e de subunidades orgânicas, a sua criação compete, respetivamente, à Câmara Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal, desde que se mantenha dentro daquele limite. -----

3. Neste contexto, qualquer alteração ao número máximo de unidades orgânicas carecerá, sempre, da intervenção do órgão deliberativo municipal. -----

4. Ora, a estrutura atual de organização dos serviços municipais, é constituída por uma única unidade nuclear, a qual reveste, organicamente, a forma de Departamento Municipal, no caso, Departamento de Coordenação Geral e 10 unidades flexíveis, sendo oito unidades orgânicas de 2.º grau e duas unidades orgânicas de 3.º grau.

5. Atendendo-se às atuais necessidade de funcionamento e organização dos serviços municipais, pretende-se, em termos gerais, proceder a uma alteração parcial da estrutura atualmente existente, com a criação de três novas unidade orgânicas flexíveis de 2º grau, acompanhada pela eliminação de duas unidades orgânicas flexíveis existentes, ambas de 3º grau, bem como a redistribuição das competências atualmente confiadas à Unidade Flexível de 2º Grau de Gestão e Ordenamento do Território, mantendo-se a estrutura nuclear e flexível inalteradas em tudo o resto, como adiante se explicará melhor. -----

6. Sendo certo que a criação de mais três unidades flexíveis de 2.º grau, na estrutura orgânica do Município de Chaves, não compromete a trajetória seguida, pela Autarquia, consubstanciada na diminuição progressiva das despesas e ou encargos com o pessoal que integra a sua estrutura orgânica, na senda do previsto, sob a matéria, no plano de saneamento financeiro, atualmente, em vigor. -----

7. Em suma, com a alteração ora proposta, a estrutura orgânica do Município de Chaves continuará a consagrar uma única unidade nuclear, designada por Departamento de Coordenação Geral, a qual mantém as suas competências inalteradas, e 11 unidades Flexíveis de 2º grau, assumindo caráter inovador, a criação da unidade flexível de 2º grau que irá assumir responsabilidade funcional em matéria de estudos, projetos, transportes e trânsito (mobilidade). -----

8. Quanto às subunidades orgânicas existentes, as mesmas mantêm-se inalteradas, sem qualquer acréscimo ou diminuição. -----

**d) Das alterações introduzidas ao nível da estrutura orgânica flexível.** -----

1. A estrutura orgânica municipal deve estar, preventivamente, dotada de meios adequados, em vista a dar resposta às exigências técnicas, administrativas e financeiras emergentes da boa execução do "Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano - PEDU", particularmente, nas áreas, por este, abrangidas e relacionadas com a mobilidade urbana, reabilitação urbana e requalificação dos bairros sociais. -----

2. Nessa justa medida, justifica-se que o modelo organizacional da autarquia seja ajustado, no sentido do mesmo dar, preventivamente, resposta a tal nova realidade competencial, passando a dispor de uma nova unidade orgânica flexível de 2º grau, denominada, "Unidade Flexível de 2º Grau de Projetos e Mobilidade", que centralize todas as competências relevantes, nos domínios da elaboração/conceção de projetos, mobilidade urbana, trânsito e transportes, áreas de intervenção municipal, tecnicamente, decisivas para a boa prossecução dos objetivos estratégicos estabelecidos no "PEDU". -----

3. Sendo certo que as tarefas enunciadas no ponto anterior estão atualmente confiadas à Unidade Flexível de 2º Grau de Gestão e Ordenamento do Território, importando, desta forma, transferir ou confiar tais matérias à nova divisão, agora, proposta, para dar continuidade, de uma forma mais eficaz e eficiente, às novas exigências que se avizinham, nomeadamente em matéria referente aos projetos atinentes aos Fundos Comunitários e boa execução do plano "PEDU". ---

4. Partindo desta premissa, torna-se necessário proceder à redistribuição das competências atribuídas, atualmente, à Unidade Flexível de 2º grau de Gestão e Ordenamento do Território, passando a responsabilidade dos transportes e vias de comunicação, projetos e mobilidade, entre outras, para a nova Unidade Flexível de 2º grau, denominada "Unidade Flexível de 2º Grau de Projetos e Mobilidade". -

5. Por outro lado, a Divisão de Obras Públicas e a Divisão de Salvaguarda do Centro Histórico são, atualmente, Unidades Flexíveis de 3º Grau. -----

6. Sucede, porém, que, para além das competências descritas no Regulamento de Organização dos Serviços, publicitado no DR, nº 78, de 22 de abril de 2015, as Unidades Flexíveis supra referenciadas têm sido convocadas, sistematicamente, para tarefas funcionais mais exigentes, quer no domínio da contratação de obras públicas e sua efetiva fiscalização, quer no que diz respeito à concretização de políticas públicas na área da Reabilitação Urbana, particularmente, no centro histórico da cidade de Chaves, realidade funcional indissociável da boa execução de todos os objetivos estratégicos consagrados no Plano Estratégico de desenvolvimento urbano de Chaves, muito concretamente, nos seus eixos principais relacionados com a mobilidade urbana, reabilitação urbana e recuperação dos bairros sociais, ações identificadas pela siglas, respetivamente, "PMUS", "PARU" e "PAIECD". -----

7. Tudo isto, sem descurar que se avizinha, a breve trecho, uma panóplia de alterações legislativas e transferência de competências da Administração Central para a Administração Local, nos domínios da educação, da saúde, da ação social, da cultura, do atendimento digital assistido e da fiscalização, regulação de trânsito rodoviário, entre outras. -----

8. Partindo do enquadramento supra evidenciado, justifica-se que a Unidade Flexível de Obras Públicas e a Unidade Flexível de Salvaguarda do Centro Histórico, pelo grau de exigência e responsabilidade que detêm e pela natureza das funções que lhe estão adstritas, bem como pelas novas exigências acima evidenciadas, passem a assumir a forma de unidades flexíveis de 2º grau, adequando, nesta justa medida, o respetivo grau à complexidade das funções e matérias que lhe estão, e passarão a estar, confiadas. -----

9. Assim, para os devidos efeitos, propõe-se a seguinte alteração à estrutura orgânica flexível existente, a saber: -----

- a) Criação de 3 Unidades Flexíveis de 2º grau, muito concretamente, Unidade Flexível de Obras Públicas e Unidade Flexível de Salvaguarda do Centro Histórico e Unidade Flexível de Projetos e Mobilidade; ---
- b) Alteração da Unidade Flexível de 2º Grau de Gestão e Ordenamento do Território, subtraindo-lhe as competências que passarão a estar confiadas à Unidade Flexível de Projetos e Mobilidade, mantendo, porém, aquela, a mesma designação e grau; -----
- c) Extinção da Unidade Flexível de Obras Públicas e a Unidade de Salvaguarda do Centro Histórico, ambas de 3º Grau;-----
- d) Em tudo o resto, mantém-se inalterada a estrutura orgânica, nuclear e flexível, aprovada pela Assembleia Municipal no dia 27/12/12 e pela Câmara Municipal de Chaves no dia 17/12/2012, e revista, pelo órgão executivo municipal, no dia 13/03/2015. -----

**e) Entrada em vigor do novo modelo organizacional ora proposto --**  
Em vista à correta implementação das alterações ao modelo organizacional ora propostas, e considerando o disposto no n.º 6, do artigo 10º, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23/10, as mesmas deverão entrar em vigor aquando da publicação da estrutura flexível do Município, devidamente aprovada pelo órgão executivo municipal. ----

**V - Das comissões de serviço em vigor -----**

1. De acordo com o disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 2/2004, de 15/01 e ulteriores alterações, adaptada à Administração Local pela lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a comissão de serviço dos titulares dos cargos dirigentes cessa por extinção ou reorganização da unidade orgânica, salvo se for expressamente mantida a comissão de serviço no cargo dirigente do mesmo nível que lhe suceda.
2. Assim sendo, a ponderação sobre a cessação ou manutenção das comissões de serviço dos titulares de cargos dirigentes que atualmente exercem tais funções nas unidades orgânicas cuja alteração ou extinção é agora proposta, compete, ao abrigo da alínea c), do n.º 1, do art. 25º, do Estatuto do Pessoal Dirigente, em vigor, ao Presidente da Câmara. -----
3. Sem prejuízo de tal competência, ressalva-se, desde já, que a manutenção da comissão de serviço prevista na alínea c), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 2/2004, de 15/01 e ulteriores alterações, adaptada à Administração Local pela lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, apenas será possível nos casos em o cargo sucedâneo tenha o mesmo nível do cargo a suceder, o que não se verifica nas situações relativas à extinção das unidades flexíveis de 3º grau, com a consequente criação de unidades flexíveis de 2º grau. -----
4. Nessas situações, atendendo a que os cargos têm níveis diferentes, fica, desde logo, prejudicada qualquer decisão de manutenção das comissões de serviço em vigor e referentes às unidades a extinguir, com a inevitável cessação das mesmas, por força da retrocitada disposição legal, conjugada com o artigo 18º, da Lei n.º 49/2012, de 29/08, e ulteriores alterações, a qual ocorrerá com a entrada em vigor das alterações ora propostas. -----
5. Tais alterações deverão, nesta justa medida, ter previsão no mapa de pessoal do Município de Chaves, extinguindo, em tal documento, a previsão dos respetivos lugares de dirigentes intermédios de 3º grau, passando o mesmo a contemplar três novos lugares de dirigentes intermédios de 2º grau. -----
6. Sendo certo que as situações de vacatura de cargos dirigentes, decorrentes das alterações ora propostas, deverão ser supridas, ainda que transitoriamente, através da figura da "designação em substituição", conforme o disposto na parte final do n.º 1, do artigo 27º, da Lei n.º 2/2004, de 15/01, e ulteriores alterações, a qual

poderá durar pelo período máximo de 90 dias, salvo se estiver em curso procedimento tendente à designação de novo titular. -----

7. Relativamente às restantes comissões de serviço, e considerando que as alterações ora propostas não abrangem as respetivas unidades orgânicas (nuclear e flexíveis), julgamos, salvo melhor opinião, que tais comissões de serviço deverão prosseguir o seu curso normal, sem qualquer alteração<sup>29</sup>. -----

#### **VI - Da Proposta em Sentido Estrito -----**

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, que adote deliberação no sentido de: -----

a) Aprovar as alterações à estrutura orgânica flexível do Município de Chaves, atualmente em vigor, ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 1, do art. 9º, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23/10, nos seguintes termos, a saber: -----

i. Criação de 3 Unidades Flexíveis de 2º grau, muito concretamente:

- Unidade Flexível de 2º Grau de Obras Públicas; -----
- Unidade Flexível de 2º Grau de Salvaguarda do Centro Histórico;-
- Unidade Flexível de 2º Grau de Projetos e Mobilidade; -----

ii. Alteração da Unidade Flexível de 2º Grau de Gestão e Ordenamento do Território, subtraindo-lhe as competências que passarão a estar confiadas à Unidade Flexível de 2º Grau de Projetos e Mobilidade, mantendo, porém, aquela, a mesma designação e grau; -----

iii. Extinção da Unidade Flexível de Obras Públicas e da Unidade de Salvaguarda do Centro Histórico, ambas de 3º Grau; -----

iv. Em tudo o resto, dever-se-á manter inalterada a estrutura orgânica, nuclear e flexível, atualmente em vigor. -----

b) Caso a presente proposta venha a ser aprovada, nos termos anteriormente sugeridos, e por força do disposto no art. 6º, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23/10, deverá a mesma ser submetida à análise, discussão e votação da Assembleia Municipal, em vista à

---

<sup>29</sup> Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 2/2004, de 15/01, e ulteriores alterações, sob a epígrafe, "Cessação", a comissão de serviço dos titulares dos cargos dirigentes cessa, em outras causas legalmente tipificadas, por extinção ou reorganização da unidade orgânica, salvo se for expressamente mantida a comissão de serviço no cargo dirigente do mesmo nível que lhe suceda. Na situação individual e concreta da Divisão de Gestão e Ordenamento do Território "DGOT", a subtração de algumas das competências que lhe estão, atualmente, confiadas, muito concretamente, no que concerne à realização de estudos, projetos, transportes e trânsito, configura, substantivamente, uma reorganização funcional de tal unidade orgânica municipal. -----

Neste contexto, ficando reservada, exclusivamente, para tal unidade orgânica, toda a matéria relacionada com o planeamento e a gestão urbanística, nada impede que seja mantida a comissão de serviço no cargo dirigente, atualmente, em vigor, desde que para o efeito seja praticado despacho, por parte do Senhor Presidente da Câmara, reconhecedor, expressamente, da manutenção da respetiva comissão, tanto mais que a reorganização, ora, proposta e com projeção, em tal unidade orgânica, não se traduz no reforço da sua complexidade funcional. -----

Tudo, nos termos da credencial legal retrocitada e à luz dos princípios gerais de atuação da administração, nomeadamente, os princípios da proporcionalidade, estabilidade, boa administração e celeridade. ----

obtenção legal do seu competente sancionamento, na medida em que contempla uma alteração ao número máximo de unidades orgânicas flexíveis de 2º grau aprovado, por tal órgão deliberativo, sugerindo-se, assim, o seu agendamento para a próxima sessão ordinária do aludido órgão deliberativo, a ter lugar durante o mês de fevereiro do corrente ano; -----

c) Simultaneamente, deverá ser aprovada, por tal órgão deliberativo, uma alteração ao mapa de pessoal do Município de Chaves, em vista a dar guarida às alterações ora preconizadas, as quais deverão, por razões operacionais, entrar em vigor em simultâneo com o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais que vier a ser revisto pelo órgão executivo municipal, nos termos da alínea a), do artigo 7º, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23/10<sup>30</sup>, passando tal instrumento de gestão de pessoal a prever os seguintes lugares de dirigentes municipais: --

- i. 1 Dirigente intermédio de 2º grau, no âmbito da Unidade Flexível de Obras Públicas; -----
- ii. 1 Dirigente intermédio de 2º grau, no âmbito da Unidade Flexível de Salvaguarda do Centro Histórico; -----
- iii. 1 Dirigente intermédio de 2º grau, no âmbito da Unidade Flexível de Projetos e Mobilidade; -----
- iv. Extinção dos lugares referentes aos dois dirigentes intermédios de 3º grau. -----

d) Por último, e tendo em vista garantir o normal funcionamento dos serviços, as publicações em Diário da República a que se refere o n.º 6, do artigo 10º, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23/10<sup>31</sup>, deverão ser efetuadas em simultâneo. -----

Chaves, 16 de janeiro de 2017. -----  
O Presidente da Câmara -----  
(Arq. António Cabeleira) -----

**Em anexo:** -----  
- Organograma revisto; -----  
- Documento extraído da página oficial do Instituto Nacional de Estatística e relativo ao resultado definitivo dos Censos de 2011; --

---

30 Nos termos do disposto na alínea a), do artigo 7º, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23/10, compete à Câmara Municipal criar unidades orgânicas flexíveis e definir as respetivas atribuições e competências, dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal. Neste contexto, e atendendo ao número máximo de unidades orgânicas que venha a ser autorizado pela Assembleia Municipal, o órgão executivo deverá aprovar uma revisão ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, em vigor, passando o mesmo a contemplar as alterações ora propostas. -----

<sup>31</sup> Nos termos do disposto no n.º 6, do art. 10º, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23/10, sob a epígrafe "Estrutura Hierarquizada", a estrutura nuclear, bem como a deliberação do órgão executivo que vier a determinar a criação, alteração e a extinção das unidades flexíveis, através da revisão do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, em vigor, e do despacho praticado pelo Presidente da Câmara que crie subunidades orgânicas coordenadas por um coordenador técnico, são publicados no Diário da República, sob pena de ineficácia. -----



- Tabela referente às dormidas turísticas registadas no Concelho de Chaves, nos anos de 2014 e 2015. -----
- Mapa XIX do Orçamento de Estado para 2017; -----
- Mapa de Pessoal com as alterações ora introduzidas. -----

-----  
Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo, sobre a matéria, em apreciação, tecido os seguintes comentários: -----

- 1 - A proposta, em apreciação nada acrescenta relativamente à readequação do funcionamento dos serviços municipais e sua relação com critérios de eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos.
- 2 - Por outro lado, a proposta também não traduz os novos desafios que se colocam, atualmente, à administração pública. -----
- 3 - Enquanto membro da Assembleia Municipal, votou contra o presente modelo de organização municipal, sendo certo que esta alteração nada acrescenta à melhoria do funcionamento dos serviços municipais, não dando resposta às novas exigências de serviço público. -----

-----  
De seguida, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, tendo tecido os seguintes comentários: -----

- 1 - Desde que esta estrutura permita evitar alguma sobreposição de competências que possam, atualmente, existir, avaliação que deve ser feita, pelo Presidente da Câmara, concorda, em geral, com as alterações propostas à estrutura dos serviços municipais. -----
- 2 - Todavia, a adequação e/ou inadequação destas alterações, é tarefa que deve ser assumida, pelo Presidente da Câmara e pelos Vereadores que exercem funções, em regime de permanência. -----

-----  
Em resposta às intervenções, acima, exaradas, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

- 1 - A presente proposta de reorganização dos serviços municipais deve ser perspectivada numa dimensão muito cirúrgica, não pretendendo, a mesma, colocar em causa a filosofia do modelo organizacional, até aqui, perfilhado para o funcionamento dos serviços municipais. -----
- 2 - Tanto mais que, a pouco tempo do ato eleitoral autárquico, não seria, salvo melhor opinião, prudente introduzir alterações de fundo, a tal modelo de funcionamento do Município. -----
- 3 - A proposta, na sua essência, à luz do novo regime estabelecido, sobre a matéria, na Lei do Orçamento do Estado, limita-se a equiparar duas unidades funcionais, no caso, na área das Obras Públicas e na área da Salvaguarda do Centro Histórico, ao mesmo grau ( 2º Grau) das restantes unidades orgânicas, com exceção do próprio departamento, criando uma nova divisão, no caso, voltada para a elaboração de projetos e mobilidade urbana, áreas de intervenção cada vez mais relevantes e que exigem uma resposta funcional adequada. -----

-----  
De seguida, usou da palavra, a Vereadora do Partido Socialista, Senhora Dra. Paula Cristina Barros Teixeira Santos, tendo tecido os seguintes comentários: -----

- 1 - A primeira questão que deveria ser equacionada prende-se com a seleção do momento e/ou oportunidade da apresentação da proposta, em apreciação, matéria que foi, devidamente, esclarecida, pelo Senhor Presidente da Câmara. -----
- 2 - Na estrutura orgânica municipal devem concorrer, para além dos parâmetros e/ou critérios de qualidade, eficácia e eficiência, a sua

necessária adequação ao projeto autárquico que se pretende desenvolver, particularmente, no que concerne à definição das suas prioridades, dando, também, guarida à satisfação profissional dos trabalhadores municipais. -----

3 - Esta estrutura orgânica acaba por fazer e/ou interpretar a filosofia de atuação de quem lidera o projeto político da autarquia.-

4 - Neste contexto, irá manter a sua posição de princípio, sobre esta matéria, ou seja, a sua posição de abstenção, tanto mais que a alteração proposta ao modelo de organização municipal é, como bem disse o Senhor Presidente da Câmara, cirúrgica. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção dos Vereadores do Partido Socialista, Senhora Dra. Paula Cristina Barros Teixeira Santos e Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma.-

-----  
**Ausentou-se da sala, o Vereador do Partido Social-Democrata, Senhor Dr. Paulo Francisco Teixeira Alves, não tendo participado na análise, discussão e votação do assunto abaixo mencionado.** -----  
 -----

## **2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL**

### **2.1. EMPRESA LOCAL "GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CHAVES, E.M., S.A.". CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA. APROVAÇÃO DA RESPECTIVA MINUTA. PROPOSTA Nº12/GAP/2017.** -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

#### **I - JUSTIFICAÇÃO** -----

1. A "Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, EM S.A.", com a denominação abreviada de "GEMC", é uma empresa local, nos termos do Artigo 19º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, encarregada da gestão de serviços de interesse geral, nos termos do Artigo 45º daquele regime jurídico. -----

2. Neste contexto, a GEMC está incumbida, de acordo com o seu objecto social, da prossecução das seguintes atividades: -----

- a) A gestão de piscinas de recreio e lazer; -----
- b) A gestão das Termas de Chaves e das respectivas infra-estruturas de apoio; -----
- c) A gestão do Balneário Termal de Vidago e respectivas infra-estruturas; -----
- d) A gestão e exploração do Parque de Campismo do Rebentão e zonas envolventes; -----

e) A construção, instalação e gestão de sistemas de estacionamento público pago, podendo exercer atividades acessórias relacionadas com o seu objeto principal. -----

3. A prossecução das referidas atividades, articula-se com as orientações estratégicas definidas pela entidade participante, Município de Chaves, para a GEMC, E.M. S.A., revistas em 2014, considerando a natureza social dos serviços prestados pela sociedade às populações locais, e visando contribuir para a coesão económica e social e para a promoção da saúde, do bem-estar, do lazer e da convivência inter-geracional, assegurando, simultaneamente, a continuidade, a universalidade e a qualidade dos serviços prestados,

e procurando assegurar a viabilidade económica e o equilíbrio financeiro. -----

4. A realização das atividades definidas no Plano de Atividades, os investimentos previstos, os gastos com a manutenção e conservação dos equipamentos e infra-estruturas, acrescidos do aumento dos custos operacionais, designadamente os custos com a massa salarial, na sequência dos dois últimos aumentos da remuneração mínima mensal garantida - RMMG -, associados à manutenção dos preços praticados pela GEMC, E.M., S.A., numa estratégia de competitividade, por um lado, e, por outro lado, em especial na manutenção dos preços sociais, geram desequilíbrios orçamentais. -----

5. Assim, a totalidade dos rendimentos gerados pela atividade da sociedade é insuficiente para suportar os gastos orçamentados, nos documentos previsionais, pese embora os recursos financeiros das atividades rentáveis sejam alocados para subsidiar as atividades não rentáveis, havendo a necessidade de atribuição de subsídio, pela entidade pública participante - Município de Chaves - à exploração. -

6. Face à tipologia e natureza da empresa, em execução das referidas orientações estratégicas e de harmonia com o estipulado nos respetivos estatutos, em vista à prestação dos serviços de interesse geral consubstanciados na gestão e exploração dos equipamentos e infra-estruturas termais - Termas de Chaves e Balneário Pedagógico de Vidago -, na instalação e gestão dos sistemas de estacionamento público pago, na gestão dos equipamentos coletivos - Piscinas de Recreio e Lazer e Parque de Campismo do Rebentão -, na prestação de atividades de natureza acessória ou complementar da atividade principal da GEMC, o Município deverá celebrar um contrato-programa com a referida empresa, definindo, simultaneamente, o fundamento da necessidade do contrato, bem como a eficiência e a eficácia que se pretende atingir com a respetiva relação contratual, e, ainda, estabelecendo indicadores que permitam medir a realização dos objetivos, na esteira dos anteriormente celebrados. -----

7. Por fim, pese embora a possibilidade de alocação de excedentes prevista no número 5 antecedente, o facto da prestação dos serviços de interesse geral em causa importar, para a GEMC, a adoção de preços sociais setoriais (nas Termas e nas Piscinas do Rebentão), e de acordo com o explicitado no número 4 antecedente, regista-se a necessidade de atribuição de subsídios à exploração, por parte da entidade pública participante, no capital social daquela empresa, ao abrigo de contrato-programa a celebrar e para as atividades nele previstas, no valor que foi estimado em €60.000,00, para o corrente ano de 2017. --

## **II - PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO** -----

Em coerência com as razões anteriormente enunciadas e nos termos do disposto, sobre a matéria no Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e no nº5 do Artigo 47º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário que adote deliberação no sentido de: -----

a) Aprovar a presente proposta, consubstanciada na celebração de um contrato-programa com a empresa local "Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, E.M., S.A.", tendo por objeto a gestão e exploração das piscinas de recreio e lazer do Rebentão; a gestão das Termas de Chaves e das respetivas infra-estruturas de apoio; a gestão e exploração do Parque de Campismo do Rebentão e zonas envolventes; a instalação, gestão e exploração de sistemas de estacionamento público pago (de superfície e do Parque de Estacionamento do Centro Histórico), e a gestão do Balneário Termal de Vidago, mediante a atribuição de um subsídio à exploração no valor de €60 000,00, concretizando os

indicadores de eficiência e eficácia que se pretendem atingir, nos termos do disposto no nº1 e no nº2, do Artigo 47º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações sociais - RJAEI -, aprovado pela Lei nº 50/2012, de 31 de agosto; -----

**b)** Simultaneamente aprovar a minuta do respetivo contrato-programa, cujo teor se dá por integralmente reproduzido, e já mereceu parecer prévio favorável do ROC, nos termos previstos na alínea c), do nº6, do Artigo 25º do RJAEI, e submeter tais documentos à apreciação e discussão da assembleia municipal em vista à sua aprovação, nos termos do disposto no nº 5, do Artigo 47º do citado regime jurídico; -----

**c)** Em conformidade com o disposto no nº 7, do aludido Artigo 47º, caso o respetivo contrato seja aprovado pelo órgão deliberativo municipal, depois de celebrado, que o mesmo seja comunicado à Inspeção-Geral de Finanças e ao Tribunal de Contas, respeitando-se o prazo previsto, para o efeito, na LOPTC; -----

**d)** Por fim, caso a presente proposta seja sancionada pelos competentes órgãos municipais, que fique desde já legitimado o Presidente da Câmara a outorgar o aludido contrato-programa. -----  
Chaves, 23 de janeiro de 2017. -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

António Cândido Monteiro Cabeleira -----

Em anexo: A referida minuta; Parecer do ROC. -----

**MINUTA** -----

**CONTRATO-PROGRAMA** -----

**Entre:** -----

Município de Chaves, pessoa colectiva nº 501 205 551, com sede na Praça de Camões, em Chaves, representado pelo Presidente da Câmara, António Cândido Monteiro Cabeleira, casado, natural da freguesia e concelho de Valpaços, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, em Chaves, com poderes para obrigar, conferidos por deliberação camarária de ../../2017 e da Assembleia Municipal de ../../2017, adiante abreviadamente designado por CMC ou Primeiro Outorgante; -----

**E** -----

Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, E.M., S.A., com o número único de pessoa coletiva e matrícula (NIPC) 506 695 018, com sede em Chaves, no Largo das Caldas, freguesia de Santa Maria Maior, com o capital social de €1.350.000,00, representada pelos vogais do conselho de administração Maria de Fátima Ferreira Marques Caeiro, casada, natural da freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves, e Agostinho José Carvalho Pizarro da Silveira Bravo, divorciado, natural da freguesia de S. Pedro de Agostém, concelho de Chaves, ambos com domicílio necessário no Largo das Caldas, em Chaves, com poderes para a obrigar, conforme certidão permanente do sítio da internet [www.portaldaempresa.pt](http://www.portaldaempresa.pt), adiante designada GEMC ou Segunda Outorgante;

**Considerando que:** -----

**8.** A "Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, EM S.A.", com a denominação abreviada de "GEMC", é uma empresa local, nos termos do Artigo 19º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, e tendo em consideração a natureza das atividades a desenvolver pela empresa, caracteriza-se como uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral, nos termos do Artigo 45º daquele regime jurídico. -----

**9.** Assim, a GEMC tem por objeto social, a prossecução das seguintes atividades: -----

**a)** A gestão de piscinas de recreio e lazer; -----

b) A gestão das Termas de Chaves e das respetivas infraestruturas de apoio; -----

c) A gestão do Balneário Termal de Vidago e respetivas infraestruturas; -----

d) A construção, instalação e gestão de sistemas de estacionamento público pago; -----

e) A gestão e exploração do Parque de Campismo do Rebentão e zonas envolventes. -----

A empresa pode exercer atividades acessórias relacionadas com o seu objeto principal. -----

10. A prossecução de tais atividades, articula-se com as orientações estratégicas definidas pela entidade participante Município de Chaves, para a GEMC, E.M., revistas em 2014, tendo em conta a natureza social dos serviços prestados pela sociedade às populações locais, visando contribuir para a coesão económica e social e para a promoção da saúde, do bem-estar, do lazer e da convivência inter-geracional, assegurando a continuidade, a universalidade e a qualidade dos serviços prestados, procurando assegurar a viabilidade económica e o equilíbrio financeiro. -----

11. A atividade de exploração dos parques de estacionamento de superfície e do Centro Histórico, geridos e explorados pela GEMC, e o Parque de Campismo do Rebentão, também gerido e explorado por aquela sociedade, têm, nos últimos anos, vindo a apresentar resultados globais positivos, pelo que, conforme deliberação do Conselho de Administração da empresa municipal, os excedentes que resultem das atividades com resultados positivos serão alocados para as atividades setoriais com resultados negativos, perspetivando-se, contudo, que seja necessária transferência financeira por parte da entidade pública participante CMC, em face da necessidade da realização de investimentos na manutenção e conservação dos equipamentos e infra-estruturas e dos preços sociais praticados. -----

12. Face à tipologia e natureza da empresa, em execução das referidas orientações estratégicas e de harmonia com o estipulado nos respetivos estatutos, em vista à prestação dos serviços de interesse geral consubstanciados na gestão e exploração dos equipamentos e infraestruturas termais - Termas de Chaves e Balneário Pedagógico de Vidago -, na instalação e gestão dos sistemas de estacionamento público pago, na gestão dos equipamentos coletivos - Piscinas de Recreio e Lazer e Parque de Campismo do Rebentão" -, na prestação de atividades de natureza acessória ou complementar da atividade principal da GEMC, mediante a venda de bens produzidos a partir do recurso termal, o Município deverá celebrar um contrato-programa com a referida empresa, definindo a finalidade do mesmo, bem como a eficiência e a eficácia que se pretende atingir com a respetiva relação contratual. -----  
Assim, -----

Nos termos do disposto no Artigo 47º, da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, é celebrado, e reciprocamente aceite, o presente contrato-programa, o qual é enformado pelos considerandos acima enunciados e acolhendo as orientações estratégicas para o presente mandato dos órgãos sociais, irá reger-se pelas cláusulas seguintes: -----

**Cláusula Primeira** -----

**(Objeto, fundamento e finalidade)** -----

1. O presente contrato-programa tem por fundamento a necessidade de assegurar a gestão de serviços de interesse geral, concretamente no que concerne à realização de um leque de atividades relativas à promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços,

designadamente nas áreas da saúde e do bem-estar, do desporto/lazer e do estacionamento público urbano. -----

**2.** A realização de tais atividades deverá garantir a universalidade e a continuidade dos serviços prestados às populações locais, contribuindo para a coesão económica e social local, para a promoção da saúde e do bem-estar, quer da população local, quer da Eurocidade, do lazer e da convivência inter-geracional, constituindo uma relevante alavanca do turismo e do desenvolvimento de outras atividades económicas com elas relacionadas, designadamente a sustentabilidade e a projeção do setor hoteleiro e da restauração, desenvolvendo as orientações estratégicas definidas pela CMC para o mandato da administração. -----

**3.** O presente contrato importa para a GEMC, no ano de 2017, a prossecução de objetivos setoriais e a adoção de preços sociais, tendo em consideração a natureza social dos serviços prestados às populações locais, no que concerne à gestão e exploração dos equipamentos públicos, a saber: -----

- a)** a gestão das piscinas de recreio e lazer; -----
- b)** a gestão das Termas de Chaves e das respetivas infraestruturas de apoio; -----
- c)** a gestão do Balneário de Vidago. -----

#### **Cláusula Segunda** -----

##### **(Quadro económico e regime de compensação)** -----

**1.** De acordo com os considerandos antecedentes, com o objeto referido na cláusula anterior e com o Plano de Atividades e Orçamento da GEMC, E.M., S.A., referentes ao exercício de 2017, documento que se anexa ao presente contrato e aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais, estima-se que a sociedade apresente no exercício uma diferença entre rendimentos e gastos, antes de impostos, no valor de **€57 264,00**. -----

**2.** Os preços sociais a praticar pela GEMC, durante o ano económico de 2017, foram comunicados à CMC, relativamente à utilização dos equipamentos, pelos potenciais utentes beneficiários, a qual não manifestou qualquer discordância relativamente aos mesmos. -----

**3.** A realização das atividades definidas no Plano de Atividades, os Investimentos previstos, bem como os gastos com a manutenção e conservação dos equipamentos e infraestruturas, associados aos preços sociais que a GEMC, E.M, S.A. pratica, geram desequilíbrios, sendo certo que a totalidade dos rendimentos gerados pela atividade da empresa será insuficiente para fazer face aos gastos orçamentados. --

**4.** Considerando a atividade global da empresa e os resultados globais esperados, para 2017, os recursos financeiros das atividades rentáveis serão utilizados para subsidiar as atividades não rentáveis, contudo haverá a necessidade de atribuição de subsídio à exploração, por parte do segundo outorgante à GEMC, ao abrigo do presente contrato-programa e para as atividades nele previstas, no montante de **€60 000,00 (sessenta mil euros)**, conforme espelhado no orçamento anual por centro de gastos, o qual faz parte do Anexo I ao presente contrato. -----

**5.** A quantia referida no número antecedente será liquidada de uma só vez, durante o mês de março de 2017, sendo suportada pela rubrica orçamental 05.01.01.01.01, correspondendo ao presente encargo o Compromisso nº XXXXX, extraído do sistema informático de apoio à execução orçamental. -----

#### **Cláusula Terceira** -----

##### **(Indicadores de eficácia e de eficiência)** -----

1. A eficácia e eficiência que se pretende atingir com o presente contrato, concretiza-se com os indicadores abaixo definidos, em vista a medir a realização dos objetivos setoriais. -----

2. Considerando as principais atividades desenvolvidas pela empresa, os indicadores ou referenciais em termos setoriais são os seguintes:

**2.1. Piscinas do Rebentão** -----

Optimização da capacidade de utilização das instalações, mantendo ou aumentando o número médio de utilizadores e de entradas gratuitas, que atendendo à imprevisibilidade da variável "condições atmosféricas", terá por referência os três últimos anos: -----

- Média de Utilizadores - 47.580 -----
- Média de entradas dos grupos escolares - 4.480 -----

**2.2. Termas de Chaves** -----

**2.2.1.** Estabilizar ou aumentar o número de utilizadores registados em 2015 e 2016, nas diversas ofertas, considerando a realização das obras de requalificação do complexo termal e a crise económica: -----

- Utilizadores - 6.000 -----
- Estabilizar ou aumentar o número de utentes da Eurocidade Chaves-Verin, que em 2016 rondou os 700 utentes. -----

**2.2.2.** Reforço dos programas Bem-Estar, com definição de novos programas de termalismo terapêutico, por patologias. -----

**2.2.3.** Utilização do recurso termal como alavanca de desenvolvimento local dos setores hoteleiro, da restauração e da ocupação turística:

- Manutenção do nível de empregos diretos e indiretos promovidos pela empresa; -----
- Manutenção dos níveis de ocupação hoteleira, de modo que o concelho seja considerado o nº 1 da Região do Alto Tâmega, segundo classificação a atribuir pelo Turismo de Portugal. -----

**2.3. Balneário Pedagógico de Vidago** -----

Aumentar o número de utilizadores, relativamente ao ano de abertura do equipamento - 2016 -: -----

- Curas termais - 150; -----
- Experiências termais - 200. -----

**2.4. Estacionamento público pago - parómetros e Parque de Estacionamento do Centro Histórico** - -----

Continuar a ser uma atividade setorial auto-sustentável, mantendo ou aumentando o número de utilizadores, gerando maior volume de receitas e mantendo os custos de exploração, de modo a reforçar o contributo financeiro para as atividades não rentáveis. -----

**2.5. Parque de Campismo** -----

Maximizar a utilização das instalações de forma a manter ou aumentar o número médio de campistas e o número médio de dormidas, relativamente à média dos últimos três anos: -----

- Média do número de campistas - 4.760 -----
- Média do número de noites/dormidas - 10.325 -----

**3. Sustentabilidade financeira da GEMC e eficácia orçamental:** -----

Em vista a uma gestão orçamental eficaz e eficiente a sociedade deverá desenvolver as suas atividades relativas à gestão e exploração dos equipamentos públicos municipais (Termas de Chaves, Balneário Pedagógico de Vidago, Piscinas de Recreio e Lazer do Rebentão e Parque de Campismo do Rebentão) e do estacionamento público urbano de forma a garantir, no exercício económico de 2017, que os resultados líquidos sejam positivos. -----

**Cláusula Quarta** -----

(Das obrigações) -----

1. Na prossecução dos objetivos comuns e setoriais a GEMC obriga-se a: -----

- Apresentar o relatório de execução orçamental das actividades desenvolvidas; -----
- Facultar elementos ao executivo municipal, sempre que solicitados;
- Cumprimento de todas as regras legais no âmbito da contratação pública; -----
- Apresentar indicadores que demonstrem os impactos positivos a desenvolver com esta relação contratual; -----
- Suportar todos os encargos inerentes às obras de conservação dos equipamentos públicos cuja gestão fica a seu cargo. -----

2. No âmbito do presente contrato-programa compete ao Município de Chaves: -----

- Conceder o necessário apoio institucional e financeiro, caso se mostre necessário; -----
- Assumir os investimentos relativos às obras associadas à reabilitação e à ampliação dos equipamentos, caso seja necessário. --

#### **Cláusula Quinta** -----

**(Das alterações ou aditamentos ao Contrato-Programa)** -----

1. A GEMC e a CMC obrigam-se, mutuamente, a cooperar no sentido de garantir a boa realização do objeto do presente Contrato-Programa.---

2. Qualquer alteração, aditamento ou disposição acessória ao presente Contrato-Programa e/ou seus anexos deverá constar de documento escrito e assinado por ambas as partes, que consubstanciará, de igual modo, anexos supervenientes ao mesmo. -----

#### **Cláusula Sexta** -----

**(Incumprimento do Contrato-Programa)** -----

O incumprimento do presente Contrato-Programa é motivo bastante para a sua resolução pela parte não faltosa, a qual será operada nos termos do quadro legal em vigor aplicável. -----

#### **Cláusula Sétima** -----

**(Resolução de conflitos)** -----

Para dirimir qualquer litígio emergente da interpretação e execução do presente Contrato-Programa é competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro. ----

#### **Cláusula Oitava** -----

**(Produção de efeitos e vigência)** -----

O presente contrato produzirá efeitos após a sua assinatura, mediante prévia aprovação pela Assembleia Municipal de Chaves, vigorando até 31 de dezembro de 2017. -----

Paços do Concelho em Chaves, xxxx de xxxx de 2017. -----

O presente Contrato-Programa é feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada um dos outorgantes, possui todas as folhas rubricadas e vai ser assinado. -----

O Município de Chaves -----

O Conselho de Administração da Empresa - Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, E.M., S.A. -----

-----  
Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo começado por referir que, a sua posição de partida, sobre esta matéria, mantém-se inalterável: O Município, pelos seus conhecimentos e experiência, consegue melhor desenvolver todas as atividades que foram confiadas à empresa municipal. -----  
Esta proposta acaba por confirmar tal princípio, sendo certo que quando a empresa regista dificuldades de tesouraria, é sempre solicitada a



intervenção financeira da Autarquia, sendo a esta imputados os deficits de exploração da empresa municipal. -----  
 Esta estratégia de atuação acaba por ser recorrente, não sendo a mesma, sempre, aceitável e, gestionariamente, adequada. -----  
 Por outro lado, deveriam ser aplicadas as mesmas regras de apoio financeiro, por parte da autarquia, independentemente de estarmos em presença de um modelo municipal empresarial ou de um modelo associativo, no qual o Município também é parceiro ativo. -----

-----  
 Em resposta a intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --  
 1 - A empresa municipal é exclusivamente detida pelo Município de Chaves, não registando a participação de capital privado. -----  
 2 - O modelo de empresarialização de serviços públicos, não é um modelo desenvolvido à escala municipal, mas sim, um modelo que foi desenvolvido à escala nacional, quer pelo Estado, quer por inúmeras autarquias locais. -----  
 3 - Sendo certo que a gestão protagonizada pelos entes públicos empresariais, não raras vezes, atendendo à natureza do serviço público prestado, carece de apoios financeiros do Estado e/ou das autarquias locais, nomeadamente, no apoio, transparente e criterioso, aos deficits de exploração, devidamente, justificados e comprovados. ----  
 4 - O apoio financeiro ao modelo associativo, no qual o Município tem uma participação ativa, não era, até à entrada em vigor da Lei do orçamento do Estado para 2017, legalmente, admissível. -----  
 5 - Por outro lado, o modelo de gestão empresarial permite dotar a empresa de um quadro de pessoal estável e, legalmente, organizado, em vista a dar resposta às exigências de funcionamento da empresa, evitando-se, assim, procedimentos recorrentes de recrutamento de pessoal, com todas as desvantagens administrativas e burocráticas daí decorrentes. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção dos Vereadores do Partido Socialista, Senhora Dra. Paula Cristina Barros Teixeira Santos e Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma.-

-----  
**Regista-se a entrada na sala, do Vereador do Partido Social-Democrata, Senhor Dr. Paulo Francisco Teixeira Alves, retomando a sua participação na presente reunião.** -----  
 -----

## **2.2. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PREÇO DO M2 DOS LOTES DO PARQUE EMPRESARIAL DE CHAVES. INCENTIVO À FIXAÇÃO DE EMPRESAS. PROPOSTA N.º 16/GAP/2017.** -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

### **I - ANTECEDENTES** -----

**1.** O Regulamento da Plataforma Logística Internacional do Vale do Tâmega foi aprovado em sessão da Assembleia Municipal de Chaves, de 22 de fevereiro de 2006, tendo entrado em vigor em 2 de março de 2006, tendo sido, posteriormente, alterado no que concerne à entidade responsável pela sua gestão, por deliberação daquele órgão, de 26 de novembro de 2008, tendo tais alterações entrado em vigor a 29 de novembro de 2008. -----

2. Após o decurso da primeira fase tendente à ocupação da Plataforma Logística, e pese embora, os órgãos municipais, por deliberação da Câmara Municipal de 02 de abril de 2012 e por deliberação da assembleia municipal de 26 de abril de 2012, tenham aprovada uma alteração ao "Regulamento da Plataforma Logística Internacional do Vale do Tâmega", que entrou em vigor no dia 04 de maio de 2012, traduzida na aprovação de normas mais flexíveis no tocante aos procedimentos tendentes à aquisição/ocupação dos lotes, tal estratégia não conquistou o sucesso desejado. -----

3. Com o decurso do tempo veio a revelar-se ser necessário dinamizar a "zona empresarial de Chaves", localizada na freguesia de Outeiro Seco, procedendo a algumas alterações no sentido de acabar com a rigidez, associada, individualmente, a cada um dos loteamentos daquela área empresarial, em concreto o Loteamento nº 01/2007, referente à Plataforma Logística, e, ainda, o Loteamento nº 02/2006, referente ao "Parque de Atividades de Chaves". -----

4. Neste contexto, numa política de dinamização da área global do "Parque Empresarial de Chaves", o Município de Chaves, enquanto entidade promotora, quer do "Parque de Atividades de Chaves", quer da "Plataforma Logística Internacional do Vale do Tâmega", alterou a disciplina urbanística, especialmente do Loteamento 01/2007, diminuindo a rigidez das regras de ocupação daqueles espaços destinados à atividade económica - destinando ambos a produção industrial e a logística (armazenagem e serviços) -, apostando numa filosofia de funcionamento integrado, tendo, também, em 2014, baixado os preços de venda e de locação dos lotes da dita zona empresarial. -

5. Nestes três anos volvidos, após a adoção de tais medidas, apenas dois lotes foram alienados - o Lote B13 para instalação de serviços da EDP, Distribuição, SA; e o Lote A8 para instalação de indústria, à empresa Serragados, Lda. -, pese embora os esforços de promoção do Parque, desenvolvidos pela estrutura política municipal, pelos próprios serviços municipais e pelas entidades vocacionadas para o efeito - Associação FLAVIFOMENTO e Gabinete de Promoção do Investidor (GPI) -. -----

## II - JUSTIFICAÇÃO -----

1. Pese embora o período de ajustamento financeiro a que esteve sujeita a República Portuguesa, a partir de 2011, tenha terminado, o certo é que os efeitos dele decorrentes, na economia nacional e a nível local, foram devastadores. -----

2. Com o Plano Juncker e através do Programa Portugal 2020, a União Europeia disponibiliza fundos comunitários para a dinamização da economia e a criação de emprego, que deverão ser plenamente aproveitados, quer pelos agentes económicos privados, quer pelas entidades públicas, ainda que por estas, de forma indireta, sendo certo que de acordo com o nº 2, do Artigo 235º, da Constituição da República Portuguesa, as autarquias locais visam a prossecução dos interesses próprios das respetivas populações. -----

3. Neste enfoque, pese embora todas as políticas, já, adotadas pelo Município de Chaves, no intuito de combater a desertificação e apoiar a criação de emprego, e, conseqüentemente, a criação de riqueza, para o concelho, o nível de sucesso alcançado não tem sido o desejado, pelo que se impõe o reforço de tais medidas, mediante uma postura proativa, assente na adoção de medidas concretas e que de forma cirúrgica, intervenham em defesa da economia local, nomeadamente mantendo as ofertas municipais competitivas, face aos apoios disponibilizados por outros Municípios, particularmente do interior, e ao deficit de competitividade estrutural face aos municípios do litoral. -----

4. Neste sentido, ainda que a própria autarquia continue com alguns constrangimentos decorrentes do plano de saneamento financeiro, não podem ser deixadas ao acaso as oportunidades de negócio e fixação de empresas proporcionados pelo quadro de apoios comunitários "Portugal 2020", pelo que o Município de Chaves, em esforço financeiro e em prol da defesa do interesse próprio da sua população, na concretização da atribuição no domínio da promoção do desenvolvimento, deverá promover medidas de apoio à fixação de empresas no concelho, em particular, no Parque Empresarial de Chaves, mediante a oferta de preços competitivos na alienação dos lotes da referida zona empresarial, de modo a não perder competitividade para outros territórios municipais. -----

5. Tal competitividade, é reforçada com a entrada do Parque de Atividades de Chaves no projeto-piloto "Selo de Qualidade e+", desenvolvido pela ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos), o qual se traduz na implementação de melhorias na qualidade do serviço, junto de "clientes sensíveis", ou seja, de indústrias que pelas suas características e dimensões, necessitam de uma melhor qualidade do serviço prestado, em vista à sua competitividade no mercado, tendo o protocolo de colaboração sido firmado, no passado dia 17 do corrente mês, na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, entre os seis municípios selecionados e a entidade reguladora, em coordenação com a DGEC (Direção-Geral de Energia e Geologia), a EDP Distribuição, a REN (Rede Elétrica Nacional) e o IAPMEI (Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.). -----

### **III - PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO** -----

Em coerência com as razões anteriormente enunciadas e à luz do disposto no n.º2, do Artigo 235.º, da Lei Fundamental e da alínea m), do n.º2, do Artigo 35.º do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e posteriores Declarações de Retificação e alterações, tomo a liberdade de propor ao executivo camarário a aprovação da seguinte proposta: --

**a)** Aprovar a medida de incentivo à fixação de empresas no concelho de Chaves, consubstanciada na redução para €1,00/m<sup>2</sup> do preço de venda dos lotes do Parque Empresarial de Chaves - Loteamento do Parque de Atividades e Loteamento da Plataforma Logística Internacional do Vale do Tâmega -, e que se encontram disponíveis para alienação; -----

**b)** Incumbir a unidade orgânica competente, no caso a Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, de desenvolver medidas efetivas de divulgação do Parque Empresarial de Chaves, particularmente, das condições, gerais e especiais, que devem ser observadas para a instalação de atividades económicas; -----

**c)** Caso a presente proposta seja aprovada, que a mesma seja sujeita à apreciação, discussão e votação do órgão deliberativo municipal, para efeitos do disposto na alínea i), do n.º1, do Artigo 25.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Chaves, 27 de janeiro de 2017. -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

António Cândido Monteiro Cabeleira-----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo, tecido, sobre a matéria, os seguintes comentários: --

1 - Os preços praticados sobre os terrenos infraestruturados já estão abaixo do valor das próprias infraestruturas. -----

2 - Embora nada tenha contra a redução do preço de aquisição destes solos, a matéria mais relevante tem a ver com a segurança e com a própria localização do parque empresarial de Chaves. -----

3 - Ora, a localização do Parque empresarial veio a constituir uma oportunidade perdida, tendo sido o mesmo implantado numa zona de grande insegurança e, conseqüentemente, pouco atrativa para a instalação de empresas. -----

4 - Por muito que se baixe o preço de aquisição de tais solos, a atuação da autarquia deveria passar pelo cumprimento dos seguintes pressupostos: -----

a) Criação de condições de segurança e de fácil instalação das empresas; -----

b) Construção de infraestruturas que permitam e/ou simplifiquem a instalação das indústrias, mediante a execução de naves industriais, ficando as empresas apenas responsáveis pela incorporação de trabalhadores e de máquinas. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - Manifestar a sua total discordância, relativamente à intervenção, que antecede, do Vereador do Partido Socialista, Dr. Francisco Chaves de Melo. -----

2 - O Parque empresarial de Chaves não tem falta de segurança, comparativamente com outros parques empresariais semelhantes. -----

3 - A Autarquia não pode nem deve passar a ser um promotor imobiliário, construindo naves empresariais para disponibilizar aos potenciais empresários que pretendem instalar o seu negócio. -----

4 - Sendo certo que, não raras vezes, os empresários modificam e/ou deslocalizam os seus investimentos, de forma rápida e, às vezes surpreendente, ficando, a Autarquia, com todos os ónus indissociáveis à boa manutenção de tais infraestruturas e/ou naves industriais. ----

5 - O valor, ora, proposto para a alienação de solo infraestruturado tem, também, uma função simbólica e competitiva, face aos territórios vizinhos, sendo certo que alguns já adotaram medidas de idêntica natureza. -----

De seguida, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo tecido os seguintes comentários: -----

1 - Na sua ótica e na ótica do PS, o que não faz sentido é a perda constante de população do Concelho e a perda de fixação de jovens no Concelho. -----

2 - O que não faz, também, qualquer sentido, é a forte degradação e abandono do Parque empresarial de Chaves, sendo evidentes os sinais de degradação das suas infraestruturas. -----

De seguida, usou da palavra, a Vereadora do Partido Socialista, Senhora Dra. Paula Cristina Barros Teixeira Santos, tendo tecido os seguintes comentários: -----

1 - Em termos de atratividade de investimento para o Parque Empresarial de Chaves, a alteração do preço de venda dos solos, só por si, não irá fazer a diferença. -----

2 - O que é lamentável é que o governo local, liderado pelo PSD, não tenha sabido dinamizar um plano global que permita atrair pessoas para o Concelho de Chaves, criando, simultaneamente, condições para a sua fixação. -----

3 - A perda de população, no Concelho de Chaves, tem vindo a ser recorrente, fazendo com que a autarquia ande sempre atrás do prejuízo, não sendo fácil reverter um processo de permanente desertificação ou quebra de população. -----

4 - É favorável à introdução de mecanismos facilitadores que permitam a dinamização do parque, sem colocar, contudo, em causa, a sustentabilidade do património municipal e a sustentabilidade económica do próprio parque. -----

5 - O seu voto é favorável à aprovação da presente proposta, fazendo votos no sentido de que estas medidas possam permitir reverter a queda sistemática de população do Concelho de Chaves. -----

De seguida, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, tendo tecido os seguintes comentários: -----

1 - Considera a medida, ora, proposta, consubstanciada na redução do preço de venda dos solos localizados, no Parque Empresarial, positiva.

2 - Todavia, tal medida deverá ser complementada com outras medidas que permitam dinamizar o parque empresarial, mediante a instalação de novas empresas e a criação de emprego. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

### **2.3. CONCURSO PÚBLICO PARA CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE DESTINADO À CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO, EXPLORAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UM "PARQUE DESPORTIVO", EM FORTES, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE, CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA Nº 17/GAP/2017.**

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

#### **I - ANTECEDENTES** -----

1. A CHAVESPOLIS - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Chaves, S.A., atualmente em liquidação, obteve de Sua Excelência o Ministro do Ambiente, do Território e do Desenvolvimento Urbano, conforme despacho 6789/2007, de 2 de Março, publicado no Diário da República, II Série, n.º 70, de 10 de Abril do mesmo ano, a declaração de utilidade pública, com carácter de urgência, da expropriação dos bens e direitos das parcelas de terreno, necessárias à execução da obra "Parque Multiusos de Santa Cruz". -----

2. Mediante expropriação amigável (autos de expropriação) ou expropriação litigiosa, com posse administrativa e adjudicação judicial das parcelas, a beneficiária da expropriação ChavesPolis, S.A., adquiriu a legitimidade para proceder à realização das obras inerentes ao respetivo projeto da empreitada "Parque Multiusos de Santa Cruz", cuja receção provisória ocorreu em 11 de setembro de 2008. -----

3. Este Município, na qualidade de acionista, assumiu o ativo e o passivo, incluindo o superveniente, da dita sociedade "ChavesPolis", na sequência do projeto de partilha regularmente aprovado pelos acionistas, por deliberação de 3/09/2010, em respetiva assembleia geral, em vista à dissolução e liquidação da sociedade. -----

4. O sancionamento de todo o processo administrativo de dissolução e liquidação da sociedade, nos termos acordados pelos respetivos acionistas, foi aprovado em reuniões do executivo camarário de 02 de maio e 08 de agosto de 2011, e devidamente sancionado pela Assembleia Municipal em sua sessão ordinária de 28 de setembro de 2011, sendo certo que ainda não se encontra concluído. -----

5. A conceção multifacetada do aludido projeto permitiu que a sua destinação inicial tenha vindo a sofrer evoluções, tendo o executivo camarário em 10 de dezembro de 2012, aprovado, para o local, um estudo preliminar para um complexo de campos de ténis, elaborado pelo Gabinete

de Projetos da autarquia, o qual deu origem ao respetivo projeto de execução. -----

## **II - JUSTIFICAÇÃO** -----

1. Na área física ocupada pelo "Parque Multiusos de Santa Cruz" existe uma área denominada "terreiro", que incidiu sobre cinco parcelas de terreno expropriadas pela ChavesPolis e uma parcela de terreno propriedade do Município, que poderá ser aproveitada, mediante a potencialização da conceção multifacetada do projeto do "Parque Multiusos", para a construção de novas infraestruturas desportivas, designadamente para a prática de "futebol de 11", modalidade desportiva que, nesta região e em especial neste concelho, continua a dominar em número de praticantes e espetadores e carece de infraestruturas, tecnicamente adequadas, para o efeito. -----

2. A construção de uma infraestrutura desportiva desta natureza visa colmatar a carência de um equipamento indispensável, com padrões de qualidade, onde as diversas camadas etárias possam praticar desporto, quer no âmbito da formação e competição, quer no âmbito do lazer, com níveis de conforto e qualidade consideráveis, podendo rentabilizar-se economicamente o equipamento. -----

3. Ora, a conceção e a construção de infraestruturas e equipamentos destinados à prática desportiva e ao lazer, requerem um investimento inicial bastante significativo, acrescido, ainda, dos custos associados à sua exploração e manutenção, sendo certo que a "indústria do futebol" e a dimensão do empreendimento, ora, em causa, é susceptível de cativar investimento privado, com a mais valia inerente à experiência dos agentes económicos privados no que se refere ao modelo de gestão e à sua, necessária, sustentabilidade económica. ---

4. Foram estas as razões justificadoras para a Câmara Municipal em 27 de novembro de 2015, e a Assembleia Municipal em 09 de dezembro de 2015, dando continuidade à estratégia que tem vindo a ser adotada pelos órgãos municipais, para outros empreendimentos, terem aprovado o lançamento de um procedimento concursal para a constituição de direito de superfície, até um prazo máximo de cinquenta anos de duração, destinado à conceção, construção, exploração e manutenção de um "Parque Desportivo", na parcela de terreno designada por "terreiro" no "Parque Multiusos de Santa Cruz", localizada a nordeste do "Estádio Municipal", sendo certo que tal procedimento veio a ficar deserto. -----

5. Contudo, mantendo-se inteiramente válidas as razões justificadoras da abertura de tal procedimento, hoje em dia reforçadas com o "clima" de entusiasmo e apoio da população local ao clube de futebol que disputa o campeonato nacional mais importante da modalidade, dever-se-á abrir novo procedimento concursal em vista à constituição de direito de superfície destinado à conceção, construção, exploração e manutenção de um "Parque Desportivo", em Fortes, União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, concelho de Chaves, na parcela de terreno com a área de com a área de **38 093,00m2**, projetando-se nas seguintes parcelas do "Multiusos": -----

- Parcela 01, inscrita na matriz predial rústica da Freguesia de Santa Cruz/Trindade sob o artigo 18º e descrita na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o nº 458/20081002; -----

- Parcela 02, inscrita na matriz predial rústica da Freguesia de Santa Cruz/Trindade sob o artigo 58º e não descrita na Conservatória do Registo Predial; -----

- Parcela 03, descrita na freguesia de Santa Cruz/Trindade sob o nº 465/20081020; -----

• Parcela 04, descrita na freguesia de Santa Cruz/Trindade sob o nº 229/20070925; -----

• Parcela 05, descrita na freguesia de Santa Maria Maior sob o nº 1105/20081020; e -----

• Prédio urbano, inscrito na matriz predial da freguesia de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge sob o artigo 2431, não descrito na Conservatória do Registo Predial, todos sítios em Fortes-Rua General Luís Pimentel Pinto, União das freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, concelho de Chaves. -----

6. A escolha da localização para a infraestrutura desportiva em causa, continua a assentar no carácter multifacetado do projeto do "Parque Multiusos", o qual permite a compatibilização de diversas actividades, numa área que se encontra subaproveitada, não decorrendo, assim, mediante a constituição de direito de superfície, a favor de agentes económicos privados, quaisquer encargos financeiros para o Município, constituindo, pelo contrário, tal iniciativa, um meio, legalmente, admissível de rentabilização do património municipal<sup>32</sup>, quer mediante a arrecadação de receita, quer mediante o reforço da coesão da área territorial já ocupada com instalações desportivas, na zona conhecida por Fortes. -----

7. Para o efeito, foi preparado documento técnico, que se dá por integralmente reproduzido, contendo os termos de referência para a conceção e a construção do "Parque Desportivo", prevendo os seguintes equipamentos mínimos: -----

• Terreno de jogo - Dois campos de futebol de 11 relvados, sendo um, obrigatoriamente, revestido a relvado natural, com as dimensões mínimas para a realização de jogos oficiais (100m de comprimento x 64m de largura), exigidas nos termos do Regulamento das Competições Organizadas pela Liga de Futebol Profissional e nas "Leis de Jogo da Federação Portuguesa de Futebol"; -----

• Bancadas destinadas ao público das práticas desportivas; -----

• Vestiários/Balneários (destinados aos praticantes, treinadores e monitores, bem como juizes árbitros e demais intervenientes). -----

### **III - CONDIÇÕES DE ADJUDICAÇÃO** -----

1. A adjudicação da constituição do direito de superfície destinado à concepção, construção, exploração e manutenção do "Parque Desportivo de Santa Cruz", deverá ter como critério a proposta economicamente mais vantajosa, tendo como fatores de apreciação: -----

• Montante do investimento proposto para a construção e desenvolvimento do "Parque Desportivo", ponderado com 55%; -----

• Qualidade do plano de desenvolvimento desportivo a concretizar no equipamento, ponderado com 25%; -----

• Prazo de execução do "Parque Desportivo", incluindo a beneficiação do acesso, ponderado com 15%; -----

• Valor da renda devida pela constituição do direito de superfície, ponderado com 5%. -----

---

<sup>32</sup> Refira-se que o património da sociedade "ChavesPolis, S.A." se encontra sob administração do Município de Chaves, acionista daquela sociedade, e que no âmbito do projeto da partilha, aprovado pelos respetivos órgãos competentes, irá passar para a esfera patrimonial deste Município, logo que se encontrem reunidos os pressupostos jurídico-administrativos indispensáveis à formalização da partilha e extinção daquela sociedade, actualmente em liquidação, com o subsequente registo a favor da autarquia. -----

2. A titulação do direito de superfície, nos termos dos Artigos 1525º e seguintes do Código Civil, será efectuada, numa primeira fase, mediante celebração de contrato-promessa, e, numa segunda fase, mediante a formalização do contrato prometido - escritura de constituição do direito de superfície e respectiva inscrição no registo predial -, a qual será formalizada logo que seja concluído o procedimento de partilha, entre o Estado Português e o Município de Chaves, únicos acionistas da sociedade "ChavesPolis, S.A.", e tendo por objeto a transmissão global do património daquela sociedade para o Município, e no prazo máximo de três anos a contar da data da celebração do contrato-promessa. -----

#### **IV - PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO** -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima invocadas e ao abrigo das competências cometidas aos órgãos municipais, em matéria de tempos livres e desporto e gestão e administração patrimonial, em conformidade com o disposto na alínea f), do nº2, do Artigo 23º e linha i), do nº1, do Artigo 25º, todos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário a aprovação da seguinte proposta: -----

**a)** Que seja autorizada a constituição de direito de superfície, nos termos do Artigo 1525º do Código Civil, pelo prazo máximo de cinquenta anos, destinado à concepção, construção, exploração e manutenção de um "Parque Desportivo", sobre a parcela de terreno situada em Fortes-Rua General Luís Pimentel Pinto, na União das freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, concelho de Chaves, constituída pelos prédios rústicos correspondentes às parcelas do "Parque Multiusos" identificadas como Parcela 01, inscrita na matriz predial da Freguesia de Santa Cruz/Trindade sob o artigo 18º e descrita na Conservatória do Registo Predial sob o nº 458/20081002; Parcela 02, inscrita na matriz predial da Freguesia de Santa Cruz/Trindade sob o artigo 58º e não descrita na Conservatória do Registo Predial; Parcela 03, descrita na freguesia de Santa Cruz/Trindade sob o nº 465/20081020; Parcela 04, descrita na freguesia de Santa Cruz/Trindade sob o nº 229/20070925; Parcela 05, descrita na freguesia de Santa Maria Maior sob o nº 1105/20081020 e pelo prédio urbano, inscrito na matriz predial da freguesia de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge sob o artigo 2431º, e não descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves: -----

**Parcela A** - com a área de **38 093,00m<sup>2</sup>**, a confrontar a norte com "Parque Multiusos", a sul com Estado Português, a nascente com domínio público e a Poente com particulares; -----

**b)** Neste contexto, deverão ser aprovados os documentos disciplinadores do aludido procedimento concursal, ou seja, o anúncio, o programa de concurso e o caderno de encargos, os termos de referência e as peças desenhadas; -----

**c)** Que seja designado o júri responsável pela liderança e coordenação do respetivo procedimento concursal, para adjudicação do direito de superfície, destinado à concepção, construção, exploração e manutenção do "Parque Desportivo de Santa Cruz", União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, Concelho de Chaves, com a seguinte constituição: -----

**Presidente:** Dr. Marcelo Delgado -----

**1º Vogal Efectivo:** Engº João Geraldês -----

**2º Vogal Efectivo:** Engº Carlos França -----

**Vogais suplentes:** Arqtº Luís Santos e Dr. Maciel Duque -----

Na ausência ou impedimento do presidente, a suplência será assegurada pelo primeiro vogal efetivo; -----



Sendo-lhe atribuída, ainda, a delegação de competências correlacionada com a promoção da Audiência dos Interessados no âmbito do procedimento adjudicatório em causa; -----

**d)** Caso seja autorizada a constituição do direito de superfície sobre a parcela do prédio supra identificado, nos termos e nas condições acima exaradas, bem como dos documentos em anexo à presente proposta, que fique, desde já, o Presidente da Câmara ou o seu substituto legal legitimado a outorgar, em nome do Município, o respetivo contrato; -----

**e)** Por fim, nos termos do disposto na alínea i), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, caso a presente proposta venha a merecer aprovação pelo executivo camarário, deverá a mesma ser agendada para a próxima sessão da Assembleia Municipal, com vista ao seu ulterior sancionamento. -----

Chaves, 25 de janeiro de 2017. -----  
O Presidente da Câmara Municipal, António Cândido Monteiro Cabeleira

**Em anexo:** -----

- Anúncio; -----
- Programa de concurso; -----
- Caderno de encargos; -----
- Planta com a identificação das parcelas objeto do direito de superfície e demais peças desenhadas. -----

-----  
Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo alertado para a necessidade de ser, devidamente, esclarecido o modelo e/ou lógica de utilização, por parte dos cidadãos, das infraestruturas desportivas que irão ser desenvolvidas, pelo promotor, ao abrigo do direito de superfície, reservando, por isso, a sua posição final, sobre a matéria, em função da solução proposta pelo adjudicatário - acesso condicionado ou não ao parque desportivo -. --

-----  
De seguida, usou da palavra, a Vereadora do Partido Socialista, Senhora Dra. Paula Cristina Barros Teixeira Santos, tendo tecido os seguintes comentários: -----

Do seu ponto de vista, deveriam ser estabelecidos mecanismos que garantam a igualdade de acesso às infraestruturas desportivas a criar, ao abrigo da legal constituição do direito de superfície, a todos os cidadãos, sem prejuízo das horas de utilização confiadas, a favor do superficiário, para as atividades desportivas por este desenvolvidas.

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

## XII DIVERSOS

**1. SISTEMAS DE ÁGUAS RESIDUAIS (SAR) NO CONCELHO DE CHAVES - A CONTRIBUIÇÃO DOS PEQUENOS AGLOMERADOS NA REDUÇÃO DA POLUIÇÃO URBANA NA BACIA DO TÂMEGA - ETAR DE CASAS NOVAS / REDONDELO" CANDIDATURA POSEUR-03-2012-FC-000342 (PROGRAMA OPERACIONAL DE SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DOS RECURSOS) - ASSINATURA DO TERMO DE ACEITAÇÃO INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 9/DSC/2017, DO ENG.º PAULO VALOURA DE 27.01.2017.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----
- 1.1. Ao abrigo do Aviso POSEUR-12-2016-38 - "Operações que visam o fecho de sistemas de abastecimento de água em baixa e de sistemas de saneamento de águas residuais e Operações com vista à redução da poluição urbana nas massas de água", o Município de Chaves apresentou, em 04 de julho de 2016, uma candidatura designada "Sistemas de águas residuais (SAR) no concelho de Chaves - A contribuição dos pequenos aglomerados na redução da poluição urbana na bacia do Tâmega - ETAR de Casas Novas / Redondelo". -----
- 1.2. Após a competente análise e avaliação da referida candidatura, por parte da Autoridade de Gestão POSEUR, a mesma mereceu decisão favorável de aprovação, a qual foi comunicada ao Município de Chaves, em 18 de janeiro de 2017, através do ofício 000136 (POSEUR). Com a referida comunicação foi rececionado o Termo de Aceitação, a assinar pelo Senhor Presidente da Câmara, matéria sobre a qual versa a presente informação. -----
2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----
- 2.1. A operação "Sistemas de águas residuais (SAR) no concelho de Chaves - A contribuição dos pequenos aglomerados na redução da poluição urbana na bacia do Tâmega - ETAR de Casas Novas / Redondelo", visa contribuir para a melhoria da qualidade da água da bacia hidrográfica do rio Tâmega, através da construção de uma ETAR compacta de processo biológico de lamas ativadas, oxidação total, bem como dos respetivos emissários, a servir a rede de recolha de águas residuais dos aglomerados de Casas Novas e Redondelo. -----
- 2.2. Com esta operação pretende-se promover a sustentabilidade local, em termos ambientais, com uma diminuição da pressão exercida sobre a massa de água "rio Tâmega", e desta forma, produzir um conjunto de externalidades positivas, como sejam os benefícios substanciais para a qualidade de todo o sistema ecológico e ambiental associado à massa de água "rio Tâmega", a melhoria as condições de atratividade do rio Tâmega para a prática de atividades desportivas e de lazer, como seja a pesca, entre outras. Este investimento irá também contribuir para o reforço da posição regional do Alto Tâmega, enquanto destino turístico de excelência, nas suas componentes ambiental e dos recursos naturais, com especial destaque para a temática da água. -----
- 2.3. Assim, a referida candidatura apresentou como objetivos principais, os seguidamente elencados: -----
- i) A redução da poluição urbana na massa de água do rio Tâmega em resultado da minimização das aflúências indevidas decorrentes da degradação das infraestruturas existentes e do seu inadequado dimensionamento para a realidade populacional atual; -----
  - ii) A otimização e gestão eficiente dos recursos e infraestruturas existentes (redes de drenagem de Casa Novas e Redondelo); -----
  - iii) O fecho do sistema de águas residuais de Casas Novas/Redondelo.
- 2.4. Estes objetivos serão efetivamente concretizados com a execução do projeto "Construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Casas Novas e Redondelo", aprovado em reunião de Câmara de 09 de junho de 2016, pretendendo-se que a referida operação seja desenvolvida, no decorrer do ano de 2017. -----
- 2.5. A concretização desta operação corresponde a um investimento de 292.160,38 euros, com uma taxa de Cofinanciamento de 85%, correspondendo a uma contribuição do Fundo de Coesão de 248 336,32 euros e um Financiamento Público Nacional, a cargo do Município de Chaves, de 43 824,06 euros. -----
- 2.6. Analisado o conteúdo constante no Relatório de Decisão e no respetivo Termo de Aceitação, verificou-se que a candidatura foi

aprovada, nos moldes candidatados pelo Município, complementado com os esclarecimentos adicionais, apresentados em sede de análise da mesma, pelo que cumpre neste momento decidir sobre a aceitação, pelo Município de Chaves, do respetivo financiamento. -----

### 3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

3.1. Face ao exposto, e dada a importância do projeto âmbito de candidatura, para a promoção da sustentabilidade local, com uma diminuição da pressão exercida sobre a massa de água "rio Tâmega" propõe-se que o Município de Chaves aceite o Termo de Aceitação, nos moldes apresentados pela Autoridade de Gestão, matéria a qual se coloca à consideração superior; -----

3.2. Caso a presente proposta seja aceite superiormente, deverá a mesma ser submetida a reunião do Executivo Municipal com vista a deliberar concordar com o disposto no Termo de Aceitação, bem como legitimar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à outorga do mesmo, e posterior envio para a Autoridade de Gestão do POSEUR. -----  
À consideração do Chefe de Divisão de Sustentabilidade e Competitividade -----

#### **DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 30.01.2017: ----**

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão para a tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a presente informação à consideração do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Arq. António Cabeleira, para que, caso concorde com o preconizado, submeta o assunto a reunião de Câmara Municipal para que o órgão executivo delibere no seguinte sentido: -----

- Aprovar o Termo de Aceitação da operação "Sistemas de águas residuais (SAR) no concelho de Chaves - A contribuição dos pequenos aglomerados na redução da poluição urbana na bacia do Tâmega - ETAR de Casas Novas / Redondelo" candidata no âmbito do Aviso POSEUR-12-2016-38 - Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos; -----

- Legitimar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à outorga do referido Termo de Aceitação e posterior envio para a Autoridade de Gestão POSEUR. -----

Caso haja deliberação nos termos preconizados, que seja adotada a estratégia procedimental prevista na informação técnica. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral

#### **DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 30.01.2017 -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

#### **DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 30.01.2017 -----**

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**2. SISTEMAS DE ÁGUAS RESIDUAIS (SAR) NO CONCELHO DE CHAVES - A CONTRIBUIÇÃO DOS PEQUENOS AGLOMERADOS NA REDUÇÃO DA POLUIÇÃO URBANA NA BACIA DO TÂMEGA - ETAR DE MAIROS" CANDIDATURA POSEUR-03-2012-FC-000350 (PROGRAMA OPERACIONAL DE SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO**

**DOS RECURSOS) - ASSINATURA DO TERMO DE ACEITAÇÃO - INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 10/DSC/2017 DO ENGº PAULO VALOURA DE 27.01.2017. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----**

1.1. Ao abrigo do Aviso POSEUR-12-2016-38 - "Operações que visam o fecho de sistemas de abastecimento de água em baixa e de sistemas de saneamento de águas residuais e Operações com vista à redução da poluição urbana nas massas de água", o Município de Chaves apresentou, em 04 de julho de 2016, uma candidatura designada "Sistemas de águas residuais (SAR) no concelho de Chaves - A contribuição dos pequenos aglomerados na redução da poluição urbana na bacia do Tâmega - ETAR de Mairos". -----

1.2. Após a competente análise e avaliação da referida candidatura, por parte da Autoridade de Gestão POSEUR, a mesma mereceu decisão favorável de aprovação, a qual foi comunicada ao Município de Chaves, em 18 de janeiro de 2017, através do ofício 000137 (POSEUR). Com a referida comunicação foi rececionado o Termo de Aceitação, a assinar pelo Senhor Presidente da Câmara, matéria sobre a qual versa a presente informação. -----

**2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----**

2.1. A operação "Sistemas de águas residuais (SAR) no concelho de Chaves - A contribuição dos pequenos aglomerados na redução da poluição urbana na bacia do Tâmega - ETAR de Mairos", visa contribuir para a melhoria da qualidade da água da bacia hidrográfica do rio Tâmega, através da construção de uma ETAR compacta de processo biológico de lamas ativadas, oxidação total, bem como o respetivo emissário, a servir a rede de recolha de águas residuais de Mairos. -----

2.2. Com esta operação pretende-se promover a sustentabilidade local, em termos ambientais, com uma diminuição da pressão exercida sobre a massa de água "rio Tâmega", e desta forma, produzir um conjunto de externalidades positivas, como sejam os benefícios substanciais para a qualidade de todo o sistema ecológico e ambiental associado à massa de água "rio Tâmega", a melhoria as condições de atratividade do rio Tâmega para a prática de atividades desportivas e de lazer, como seja a pesca, a melhoria da qualidade da água utilizada no regadio da Veiga de Chaves, entre outras. Este investimento irá também contribuir para o reforço da posição regional do Alto Tâmega, enquanto destino turístico de excelência, nas suas componentes ambiental e dos recursos naturais, com especial destaque para a temática da água. -----

2.3. Assim, a referida candidatura apresentou como objetivos principais, os seguidamente elencados: -----

i) A correção da capacidade depuradora de uma infraestrutura existente (rede e fossa séptica de Mairos); -----

ii) O aumento da rede de drenagem de águas residuais da povoação de Mairos; -----

iii) A otimização e gestão eficiente dos recursos e infraestruturas existentes (rede de drenagem de águas residuais de Mairos);

iv) A redução da poluição urbana na massa de água do rio Tâmega em resultado da minimização das afluições indevidas desde a sua entrada em território nacional, contribuindo assim para a proteção do ambiente e das águas superficiais. -----

2.4. Estes objetivos serão efetivamente concretizados com a execução do projeto "Sistema de Águas Residuais de Mairos", aprovado em reunião de Câmara de 24 de junho de 2016, pretendendo-se que a referida operação seja desenvolvida, durante o primeiro semestre de 2017. ----

2.5. A concretização desta operação corresponde a um investimento de 132 416,26 euros, com uma taxa de Cofinanciamento de 85%, correspondendo a uma contribuição do Fundo de Coesão de 112 553,82 euros e um Financiamento Público Nacional, a cargo do Município de Chaves, de 19.862,44 euros. -----

2.6. Analisado o conteúdo constante no Relatório de Decisão e no respetivo Termo de Aceitação, verificou-se que a candidatura foi aprovada, nos moldes candidatados pelo Município, complementado com os esclarecimentos adicionais, apresentados em sede de análise da mesma, pelo que cumpre neste momento decidir sobre a aceitação, pelo Município de Chaves, do respetivo financiamento. -----

3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

3.1. Face ao exposto, e dada a importância do projeto âmbito de candidatura, para a promoção da sustentabilidade local, com uma diminuição da pressão exercida sobre a massa de água "rio Tâmega" propõe-se que o Município de Chaves aceite o Termo de Aceitação, nos moldes apresentados pela Autoridade de Gestão, matéria a qual se coloca à consideração superior; -----

3.2. Caso a presente proposta seja aceite superiormente, deverá a mesma ser submetida a reunião do Executivo Municipal com vista a deliberar concordar com o disposto no Termo de Aceitação, bem como legitimar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à outorga do mesmo, e posterior envio para a Autoridade de Gestão do POSEUR. -----

À consideração do Chefe de Divisão de Sustentabilidade e Competitividade -----

**DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 30.01.2017: ----**

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão para a tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a presente informação à consideração do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Arq. António Cabeleira, para que, caso concorde com o preconizado, submeta o assunto a reunião de Câmara Municipal para que o órgão executivo delibere no seguinte sentido: -----

- Aprovar o Termo de Aceitação da operação "Sistemas de águas residuais (SAR) no concelho de Chaves - A contribuição dos pequenos aglomerados na redução da poluição urbana na bacia do Tâmega - ETAR de Mairos" candidatada no âmbito do Aviso POSEUR-12-2016-38 - Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos;

- Legitimar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à outorga do referido Termo de Aceitação e posterior envio para a Autoridade de Gestão POSEUR. -----

Caso haja deliberação nos termos preconizados, que seja adotada a estratégia procedimental prevista na informação técnica. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 30.01.2017 -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 30.01.2017 -----**

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### **3. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 11/DSC/2017. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

#### **1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----**

Com a presente informação pretende-se: -----

- (i) Dar a conhecer ao Executivo Municipal o Relatório de Análise das Sugestões apresentadas durante o período de Audiência Prévia, a que foi sujeito o Projeto de Regulamento Municipal de Comércio a Retalho não Sedentário por parte das entidades representativas dos interesses em causa, nomeadamente de associações representativas do setor e dos consumidores, nos termos do n.º 2 do artigo 79.º do RJACSR, bem como os eventuais contributos das unidades orgânicas com afinidade funcional com o exercício do comércio a retalho não sedentário. -----
- (ii) Desencadear os procedimentos tendentes à aprovação, por parte da Assembleia Municipal, do novo Regulamento Municipal de Comércio a Retalho não Sedentário. -----

#### **2. ASPETOS QUE CARATERIZAM O DECRETO-LEI N.º 10/2015, DE 16 DE JANEIRO -----**

**2.1.** O Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, veio sistematizar os diplomas que regulamentam as atividades de comércio, serviços e restauração de forma a criar num único regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração (RJACSR).

**2.2.** Segundo é referido no preâmbulo deste diploma, este novo regime pretendeu "constituir um instrumento facilitador do enquadramento legal do acesso e exercício de determinadas atividades económicas, oferecendo uma maior segurança jurídica aos operadores económicos e potenciando um ambiente mais favorável ao acesso e exercício das atividades em causa". -----

**2.3.** Conforme a alínea i) do n.º 1, do artigo 1.º, do anexo do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, o RJACSR aplica-se, respetivamente, ao exercício de comércio a retalho não sedentário exercido por feirantes e vendedores ambulantes, e à atividade de restauração ou de bebidas não sedentária. -----

#### **3. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA LEGAL RELACIONADA COM OS REGULAMENTOS MUNICIPAIS E JUSTIFICAÇÃO DA SUA APLICAÇÃO NO CASO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIO -----**

**3.1.** Como acima se referiu, segundo a alínea i) do n.º 1, do artigo 1.º, do anexo do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, o RJACSR aplica-se ao exercício de comércio a retalho não sedentário exercido por feirantes e vendedores ambulantes, estabelecendo o n.º 1 do artigo 79.º do mesmo anexo que "competem à assembleia municipal, sob proposta das câmaras municipais, aprovar o regulamento do comércio a retalho não sedentário do respetivo município, do qual deve constar as regras de funcionamento das feiras do município e as condições para o exercício da venda ambulante." -----

**3.2.** Ainda segundo alínea r) do n.º 1, do artigo 1.º, do anexo do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, o RJACSR aplica-se à atividade de restauração ou de bebidas não sedentária, estabelecendo o artigo 138.º do mesmo anexo que "a atribuição de espaço de venda a prestadores de serviços de restauração ou de bebidas com caráter não sedentário segue o regime de atribuição aplicável na organização e funcionamento das feiras retalhistas, mercados municipais e mercados abastecedores e as condições para o exercício da venda ambulante referidas no artigo 81.º do mesmo anexo. -----

**3.3.** Segundo este diploma, a "atividade de comércio a retalho não sedentária" encontra-se regulada pelas disposições previstas nos artigos 74.º a 81.º, integradas na Subsecção VI, da Secção I (Atividades de Comércio), do Capítulo II (Requisitos especiais de exercício), do TÍTULO II (Exercício das atividades de comércio, serviços e restauração), do ANEXO a que se refere o artigo 2.º do referido RJACSR. -----

**3.4.** O município de Chaves dispõe atualmente de um Regulamento de Exercício de Atividade de Comércio a Retalho não Sedentária exercida por feirantes e vendedores ambulantes, aprovado em reunião de Câmara de 26 de agosto de 2013<sup>33</sup> e na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 11 de setembro de 2013 (Ponto 10). -----

**3.5.** Tal regulamento foi elaborado ao abrigo dos artigos 241.º da Constituição da República Portuguesa, o artigo 20.º, da Lei n.º 27/2013 de 12 de abril, o Decreto-Lei n.º 433/82 de 27 de outubro e ulteriores alterações, a Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro e as alíneas a), do n.º 2, do artigo 53.º, e a), do n.º 6, do artigo 64.º, ambos da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro. -----

**3.6.** O município de Chaves dispõe também de normas para o serviço de restauração e bebidas de caráter não sedentário previstas no Capítulo V, da alteração do Regulamento de Venda Ambulante e de Serviços de Restauração e Bebidas, aprovada em reunião de Câmara de 17 de fevereiro de 2012<sup>34</sup> e na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de fevereiro de 2012 (Ponto 8). -----

**3.7.** Apesar do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro ter sistematizado os diplomas que regulamentam as atividades de comércio, serviços e restauração e ter introduzido alterações a vários diplomas correlacionados com estas atividades, não veio colocar em causa a essência do atual Regulamento de Exercício de atividade de Comércio a Retalho não Sedentária, que vigora desde outubro de 2015, uma vez que o mesmo já continha muitas das disposições regulamentares consentâneas com o quadro legal que este diploma veio agora consagrar. -----

**3.8.** Contudo, o Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, veio revogar a Lei n.º 27/2013, de 12 de abril, que tinha servido de referência à elaboração do regulamento municipal vigente, pelo que se torna necessário ajustar conceitos e atualizar as remissões legislativas inerentes aos diplomas agora vigentes, aproveitando-se o momento para alterar pontualmente algumas regras de exploração e de funcionamento, reorganizar o documento, e inserir a atividade de restauração e bebidas não sedentária, traduzindo-se a proposta final do regulamento no Anexo 1. -----

#### **4. FASES DO PROCESSO** -----

**4.1.** Considerando que, de acordo com a alínea g), do n.º 1, do Artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa do município. -----

**4.2.** Considerando que, no caso dos regulamentos do comércio a retalho não sedentário, tal competência está expressamente referida no n.º 1 do Artigo 79.º do Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACSR), integrado no anexo do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro. -----

---

<sup>33</sup> INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 69/DAF/2013 -----

<sup>34</sup> INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 19/GAPV/2012 -----

**4.3.** Considerando que, nos termos do n.º 2<sup>35</sup> do artigo 79.º do RJACSR, tal aprovação deve ser precedida da audiência prévia das entidades representativas dos interesses em causa, nomeadamente de associações representativas do setor e dos consumidores, vieram a ser notificadas, através de carta registada com aviso de receção. -----

**4.4.** Para cumprimento do estabelecido em matéria de Audiência Prévia, despoletada por despacho do Senhor Presidente da Câmara, com data de 25-11-2016, e cujo período decorreu entre 28-11-2016 e 23-12-2016, o projeto do novo regulamento foi enviado para as seguintes entidades:

- (i) Associação Comercial e Industrial do Alto Tâmega; -----
- (ii) Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor; -----
- (iii) Associação de Feirantes do Distrito do Porto, Douro e Minho; ----
- (iv) Associação de Feiras e Mercados da Região Norte. -----

**4.5.** Importa, ainda, referir que tal projeto de regulamento foi também partilhado com as unidades orgânicas municipais com responsabilidades funcionais relacionadas com as matérias objeto de regulamentação, tendo sido solicitado às mesmas a apresentação de contributos em vista a melhorar o conteúdo do Regulamento. -----

**4.6.** Durante o referido período de audiência prévia, foram registados no correspondente processo administrativo todos os contributos escritos que deram entrada nos serviços municipais, correlacionados com esta matéria. -----

**4.7.** Para efeitos de formalização da proposta final de aprovação da alteração do regulamento em causa, os serviços procederam à análise e ponderação de todos os contributos recebidos, na forma de sugestões e/ou observações, materializando-se tal análise e ponderação no relatório que consta como anexo desta informação, o qual, para todos os efeitos legais aqui se dá por reproduzido. -----

**4.8.** Como se constata no referido relatório, nenhuma das alegações apresentadas em sede de Audiência Prévia foi considerada pertinente, pelo que é entendimento dos serviços que deve ser mantido o clausulado do projeto de regulamento que foi submetido a Audiência Prévia, cujo documento se dá por integralmente reproduzido, constando o mesmo em anexo para ser aprovado pela Assembleia Municipal. -----

## **5. PROPOSTA DE DECISÃO** -----

**5.1.** Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a aprovação da seguinte estratégia procedimental: -----

(i) Que seja submetido à consideração do Executivo Municipal, para conhecimento e aprovação, o "Relatório de análise das sugestões apresentadas durante o período de audiência prévia", a que foi sujeito o Projeto de Regulamento Municipal de Comércio a Retalho não Sedentário, nos termos do n.º 2 do artigo 79.º do RJACSR, segundo o qual nenhuma das alegações apresentadas em sede de Audiência Prévia foi considerada pertinente. -----

(ii) Em coerência com o preconizado no número anterior, que o Executivo Municipal delibere: -----

**5.1.2.1.** Manter na íntegra as normas do Projeto de Regulamento Municipal de Comércio a Retalho não Sedentário, que foi que foi submetido a Audiência Prévia. -----

---

<sup>35</sup> A aprovação do regulamento interno é precedida de audiência prévia das entidades representativas dos interesses em causa, nomeadamente de associações representativas dos feirantes, dos vendedores ambulantes e dos consumidores, as quais dispõem de um prazo de 15 dias, a contar da data da receção da comunicação, para se pronunciarem.



5.1.2.2. Submeter à aprovação da Assembleia Municipal do referido Regulamento, dando cumprimento ao estabelecido a alínea g), do n.º 1, do Artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no n.º 1 do Artigo 79.º do Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACSR), integrado no anexo do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro. -----

**5.2.** Caso venha a ser deliberado nesse sentido, deverá a presente proposta ser agendada para a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, em vista à sua aprovação por parte do aludido órgão deliberativo municipal, nos termos legais supra referidos, devendo o processo ser instruído com o Projeto de Regulamento Municipal de Comércio a Retalho não Sedentário, conforme documento que se anexa à presente proposta; -----

**5.3.** Por último, caso a proposta de Regulamento venha a ser aprovada nos termos anteriormente sugeridos, deverá promover-se a publicação nos termos do n.º 1, do artigo 56.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro sendo, simultaneamente, publicado na página eletrónica do município e no balcão único eletrónico dos serviços. -- À consideração do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, -----

Chaves, 30 de janeiro de 2017 -----

A Técnica Superior -----

(Cristiana Morais) -----

Anexo 1 - Projeto de Regulamento Municipal de Comércio a Retalho não Sedentário -----

Anexo 2 - Relatório de análise das sugestões apresentadas durante o período de audiência prévia -----

## **REGULAMENTO DE EXERCÍCIO DE ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIA -----**

### **NOTA JUSTIFICATIVA -----**

Face à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, que aprova o regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração, adiante designado por RJACSR, é necessária a aprovação de um novo regulamento municipal de comércio a retalho não sedentário. -----

De acordo com o n.º 1 do artigo 79.º do mencionado diploma legal, o regulamento municipal, em execução do RJACSR, deve conter as regras de funcionamento das feiras do município, as condições para o exercício da venda ambulante, a identificação de forma clara dos direitos e obrigações dos feirantes e dos vendedores ambulantes e a listagem dos produtos proibidos ou cuja comercialização depende de condições específicas de venda. -----

Em cumprimento dos princípios da igualdade, da imparcialidade e da transparência, são, também, criadas as regras do procedimento a adotar na admissão dos feirantes e os critérios para a atribuição dos respetivos espaços de venda. -----

Assim sendo, a atribuição dos espaços de venda em feiras municipais ou do direito de uso do espaço público para o exercício da venda ambulante na área do Município de Chaves, será efetuada por sorteio, por ato público, o qual será anunciado em edital, na página eletrónica do município, num jornal local e ainda no "Balcão do empreendedor". - No que diz respeito à atribuição de espaço de venda a prestadores de serviços de restauração ou de bebidas com caráter não sedentário, esta segue o regime de atribuição aplicável na organização e funcionamento das feiras e as condições para o exercício da venda ambulante, nos

termos do artigo 138.º do RJACSR, pelo que ser-lhe-á aplicável o mesmo procedimento referido no parágrafo anterior. -----

Considerando que, a competência para a aprovação do presente regulamento municipal é da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, devendo a aprovação ser precedida da audiência prévia das entidades representativas dos interesses em causa, nomeadamente de associações representativas dos feirantes, dos vendedores ambulantes e dos consumidores, procedeu-se à audiência prévia da Associação Comercial e Industrial do Alto Tâmega, da Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, da Associação de Feirantes do Distrito do Porto, Douro e Minho, e da Associação de Feiras e Mercados da Região Norte, tudo nos termos do artigo 79.º n.º 1 e 2 do RJACSR. -----

## **CAPÍTULO I** -----

### **DISPOSIÇÕES GERAIS** -----

#### **Artigo 1.º** -----

##### **Norma Habilitante** -----

O presente regulamento é elaborado ao abrigo do disposto no artigo 241.º, da Constituição da República Portuguesa, do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, e ulteriores alterações, da alínea k) do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e de acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro - Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACSR) e ainda o artigo 79.º do anexo ao supracitado Decreto-Lei. -----

#### **Artigo 2.º** -----

##### **Âmbito de aplicação** -----

1. O presente regulamento visa estabelecer e definir as regras de funcionamento das feiras do município, nomeadamente as condições de admissão dos feirantes, os seus direitos e obrigações, os critérios de atribuição dos espaços de venda, as normas e o horário de funcionamento, bem como as condições para o exercício da venda ambulante e da restauração e bebidas não sedentária, nomeadamente a indicação das zonas e locais autorizados ao seu exercício, os horários e as condições de ocupação do espaço, colocação dos equipamentos e exposição dos produtos. -----

1. Estão excluídos do âmbito de aplicação do presente Regulamento:

- a) Os eventos de exposição e de amostra, ainda que nos mesmos se realizem vendas a título acessório e tenham a designação de feira; --
- b) Os eventos, exclusiva ou predominantemente, destinados à participação de agentes económicos titulares de estabelecimentos, que procedam a vendas ocasionais e esporádicas fora dos seus estabelecimentos; -----
- c) As mostras de artesanato, predominantemente destinadas à participação de artesãos; -----
- d) Os mercados municipais; -----
- e) A distribuição domiciliária efetuada por conta de operadores económicos titulares de estabelecimentos, para fornecimento de géneros alimentícios, bebidas ou outros bens de consumo doméstico corrente; -
- f) A venda ambulante de lotarias regulada pelo Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, na sua redação atual. -----

#### **Artigo 3.º** -----

##### **Definições gerais** -----

Para efeitos do presente regulamento entende-se por: -----

- a) «**Atividade de comércio a retalho não sedentária**» a atividade de comércio a retalho em que a presença do comerciante nos locais de

venda, em feiras ou de modo ambulante, não reveste um caráter fixo e permanente, realizada nomeadamente em unidades móveis ou amovíveis. -

b) **«Feira»** o evento que congrega periódica ou ocasionalmente, no mesmo recinto, vários retalhistas que exercem a atividade com caráter não sedentário, na sua maioria em unidades móveis ou amovíveis, excetuados os arraiais, romarias, bailes, provas desportivas e outros divertimentos públicos, os mercados municipais e os mercados abastecedores, não se incluindo as feiras dedicadas de forma exclusiva à exposição de armas. -----

c) **«Recinto»** o espaço público ou privado, ao ar livre ou no interior, destinado à realização de feiras, desde que: -----

i) Devidamente delimitado, acautelando o livre acesso às residências e estabelecimentos envolventes; -----

ii) Os lugares de venda estejam devidamente demarcados; -----

iii) Existam infraestruturas de conforto, nomeadamente, instalações sanitárias, rede pública ou privada de água, rede elétrica e pavimentação do espaço adequadas ao evento; -----

iv) Existência, na proximidade, de parques ou zonas de estacionamento adequados à sua dimensão. -----

d) **«Feirante»** a pessoa singular ou coletiva que exerce de forma habitual a atividade de comércio a retalho não sedentária em feiras.

e) **«Vendedor ambulante»** a pessoa singular ou coletiva que exerce de forma habitual a atividade de comércio a retalho de forma itinerante, incluindo em unidades móveis ou amovíveis instaladas fora de recintos das feiras. -----

f) **«Atividade de restauração ou de bebidas não sedentária»** a atividade de prestar serviços de alimentação e de bebidas, mediante remuneração, em que a presença do prestador nos locais da prestação não reveste um caráter fixo e permanente, nomeadamente em unidades móveis ou amovíveis, bem como em instalações fixas onde se realizem menos de 20 eventos anuais, com uma duração anual acumulada máxima de 30 dias. -----

g) **«Espaço de venda»** área demarcada pela Câmara para o exercício da atividade de comércio a retalho não sedentário. -----

Artigo 4.º -----

Delegação e subdelegação de competências -----

As competências atribuídas pelo presente Regulamento à Câmara Municipal poderão ser delegadas no Presidente da Câmara Municipal, com faculdade de subdelegação em qualquer dos Vereadores, sem prejuízo de eventual delegação de competências nas Freguesias. -----

Artigo 5.º -----

Exercício da Atividade de comércio a retalho não sedentário -----

1. O exercício do comércio a retalho não sedentário só é permitido aos feirantes com espaço de venda atribuído em feiras previamente autorizadas nos termos do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, e do presente Regulamento, bem como aos vendedores ambulantes e aos prestadores de serviços de restauração ou de bebidas com caráter não sedentário, nas zonas e locais autorizados para tal pela Câmara Municipal. -----

2. É ainda condição para o exercício da atividade de feirante, vendedor ambulante e prestador de serviços de restauração ou de bebidas com caráter não sedentário o comprovativo de entrega a que se refere o n.º 6, do artigo 20º, do anexo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro. -----

Artigo 6.º -----

Documentos -----

1. O feirante, o vendedor ambulante e os seus colaboradores devem, nos termos da legislação em vigor, ser portadores, nos espaços de venda, dos seguintes documentos: -----

- a) Título de exercício da atividade; -----
- b) Título que legitima a ocupação do espaço; -----
- c) Faturas comprovativas da aquisição de produtos para venda ao público, nos termos previstos no Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado. -----

2. Excetuam-se do disposto no número anterior os seguintes participantes ocasionais das feiras do município: -----

- a) Pequenos agricultores, não constituídos como agentes económicos, que pretendam participar na feira para vender produtos da sua própria produção, por razões de subsistência devidamente comprovadas pela junta de freguesia da área da sua residência; -----
- b) Outros participantes ocasionais, nomeadamente artesãos. -----

## **CAPÍTULO II -----**

### **DO COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIO EXERCIDO POR FEIRANTES -----**

#### **SECÇÃO I -----**

##### **Da organização das feiras municipais -----**

##### **Artigo 7.º -----**

##### **Organização dos recintos -----**

1. O recinto da feira deve ser organizado por setores de venda, de acordo com as características próprias do local. -----

2. Compete à Câmara Municipal estabelecer para cada feira o número de lugares de venda e fixar as suas dimensões, bem como a respetiva disposição no recinto. -----

3. Sempre que motivos de interesse público ou de ordem pública atinentes ao funcionamento da feira o justifiquem, a Câmara Municipal pode proceder à redistribuição dos lugares de venda. -----

4. Na situação prevista no número anterior ficam salvaguardados os direitos de ocupação dos lugares de venda que já tenham sido atribuídos aos feirantes, designadamente no que se refere à respetiva área. ----

5. A Câmara Municipal pode ainda prever lugares destinados a prestadores de serviços, nomeadamente de restauração ou de bebidas em unidades móveis ou amovíveis, e a participantes ocasionais, tais como:

- a) Pequenos agricultores que não estejam constituídos como operadores económicos, que pretendam participar na feira para vender produtos da sua própria produção, por razões de subsistência devidamente comprovadas pela junta de freguesia da área de residência;
- b) Vendedores ambulantes; -----
- c) Outros participantes ocasionais. -----

##### **Artigo 8.º -----**

##### **Registos internos -----**

1. Na Câmara Municipal existirá um registo em ficheiro próprio, em que serão registados os elementos de identificação do titular da ocupação e do título de exercício de atividade, cadastro e outros elementos considerados indispensáveis, assim como as referências e elementos idênticos dos seus colaboradores. -----

2. Organizar-se-á um processo individual para cada lugar de venda, no qual se arquivarão anualmente os requerimentos e demais documentos apresentados para a concessão do lugar. -----

#### **SECÇÃO II -----**

##### **Dos lugares de venda -----**

##### **Artigo 9.º -----**

##### **Direito à ocupação -----**

1. Os lugares de venda só podem ser ocupados e explorados pela pessoa, singular ou coletiva, beneficiária de adjudicação pela Câmara

Municipal do direito de ocupação, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte. -----

2. O não cumprimento do disposto no n.º 1, tornará nula a adjudicação, sem qualquer direito para o ocupante de reaver as importâncias liquidadas. -----

#### Artigo 10.º -----

##### Exercício da atividade -----

1. No lugar de venda o ato de comercialização deve ser exercido pelo respetivo titular do direito de ocupação, podendo nele intervir, cumulativamente, empregados seus desde que sob sua responsabilidade e direção. -----

2. Qualquer titular do direito de ocupação só se pode fazer substituir na efetiva direção do lugar de venda por pessoa julgada idónea e mediante autorização da Câmara, a qual será concedida por motivo de doença, devidamente justificada, ou quando se verificarem circunstâncias especiais, alheias à vontade do interessado, consideradas absolutamente impeditivas. -----

3. A substituição, não isenta o titular do direito de ocupação da responsabilidade por quaisquer ações ou omissões do substituto, mesmo que por motivo delas a estes tenham sido aplicadas penalidades. -----

4. A verificação da inexatidão dos motivos alegados para justificarem a autorização prevista no número 2, importa o seu imediato cancelamento. -----

5. O titular do direito de ocupação dum lugar de venda nas feiras municipais não pode exercer nele comércio de produtos diferentes daqueles a que está autorizado e a que o local se destina, nem dar-lhe uso diverso daquele para que lhe foi concedido, sob pena de lhe ser retirado o respetivo direito de ocupação, sem direito a qualquer indemnização, nos termos do artigo 15.º. -----

#### Artigo 11.º -----

##### Interrupção do exercício da atividade -----

1. Qualquer titular do direito de ocupação que, por motivo de doença ou outro devidamente justificado, se encontrar impedido de dirigir ou manter em funcionamento, o seu lugar de venda, por período de tempo não superior a 60 dias seguidos, deverá apresentar declaração escrita à Câmara Municipal. -----

2. Comprovando-se que o impedimento assume carácter permanente ou que o titular do direito de ocupação, por qualquer motivo, pretende desistir da ocupação do lugar de venda que lhe foi adjudicado, deverá este informar a Câmara Municipal desse facto, que dará origem a um novo procedimento de atribuição do direito de ocupação do espaço em causa. -----

3. Os factos enunciados no ponto 1 deste artigo deverão ser comunicados por escrito até ao dia 30 do mês anterior àquele em que se pretende que produzam efeitos. -----

4. Caso se verifique que o período de ausência é superior ao previsto no n.º 1, pode o titular do direito de ocupação perder o direito à ocupação do lugar nos termos do artigo 15.º. -----

#### Artigo 12.º -----

##### Transmissão do direito de ocupação -----

1. Salvo o disposto no número seguinte, são intransmissíveis os títulos de direito de ocupação dos lugares de venda. -----

2. Poderá a Câmara Municipal autorizar a transmissão do direito de ocupação ao cônjuge não separado judicialmente de pessoas e bens e ou na sua falta ou desinteresse, os seus descendentes diretos nos seguintes casos: -----

a) Invalidez do titular; -----

- b) Redução a menos de 50% da capacidade física normal; -----
- c) Morte do titular, nos termos previstos no artigo seguinte; ----
- d) Outros motivos ponderosos e justificados, verificados caso a caso. -----

3. O pedido de transmissão do direito de ocupação deve ser acompanhado de requerimento fundamentado do seu titular, de documentos comprovativos dos factos invocados, bem como documento comprovativo do cumprimento das disposições previstas neste regulamento e normas gerais aplicáveis para o exercício da atividade, em nome do interessado na transmissão. -----

4. O disposto nos números anteriores não determina qualquer alteração nos direitos e obrigações da primitiva ocupação. -----

Artigo 13.º -----

Direito de preferência -----

1. Por morte do titular do direito de ocupação preferem na transmissão do respetivo direito o cônjuge sobrevivente não separado judicialmente de pessoas e bens e ou na sua falta ou desinteresse, os descendentes, se aquele ou estes ou os seus representantes legais assim o requerem nos 60 dias subsequentes ao óbito, instruindo o pedido com a respetiva certidão de óbito, de casamento ou de nascimento, conforme os casos.

2. Em caso de concurso de interessados, a preferência defere-se pela ordem prevista no número anterior. -----

1. Concorrendo apenas descendentes, observam-se as seguintes regras: -----

a) Entre descendentes de grau diferente, preferem os mais próximos em graus; -----

b) Entre descendentes do mesmo grau, abrir-se-á licitação. -----

Artigo 14.º -----

Desistência do direito de ocupação -----

3. O titular do direito de ocupação de lugar de venda que dele queira desistir deve comunicar o facto por escrito à Câmara Municipal, até ao dia 15 do mês anterior àquele em que se pretende que produza efeitos, sob pena de ficar responsável pelo pagamento das taxas de ocupação referente ao mês seguinte ao da sua desistência. -----

4. A desistência do direito de ocupação do lugar de venda não confere qualquer direito à devolução das quantias pagas previamente. -----

Artigo 15.º -----

Caducidade do direito de ocupação -----

1. O direito de ocupação do lugar de venda cessa por caducidade ou por revogação. -----

2. Para efeitos do n.º 1, consideram-se causas de caducidade do direito de ocupação as seguintes: -----

a) Morte ou invalidez do respetivo titular, sem prejuízo do disposto na alínea a) e c), n.º 2 do artigo 12.º e do n.º 1 do artigo 13.º, do presente Regulamento; -----

b) Desistência voluntária do seu titular; -----

c) Falta de pagamento das taxas previstas neste Regulamento, sem prejuízo do respetivo processo de execução fiscal; -----

d) Término do prazo do direito de ocupação do lugar de venda; ----

e) Perda do titular do direito ao exercício da atividade a que se refere o direito de ocupação do local de venda. -----

3. O direito de ocupação do espaço de venda pode ser revogado pela Câmara Municipal de Chaves com base no incumprimento das obrigações previstas no presente Regulamento e no Decreto-Lei n.º 10/2015, designadamente: -----

a) Pela utilização do lugar de venda para fim diverso daquele para o qual foi atribuído; -----

b) Pela interrupção do exercício da atividade, sem prévio conhecimento e autorização da Câmara Municipal, durante quatro feiras seguidas ou seis interpoladas no período de um ano, sem prejuízo do disposto no n.º 1, do artigo 11.º, do presente Regulamento; -----

c) Incumprimento do horário de funcionamento previamente estabelecido; -----

d) A título de sanção acessória, no âmbito do artigo 49.º, do presente Regulamento. -----

5. O direito à ocupação dos espaços de venda pode ser, ainda, revogado, a todo o tempo, mediante deliberação fundamentada da Câmara Municipal de Chaves, com base em razões de interesse público. -----

Artigo 16.º -----  
Normas específicas -----

A comercialização, exposição, preparação, acondicionamento e rotulagem dos produtos, bem como a exploração das atividades desenvolvidas nos lugares de venda terão de obedecer à legislação específica que eventualmente as discipline, sendo o seu cumprimento da inteira responsabilidade do titular do direito de ocupação. -----

#### **SUB-SECÇÃO I -----**

#### **Da atribuição do direito de ocupação -----**

Artigo 17.º -----

Regime de atribuição -----

Os lugares de venda serão sempre atribuídos a título precário, pessoal e oneroso, sendo a atribuição condicionada aos termos do presente regulamento e demais disposições legais aplicáveis. -----

Artigo 18.º -----

Período de concessão -----

O prazo de direito de ocupação de um lugar de venda tem natureza precária e é feita por um período de cinco anos. -----

Artigo 19.º -----

Condições de atribuição -----

1. A atribuição dos lugares de venda em feiras municipais deve ser imparcial, transparente e efetuada através de sorteio, por ato público, o qual deve ser anunciado em edital, na página eletrónica do município, num jornal local e ainda no "Balcão do empreendedor". ----

2. O procedimento referido no número anterior deve ser realizado com periodicidade regular, e ser aplicado a todos os lugares novos ou deixados vagos, não podendo ser objeto de renovação automática, nem devendo prever condições mais vantajosas para o feirante cuja atribuição de lugar tenha caducado ou para quaisquer pessoas que com este mantenham vínculos de parentesco ou afinidade, vínculos laborais, ou, tratando-se de pessoa coletiva, vínculos de natureza societária.

3. As condições de admissão dos feirantes e os critérios para a atribuição dos respetivos lugares de venda, em feiras do município, deve assegurar a não discriminação entre operadores económicos nacionais e provenientes de outros Estados-Membros da União Europeia ou do espaço Económico Europeu. -----

4. Às feiras ocasionais aplica-se, com as devidas adaptações, o disposto nos números anteriores. -----

Artigo 20.º -----

Início de atividade -----

O início da ocupação do lugar de venda deverá fazer-se no prazo que a Câmara determinar, sob pena de ser anulada a adjudicação do respetivo direito de ocupação, sem direito de reembolso de quaisquer quantias pagas pelo titular. -----

Artigo 21.º -----

Condições de atribuição de lugar de venda a título ocasional -----

1. Quando o titular do lugar fixo não ocupar o lugar que lhe está reservado até às oito horas da manhã do dia de feira, deverá o funcionário municipal em serviço na feira, atribuir esse lugar a outro feirante ou participante ocasional, observando, com as necessárias adaptações, os procedimentos previstos nos números seguintes. -----

2. A ocupação do lugar de venda a título ocasional far-se-á segundo a ordem de chegada aos setores respetivos, segundo o ordenamento estabelecido. -----

3. A ocupação prevista no número anterior deverá ser solicitada verbalmente ao trabalhador municipal e estará sempre condicionada à existência de lugares disponíveis, implicando o pagamento da taxa correspondente e prevista no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, em vigor no Concelho de Chaves. -----

## **SUB-SECÇÃO II -----**

### **Do regime de funcionamento -----**

#### **Artigo 22.º -----**

##### **Funcionamento da feira -----**

1. Compete ao presidente da Câmara Municipal, ou por delegação de competências, ao Vereador responsável pela respetiva área de intervenção municipal, emitir ordens e instruções necessárias e convenientes ao bom funcionamento das feiras promovidas pelo Município de Chaves. -----

2. A direção técnica é da competência da unidade orgânica do município com atribuições nessa matéria. -----

3. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, as feiras semanais do município de Chaves realizar-se-ão: -----

a) Em Chaves, às quartas-feiras; -----

b) Em Vidago, às quintas-feiras. -----

4. Nos casos, porém, em que o dia designado, respetivamente, para as feiras de Chaves e de Vidago coincida com feriado, aquelas realizar-se-ão nos seguintes dias: -----

a) No caso em que o dia designado para a feira de Chaves coincida com feriado, esta realizar-se-á no dia útil imediatamente anterior; -

b) No caso em que o dia designado para a feira de Vidago coincida com feriado, esta realizar-se-á no dia útil seguinte. -----

5. A feira semanal começa a funcionar às 7 horas e não poderá ultrapassar as 15 horas do mesmo dia. -----

6. A suspensão temporária da realização da feira não afeta o direito de ocupação do espaço de venda e não confere aos feirantes o direito a qualquer indemnização por prejuízos decorrentes do não exercício da sua atividade na feira, havendo no entanto, lugar à devolução proporcional da taxa mensal paga previamente. -----

7. A suspensão será devidamente publicitada através de edital, com dez dias úteis de antecedência, salvo em situações imprevisíveis. ---

#### **Artigo 23.º -----**

##### **Instalação nos lugares de venda -----**

1. A instalação dos feirantes deve fazer-se entre as 6h30 e as 8h30 do dia de realização da respetiva feira. -----

2. Na sua instalação, cada feirante só poderá ocupar o espaço correspondente ao lugar de venda cujo direito de ocupação lhe tenha sido atribuído, sem ultrapassar os seus limites e sem ocupar as ruas e os espaços destinados à circulação de peões e veículos. -----

3. No lugar referido nos números anteriores, é obrigatória a utilização dos meios existentes no local para fixação de barracas e toldos, e na sua ausência, outros que não obriguem a perfurar o pavimento, nem ligar cordas às vedações e equipamentos. -----



Artigo 24.º -----  
Da circulação de veículos no recinto -----  
1. Durante o horário de funcionamento da feira é expressamente proibida a circulação e estacionamento de quaisquer viaturas dentro do recinto, apenas permanecendo os veículos que tenham características de exposição direta de mercadorias ou produtos similares, e que ocupem o espaço relativo ao seu lugar de venda. -----  
2. A entrada e a saída de viaturas deve processar-se apenas e durante os períodos destinados à instalação e ao levantamento da feira. -----  
Artigo 25.º -----  
Levantamento dos lugares de terrado -----  
1. Os feirantes deverão dar início ao levantamento do respetivo material e equipamento imediatamente após o encerramento da feira, devendo o mesmo estar concluído até às 15h30 desse dia. -----  
2. Antes de abandonarem o recinto, os feirantes devem promover a limpeza dos espaços correspondentes aos lugares de venda que lhes tenham sido atribuídos. -----  
Artigo 26.º -----  
Deveres gerais -----  
1. Constituem deveres gerais dos feirantes: -----  
a) Cumprir e fazer cumprir pelos seus colaboradores as disposições do presente Regulamento; -----  
b) Fazer-se acompanhar dos documentos previstos no artigo 6.º deste Regulamento; -----  
c) Proceder ao pagamento das taxas previstas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, que se encontrar em vigor no momento da respetiva ocupação e dentro dos prazos fixados para o efeito; -----  
d) Ocupar apenas o espaço correspondente ao lugar de venda que lhe foi destinado, não ultrapassando os seus limites; -----  
e) Servir-se dos lugares de venda somente para o fim a que são destinados; -----  
f) Manter limpo e arrumado o seu espaço de venda; -----  
g) Na fixação de toldos ou barracas no recinto, utilizar os meios e equipamentos disponibilizados para o efeito no local, e na sua ausência, outros meios de fixação, que não obriguem a perfurar o pavimento, nem ligar cordas às vedações. -----  
h) No fim da feira deixar os respetivos lugares de venda completamente limpos, depositando o lixo nos recipientes destinados a esse efeito; -----  
i) Não prestar falsas descrições ou informações sobre a identidade, origem, natureza, composição, qualidade, propriedades ou utilidade dos produtos expostos à venda, como meio de suggestionar a sua aquisição pelo público; -----  
j) Identificar e separar os bens com defeito dos restantes de modo a serem facilmente identificados pelos consumidores; -----  
k) Não abandonar o lugar de venda; -----  
l) Manter em boas condições de higiene, utilização e aspeto, os utensílios, veículos ou quaisquer outros meios que possuam para o exercício da atividade; -----  
m) Colaborar com os trabalhadores da Câmara Municipal e demais pessoal ao serviço do Município, com vista à manutenção do bom ambiente, em especial dando cumprimento às suas orientações; -----  
n) Tratar de forma educada e respeitosa todos aqueles com quem se relacione no recinto da feira; -----  
o) Usar da maior delicadeza, civismo e correção ética para com o público. -----

2. Ao feirante assiste sempre o direito, quando se julgue lesado, de reclamar verbalmente ou por escrito junto, respetivamente, da fiscalização municipal em serviço na feira ou perante a Câmara Municipal. -----

Artigo 27.º -----

Práticas proibidas -----

O feirante fica proibido de: -----

a) Ocupar outro lugar além daquele que lhe foi concessionado ou adjudicado, ou ceder, sem autorização, a outrem, seja a que título for. -----

b) Expor e vender quaisquer géneros, produtos ou mercadorias, sem o prévio pagamento das taxas de ocupação de lugar de venda; -----

c) Utilizar equipamentos de amplificação sonora para apregoar os géneros, produtos ou mercadorias; -----

d) Vender artigos nocivos à saúde pública ou que sejam contrários à moral pública, bem como aqueles que forem proibidos ou excluídos por lei, designadamente os referidos no n.º 2 do artigo 75.º do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro; -----

e) Vender produtos sobre os quais recaia ou venha a recair deliberação dos órgãos municipais que determine a sua restrição, condicionamento, interdição ou proibição; -----

f) Vender produtos suscetíveis de violar direitos de propriedade industrial, bem como a prática de atos de concorrência desleal, nos termos da legislação em vigor; -----

g) Realizar práticas comerciais desleais, enganosas ou agressivas, nos termos da legislação em vigor; -----

h) Ter qualquer tipo de comportamentos lesivos dos direitos e dos legítimos interesses dos consumidores; -----

i) Impedir ou dificultar por qualquer forma o trânsito nos locais destinados à circulação de veículos e peões; -----

j) Intrometer-se em negócios ou transações que decorrem entre o público e os restantes feirantes; -----

k) Utilizar balanças, pesos e medidas quando não aferidos ou em condições irregulares; -----

l) Recusar a venda de produtos ou artigos expostos, ou realizar a sua venda ou tentativa por preço superior ao que se encontra tabelado;

m) Insultar ou simplesmente molestar, por atos, palavras ou simples gestos, os fiscais e outros agentes em serviço no recinto com poderes de fiscalização ou inspeção, bem como os compradores ou público em geral; -----

n) Gratificar, compensar ou simplesmente prometer facilidades aos agentes encarregados da fiscalização e da disciplina dos recintos das feiras ou dos mercados; -----

o) Formular, de má-fé, reclamação contra os serviços da administração, contra os agentes, contra os feirantes ou seus colaboradores e contra o público em geral; -----

p) Apresentar-se, durante o período de funcionamento da feira, em estado de embriaguez ou sob o efeito de droga; -----

q) Impedir ou aconselhar os compradores a não efetuar repesagens dos produtos ou artigos adquiridos; -----

r) Comprar, para venda, géneros, produtos ou quaisquer outras mercadorias dentro do recinto da feira ou nas vias que dão acesso à mesma, num raio de 1000m; -----

s) Aos abastecedores ou fornecedores, venderem quaisquer bens nas imediações da feira semanal numa distância de 1000 metros da sua periferia. -----

Artigo 28.º -----

Obrigações da Câmara Municipal -----  
Compete à Câmara Municipal: -----  
a) Proceder à manutenção dos recintos das feiras; -----  
b) Proceder à fiscalização e inspeção sanitária das instalações e equipamentos destinados à venda de géneros alimentícios; -----  
c) Tratar da limpeza célere, logo após o encerramento da feira, e recolher os resíduos depositados nos recipientes próprios; -----  
d) Ter ao serviço da feira trabalhadores em número suficiente que orientem a sua organização e funcionamento e que cumpram e façam cumprir as disposições deste regulamento; -----  
e) Exercer a fiscalização e aplicar as sanções previstas na lei e neste regulamento. -----  
Artigo 29.º -----  
Organização de feiras retalhistas por entidades privadas -----  
1. A instalação e a gestão do funcionamento de cada feira retalhista organizada por entidade privada é da exclusiva responsabilidade da entidade gestora, a qual tem os poderes e autoridade necessários para fiscalizar o cumprimento do respetivo regulamento interno e assegurar o bom funcionamento da feira. -----  
2. Sem prejuízo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º, do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de fevereiro, a organização de uma feira retalhista por entidades privadas em locais de domínio público está sujeita ao procedimento de cedência de utilização do domínio público a entidades privadas para a realização de feiras, nos termos das alíneas a) e c) do n.º 1 do artigo 140.º, do mesmo diploma legal.  
**CAPÍTULO III -----**  
**DO COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIO EXERCIDO POR VENDEDORES -----**  
**AMBULANTES -----**  
Artigo 30.º -----  
Exercício de venda ambulante -----  
1. A venda ambulante exercida de forma itinerante é autorizada em toda a área do município, com exceção dos locais proibidos e zonas de proteção previstas no presente Regulamento. -----  
2. A venda ambulante poderá ser efetuada de duas formas: -----  
a) Em lugares fixos, previamente demarcados; -----  
b) Sem lugares fixos. -----  
3. A venda ambulante em locais fixos, com ou sem recurso a equipamento móvel ou amovível, está sujeita, quando efetuada em espaço público, às regras de ocupação do espaço público previstas neste Regulamento, e ao pagamento das respetivas taxas. -----  
4. A atribuição dos lugares de venda fixos observará o disposto no artigo 33º, do presente Regulamento. -----  
5. Os vendedores ambulantes que utilizem qualquer tipo de veículos ou reboques, para fim de exposição e ou venda de produtos, não podem proceder à imobilização dos mesmos em vista ao exercício da atividade por período superior a 30 minutos, salvo nos locais autorizados para o efeito. -----  
6. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, é permitida a venda de pipocas, algodão doce, balões e, bem assim, de artigos correspondentes a quadras festivas, nos locais de passagem dos vendedores ambulantes e em locais autorizados para o efeito pela Câmara Municipal. -----  
Artigo 31.º -----  
Horários -----  
1. A venda ambulante prevista no presente Regulamento deverá ser exercida de acordo com o horário fixado para os estabelecimentos

previstos no n.º 1, do artigo 2º, do Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais no Município de Chaves.  
2. A Câmara Municipal poderá, em situações excecionais, fixar horário diferente ao referido no número anterior. -----

## **SECÇÃO I** -----

### **Dos locais de venda** -----

#### **Artigo 32.º** -----

##### **Direito à ocupação** -----

1. Os locais de venda só podem ser ocupados e explorados pela pessoa, singular ou coletiva, beneficiária de adjudicação pela Câmara Municipal do direito de ocupação. -----

2. O não cumprimento do disposto no n.º 1, tornará nula a adjudicação, sem qualquer direito para o ocupante de reaver as importâncias liquidadas. -----

3. Os locais autorizados para a venda ambulante são determinados pela Câmara Municipal, que pode estabelecer as categorias de produtos a comercializar no local, por razões higio-sanitárias, urbanísticas, de comodidade para o público e de meio ambiente. -----

4. Salvo os casos devidamente autorizados pela Câmara Municipal, fora do horário autorizado para o exercício da atividade de venda ambulante, as unidades móveis ou amovíveis, instaladas em locais autorizados, deverão, obrigatoriamente, ser removidas sob pena de serem rebocadas, correndo, neste caso, todas as despesas inerentes à remoção por conta do vendedor. -----

#### **Artigo 33.º** -----

##### **Regime de atribuição** -----

1. Os locais de venda fixos serão sempre atribuídos a título precário, pessoal e oneroso, sendo a atribuição condicionada aos termos do presente regulamento e demais disposições legais aplicáveis.

2. A atribuição do direito de ocupação do espaço público é efetuada pelo prazo de um ano, a contar da data da realização do procedimento de atribuição. -----

3. O direito de ocupação do domínio público pode ser revogado a todo o momento mediante deliberação fundamentada da Câmara Municipal de Chaves, com base em razões de interesse público. -----

#### **Artigo 34.º** -----

##### **Procedimento de atribuição** -----

1. A atribuição do direito de uso do espaço público para o exercício da venda ambulante na área do Município em locais autorizados deve ser imparcial, transparente e efetuada através de sorteio, por ato público, o qual deve ser anunciado em edital, na página eletrónica do município, num jornal local e ainda no "Balcão do empreendedor". ----

2. O procedimento referido no número anterior deve ser realizado com periodicidade regular, e ser aplicado a todos os locais novos ou deixados vagos, não podendo ser objeto de renovação automática, nem devendo prever condições mais vantajosas para o vendedor ambulante cuja atribuição de lugar tenha caducado ou para quaisquer pessoas que com este mantenham vínculos de parentesco ou afinidade, vínculos laborais, ou, tratando-se de pessoa coletiva, vínculos de natureza societária. -----

3. As condições de admissão dos vendedores ambulantes e os critérios para a atribuição dos respetivos locais de venda, deve assegurar a não discriminação entre operadores económicos nacionais e provenientes de outros Estados-Membros da União Europeia ou do espaço Económico Europeu. -----

#### **Artigo 35.º** -----

##### **Alteração dos locais de venda** -----

Em dias de festas, feiras, romarias ou quaisquer outros eventos em que se preveja aglomeração de público, pode a Câmara Municipal, por edital, publicado e publicitado com, pelo menos, oito dias de antecedência, alterar os locais e horários de venda ambulante, bem como os seus condicionamentos. -----

## **SECÇÃO II** -----

### **Dos deveres e proibições** -----

#### **Artigo 36.º** -----

##### **Locais proibidos** -----

1. É proibida a venda ambulante itinerante nas seguintes artérias da cidade de Chaves e suas confinantes: -----

- a) Avenida dos Aliados; -----
- b) Largo do Arrabalde; -----
- c) Largo General Silveira; -----
- d) Praça de Camões; -----
- e) Praça da República; -----
- f) Rua de Cândido Sotto Mayor; -----
- g) Rua de Santo António; -----
- h) Rua Direita. -----

2. A proibição constante do número anterior não abrange a venda ambulante, designadamente de pipocas, algodão doce, de balões e, bem assim, de artigos correspondentes a quadras festivas, quando autorizados para o efeito pela Câmara Municipal. -----

#### **Artigo 37.º** -----

##### **Zonas de proteção** -----

1. Não é permitido o exercício da venda ambulante nas seguintes zonas: -----

- a) Em locais a menos de 100 m dos museus, igrejas, hospitais, casas de saúde, estâncias termais, estabelecimentos fixos com o mesmo ramo de comércio; -----
- b) Nos locais situados a menos de 250 m de periferia do Mercado Municipal; -----
- c) Nas estradas nacionais e municipais, inclusive nos troços dentro das povoações, quando impeçam ou dificultem o trânsito de veículos e peões; -----

2. Quando a venda ambulante for efetuada com recurso a veículos ou reboques, estes últimos deverão permanecer fora da faixa de rodagem;

3. A venda ambulante com veículos automóveis não é permitida em arruamentos onde o estacionamento destes veículos impeça o cruzamento de duas viaturas. -----

4. A Câmara Municipal poderá, a título excecional, e em períodos marcadamente festivos, autorizar a venda ambulante de produtos e mercadorias em algumas ou em todas as artérias referidas no artigo anterior, bem como em algumas ou em todas as zonas de proteção referidas no número anterior, desde que tal autorização seja fundamentada em motivos ponderosos e ou de interesse municipal, analisados caso a caso. -----

#### **Artigo 38.º** -----

##### **Deveres gerais** -----

1. Constituem deveres gerais dos vendedores ambulantes: -----

- a) Cumprir e fazer cumprir pelos seus colaboradores as disposições do presente Regulamento; -----
- b) Fazer-se acompanhar dos documentos previstos no artigo 6.º deste Regulamento; -----
- c) Proceder ao pagamento das taxas previstas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, que se encontrar em vigor

no momento da respectiva ocupação dos locais atribuídos e dentro dos prazos fixados para o efeito; -----

d) Apresentarem-se devidamente limpos e adequadamente vestidos ao tipo de venda ambulante que exerçam; -----

e) A manter todos os utensílios, unidades móveis e objetos intervenientes na venda em rigoroso estado de apresentação, asseio e higiene; -----

f) A conservar e apresentar os produtos que comercializam nas condições impostas ao seu comércio por legislação e regulamentação aplicáveis; -----

g) A deixar o local de venda completamente limpo, sem qualquer tipo de resíduos, nomeadamente detritos, restos, caixas ou outros materiais semelhantes; -----

h) A comportar-se com civismo nas relações com o público; -----

i) A acatar todas as ordens, decisões e instruções emanadas das autoridades policiais, administrativas e fiscalizadoras, que sejam indispensáveis ao exercício da atividade de vendedor ambulante, nas condições previstas neste Regulamento; -----

j) A proceder à retirada e desmontagem diária de todos os meios e estruturas usados na venda, desde que não exista autorização municipal que permita a sua permanência no respetivo local. -----

Artigo 39.º -----

Práticas proibidas -----

1. O vendedor ambulante fica proibido de: -----

a) Impedir ou dificultar o trânsito nos locais destinados à circulação de peões ou de veículos; -----

b) Impedir ou dificultar o acesso aos meios de transporte e às paragens dos respetivos veículos; -----

c) Impedir ou dificultar o acesso a monumentos e a edifícios ou instalações, públicos ou privados, bem como o acesso ou a exposição dos estabelecimentos comerciais. -----

d) Ocupar outro local de venda além daquele que lhe foi concessionado ou adjudicado, ou ceder, sem autorização, a outrem, seja a que título for, o seu lugar, salvo o disposto no número dois; -----

e) Utilizar balanças, pesos e medidas quando não aferidos ou em condições irregulares; -----

f) Vender artigos nocivos à saúde pública ou que sejam contrários à moral pública, bem como aqueles que forem proibidos ou excluídos por lei, designadamente os referidos no n.º 2 do artigo 75.º do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro; -----

g) Vender produtos sobre os quais recaia ou venha a recair deliberação dos órgãos municipais que determine a sua restrição, condicionamento, interdição ou proibição, por razões de interesse público; -----

h) Vender produtos suscetíveis de violar direitos de propriedade industrial, bem como a prática de atos de concorrência desleal, nos termos da legislação em vigor; -----

i) Realizar práticas comerciais desleais, enganosas ou agressivas, nos termos da legislação em vigor; -----

j) Ter comportamentos lesivos dos direitos e dos legítimos interesses dos consumidores; -----

k) Estacionar veículos e ou reboques, para expor ou comercializar os artigos e produtos, fora dos locais em que o exercício da atividade seja autorizado; -----

l) Lançar no solo qualquer tipo de resíduos ou outros objetos e materiais, suscetíveis de ocupar ou sujar a via pública; -----

- m) Utilizar o local atribuído para fins que não sejam o exercício de venda ambulante; -----
- n) Fazer publicidade sonora ou outra em condições que perturbem a vida normal das povoações. -----
2. Não é considerado estacionamento a paragem momentânea para a venda de mercadorias e produtos, desde que a mesma não seja superior a 30 minutos e se desenvolva nos locais permitidos. -----
- Artigo 40.º -----
- Produtos e artigos proibidos -----
1. Fica proibido, em qualquer local ou zona, a venda ambulante dos seguintes produtos: -----
- a) Produtos fitofarmacêuticos abrangidos pela Lei n.º 26/2013, de 11 de abril; -----
- b) Medicamentos e especialidades farmacêuticas; -----
- c) Aditivos para alimentos para animais, pré-misturas preparadas com aditivos para alimentos para animais e alimentos compostos para animais que contenham aditivos a que se refere o n.º 1 do artigo 10.º do Regulamento (CE) n.º 183/2005, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de janeiro; -----
- d) Armas e munições, pólvora e quaisquer outros materiais explosivos ou detonantes; -----
- e) Combustíveis líquidos, sólidos ou gasosos, com exceção do álcool desnaturado; -----
- f) Moedas e notas de banco, exceto quando o ramo de atividade do lugar de venda corresponda à venda desse produto estritamente direcionado ao colecionismo; -----
- g) Veículos automóveis e motociclos, em modo ambulante; -----
- h) Carnes verdes, salgadas e em salmoura, ensacadas, fumadas e enlatadas e miudezas comestíveis; -----
- i) Inseticidas, fungicidas, herbicidas, parasitocidas e semelhantes. -----
2. Os vendedores ambulantes que comercializem produtos alimentares estão obrigados, nos termos do Decreto-Lei n.º 113/2006, de 12 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 223/2008, de 18 de novembro, ao cumprimento das disposições do Regulamento (CE) n.º 852/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril, relativo à higiene dos géneros alimentícios, sem prejuízo do cumprimento de outros requisitos impostos por legislação específica aplicável a determinadas categorias de produtos. -----
3. É proibida a venda ambulante de bebidas alcoólicas a menos de 200 metros do perímetro do logradouro de estabelecimentos escolares.
4. O limite previsto no número anterior pode ser alterado, em colaboração com a direção regional de educação, tendo em conta as especificidades do local onde se situa o estabelecimento de ensino.
5. A venda ambulante de produtos referidos na alínea h), do n.º 1, poderá ser autorizada pela Câmara, desde que existam razões ponderosas e ou de interesse público, devidamente fundamentadas. -----
- Artigo 41.º -----
- Características das unidades móveis -----
1. A venda ambulante em unidades móveis, designadamente veículos, rulotes, atrelados, triciclos motorizados, velocípedes com ou sem motor, carros de mão ou outras unidades similares adequadas, que tenham por objeto a venda de produtos alimentares, apenas é permitida quando estejam especialmente equipadas para tal efeito, devendo ser sujeitas a inspeção anual pela autoridade sanitária veterinária municipal. ---
2. O veículo destinado à venda ambulante de produtos alimentares deverá apresentar as seguintes características: -----

- a) Possuir caixa de carga isolada da cabina de condução; -----  
b) O interior da caixa de carga deverá ser de material metálico ou macromolecular duro e de revestimento isotérmico, de fácil lavagem e desinfeção e não tóxico. -----

3. A venda de produtos alimentares só será permitida em unidades móveis quando os requisitos de higiene, salubridade, dimensões e estética sejam adequados à atividade comercial e ao local de venda. -

4. Os tabuleiros, balcões ou bancadas utilizados para exposição, venda ou arrumação de produtos alimentares deverão ser construídos em materiais lisos, impermeáveis, facilmente laváveis, não tóxicos e de fácil desinfeção. -----

5. Quando fora de venda, os produtos alimentares devem ser guardados em lugares e equipamentos adequados à sua conservação térmica e proteção do seu estado e, bem assim, em condições higio-sanitárias ambientais que os protejam de poeiras, contaminações ou contactos que de qualquer modo possam afetar a saúde dos consumidores. -----

6. Na embalagem e acondicionamento de produtos alimentares só poderão ser utilizados materiais adequados, limpos e inócuos. -----

7. Os proprietários das unidades móveis são obrigados a dispor de recipientes de depósitos de resíduos para uso dos clientes. -----

Artigo 42.º -----

Dimensões dos tabuleiros de venda -----

1. Na exposição e venda dos produtos e mercadorias, deverão os vendedores ambulantes utilizar individualmente, tabuleiros ou bancadas não superiores a 1m\*1,20m, colocados a uma altura mínima de 0,40 m do solo, salvo nos casos em que os meios postos à disposição para o efeito pela Câmara Municipal ou o transporte utilizado justifiquem a dispensa do seu uso. -----

2. Nos produtos alimentares expostos para venda, deverão os vendedores ambulantes utilizar recipientes próprios ao seu acondicionamento, colocados a uma altura mínima de 0,70 m do solo e ao abrigo do sol, intempéries e de outros fatores poluentes. -----

3. Compete à Câmara Municipal dispensar o cumprimento do estabelecido no n.º 1 relativamente à venda ambulante que se revista de características especiais. -----

4. A Câmara Municipal poderá estabelecer a utilização de um modelo único de tabuleiro ou bancada, definindo, para o efeito, as suas dimensões e características. -----

**CAPÍTULO IV -----**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO OU BEBIDAS NÃO SEDENTÁRIA -----**

Artigo 43.º -----

Exercício da atividade -----

1. Só é permitida a prestação de serviços de restauração ou de bebidas não sedentária, nos locais autorizados pela Câmara Municipal, e nas condições previstas no presente regulamento para o exercício da venda ambulante. -----

2. O horário de funcionamento dos estabelecimentos de prestação de serviços de restauração ou de bebidas com caráter não sedentário segue o regime previsto no artigo 5.º, do Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais no Município de Chaves.

Artigo 44.º -----

Requisitos de exercício -----

1. As unidades de restauração ou de bebidas móveis, amovíveis ou fixas de uso temporário devem cumprir os requisitos constantes do Capítulo III do Anexo II ao regulamento (CE) n.º 852/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, e ser



sujeitas a inspeção anual pela autoridade sanitária veterinária municipal. -----

2. A violação do disposto no número anterior é punida nos termos do Decreto-Lei n.º 113/2006, de 12 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 223/2008, de 18 de novembro. -----

Artigo 45.º -----  
Atribuição do direito de uso de espaço público -----

A atribuição de direito de uso do espaço público para o exercício da atividade de restauração ou bebidas não sedentária em unidade móveis, amovíveis ou fixas de uso temporário, na área de município, segue o regime de atribuição aplicável às feiras municipais previsto no presente Regulamento, bem como as condições previstas para a venda ambulante. -----

## **CAPÍTULO V -----**

### **FISCALIZAÇÃO E SANÇÕES -----**

Artigo 46.º -----  
Competências -----

1. Sem prejuízo do disposto em legislação específica, a fiscalização do cumprimento das obrigações do presente Regulamento compete à Câmara Municipal. -----

2. No âmbito das respetivas competências, a fiscalização compete à Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica (ASAE), à Polícia de Segurança Pública (PSP), à Guarda Nacional Republicana (GNR), às Autoridades Sanitárias e às demais entidades policiais, administrativas e fiscais, nomeadamente da fiscalização municipal. -

Artigo 47.º -----  
Sanções -----

As infrações ao presente Regulamento constituem ilícito de mera ordenação social e são sancionadas com coimas previstas nos termos dos artigos 48º e 49.º, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, bem como das contraordenações fixadas na lei habilitante. -----

Artigo 48.º -----  
Contraordenações -----

1. Para efeitos da aplicação das sanções previstas no artigo 143º, do anexo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, as violações às disposições previstas no presente Regulamento consideram-se, salvo as previstas no número seguinte, como sendo contraordenações leves. -----

2. Consideram-se contraordenações graves: -----

a) A ocupação de lugar diferente, ou outro, para além daquele que lhe foi adjudicado, ou a cedência, sem autorização, a outrem, seja a que título for; -----

b) A substituição na direção do lugar de venda por pessoa não autorizada pela Câmara, em violação ao disposto no n.º 2 do artigo 10.º; -----

c) A comercialização de produtos diferentes daqueles a que está autorizado, em violação ao disposto no n.º 5 do artigo 10.º; -----

d) A falta de cuidado por parte do feirante e vendedor ambulante quanto à limpeza e à arrumação do espaço adjudicado, quer durante a ocupação quer aquando do levantamento do mesmo; -----

e) Impedir ou dificultar de qualquer forma o trânsito nos locais destinados à circulação de peões e veículos, em violação do n.º 2 do artigo 23.º; -----

f) A utilização de meios para a fixação de toldos ou barracas que obriguem a perfurar e danificar o pavimento, ou a ligar cordas às

vedações e outros equipamentos disponíveis, em violação do n.º 3 do artigo 23.º; -----

g) A instalação no lugar de venda sem o prévio pagamento das taxas de ocupação, em violação da alínea c) do artigo 26.º; -----

h) A violação das disposições constantes nas alíneas d), e), m), n), o) e p) do artigo 27.º; -----

i) O exercício da venda ambulante fora do horário autorizado pela Câmara Municipal, em violação do artigo 31.º; -----

j) O exercício da venda ambulante nos locais proibidos nos termos do artigo 36.º e nas zonas de proteção nos termos do artigo 37.º; ---

k) A venda ambulante de produtos proibidos; -----

l) Violação das disposições constantes nas alíneas a), d), e), f), g), h), i) e j) do artigo 38.º. -----

m) A violação das disposições constantes nas alíneas b), c), d) e), f), g), h), i), j), k) e n) do artigo 39.º. -----

3. A negligência e a tentativa são puníveis. -----

4. No caso de pessoas coletivas os limites mínimos e máximos passam para o dobro. -----

Artigo 49.º -----

Sanções acessórias -----

As contraordenações previstas no artigo anterior podem ainda determinar, quando a gravidade da infração o justifique, aplicação das seguintes sanções acessórias: -----

a) Revogação do direito de ocupação de lugar de venda no caso de violação reiterada das obrigações constantes no presente Regulamento;

b) Suspensão temporária do exercício da atividade; -----

c) Perda de bens, a favor do município, nos casos de exercício da atividade fora do local previamente definido ou quando haja ocupação da área superior à concedida, aplicando-se o disposto do Decreto-Lei n.º 28/84, de 20 de Janeiro e ulteriores alterações. -----

**CAPÍTULO VI** -----

**DISPOSIÇÕES FINAIS** -----

Artigo 50.º -----

Taxas -----

1. Pela ocupação dos espaços de venda são devidas as taxas constantes no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas em vigor no município de Chaves. -----

2. A taxa será paga mensalmente no posto de atendimento administrativo do Mercado Municipal, ou na tesouraria da Câmara Municipal, mediante as guias de pagamento emitidas para o efeito. ---

3. O pagamento mensal será efetuado até ao dia 15 de cada mês. ---

4. O não pagamento das taxas devidas nos prazos e pela forma prevista neste artigo implica a caducidade do direito de ocupação e a cobrança das importâncias em dívida, mediante processo de execução fiscal. ---

Artigo 51.º -----

Dúvidas e omissões -----

1. Em tudo o que não estiver disposto no presente Regulamento aplicar-se-á o disposto na legislação específica sobre a matéria. ---

2. Para a resolução de conflitos e ou dúvidas na aplicação das disposições do presente Regulamento é competente a Câmara Municipal.

Artigo 52.º -----

Norma revogatória -----

A partir da entrada em vigor do presente Regulamento consideram-se revogadas todas as disposições regulamentares sobre a atividade de comércio não sedentária. -----

Artigo 53.º -----

Entrada em vigor -----

O presente regulamento entra em vigor 15 dias a seguir à sua publicação. -----

**DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQTO. RODRIGO MOREIRA DATADO DE 30/01/2017** -----

1. A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. -----

2. Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão para a tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a informação à consideração do Senhor Vereador João Neves, para que o mesmo profira despacho no sentido de propor ao Executivo Municipal que delibere no seguinte sentido: -----

2.1. Aprovar o Relatório de Análise das Sugestões apresentadas durante o período de Audiência Prévia; -----

2.2. Submeter à aprovação da Assembleia Municipal do novo Regulamento Municipal de Comércio a Retalho não Sedentário, dando cumprimento ao estabelecido a alínea g), do n.º 1, do Artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no n.º 1 do Artigo 79.º do Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACSR), integrado no anexo do Decreto-Lei nº 10/2015, de 16 de janeiro -----

3. Caso a proposta de Regulamento venha a ser aprovada nos termos anteriormente sugeridos, deverão ser desencadeados os procedimentos de publicação nos termos do n.º 1, do artigo 56.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sendo, simultaneamente, publicado na página eletrónica do município e no balcão único eletrónico dos serviços. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral  
**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DATADO DE 30/01/2017** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO SENHOR VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, SR. JOÃO NEVES DATADO DE 30/01/2017** -----

À reunião de Câmara -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

**4. PROJETO DE REGULAMENTO DOS MERCADOS MUNICIPAIS DO CONCELHO DE CHAVES INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 12/DSC/2017.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO** -----

Com a presente informação pretende-se: -----

(i) Dar a conhecer ao Executivo Municipal o Relatório de Análise das Sugestões apresentadas durante o período de Audiência Prévia, a que foi sujeito o Projeto de Regulamento dos Mercados Municipais do Concelho de Chaves por parte das entidades representativas dos interesses em causa, nomeadamente de associações representativas do setor e dos consumidores, nos termos do n.º 3 do artigo 70.º do RJACSR, bem como os eventuais contributos das unidades orgânicas com afinidade funcional com o exercício do comércio a retalho não sedentário. -----

(ii) Desencadear os procedimentos tendentes à aprovação, por parte da Assembleia Municipal, do referido Regulamento Municipal de Comércio a Retalho não Sedentário. -----

## **2. ASPETOS QUE CARATERIZAM O DECRETO-LEI N.º 10/2015, DE 16 DE JANEIRO** -----

**2.1.** O Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, veio sistematizar os diplomas que regulamentam as atividades de comércio, serviços e restauração de forma a criar num único regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração (RJACSR).

**2.2.** Segundo é referido no preâmbulo deste diploma, este novo regime pretendeu "constituir um instrumento facilitador do enquadramento legal do acesso e exercício de determinadas atividades económicas, oferecendo uma maior segurança jurídica aos operadores económicos e potenciando um ambiente mais favorável ao acesso e exercício das atividades em causa". -----

**2.3.** Conforme a alínea h) do n.º 1, do artigo 1.º, do anexo do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, o RJACSR aplica-se à exploração dos mercados municipais. -----

## **3. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA LEGAL RELACIONADA COM OS REGULAMENTOS MUNICIPAIS E JUSTIFICAÇÃO DA SUA APLICAÇÃO NO CASO DO REGULAMENTO DOS MERCADOS MUNICIPAIS DO CONCELHO DE CHAVES** -----

**3.1.** Como acima se referiu, segundo a alínea h) do n.º 1, do artigo 1.º, do anexo do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, o RJACSR aplica-se à exploração de mercados municipais, estabelecendo o n.º 1 do artigo 70.º do mesmo anexo que "os mercados municipais devem dispor de um regulamento interno aprovado pela assembleia municipal competente, sob proposta das câmaras municipais, no qual são estabelecidas as normas relativas à sua organização, funcionamento, disciplina, limpeza e segurança interior". -----

**3.2.** Segundo este diploma, a "exploração de mercados municipais" encontra-se regulada pelas disposições previstas nos artigos 67.º a 73.º, integradas na Subsecção V, da Secção I (Atividades de Comércio), do Capítulo II (Requisitos especiais de exercício), do TÍTULO II (Exercício das atividades de comércio, serviços e restauração), do ANEXO a que se refere o artigo 2.º do referido RJACSR. -----

**3.3.** O município de Chaves dispõe atualmente de um Regulamento dos Mercados Municipais, aprovado em reunião de Câmara de 5 de dezembro de 2014<sup>36</sup> e na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 17 de dezembro de 2014 (Ponto 9). -----

**3.4.** Tal regulamento foi elaborado ao abrigo dos artigos 241.º, da Constituição da República Portuguesa, do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, e ulteriores alterações, da alínea k) do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Decreto-Lei n.º 340/82, de 25 de agosto, do Reg. (CE) n.º 1/2005 do Conselho, de 22 de Dezembro de 2004, do Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho, do Decreto-Lei n.º 142/2006, de 27 de julho e, ulteriores alterações, do Decreto-Lei n.º 64/2000, de 22 de abril e, ulteriores alterações, do Decreto-Lei n.º 265/2007, de 24 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 158/2008, de 8 de agosto, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e, da Lei n.º 53-E/2006 de 29 de dezembro e, ulteriores alterações. -----

**3.5.** Apesar do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro ter sistematizado os diplomas que regulamentam as atividades de comércio, serviços e restauração e ter introduzido alterações a vários diplomas correlacionados com estas atividades, não veio colocar em causa a

---

<sup>36</sup> Informação/proposta n.º 112/DDSTC/2014. -----

essência do atual Regulamento de Mercados Municipais do Concelho de Chaves, que vigora desde janeiro de 2015, uma vez que o mesmo já continha muitas das disposições regulamentares consentâneas com o quadro legal que este diploma veio agora consagrar. -----

**3.6.** Contudo, o Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, veio alterar o Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro<sup>37</sup>, que tinha servido de referência à elaboração do regulamento municipal vigente (Regulamento em vigor desde janeiro de 2015), pelo que se torna necessário ajustar conceitos e atualizar as remissões legislativas inerentes aos diplomas agora vigentes, aproveitando-se o momento para alterar pontualmente algumas regras de exploração e de funcionamento, conforme consta na proposta final do regulamento no Anexo 1. -----

**3.7.** No caso particular do Capítulo III, referente às normas de organização e funcionamento do Mercado de Gado de Chaves, e uma vez que a definição atual de mercado municipal (cf. n.º 2 do artigo 67.º do RJACSR) abrange apenas os recintos, fechados e cobertos, explorados pela Câmara Municipal ou Junta de Freguesia, especificamente destinados à venda a retalho de produtos alimentares, será objeto de um regulamento próprio e autónomo. -----

#### **4. FASES DO PROCESSO** -----

**4.1.** Considerando que, de acordo com a alínea g), do n.º 1, do Artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa do município. -----

**4.2.** Considerando que, no caso dos regulamentos dos mercados municipais, tal competência está expressamente referida no n.º 1 do Artigo 70º do Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACSR), integrado no anexo do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro. -----

**4.3.** Considerando que tal aprovação, nos termos do n.º 3<sup>38</sup> do artigo 70.º do RJACSR, deve ser precedida da audiência prévia das entidades representativas dos interesses em causa, nomeadamente de associações representativas do setor e dos consumidores, as quais devem ser notificadas, através de carta registada com aviso de receção. -----

**4.4.** Para cumprimento do estabelecido em matéria de Audiência Prévia, despoletada por despacho do Senhor Presidente da Câmara, com data de 25-11-2016, e cujo período decorreu entre 28-11-2016 e 23-12-2016, o projeto do novo regulamento foi enviado para as seguintes entidades:

(i) Associação Comercial e Industrial do Alto Tâmega; -----

(ii) Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor; -----

(iii) Associação de Feiras e Mercados da Região Norte. -----

**4.5.** Importa referir que as soluções consagradas no presente Regulamento foram partilhadas com as unidades orgânicas municipais com responsabilidades funcionais relacionadas com as matérias objeto de regulamentação, tendo sido solicitado às mesmas a apresentação de contributos em vista a melhorar o conteúdo do Regulamento. -----

**4.6.** Durante o referido período de audiência prévia, foram registados no correspondente processo administrativo todos os contributos

---

<sup>37</sup> Alterado pelos Decretos-Leis n.º 356/89, de 17 de outubro, 244/95, de 14 de setembro, e 323/2001, 17 de dezembro, e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro. -----

<sup>38</sup> A aprovação do regulamento interno é precedida de audiência prévia das entidades representativas dos interesses em causa, nomeadamente de associações representativas do setor e dos consumidores, as quais dispõem de um prazo de 15 dias, a contar da data da receção da comunicação, para se pronunciarem. -----

escritos que deram entrada nos serviços municipais, correlacionados com esta matéria. -----

**4.7.** Para efeitos de formalização da proposta final de aprovação do regulamento em causa, os serviços procederam à análise e ponderação de todos os contributos recebidos, na forma de sugestões e/ou observações, materializando-se tal análise e ponderação no relatório que consta como anexo desta informação, o qual, para todos os efeitos legais aqui se dá por reproduzido. -----

**4.8.** Como se constata no referido relatório, nenhuma das alegações apresentadas em sede de Audiência Prévia foi considerada pertinente, pelo que é entendimento dos serviços que deve ser mantido o clausulado do projeto de regulamento que foi submetido a Audiência Prévia, cujo documento se dá por integralmente reproduzido, constando o mesmo em anexo para ser aprovado pela Assembleia Municipal. -----

**5.** PROPOSTA DE DECISÃO -----

**5.1.** Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a aprovação da seguinte estratégia procedimental: -----

**(i)** Que seja submetido à consideração do Executivo Municipal, para conhecimento e aprovação, o "Relatório de Análise das Sugestões apresentadas, durante o período de Audiência Prévia", a que foi sujeito o Projeto de Regulamento dos Mercados Municipais do Concelho de Chaves, nos termos do n.º 3 do artigo 70.º do RJACSR, segundo o qual nenhuma das alegações apresentadas em sede de Audiência Prévia foi considerada pertinente. -----

**(ii)** Em coerência com o preconizado no número anterior, que o Executivo Municipal delibere: -----

**5.1.2.1.** Manter na íntegra as normas do Projeto Regulamento dos Mercados Municipais do Concelho de Chaves, que foi que foi submetido a Audiência Prévia; -----

**5.1.2.2.** Submeter à aprovação da Assembleia Municipal do referido Regulamento, dando cumprimento ao estabelecido a alínea g), do n.º 1, do Artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no n.º 1 do Artigo 70.º do Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACSR), integrado no anexo do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro. -----

**5.2.** Caso venha a ser deliberado nesse sentido, deverá a presente proposta ser agendada para a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, em vista à sua aprovação por parte do aludido órgão deliberativo municipal, nos termos legais supra referidos, devendo o processo ser instruído com o Regulamento dos Mercados Municipais do Concelho de Chaves, conforme documento que se anexa à presente proposta; -----

**5.3.** Por último, caso a proposta de Regulamento venha a ser aprovada nos termos anteriormente sugeridos, deverá promover-se a publicação nos termos do n.º 1, do artigo 56.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro sendo, simultaneamente, publicado na página eletrónica do município e no balcão único eletrónico dos serviços. -- À consideração do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, -----

Chaves, 30 de janeiro de 2017 -----

A Técnica Superior -----  
(Cristiana Morais) -----

Anexo 1 - Projeto de Regulamento dos Mercados Municipais do Concelho de Chaves -----

anexo 2 - Relatório de análise das sugestões apresentadas durante o período de audiência prévia -----

-----  
**REGULAMENTO DOS MERCADOS MUNICIPAIS DO CONCELHO DE CHAVES**-----

**NOTA JUSTIFICATIVA** -----

Face à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, que aprova o regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração, adiante designado por RJACSR, é necessária a aprovação de um novo regulamento para os Mercados Municipais. -----

De acordo com o n.º 1 do artigo 70.º do mencionado diploma legal, o regulamento municipal, em execução do RJACSR, deve estabelecer as normas relativas à sua organização, funcionamento, disciplina, limpeza e segurança interior. -----

Este diploma veio definir um novo enquadramento para esta matéria, sem contudo por em causa a essência do anterior regulamento, em vigor desde janeiro de 2015, já que o mesmo continha a nível substantivo melhoramentos que o próprio diploma veio agora consagrar, sendo apenas necessário proceder a uma atualização das remissões legislativas presentes no Regulamento. -----

Considerando que, a competência para a aprovação do presente regulamento municipal é da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, devendo a aprovação ser precedida da audiência prévia das entidades representativas dos interesses em causa, nomeadamente de associações representativas do setor e dos consumidores, procedeu-se à audiência prévia da Associação Comercial e Industrial do Alto Tâmega, da Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, e da Associação de Feiras e Mercados da Região Norte, tudo nos termos do n.º 3 do artigo 70.º do RJACSR. -----

**CAPÍTULO I** -----

**Disposições gerais** -----

**Artigo 1.º** -----

**Norma habilitante** -----

O presente regulamento é elaborado ao abrigo do disposto no artigo 241.º, da Constituição da República Portuguesa, do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, e ulteriores alterações, da alínea k) do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e de acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro - Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACSR) e ainda o artigo 70.º do anexo do supracitado Decreto-Lei. -----

**Artigo 2.º** -----

**Âmbito de aplicação** -----

O presente Regulamento visa estabelecer e definir as normas relativas à organização, funcionamento, disciplina, limpeza e segurança interior dos Mercados Municipais do concelho de Chaves. -----

**Artigo 3.º** -----

**Competências** -----

1. A organização e gestão dos Mercados Municipais do concelho de Chaves competem à Câmara Municipal, sem prejuízo de eventual delegação de competências nas Freguesias, e obedecerão às disposições do presente Regulamento, sem prejuízo de outros diplomas legais aplicáveis. -----

2. Para efeito de aplicação do disposto no presente Regulamento consideram-se Mercados Municipais os recintos, fechados e cobertos, explorados pela Câmara Municipal ou Junta de Freguesia, especificamente destinados à venda a retalho de produtos alimentares, organizados por lugares de venda independentes, dotados de zonas e serviços comuns e possuindo uma unidade de gestão comum. -----

3. Os atos previstos no presente regulamento que sejam da competência da Câmara Municipal são passíveis de delegação no Presidente da Câmara e de subdelegação nos Vereadores. -----

Artigo 4.º -----  
Finalidade -----

1. Os Mercados Municipais destinam-se fundamentalmente ao abastecimento das populações e escoamento da pequena produção agrícola através da realização de atividades de comércio a retalho de produtos alimentares, predominantemente os mais perecíveis. -----

2. Quando o julgar conveniente, a Câmara poderá autorizar a venda accidental, temporária ou contínua, de outros produtos ou artigos de consumo diário generalizado, sem prejuízo de poder ser autorizado o comércio de outros bens, e a realização de atividades complementares de prestação de serviços, consideradas pela Câmara compatíveis e relevantes para o interesse público. -----

3. Nos Mercados Municipais é permitida a venda de produtos agrícolas de produção própria e de animais de criação miúda, mediante a ocupação ocasional ou permanente de lugares de terrado. -----

4. Nos Mercados Municipais poderá a Câmara autorizar a realização esporádica de feiras destinadas à prática de comércio de especialidades, exposições, e eventos culturais, recreativos ou outros, a requerimento dos interessados. -----

5. O requerimento a que se refere o número anterior deverá especificar a atividade a desenvolver, a duração e condições de realização do evento. -----

**Capítulo II** -----

**DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS MERCADOS MUNICIPAIS** -----

**SECÇÃO I** -----

**Dos lugares de venda** -----

Artigo 5.º -----

Tipologia -----

1. Nos Mercados Municipais existem diversas tipologias de lugares, designadamente: -----

a) As lojas exteriores - locais de venda autónomos, que dispõem de área própria para exposição e comercialização dos produtos, bem com para a permanência dos compradores, com acesso através da via pública ou espaço público; -----

b) As lojas interiores - locais de venda autónomos, que dispõem de área própria para exposição e comercialização dos produtos, bem com para a permanência dos compradores, com acesso através de zona de circulação ou espaço comum do mercado; -----

c) As bancas - locais de venda situados no interior do Mercado Municipal, constituídos por uma bancada fixa ao solo, sem área privativa para permanência dos compradores; -----

d) Os lugares de terrado - locais no logradouro interior do Mercado Municipal, sem espaço privativo para atendimento, confrontando diretamente com a zona de circulação ou espaço comum do mercado, providos ou não de mesas ou bancas móveis. -----

2. Os lugares de terrado definidos na alínea d) do número anterior, destinam-se, prioritariamente, a produtores de frutos, hortaliças, flores, plantas, cereais e outros produtos agrícolas e, ainda, de animais de criação miúda sempre vendidos em vida. -----

3. A Câmara Municipal, por motivos relacionados com as condições higiossanitárias, poderá determinar a atribuição de diferentes espécies de produtos comercializáveis a diferentes espaços ou grupos de lugares de venda. -----

Artigo 6.º -----



Direito de ocupação -----

1. Os lugares de venda só podem ser ocupados e explorados pela pessoa, singular ou coletiva, beneficiária de adjudicação pela Câmara Municipal do direito de ocupação. -----

2. O não cumprimento do disposto no n.º 1, tornará nula a adjudicação, sem qualquer direito para o ocupante de reaver as importâncias liquidadas. -----

Artigo 7.º -----

Exercício da atividade -----

1. No lugar de venda, o ato de venda deve ser exercido pelo respetivo titular do direito de ocupação, podendo nele intervir, cumulativamente, empregados seus desde que sob a sua responsabilidade e direção. -----

2. Qualquer titular do direito de ocupação só se pode fazer substituir na efetiva direção do lugar de venda por pessoa julgada idónea e mediante autorização da Câmara, a qual será concedida por motivo de doença, devidamente justificada, ou quando se verifiquem circunstâncias especiais, alheias à vontade do interessado, consideradas absolutamente impeditivas. -----

3. A substituição, não isenta o titular do direito de ocupação da responsabilidade por quaisquer ações ou omissões do substituto, mesmo que por motivo delas a estes tenham sido aplicadas penalidades. -----

4. A verificação da inexatidão dos motivos alegados para justificarem a autorização prevista no número 2, importa a sua imediata revogação. -----

5. O titular do direito de ocupação dum lugar de venda no mercado não pode exercer nele comércio de produtos diferentes daqueles a que está autorizado e a que o local se destina, nem dar-lhe uso diverso daquele para que lhe foi concedido, sob pena de revogação do respetivo direito de ocupação, sem direito a qualquer indemnização. -----

Artigo 8.º -----

Interrupção do exercício da atividade -----

1. Qualquer titular do direito de ocupação que, por motivo de doença ou outro devidamente justificado, se encontrar impedido de dirigir ou manter em funcionamento, o seu lugar de venda, por período de tempo não superior a 60 dias seguidos, deverá apresentar declaração escrita à Câmara Municipal, indicando o tempo e motivo de ausência, podendo ocasionar a afixação de aviso próprio. -----

2. Comprovando-se que o impedimento assume carácter permanente ou que o titular do direito de ocupação, por qualquer motivo, pretende desistir da ocupação do lugar de venda que lhe foi adjudicado, deverá este informar a Câmara Municipal desse facto, que dará origem a um novo procedimento de atribuição do direito de ocupação do espaço em causa. -----

3. Os factos enunciados no ponto 1 deste artigo deverão ser comunicados por escrito até ao dia 30 do mês anterior àquele em que se pretende que produzam efeitos. -----

4. Caso se verifique que o período de ausência é superior ao previsto no n.º 1, pode o titular do direito de ocupação perder o direito à ocupação do lugar nos termos do artigo 12.º. -----

Artigo 9.º -----

Transmissão do direito de ocupação -----

5. Salvo o disposto no número seguinte, o direito de ocupação dos lugares de venda é intransmissível. -----

6. Poderá a Câmara Municipal autorizar a transmissão do direito de ocupação ao cônjuge não separado judicialmente de pessoas e bens e ou

na sua falta ou desinteresse, aos seus descendentes diretos nos seguintes casos: -----

- e) Invalidez do titular; -----
- f) Redução a menos de 50% da capacidade física normal; -----
- g) Morte do titular, nos termos previstos no artigo seguinte; ----
- h) Outros motivos ponderosos e justificados, verificados caso a caso. -----

7. O pedido de transmissão do direito de ocupação deve ser acompanhado de requerimento fundamentado do seu titular, de documentos comprovativos dos factos invocados, bem como documento comprovativo do cumprimento das disposições legais aplicáveis para o exercício da atividade em nome do interessado na transmissão. -----

8. O disposto nos números anteriores não determina qualquer alteração nos direitos e obrigações do direito de ocupação do espaço de venda a transmitir, designadamente, quanto ao respetivo prazo. ----

Artigo 10.º -----  
Direito de preferência -----

2. Por morte do titular do direito de ocupação preferem na ocupação dos mesmos locais o cônjuge sobrevivente não separado judicialmente de pessoas e bens e ou na sua falta ou desinteresse, os descendentes, se aquele ou estes ou os seus representantes legais assim o requerem nos 60 dias subsequentes ao óbito, instruindo o pedido com a respetiva certidão de óbito, de casamento ou de nascimento, conforme os casos.

3. Em caso de concurso de interessados, a preferência defere-se pela ordem prevista no número anterior. -----

4. Concorrendo apenas descendentes, observam-se as seguintes regras: -----

- a) Entre descendentes de grau diferente, preferem os mais próximos em graus; -----
- b) Entre descendentes do mesmo grau, abrir-se-á licitação. -----

Artigo 11.º -----  
Desistência do direito de ocupação -----

1. O titular do direito de ocupação de lugar de venda que dele queira desistir deve comunicar o facto por escrito à Câmara Municipal, até ao dia 15 do mês anterior àquele em que se pretende que produza efeitos, sob pena de ficar responsável pelo pagamento das taxas de ocupação referente ao mês seguinte ao da sua desistência. -----

2. A desistência do direito de ocupação do lugar de venda não confere qualquer direito à devolução das quantias pagas previamente. -----

Artigo 12.º -----  
Caducidade do direito de ocupação -----

O direito de ocupação do lugar de venda caduca nos seguintes casos: -

- f) Por morte ou invalidez do respetivo titular, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 9.º e do n.º 1 do artigo 10.º, do presente Regulamento; -----
- g) Por desistência voluntária do seu titular; -----
- h) Por falta de pagamento das taxas previstas neste Regulamento, sem prejuízo do respetivo processo de execução fiscal; -----
- i) Findo o prazo do direito de ocupação do lugar de venda; -----
- j) Pela utilização do lugar de venda para fim diverso daquele para o qual foi atribuído; -----
- k) Pela interrupção do exercício da atividade, sem prejuízo do disposto no n.º 1, do artigo 8.º, do presente Regulamento; -----
- l) A título de sanção acessória, no âmbito do artigo 42.º, do presente Regulamento. -----

Artigo 13.º -----  
Obras de beneficiação ou modificações -----

1. Nas lojas e bancas não poderão ser feitas quaisquer beneficiações ou modificações sem prévia e expressa autorização da Câmara Municipal.

2. As obras referidas no número anterior incluem as de conservação, nomeadamente reparação e limpeza, que competem aos titulares do direito de ocupação, bem como as obras obrigatórias nos termos da legislação aplicável aos estabelecimentos comerciais e, de um modo geral, as obras destinadas a manter os espaços nas condições adequadas ao exercício da respetiva atividade. -----

3. As obras e benfeitorias efetuadas nos termos dos números anteriores ficarão propriedade da Câmara Municipal, sem qualquer direito a indemnização ou retenção. -----

Artigo 14.º -----  
Publicidade -----

A colocação de quaisquer meios ou suporte de afixação, inscrição ou difusão de mensagens publicitárias nos lugares de venda do mercado carece de autorização da Câmara Municipal e está sujeita ao quadro legal em vigor, em matéria de publicidade. -----

Artigo 15.º -----  
Normas específicas -----

A comercialização, exposição, preparação, acondicionamento e rotulagem dos produtos, bem como a exploração das atividades desenvolvidas nos lugares de venda terão de obedecer à legislação específica que eventualmente as discipline, sendo o seu cumprimento da inteira responsabilidade do titular do direito de ocupação. -----

**SECÇÃO II** -----

**Da atribuição do direito de ocupação** -----

Artigo 16.º -----

Regime de atribuição -----

1. Os lugares de venda serão sempre atribuídos a título precário, pessoal e oneroso, sendo a atribuição condicionada aos termos do presente regulamento e demais disposições legais aplicáveis. -----

2. A atribuição do espaço de venda pode ser revogada a todo o momento mediante deliberação fundamentada da Câmara Municipal de Chaves, com base em razões de interesse público, revertendo para o Município as eventuais benfeitorias realizadas, que sejam inseparáveis do imóvel ou cuja separação implique uma deterioração desproporcionada do mesmo.

3. Cada pessoa, singular ou coletiva, apenas pode ser titular de, no máximo, dois lugares de venda, sem prejuízo das situações existentes à data de entrada em vigor deste regulamento. -----

Artigo 17.º -----

Período de concessão -----

O prazo de direito de ocupação tem natureza precária e é feita por um período de cinco anos, renováveis automaticamente por sucessivos períodos de um ano, até um prazo máximo de 10 anos. -----

**SUBSECÇÃO I** -----

**Das lojas e bancas** -----

Artigo 18.º -----

Condições de atribuição -----

5. A atribuição do direito de ocupação das lojas e bancas é feita mediante arrematação em hasta pública e licitação verbal ou outro procedimento jurídico que confira transparência ao ato de adjudicação de tal direito. -----

6. Compete à Câmara Municipal definir os requisitos e condições gerais da hasta pública, nomeadamente, o seu objeto, valor da base de licitação e respetivos lanços, dia, hora e local da sua realização. -

7. A hasta pública será divulgada através de edital a afixar nos Mercados Municipais, na página eletrônica do município, num jornal local e ainda no "Balcão do empreendedor". -----

8. A adjudicação será feita pelo maior lance na praça, a qual poderá ser anulada ou suspensa se forem verificadas irregularidades que afetem a legalidade do ato ou se descubra o conluio entre os licitantes. -----

9. O arrematante é obrigado a depositar, no ato da praça, 25% da arrematação, devendo o restante ser pago nos 30 dias seguintes, sob pena de a adjudicação ficar sem efeito e de perder o depósito referido.

10. As lojas e bancas que não foram arrematadas em hasta pública realizada há menos de seis meses, e que durante este período não motivaram o interesse de mais do que um candidato, podem ser objeto de adjudicação direta, pelo valor definido e aprovado pela Câmara Municipal de Chaves para o efeito. -----

11. No procedimento previsto no número anterior, a Câmara Municipal reserva-se o direito de não adjudicar o espaço de venda tendo em conta, designadamente, a adequação ao espaço e os critérios de qualidade do equipamento comercial a instalar. -----

Artigo 19.º -----

Início de atividade -----

O início da ocupação do lugar de venda do arrematante deverá fazer-se no prazo que a Câmara determinar, sob pena de ser anulada a adjudicação sem direito ao reembolso das importâncias ou de qualquer indemnização.

**SUBSECÇÃO II** -----

**Dos lugares de terrado** -----

Artigo 20.º -----

Marcação dos lugares de terrado -----

2. A Câmara Municipal procederá nos Mercados Municipais à marcação dos lugares de terrado no logradouro interior e espaços adjacentes, e definirá a respetiva ocupação espacial segundo: -----

a) A natureza dos produtos a comercializar (hortofrutícolas, criações - aves e coelhos vivos -, plantas e flores, árvores de fruto, plantas em bacelo e plantações de renovo - cebolo, pimentos, couves, tomates e beterraba, etc.); -----

b) O tempo de ocupação requerida, ocasional ou permanente. -----

3. Para a ocupação a título ocasional a Câmara Municipal reserva 15% dos lugares do logradouro interior, os quais não podem ser atribuídos a título permanente, para salvaguarda dos pequenos produtores agrícolas, com produções marcadamente sazonais. -----

4. Os lugares de terrado de produtos hortofrutícolas no logradouro interior encontram-se providos de uma banca móvel. -----

5. A Câmara Municipal definirá uma zona para venda de hortofrutícolas ensacados, nomeadamente batata e cebola, no dia da feira semanal, procedendo para o efeito à marcação dos lugares, que permitirão efetuar a venda direta destes produtos, do produtor ao consumidor final, a partir dos próprios veículos de transporte. -----

Artigo 21.º -----

Modalidades do direito à ocupação -----

1. A atribuição do direito de ocupação de lugares de terrado será efetuada a título permanente, durante todo o ano, ainda que a atividade de venda seja exercida em dias da semana específicos, nomeadamente o dia da feira semanal, ou a título ocasional. -----

2. Quando o titular permanente não ocupar o lugar que lhe está reservado até às oito horas da manhã do dia de feira, deverá o funcionário municipal em serviço no mercado, atribuir esse lugar a

outro participante ocasional, observando, com as necessárias adaptações, os procedimentos previstos no artigo seguinte. -----

3. Para a ocupação a título permanente, compete à Câmara Municipal emitir o cartão de identificação de titular de lugar de venda, cujo modelo se publica no anexo I. -----

Artigo 22.º -----

Condições de atribuição -----

1. A atribuição de lugares de terrado, novos ou vagos, nos Mercados Municipais, far-se-á através de sorteio, por ato público, o qual deve ser anunciado por edital, na página eletrónica do município, num jornal local e ainda no "Balcão do empreendedor". -----

2. O procedimento referido no número anterior deve ser realizado com periodicidade regular, e ser aplicado a todos os lugares novos ou deixados vagos, não podendo ser objeto de renovação automática, nem devendo prever condições mais vantajosas para a pessoa cuja atribuição de lugar tenha caducado ou para quaisquer pessoas que com este mantenham vínculos de parentesco ou afinidade, vínculos laborais, ou, tratando-se de pessoa coletiva, vínculos de natureza societária. ----

3. As condições de admissão dos interessados e os critérios para a atribuição dos respetivos lugares de terrado, deve assegurar a não discriminação entre operadores económicos nacionais e provenientes de outros Estados-Membros da União Europeia ou do espaço Económico Europeu. -----

Artigo 23.º -----

Condições de atribuição do lugar de terrado a título ocasional -----

1. A ocupação do lugar a título ocasional far-se-á segundo a ordem de chegada aos setores respetivos, segundo o ordenamento estabelecido. -

2. A ocupação prevista no número anterior deverá ser solicitada verbalmente ao trabalhador municipal e estará sempre condicionada à existência de lugares disponíveis, implicando o pagamento da taxa correspondente e prevista no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, em vigor no Concelho de Chaves. -----

1. O direito à ocupação a título ocasional será feito por meio do recibo emitido pelo pagamento da taxa correspondente, devendo o interessado conservá-lo em seu poder durante o período da sua validade, sob pena de lhe ser exigido novo pagamento. -----

Artigo 24.º -----

Intransmissibilidade -----

O cartão de identificação de titular de lugar de terrado do mercado é pessoal e intransmissível. -----

**SECÇÃO III** -----

**Do regime de funcionamento** -----

Artigo 25.º -----

Horários -----

1. De segunda-feira a sexta-feira, o horário de funcionamento do mercado é o seguinte: -----

a) Abertura às 8 horas, com exceção do dia de realização da feira semanal, em que a abertura é às 6 horas, durante os meses de abril a agosto, inclusive, e às 7 horas de setembro a março, inclusive; ----

b) Encerramento às 19 horas. -----

2. O mercado encerrará: -----

a) Aos sábados, às 13 horas; -----

b) Aos domingos e feriados nacionais. -----

3. O horário estará afixado nos edifícios dos mercados, em lugar bem visível. -----

4. As lojas com acesso ao público pelo exterior dos mercados podem optar pelo período de funcionamento previsto nos números anteriores

ou pelo período previsto para o grupo de estabelecimentos em que se inserem, nos termos do Regulamento de Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município de Chaves. -----

5. Excecionalmente, a Câmara Municipal poderá proceder à alteração da calendarização e horário de funcionamento constantes nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo, a qual será anunciada com, pelo menos, oito dias de antecedência. -----

Artigo 26.º -----  
Encerramento -----

1. Não é permitida a permanência no mercado de quaisquer pessoas estranhas ao serviço, para além da hora de encerramento. -----

2. O encerramento será anunciado duas vezes pela campainha do mercado, primeiro com trinta minutos e depois com quinze minutos de antecedência. -----

Artigo 27.º -----  
Circulação de veículos -----

A Câmara Municipal estabelecerá as regras de circulação de veículos que transportem géneros e artigos para venda, para efeitos de carga e descarga, as quais deverão ser escrupulosamente acatadas. -----

**SECÇÃO IV** -----

**Dos deveres e das proibições** -----

**SUBSECÇÃO I** -----

**Titulares do direito à ocupação** -----

Artigo 28.º -----

Obrigações dos titulares do direito à ocupação e seus empregados ----

Os titulares do direito de ocupação e seus empregados ficam obrigados a: -----

- a) Cumprir as disposições do presente Regulamento; -----
- b) Cumprir as ordens e determinações da Câmara Municipal e dos seus funcionários em serviço no mercado; -----
- c) Comunicar e justificar à Câmara Municipal, por escrito, da sua não concordância com as ordens e determinações aludidas na alínea anterior; -----
- d) Tratar com respeito os funcionários em serviço no mercado; ----
- e) Apresentarem-se no local de venda decentemente vestidos e em perfeito estado de asseio, podendo ser obrigados a usar vestuário especial, se e quando a Câmara assim deliberar; -----
- f) Usar de maior delicadeza, civismo e correção ética para com o público; -----
- g) Zelar pelo bom estado de conservação dos espaços e seus equipamentos; -----
- h) Manter os lugares de venda em escrupuloso estado de limpeza; --
- i) Proceder à limpeza dos espaços e equipamentos que lhe estão afetos, a qual deverá estar concluída quinze minutos antes do encerramento do mercado; -----
- j) Não lançar ou deixar no chão quaisquer desperdícios, restos, lixo ou outros materiais que conspurquem o ambiente e possam afetar a segurança e a saúde públicas; -----
- k) Usar sempre os recipientes de lixo existentes no recinto do mercado e os de modelo aprovado pela Câmara Municipal; -----
- l) Ter afixado, por forma bem legível e visível para o público, o preço dos produtos expostos, respeitando as normas regulamentares que sobre a matéria estejam em vigor; -----
- m) Ocupar apenas o espaço estritamente correspondente ao seu local;
- n) Proceder, nos prazos fixados, ao pagamento das taxas devidas pelo funcionamento dos lugares de venda e determinadas pela Câmara Municipal; -----

o) Cumprir com as disposições regulamentares em vigor, em matérias especificamente relacionadas com o seu ramo de atividade comercial. - Artigo 29.º -----

Práticas proibidas -----

É proibido aos titulares do direito à ocupação: -----

a) Efetuar qualquer venda fora das lojas, bancas ou lugares para esse fim expressamente destinados; -----

b) Expor artigos, produtos ou mercadorias fora do espaço a tal fim destinados; -----

c) Apregoar os géneros ou mercadorias; -----

d) Vender produtos e artigos proibidos ou excluídos por lei e aqueles sobre os quais recaia ou venha a recair deliberação camarária de restrição, acondicionamento, interdição e proibição; -----

e) Utilizar balanças, pesos e medidas quando não aferidos ou em condições irregulares; -----

f) Colocar, nos lugares de venda, quaisquer equipamentos e utensílios não autorizados pela Câmara Municipal; -----

g) Colocar quaisquer objetos e mercadorias nas coxias ou fora da área correspondente ao lugar que ocupam; -----

h) Pregar pregos e escáfulas nas paredes das áreas comuns, ou fixar armações, sem licença da Câmara; -----

i) Deixar aberta qualquer torneira ou gastar água para outro fim que não seja a limpeza das lojas e bancas; -----

j) Acender lume em qualquer local do mercado; -----

k) Dar entrada a volumes com quaisquer géneros encobertos sem o declarar; -----

l) Dar entrada a quaisquer géneros alimentícios ou mercadorias nos acessos não autorizados para esse fim; -----

m) Desacatar os funcionários do mercado ou outros funcionários da Câmara, no exercício das suas funções, sem prejuízo do respetivo procedimento criminal quando a ele haja lugar; -----

n) Formular de má-fé, verbalmente ou por escrito, queixas ou participações inexatas contra os funcionários ou empregados do mercado, e contra qualquer utilizante ou seu empregado; -----

o) Apresentar-se durante o período de funcionamento do mercado, em estado de embriaguez ou sob o efeito de droga. -----

Artigo 30.º -----

Revendedor de aves -----

1. O revendedor de aves é obrigado a transportar e expor as mesmas em gaiolas ou canastros apropriados. -----

2. É proibido aos criadores: -----

a) Manter animais de criação em lugares acanhados e sem a necessária cubagem para se poderem mover ou respirar ou sem água de bebida; ----

b) Matar, deparar ou preparar qualquer espécie de criação. -----

**SUBSECÇÃO II** -----

**Proibições genéricas** -----

Artigo 31.º -----

Pessoas estranhas ao mercado -----

É proibido a qualquer pessoa dentro do mercado: -----

a) Permanecer nas lojas ou no interior do mercado, depois das horas do encerramento, salvo com autorização do encarregado dos serviços do mercado; -----

b) Estar deitado ou sentado nas ruas e coxias, nas bancas ou balcões e sobre os géneros expostos à venda; -----

c) Transitar fora das ruas e coxias destinadas a esse fim; -----

- d) Correr, gritar, proferir palavras obscenas, empurrar ou incomodar, por qualquer forma, os transeuntes compradores e fornecedores; -----
- e) Intervir em negócios alheios ou em questões de serviço e desobedecer aos empregados do mercado; -----
- f) Amolar ou afiar facas ou qualquer ferramenta nas paredes, nos pavimentos, nas bancas ou em outro material; -----
- g) Cuspir no chão ou nas paredes; -----
- h) Lançar para o solo quaisquer resíduos, tais como espinhas, penas de aves ou restos de produtos hortícolas e frutícolas e conservar esses resíduos fora dos baldes ou caixas de limpeza destinados a esse fim. -----

## SECÇÃO V -----

### Do pessoal -----

#### Artigo 32.º -----

##### Estrutura funcional -----

A estrutura funcional dos mercados é constituída pelo encarregado do mercado, coadjuvado pelos assistentes operacionais nomeados pela Câmara Municipal. -----

#### Artigo 33.º -----

##### Deveres do encarregado do mercado -----

O encarregado do mercado obriga-se a: -----

- a) Superintender os serviços do Mercado e coadjuvar, sempre que necessário, os competentes serviços de fiscalização da Câmara Municipal; -----
- b) Velar pela manutenção da ordem, distribuição e bom funcionamento, com a faculdade de recorrer à força pública quando necessário; -----
- c) Ter à sua responsabilidade e guarda o inventário de todo o material e utensílios e verificá-lo com frequência, para tomar conhecimento e dar parte das faltas ou avarias ocorridas; -----
- d) Atender com solicitude quaisquer queixas, fazendo imediatas averiguações, tomando testemunhas e resolvendo as questões quando sejam da sua alçada, ou comunicando-as à Câmara, em caso contrário; -
- e) Velar cuidadosamente pela boa ordem, higiene e asseio dos lugares de venda e pelas boas condições dos géneros expostos chamando a atenção da autoridade sanitária para todos os que se tornem suspeitos e suspendendo entretanto a venda dos mesmos; -----
- f) Afixar e cumprir todas as Ordens de Serviço; -----
- g) Executar as disposições do presente Regulamento e todas as ordens ou instruções que legitimamente lhe sejam dadas; -----
- h) Verificar se os funcionários cumprem com zelo e competência os deveres do seu cargo; -----
- i) Participar à Câmara, por escrito, qualquer ocorrência que interesse ao serviço, à manutenção da boa ordem, economia e higiene do mercado; -----
- j) Requisitar o material e reparações necessárias; -----
- k) Não permitir que o material de que é responsável seja utilizado para fins diversos daqueles para que é destinado; -----
- l) Dirigir o serviço interno; -----
- m) Proceder à emissão de guias de pagamento e à cobrança das taxas respetivas, no posto de atendimento administrativo, arrecadando a respetiva importância e entregando-a na Tesouraria da Câmara, sempre que tal se mostre necessário, nos termos autorizados; -----
- n) Comunicar imediatamente aos seus superiores todas as infrações que se verificarem ou de que suspeitem; -----
- o) Providenciar para que a circulação dentro do Mercado seja rápida e fácil. -----



Artigo 34.º -----  
 Direção Sanitária -----  
 A direção sanitária dos mercados é da responsabilidade do Veterinário Municipal, competindo-lhe orientar e fiscalizar, do ponto de vista técnico, todos os serviços em perfeita colaboração com outras autoridades sanitárias, podendo transmitir ao pessoal destacado nos mercados municipais, nomeadamente ao encarregado, as instruções que entenda convenientes para o cumprimento integral de todas as disposições legais e regulamentares. -----

Artigo 35.º -----  
 Deveres genéricos -----  
 Todo o pessoal que presta serviço no mercado é obrigado a: -----  
 a) Apresentar-se irrepreensivelmente limpo em todos os atos de serviço e com fardamento e distintivo que lhe competir; -----  
 b) A não se ausentar do lugar do serviço que lhe for destinado, sem a devida autorização e sem apresentar quem o substitua; -----  
 c) A não se valer do seu lugar ou da sua autoridade para prejudicar quem for; -----  
 d) A velar pelo cumprimento das disposições deste Regulamento, mantendo rigorosa ordem; -----  
 e) A ser correto com todas as pessoas que frequentam o mercado, prestando os esclarecimentos que lhe sejam pedidos; -----  
 f) Zelar pelas cobranças das taxas e dos impostos camarários procurando com diligências evitar as fraudes; -----  
 g) A não exercer no mercado, direta ou indiretamente, qualquer ramo de comércio ou indústria; -----  
 h) A manter boas relações com os colegas; -----  
 i) A ser zeloso dos interesses legítimos do município; -----  
 j) A informar, com verdade, os seus superiores de tudo o que interesse ao serviço. -----

Artigo 36.º -----  
 Práticas proibidas pelo pessoal -----  
 1. É vedado a todo o pessoal prestar no mercado outros serviços que não sejam inerentes às suas funções ou que lhe tenham sido determinadas superiormente. -----  
 2. É expressamente proibido a todo o pessoal receber, direta ou indiretamente, dos seus utilizantes dádivas de qualquer espécie. ----

## **SECÇÃO VI -----**

### **Das taxas -----**

Artigo 37.º -----  
 Taxas -----  
 5. Pela ocupação dos lugares de venda são devidas as taxas constantes no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas em vigor no município de Chaves. -----  
 6. A taxa será paga mensalmente no posto de atendimento administrativo do Mercado Municipal, ou na tesouraria da Câmara Municipal, mediante as guias de pagamento emitidas para o efeito. ---  
 7. O pagamento mensal será efetuado até ao dia 15 de cada mês. ---  
 8. O não pagamento das taxas devidas nos prazos e pela forma prevista neste artigo implica a caducidade do direito de ocupação e a cobrança das importâncias em dívida, mediante processo de execução fiscal. ---

## **CAPÍTULO III -----**

### **FISCALIZAÇÃO E SANÇÕES -----**

Artigo 38.º -----  
 Competência -----

1. Sem prejuízo do disposto em legislação específica, a fiscalização do cumprimento das obrigações do presente Regulamento compete à Câmara Municipal. -----

2. O serviço interno dos Mercados será orientado e dirigido pelo Encarregado designado, de harmonia com as disposições deste Regulamento e com as ordens que lhes sejam transmitidas. -----

3. No âmbito das respetivas competências, a fiscalização compete à Autoridade para a Segurança Alimentar (ASAE), à Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), à Polícia de Segurança Pública (PSP), à Guarda Nacional Republicana (GNR), às Autoridades Sanitárias e às demais entidades policiais, administrativas e fiscais, nomeadamente da fiscalização municipal. -----

Artigo 39.º -----

Fiscalização municipal -----

1. Aos funcionários municipais designados compete, em geral, assegurar o regular funcionamento do mercado superintendendo e fiscalizando todas as atividades e fazendo cumprir as normas aplicáveis. -----

Artigo 40.º -----

Sanções -----

As infrações ao presente Regulamento constituem ilícito de mera ordenação social e são sancionadas com coimas previstas nos termos dos artigos 41.º e 42.º, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, bem como das contraordenações fixadas na lei habilitante. -----

Artigo 41.º -----

Contraordenações -----

1. Para efeitos da aplicação das sanções previstas no artigo 143.º, do anexo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, as violações às disposições previstas no presente Regulamento consideram-se, salvo as previstas no número seguinte, como sendo contraordenações leves. -----

2. Consideram-se contraordenações graves: -----

a) A realização de obras de beneficiação ou modificação sem prévia autorização da Câmara Municipal, em violação ao disposto no artigo 13.º; -----

b) A colocação de publicidade em violação do disposto no artigo 14.º; -----

c) O uso indevido de mais de dois espaços, em violação ao disposto no artigo 16.º; -----

d) A violação do disposto nas alíneas h), i), j) e k), do artigo 28.º; -----

e) Violação do disposto nas alíneas d), e), k), n) e o) do artigo 29.º; -----

f) Violação do disposto na alínea e) do artigo 31.º -----

1. A negligência e a tentativa são puníveis. -----

2. No caso de pessoas coletivas os limites mínimos e máximos passam para o dobro. -----

Artigo 42.º -----

Sanções acessórias -----

As contraordenações previstas no artigo anterior podem ainda determinar, quando a gravidade da infração o justifique, aplicação das seguintes sanções acessórias: -----

d) Caducidade do título de direito de ocupação de lugar de venda no caso de violação reiterada das obrigações constantes no presente Regulamento; -----

e) Suspensão temporária do exercício da atividade, suspensão essa cuja duração será decidida pela Câmara; -----

f) Perda de bens, a favor do município, nos casos de exercício da atividade de comércio fora do local previamente definido ou quando haja ocupação da área superior à concedida, aplicando-se o disposto do Decreto-Lei n.º 28/84, de 20 de Janeiro e ulteriores alterações. -

#### **CAPÍTULO IV**

#### **Disposições finais**

##### **Artigo 43.º**

##### **Danos ou prejuízos materiais**

Os titulares do direito de ocupação são responsáveis pelos prejuízos ou danos que provoquem nos lugares de venda ou outras dependências do mercado.

##### **Artigo 44.º**

##### **Dúvidas e omissões**

3. Em tudo o que não estiver disposto no presente Regulamento aplicar-se-á o disposto na legislação específica sobre a matéria. ---

4. Para a resolução de conflitos e ou dúvidas na aplicação das disposições do presente Regulamento é competente a Câmara Municipal.

##### **Artigo 45.º**

##### **Norma revogatória**

A partir da entrada em vigor do presente Regulamento consideram-se revogadas todas as disposições regulamentares sobre os Mercados Municipais.

##### **Artigo 46.º**

##### **Entrada em vigor**

O presente regulamento entra em vigor 15 dias a seguir à sua publicação.

#### **DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQTO. RODRIGO MOREIRA DATADO DE 30/01/2017**

1. A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância.

2. Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão para a tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a informação à consideração do Senhor Vereador João Neves, para que o mesmo profira despacho no sentido de propor ao Executivo Municipal que delibere no seguinte sentido:

2.1- Aprovar o Relatório de Análise das Sugestões apresentadas durante o período de Audiência Prévia;

2.2- Submeter à aprovação da Assembleia Municipal o novo Regulamento dos Mercados Municipais do Concelho de Chaves, dando cumprimento ao estabelecido a alínea g), do n.º 1, do Artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no n.º 1 do Artigo 70º do Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACSR), integrado no anexo do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro

3. Caso a proposta de Regulamento venha a ser aprovada nos termos anteriormente sugeridos, deverão ser desencadeados os procedimentos de publicação nos termos do n.º 1, do artigo 56.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sendo, simultaneamente, publicado na página eletrónica do município e no balcão único eletrónico dos serviços.

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral

**DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERA, DR. MARCELO DELGADO DATADO DE 30/01/2017**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

**DESPACHO DO SENHOR VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, SR. JOÃO NEVES DATADO DE 30/01/2017 -----**

À reunião de Câmara -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E na da mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram doze horas, para constar se lavrou a presente ata, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----

---

---